

COLÉGIO ESTADUAL CAROLINA LUPION

ENSINO MÉDIO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

CARLÓPOLIS

2012

SUMÁRIO

2.	APRESENTAÇÃO	07
3.	IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO	08
4.	OBJETIVOS GERAIS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	09
5.	MARCO SITUACIONAL	10
5.1	ORGANIZAÇÃO DA ENTIDADE ESCOLAR.....	10
5.1.1	MODALIDADE DE ENSINO.....	10
5.1.2	NÚMERO.....	10
5.1.3	TURNOS DE FUNCIONAMENTO.....	10
5.1.4	AMBIENTES PEDAGÓGICOS.....	10
5.2	HISTÓRICO DA REALIDADE.....	11
5.3	DADOS HISTÓRICOS DA INSTITUIÇÃO.....	13
5.4	CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR.....	15
5.5	PORTE DA ESCOLA.....	15
5.6	REGIME ESCOLAR.....	15
5.7	CLASSIFICAÇÃO.....	16
5.8	PROMOÇÃO.....	16
5.9	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS EM CADA SETOR.....	17
5.10	FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO.....	17
5.11	PROBLEMAS EXISTENTES NO COLÉGIO.....	17
5.11.1	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO ESCOLAR.....	19
5.11.2	CONTRADIÇÃO E CONFLITOS PRESENTES NA PRÁTICA DOCENTE.....	20
5.11.3	FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA.....	20
5.11.4	ORGANIZAÇÃO DO TEMPO E DO ESPAÇO.....	21
5.11.5	EQUIPAMENTOS FÍSICOS E PEDAGÓGICOS.....	22
5.11.6	RELAÇÕES DE TRABALHO NO COLÉGIO.....	22
5.11.7	ORGANIZAÇÃO DA HORA ATIVIDADE.....	22
5.11.8	INCLUSÃO.....	23
5.12	GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	23
5.12.1	CONSELHO DE CLASSE E PÓS CONSELHO.....	24
5.12.2	CONSELHO ESCOLAR.....	24
5.12.3	GRÊMIO ESTUDANTIL.....	25
5.12.4	ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS – APMF.....	25
5.12.5	PARTICIPAÇÃO DOS PAIS.....	25
5.12.6	CRITÉRIOS DE ORGANIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE TURMAS.....	25
5.13	DESAFIOS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEOS.....	26
5.14	DIVERSIDADE.....	26
5.15	ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO.....	27
5.16	E OUTROS.....	27
6	MARCO CONCEITUAL	29
6.1	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DO COLÉGIO.....	29
6.1.1	FILOSOFIA DO COLÉGIO.....	30

6.1.2	CONCEPÇÃO EDUCACIONAL.....	30
6.1.3	PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO.....	30
6.1.4	OBJETIVOS DO COLÉGIO.....	31
6.1.5	FINS EDUCATIVOS.....	31
6.1.6	CONCEPÇÕES NORTEADORAS PELA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL.....	32
6.1.7	DIRETRIZES CURRICULARES QUE NORTEIAM A AÇÃO DO COLÉGIO.....	32
6.1.8	CONCEPÇÕES DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	32
6.1.9	CONCEPÇÕES DAS CAPACITAÇÕES CONTINUADAS.....	33
6.1.10	CONCEPÇÃO DE HOMEM, SOCIEDADE, CULTURA, MUNDO, EDUCAÇÃO, ESCOLA, CONHECIMENTO, TECNOLOGIA, ENSINO, APRENDIZAGEM, CIDADANIA/CIDADÃO.....	34
6.1.11	CONCEPÇÃO DE TEMPO E ESPAÇO NA ESCOLA.....	37
6.1.12	CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	37
6.1.13	ADMINISTRAÇÃO COLEGIADA.....	37
6.1.14	CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA.....	38
6.1.15	CONCEPÇÃO DE HORA ATIVIDADE.....	38
6.1.16	CONCEPÇÃO DE PLANO DE TRABALHO DOCENTE.....	39
6.1.17	CONCEPÇÃO DE REUNIÃO PEDAGÓGICA.....	39
6.1.18	CONCEPÇÃO DO CONSELHO DE CLASSE.....	39
6.2	CONCEPÇÃO DE TEMPO ESCOLAR.....	40
6.3	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	40
6.4	MATRIZ CURRICULAR.....	40
6.5	RESOLUÇÃO CP N° 1 DE 17/06/2004.....	42
6.6	LEI N° 11.788/2008.....	43
6.7	ENSINO DE FILOSOFIA E SOCIOLOGIA.....	43
6.8	CONCEPÇÃO DAS AÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS.....	44
6.9	CONCEPÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO CURRICULAR.....	44
6.10	CONCEPÇÃO DE DESAFIOS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEOS.....	44
6.11	CONCEPÇÃO DE DIVERSIDADES.....	45
6.12	CONCEPÇÃO CURRICULAR.....	46
6.12.1	RELAÇÃO ENTRE CONTEÚDO, MÉTODO, CONTEXTO SÓCIO-CULTURAL E FINS DA EDUCAÇÃO.....	46
6.12.2	RELAÇÕES ENTRE AS CONCEPÇÕES DE HOMEM, SOCIEDADE, MUNDO, EDUCAÇÃO, APRENDIZAGEM, ETC. E A FINALIDADE DOS CONTEÚDOS.....	46
6.12.3	RESPEITO À IDENTIDADE CULTURAL DO ALUNO NA PERSPECTIVA DA DIVERSIDADE CULTURAL.....	47
6.12.4	ARTICULAÇÃO DESSES SABERES DAS ÁREAS DE CONHECIMENTO, DO ALUNO, DO CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL E A FUNÇÃO DE MEDIAÇÃO DO PROFESSOR.....	47
6.12.5	RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO.....	48
6.12.6	DESENV. DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA QUE ARTICULE CONTEÚDOS E A DINÂMICA DE UM PROCESSO EDUCATIVO QUE EMPREGUE RECURSO DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS FACILITADORES DA APRENDIZAGEM.....	48
6.12.7	INTERVENÇÃO CONSTANTE DO PROFESSOR NO PROCESSO ENSINO-	49

APRENDIZAGEM.....	
6.12.8 RELAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR E A DINÂMICA DE SUA PRÁTICA EM SALA DE AULA.....	49
6.12.9 INTERDISCIPLINARIDADE E CONTEXTUALIZAÇÃO.....	49
6.13 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO.....	49
6.13.1 CONCEITO.....	50
6.13.2 CRITÉRIOS DE PROMOÇÃO.....	51
6.13.3 PERIODICIDADE DE REGISTRO DA AVALIAÇÃO	52
6.13.4 RESULTADO DA AVALIAÇÃO.....	53
6.14 PLANOS DE AVALIAÇÃO.....	53
6.14.1 ADAPTAÇÃO CURRICULAR.....	53
6.14.2 PROGRESSÃO PARCIAL.....	54
6.14.3 RECUPERAÇÃO.....	54
6.14.4 CLASSIFICAÇÃO.....	54
6.14.5 RECLASSIFICAÇÃO.....	55
6.14.6 PROCEDIMENTOS DE INFORMAÇÃO AOS PAIS.....	55
7 MARCO OPERACIONAL	55
7.1 PLANO DE AÇÃO 2012.....	55
7.1.1 OBJETIVOS, METAS, AÇÕES ADMINISTRATIVAS, FINANCEIRAS E POLÍTICO-PEDAGÓGICOS.....	58
7.1.2 FACILITADORES DA APRENDIZAGEM.....	59
7.1.3 DISCUSSÃO CONTINUADA E COLETIVA DA PRÓPRIA PRÁTICA PEDAGÓGICA.....	60
7.1.4 INTERVENÇÃO CONSTANTE DO PROFESSOR NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DO ALUNO.....	60
7.1.5 RELAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR E A DINÂMICA DE SUA PRÁTICA EM SALA DE AULA.....	60
7.1.6 MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS A SEREM ALCANÇADAS.....	60
7.1.7 ORGANIZAÇÃO DA HORA ATIVIDADE, REUNIÃO PEDAGÓGICA E CONSELHO DE CLASSE.....	61
7.1.8 RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS	62
7.1.9 ENCAMINHAMENTO E AÇÕES CONCRETAS.....	62
7.1.10 PROCEDIMENTOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS.....	62
7.1.11 PLANO DE TRABALHO DOCENTE.....	62
7.1.12 DIRETRIZES PARA AVALIAÇÃO GERAL DE DESEMPENHO.....	63
7.1.13 AÇÕES ENVOLVENDO OUTRAS INSTITUIÇÕES.....	63
7.1.14 RECURSOS FINANCEIROS.....	64
7.1.15 ORGANIZAÇÃO INTERNA DO COLÉGIO.....	64
7.1.16 RELAÇÕES ENTRE ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E PEDAGÓGICOS.....	67
7.1.17 QUALIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS PEDAGÓGICOS.....	67
7.1.18 FAMÍLIA E COMUNIDADE.....	68
7.1.19 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E A PRÁTICA DOCENTE.....	68
7.1.20 REDIMENSIONAMENTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	70
7.2 CONSELHO ESCOLAR.....	70

7.2.1	CONSELHO DE CLASSE.....	70
7.2.2	GRÊMIO ESTUDANTIL.....	71
7.2.3	ELEIÇÃO DE ALUNO REPRESENTANTE DE TURMA.....	71
7.2.4	APMF.....	71
7.3	FORMAÇÃO CONTINUADA.....	72
7.4	AÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS.....	72
7.5	DESAFIO EDUCACIONAL CONTEMPORÂNEO.....	73
7.6	DIVERSIDADE.....	74
7.7	METAS	75
8	AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO.....	76
8.1	PLANO DE ACOMPANHAMENTO DO PPP E INFORMAÇÃO À COMUNIDADE... ..	76
8.2	PARTICIPAÇÃO DAS INTÂNCIAS COLEGIADAS.....	77
8.3	PERIODICIDADE DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP.....	77
9	REFERÊNCIAS.....	78
10	ANEXOS.....	80
	APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO.....	82
	ARTE.....	84
	BIOLOGIA.....	92
	EDUCAÇÃO FÍSICA.....	104
	FILOSOFIA.....	113
	FÍSICA.....	120
	GEOGRAFIA.....	125
	HISTÓRIA.....	133
	LÍNGUA PORTUGUESA/LITERATURA.....	141
	MATEMÁTICA.....	156
	QUÍMICA.....	168
	SOCIOLOGIA.....	178
	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA – ESPANHOL.....	186
	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA – INGLÊS.....	197
	APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR DO FORMAÇÃO DE DOCENTES.....	207
	LINGUA PORTUGUESA E LITERATURA.....	208
	LINGUA ESTRANGEIRA MODERNA.....	210
	ARTE.....	211
	GEOGRAFIA.....	215
	MATEMÁTICA.....	219
	FÍSICA.....	220
	QUÍMICA.....	221
	BIOLOGIA.....	223
	HISTÓRIA.....	224
	EDUCAÇÃO FÍSICA.....	226
	SOCIOLOGIA.....	227

FILOSOFIA.....	230
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO.....	235
FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO.....	237
FUNDAMENTOS SOCIOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO.....	241
FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO.....	243
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	244
TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	248
CONCEPÇÕES NORTEADORAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	255
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO.....	257
LITERATURA INFANTIL.....	260
METODOLOGIA DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA E ALFABETIZAÇÃO..	262
METODOLOGIA DO ENSINO DE MATEMÁTICA.....	265
METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA.....	270
METODOLOGIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA.....	272
METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS.....	276
METODOLOGIA DO ENSINO DE ARTE.....	277
METODOLOGIA DO ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	283
PRÁTICA DE FORMAÇÃO - ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	284
AVALIAÇÃO ESCOLAR.....	286
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DA PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	289
ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	292
BIOLOGIA.....	293
MATEMÁTICA.....	295
HORA TREINAMENTO.....	299
PLANO DE AÇÃO DA BRIGADA ESCOLAR.....	302

2 – APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Carolina Lupion – Ensino Médio tem por finalidade congrega o trabalho coletivo e todos os meios possíveis para proporcionar um ensino público de qualidade.

A educação é um trabalho de todos, não se pode buscar soluções individuais, isto porque, o ser humano é um ser social por natureza. A Escola é um ponto de encontro e envolve vários profissionais na ação educativa. Esse envolvimento nada mais é que um trabalho coletivo.

O trabalho coletivo articula os diversos segmentos da comunidade escolar e é fundamental para sustentar a ação da escola, em torno de um projeto que é a grande rota traçada coletivamente e que vai dar direção ao trabalho de todos.

Entende-se que a Democratização da Sociedade é também responsabilidade, principalmente da escola pública. Nesse sentido, este projeto apresenta as ações a serem desenvolvidas em forma de compromisso político/pedagógico, resultante da reflexão crítica da comunidade.

As práticas administrativas e pedagógicas do Projeto Político Pedagógico, serão norteadas pela Lei nº 8069/90 de Diretrizes e Bases LDB n 9394/96, e pelo art. 12,13 e 14 da LDB n. 9394/96, Estatuto da Criança e Adolescente, ECA e a Lei 11.645/2008, torna obrigatório nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, sendo que o objetivo da divulgação da lei é em relação Ética Racial na educação, assim como atitude, posturas e valores que preparam o cidadão para a vida, sendo que também os conteúdos obrigatórios de história do Paraná (Lei nº 13381/01), música (Lei nº11.769/08) prevenção do uso indevido de drogas, sexualidade humana, educação ambiental, educação fiscal, enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente. Direito das crianças e Adolescente L.F. nº 11525/07, Educação Tributária Dec. Nº 1143/99, Portaria nº 413/02, Educação Ambiental L.F. nº 9795/99, Dec. Nº 4201/02.

Não é, contudo o documento final. Compõe-se da dinâmica ação - reflexão - ação, sempre possível de reformulação, em direção a prática pensada e na busca contínua do desenvolvimento transformador da educação pública.

3 - IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

3.1- COLÉGIO ESTADUAL CAROLINA LUPION E.M – CÓDIGO Nº 00291

3.2- RUA JORGE BARROS Nº 1095

3.3- TELEFONE: (43) 35661295 / 35661443

3.4- FAX: (43) 35661295

3.5- CARLÓPOLIS

CÓDIGO: 0471

3.6- DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA: ESTADUAL

CÓDIGO: 00291

3.7- NRE: JACAREZINHO

CÓDIGO: 17

3.8- ENTIDADE MANTENEDORA: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

3.9- ATO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO:

RESOLUÇÃO Nº 3.417/81 DE 31/03/82

3.10- ATA DE RESOLUÇÃO DE RECONHECIMENTO DE CURSOS

RESOLUÇÃO Nº 257/83 DE 25/02/83

3.11- ATO ADMINISTRATIVO DE APROVAÇÃO DE REGIMENTO ESCOLAR

RESOLUÇÃO Nº 042/10 DE 12/03/2010

3.12 -DISTANCIA DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR DO NRE: 65 KM

3.13- LOCALIZAÇÃO: URBANA

3.14- SITE: www.cllcarolinalupion.seed.pr.gov.br

3.15- E-MAIL: cllcarolinalupion@seed.pr.gov.br

4 - OBJETIVOS GERAIS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Atender aos interesses das camadas da população que se servem da escola pública, ouvir, e interpretar de forma mais adequada o que essa população realmente espera da escola e o que está podendo efetivamente lhe oferecer;

Garantir um padrão de qualidade (para todos) e, ao mesmo tempo, respeitar a diversidade local, étnica, social e cultural;

A Escola tem como papel essencial de passar conhecimentos que a humanidade vem produzindo;

Executar Projeto Político-Pedagógico do Colégio;

Garantir a participação da Comunidade Escolar nas decisões das esferas administrativas e pedagógicas em consonância com os estatutos;

Cumprir as exigências da LDB nº 9394/96 Estatuto da criança e adolescente, Grêmios Estudantis, Regimento Escolar;

Compreender que o Colégio é uma instituição capaz de atuar de forma mais direta e decisiva em benefício da comunidade imediata e da sociedade como um todo e que nela os jovens podem aprender a conhecer, a fazer, a viver junto com o outro e a ser.

5 - MARCO SITUACIONAL

5.1 - ORGANIZAÇÃO DA ENTIDADE ESCOLAR

5.1.1 - MODALIDADE DE ENSINO

ENSINO MÉDIO, CELEM

5.1.2 – NÚMERO

TURMAS: 21

ALUNOS: 720

PROFESSORES: 45

PEDAGOGOS: 03

FUNCIONÁRIOS: 13

DIRETOR: 01

DIRETOR AUXILIAR: 01

SALA DE AULA: 09

5.1.3 - TURNO DE FUNCIONAMENTO

MATUTINO, VESPERTINO, NOTURNO e CONTRATURNO

5.1.4 - AMBIENTES PEDAGÓGICOS

NÚMERO TOTAL DE SALA DE AULAS: 09

NÚMERO DE SALA UTILIZADAS POR TURNO:

- MANHÃ: 09
- TARDE: 07
- NOITE: 08

01 SALA DOS PROFESSORES

01 BIBLIOTECA

01 SALA DE MULTIMÍDIA (VÍDEO)

01 LABORATÓRIO DE QUÍMICA, FÍSICA E BIOLOGIA

01 LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA – 20 COMPUTADORES – COM INTERNET
(PARANÁ DIGITAL)

01 SALA DE APOIO PEDAGÓGICO

01 QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA

5.2 - HISTÓRICO DA REALIDADE

Atualmente, são notórios os fatos que indicam a crise social. As drásticas alterações que o homem vem provocando no meio ambiente, dizimando milhares de espécies e comprometendo o próprio futuro da humanidade. A operação tecnológica, mediante a robotização e a informatização, propiciou uma produção fantástica de riqueza. Mas ela vem sendo apropriada, de forma altamente desigual. Nos países de renda per capita semelhante a do Brasil ; a porcentagem de pobres é de cerca de 10% da população total, menos de um terço da porcentagem brasileira. Esse enorme contingente de pobres em um país rico é o reflexo mais perverso da concentração da propriedade e da renda no Brasil. Dentro desse cenário, a educação e o trabalho tem piso significativo na qualidade de vida do homem. Uma sociedade que silenciosamente convive com a morte de inocentes, a crescente concentração de renda, o desemprego e o desprezo pelo meio ambiente é uma sociedade doente. Vive uma profunda crise ética.

O Estado por sua vez, não está imune as relações sociais deste tipo, apesar de nos últimos anos terem sido marcados por grandes transformações e pela sua consolidação como um dos mais importantes estados brasileiros, ocupando seu lugar em importância econômica e a sua Capital ser modelo de planejamento urbano e qualidade de vida para seus habitantes, não deixa de sofrer as consequências da crise social em que vive o País, a dignidade humana depende diretamente do acesso a educação e ao trabalho.

Num município de pequeno porte como o nosso, onde as dificuldades são ainda maiores, onde os jovens e adolescentes encontram uma limitação enorme com relação ao trabalho e perspectiva de melhoria de vida, o trabalho educativo assume um caráter alienado, compondo uma dinâmica social precária e sem estímulo. Para a maioria de nossos alunos talvez a escola seja o melhor ou quem sabe, o único meio de acesso ao conhecimento de forma organizada.

A função social da escola distingue-se de outras práticas educativas, como as que acontecem na família, no trabalho, na mídia, no lazer e nas demais formas de convívio social, por constituir em uma ajuda intencional, sistemática, planejada e continuada para crianças e jovens durante um período contínuo e extensivo de tempo. A função da escola em proporcionar um conjunto de práticas preestabelecidas tem o propósito de contribuir para que os alunos se apropriem de conteúdos sociais e culturais de maneira crítica e construtiva. Esta função socializadora nos remete a dois aspectos: o desenvolvimento individual e o contexto

social e cultural. A valorização da escola como instrumento de apropriação do saber é o melhor serviço que presta aos interesses populares, já que a própria escola pode contribuir para eliminar a seletividade social e torná-la democrática. Se a escola é parte integrante do todo social, agir dentro dela é também agir no rumo da transformação da sociedade. Assim, a condição para que a escola sirva aos interesses populares é garantir a todos a qualidade do ensino, isto é, domínio da leitura e da escrita, capacidade de fazer cálculos e resolver problemas, capacidade de analisar, de sintetizar e interpretar dados, fatos e situações, capacidade de compreender e atuar em seu entorno social, bem como, converter problemas em oportunidades.

O papel formal da escola é o de ser a principal responsável pela organização, sistematização e desenvolvimento das capacidades científicas, éticas e tecnológicas de uma nação. Inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania, sua qualificação para o trabalho, bem como, meios para progredir nele e em estudos posteriores.

Nossa escola pública hoje, mediante a forma como organizam seu trabalho pedagógico e estabelece seus regulamentos, ritmos e rituais, ainda está longe de produzir o sucesso escolar e de alcançar os fins educacionais assegurados constitucionalmente, como o direito a educação escolar em igualdade de condições de entrada e permanência pela oferta de ensino público, gratuito e de qualidade em todos os níveis de ensino é um desafio para todos os profissionais da educação. Notoriamente, são os alunos das camadas menos favorecidas economicamente de nossa comunidade que engrossam as estatísticas da repetência, da evasão e do abandono escolar. Percebemos frustrados, que profissionais capacitados e comprometidos não bastam para reverter esse quadro. Como toda escola brasileira, temos problemas como a não participação dos pais, que muitas vezes nem sabem a série que o filho estuda, a desvalorização e desinteresse em adquirir conhecimento por parte de alguns alunos, que muitas vezes não sentem desafiados a continuar os estudos. Vivemos, com certeza, dentro da escola uma profunda crise ética, onde o verdadeiro sentido do ensino que é aprender perde sua caracterização com jovens ludibriadores.

Outro fator que provoca o insucesso de nossa aprendizagem é o número de alunos por sala, pois é utópico afirmar que isso ajuda na apropriação dos conteúdos e na socialização. Um número menor de alunos propiciaria maior

rendimento escolar, desde que a vontade de construir seu próprio conhecimento e sua história fosse almejado por alunos e professores.

A prática docente é de associar o conhecimento prévio do aluno aos conceitos sistematizados, resgatando assim os saberes, numa perspectiva transformadora. Sendo desenvolvida de forma expositiva, teórica e prática, utilizando os recursos disponíveis na escola, instigando os alunos a manifestarem suas opiniões.

Sabemos que a aula expositiva é uma ferramenta de ensino, mas está longe de ser a mais amada das ferramentas, por isso nossos educadores usam os recursos que a escola oferece como TV, vídeo, computadores, pesquisa na biblioteca e aulas em laboratório.

Contudo, a rotina é nossa companheira, e no dia-a-dia precisamos nos policiar para não nos contradizer entre o discurso e prática. Mas, existe em nossa escola um cuidado especial por parte de nossos professores e pedagogos que sempre mostram aos alunos novos caminhos e horizontes.

Em nossa escola as turmas são distribuídas em três turnos: manhã, tarde e noite, sendo que a noite estuda os alunos, na maioria trabalhadores. Sabemos do direito de nossos alunos trabalhadores terem acesso à mesma qualidade de ensino dos demais, mas, muitas vezes, deparamo-nos com a necessidade de se enxugar os conteúdos, para que se possa dar conta do currículo.

Dentro do contexto social brasileiro nossa escola pode-se classificar como regular, mas temos condições de reverter este quadro, pois temos profissionais capacitados e conhecedores de seus problemas. E com potencial para trabalhar em busca de uma transformação política, social e econômica, local e globalmente.

5.3 - DADOS HISTÓRICOS DA INSTITUIÇÃO

O prédio no qual iniciou as atividades escolares e que deu origem ao atual prédio do Colégio Estadual Carolina Lupion – Ensino Médio, foi construído no ano de 1.927, durante a gestão do governador Caetano Munhoz da Rocha.

O atual Colégio, iniciou suas atividades ministrando o Curso Primário e recebeu o nome, na época, de Grupo Escolar “Fernão Dias”, por força do Decreto nº2.078, de 23 de março de 1.945.

No ano de 1.957 através do decreto nº7.448, de 03 de janeiro de 1.957, publicado no D.O.E. nº 247 de 07/01/57, assinado pelo então Governador Moyses

Lupion, foi criada a Escola Técnica de Comércio que começou a funcionar no ano letivo de 1957, com a denominação Colégio Comercial Estadual de Carlópolis.

De acordo com o Decreto nº 5.966, de 11 de dezembro de 1978, passou a funcionar como Colégio Carolina Lupion – Ensino de 1º e 2º Graus, resultante da reorganização da Escola Normal Colegial Estadual Carolina Lupion e do Colégio Estadual de Carlópolis e da união da Escola Fernão Dias – Ensino de 1º Grau.

O Parecer nº 158/79 – aprovou em caráter provisório, o projeto de Implantação do Ensino de 2º Grau, do Colégio Carolina de Carlópolis, com a autorização de funcionamento das Habilitações Técnico em Contabilidade e Básica em Saúde, com implantação a partir do ano de 1979. O Parecer nº 40/80 – DESG – aprovou em caráter provisório, o projeto de Implantação da Habilitação Magistério, no ano letivo de 1980. Através da Resolução 257/83 – foram reconhecidos os Cursos de 2º Grau, com as Habilitações Técnico em Contabilidade, Magistério e Básica em Saúde, DOE. De 25 de janeiro de 1983.

A Resolução nº 836/83, de 09/03/83, mudou a denominação do Colégio Carolina Lupion Ensino de 1º e 2º Graus para Colégio Estadual Carolina Lupion-Ensino de 1º e 2º Graus.

A Resolução 390/95 – DOE nº 4.624 – 30/10/95 – extinguiu o Curso Básico em Saúde, 1986 – 1ª série, 1987 – 1ª e 2ª séries, 1988 – 1ª, 2ª e 3ª séries.

Através da resolução nº 2.988/97, de 09/09/97 publicada no DOE de 01/10/97, foi concedida a cessação voluntária e definitiva das atividades escolares ao ensino de 1ª a 4ª séries do 1º Grau, mudando sua denominação para Colégio Estadual Carolina Lupion – Ensino de 2º Grau.

A Resolução nº 3.399/97, de 07/10/97, publicada no DOE, de 30/10/97 autorizou o funcionamento do Curso de 2º Grau – Educação Geral pelo prazo de 02 anos, com implantação gradativa, a partir do início do ano letivo de 1997, em substituição às habilitações Magistério e Técnico em Contabilidade, estas, com cessação gradativa de suas atividades escolares, a partir do início do ano letivo de 1997, tendo em vista a adesão pelo Colégio ao PROEM (parecer nº 1.995/97–CEF).

Em 1999, através da Resolução nº 4.130/99, de 10/11/99, publicada no DOE. de 07/12/99, a SEED. Reconheceu o Ensino Médio (Educação Geral) do Colégio Estadual Carolina Lupion – Ensino Médio integrando este último curso, o reconhecimento originalmente declarado pela Resolução Secretarial nº 257/83.

5.4 - CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

Nosso colégio está inserido em uma sociedade constituída de pequenas comunidades com diferentes níveis sociais, financeiros, graus de instrução, religiões e raças.

Pelo fato do município ser pequeno, as fontes de trabalho são limitadas, os jovens e adolescentes por falta de opção e por necessidade, trabalham na agricultura, seja como ajudante dos pais na produção agrícola ou como trabalhador rural na condição de empregado, em confecções e no comércio local, não tendo nenhuma perspectiva de melhoria de vida. Muitos principalmente do período noturno, vão do trabalho para a escola, chegando cansados e desinteressados. Mas o desinteresse não é regra, temos muitos alunos responsáveis, interessados, procurando na escola a porta para o seu futuro.

São jovens e adolescentes irreverentes, dinâmicos, com todas as qualidades e defeitos de pessoas de 14 a 20 anos.

Os professores são todos capacitados para o cargo que exercem, a grande maioria é comprometida com a profissão. Mas a falta de interesse dos alunos interfere no desempenho do profissional que muitas vezes acaba nivelando a turma por baixo.

O colégio oferece o Ensino Médio e profissional em três períodos, sendo diurno, vespertino e noturno, recebendo alunos de ensino regular e EJA, o que muitas vezes interfere no desempenho do professor também.

5.5 - PORTE DA ESCOLA

O Colégio está como porte 4, pois temos uma média de 720 alunos matriculados.

5.6 - REGIME ESCOLAR

Ensino Médio e Formação de Docentes

5.7 – CLASSIFICAÇÃO

A classificação no Ensino Médio é um processo que o Estabelecimento de Ensino adota para posicionar o aluno na etapa de estudos compatível com a idade, experiência e desenvolvimento adquirido por meios formais ou informais, podendo ser realizado:

- I. por promoção, para aluno que cursou com aproveitamento, a série anterior na própria escola;
- II. por transferência, para o aluno procedente de outra escola, do país ou do exterior, considerando a classificação da escola de origem;
- III. independente da escolarização anterior, mediante avaliação para posicionar o aluno na série compatível no seu grau de desenvolvimento e experiência, adquiridos por meios formais e informais.

A classificação tem caráter pedagógico centrado na aprendizagem, e exige as seguintes ações para resguardar os direitos dos alunos, da escola e dos profissionais.

- I. organizar comissão formada por docentes, pedagogos e direção para efetivar o processo;
- II. proceder avaliação diagnóstica, documentada pelo professor ou equipe pedagógica;
- III. comunicar o aluno ou o seu responsável a respeito do processo a ser iniciado, para obter o respectivo consentimento;
- IV. arquivar atas, provas, trabalhos ou outros instrumentos utilizados;
- V. registrar os resultados no histórico escolar do aluno.

5.8 – PROMOÇÃO

A promoção é o resultado da avaliação do aproveitamento escolar do aluno, inclusive da recuperação, aliada à apuração de sua frequência.

Na promoção ou certificação da conclusão, a média final mínima exigida é 6,0 (seis vírgula zero), observando a frequência mínima exigida por lei.

Os alunos que apresentarem frequência mínima de 75% do total de horas letivas e média anual igual ou superior a 6,0(seis, vírgula zero) em cada disciplina serão considerados aprovados ao final do ano letivo, em Regime de Progressão Parcial.

5.9 - QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS EM CADA SETOR

Equipe Diretiva: diretora e diretora auxiliar

Equipe Pedagógica: 03

Equipe Docente: 46

Equipe administrativo: 06

Equipe de Apoio/Serviços Gerais: 08

5.10 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO

A formação do educador passa por dois grandes momentos: a formação inicial, que ocorre nas escolas e cursos de formação específica para o magistério (em nível de 2º grau e em nível superior) e a formação continuada que vai acontecendo em contato com os companheiros de profissão e com os próprios alunos. Além de acontecer no cotidiano do magistério, a formação continuada pode acontecer também, em momentos fortes de estudos, reflexão e proposta de ação no coletivo dos profissionais de educação.

A formação do educador deve ser construída coletivamente, porque educação é um ato coletivo, embora tenha uma dimensão individual.

A maior dificuldade observada na prática docente foi a resistência por parte de alguma professora, em absorver as mudanças propostas pela nova legislação, não contribuindo para que se avance no uso de novas práticas pedagógicas. Falta também um acompanhamento maior e melhor por parte da SEED, com relação a estes professores, pois as ações propostas pela direção e equipe pedagógica muitas vezes não são suficientes para conscientizar os mesmos da necessidade de mudanças, principalmente com relação ao uso da tecnologia.

5.11 - PROBLEMAS EXISTENTES NO COLÉGIO

Nossa escola apresenta uma estrutura física razoável, profissionais dedicados, mas poderiam ser mais comprometidos. Alguns alunos bem interessados e muitos com um desinteresse assustador.

Como a maioria das escolas públicas temos o mais básico dos recursos a oferecer, apesar de faltar muito para uma escola ideal, todos os profissionais da escola que trabalham afincado para dar o máximo aos nossos educandos.

Devido o grande número de alunos por turma, aumentaram os problemas da indisciplina, dificultando o processo ensino/aprendizagem e desgastando a relação professor/aluno. Nos últimos anos, constatamos mediante levantamentos estatísticos, que a aprendizagem, a evasão e a repetência se caracterizam por fatores variados, onde se percebe que as turmas do período diurno e vespertino apresentam evasão e repetência menor com melhor aproveitamento ao passo que no período noturno os índices de evasão e repetência são maiores. Por se tratar de um município pequeno sem muita opção de trabalho, onde a maioria dos alunos vem da zona rural ou de trabalhos árduos como: confecção, supermercados, trabalho braçal, provocando assim maior número de evasão e repetência.

5.11.1 - ÍNDICE DE APROVEITAMENTO ESCOLAR

		APROV.	REPROV.	DESI.	TOTAL
2009	1ª Série Manhã	79	3	0	82
	1ª Série Tarde	58	3	1	62
	1ª Série Noite	55	23	8	86
	TOTAL	192	29	9	230
	2ª Série Manhã	112	5	0	117
	2ª Série Noite	48	19	9	76
	TOTAL	160	24	9	193
	3ª Série Manhã	64	0	4	68
	3ª Série Noite	62	12	10	84
TOTAL	126	12	14	152	
2010	1ª Série Manhã	65	0	0	65
	1ª Série Tarde	70	8	0	78
	1ª Série Noite	38	25	0	63
	TOTAL	173	33	0	206
	2ª Série Manhã	69	3	0	72
	2ª Série Tarde	37	9	0	46
	2ª Série Noite	62	12	0	74
	TOTAL	168	24	0	192
	3ª Série Manhã	105	3	0	108
3ª Série Noite	50	7	0	57	
TOTAL	155	10	0	165	
2011	1ª Série Manhã	64	5	0	69
	1ª Série Tarde	65	4	0	69
	1ª Série Noite	43	10	6	59
	TOTAL	172	19	6	197
	2ª Série Manhã	100	2	0	102
	2ª Série Tarde	25	0	0	25
	2ª Série Noite	47	9	9	65
	TOTAL	172	11	9	192
	3ª Série Manhã	77	2	1	80
	3ª Série Tarde	18	3	0	21
	3ª Série Noite	64	8	5	77
	TOTAL	159	13	6	178

5.11.2 - CONTRADIÇÃO E CONFLITOS PRESENTES NA PRÁTICA DOCENTE

Repetir palavras e conceitos sem uma compreensão de seus significados é esvaziar a força transformadora das palavras, reduzindo-as a um mero invólucro.

É substituir a ação pela palavra vazia. É, enfim, transformar os conceitos em meros chavões. Se é papel da escola formar cidadãos, a escola é o local para isso. Mas o que se verifica é que, muitas vezes, a escola quer o aluno participativo apenas “lá fora” na sociedade, e não na escola. Nela o aluno não pode participar de decisões. Hoje o Colégio conta com um Grêmio Estudantil, o que fará mudar essa situação.

A Escola é um lugar de conflitos. Não existem receitas sobre a melhor forma de administrar conflitos, mesmo porque isto vai depender do equilíbrio, maturidade e sabedoria de cada um. Mas essa sabedoria pode ser aprendida.

É saber atuar com justiça, para isso, o diretor e o professor não podem perder de vista o interesse maior da Educação, que deve estar acima dos interesses individuais.

É importante evitar que os conflitos caiam para o campo pessoal e do desrespeito. É necessário educar a si próprio e a todos para o respeito profissional e pessoal, dando exemplos práticos de coerência como valores fundamentais para convivência humana, como o respeito, a generosidade, a tolerância, a humildade, a justiça.

O diretor deve ser o mediador, abrindo espaço da fala, ouvir os professores, reuniões, caixa de crítica e sugestões.

5.11.3 - FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

Os professores, equipe pedagógica, possuem um bom nível intelectual. Todos com curso superior e especialização em suas disciplinas. Os Agentes Educacionais II (Técnico Administrativo), também possuem curso superior e pós graduação. A SEED frequentemente oferece cursos de capacitação aos professores, embora haja pouca participação. Também são realizados grupos de estudos, divididos por área de atuação.

Será proposto durante o ano letivo, juntamente com a direção, equipe pedagógica e professores, grupos de estudos que propiciem, sempre que necessário, o aprofundamento sobre a função do planejamento, metodologia, conteúdo e avaliação, no processo de ensino e aprendizagem.

5.11.4 - ORGANIZAÇÃO DO TEMPO E DO ESPAÇO

Os tempos e os espaços escolares precisam ser flexíveis para evitar monotonia, para que os alunos possam aprender com mais interesse e por meio da construção e reconstrução de significados. Todo o espaço escolar, sem exceção, precisa ser destinado à aprendizagem, à construção de currículos.

Estamos vivenciando um período de implantação de uma nova concepção de educação, em que todas as decisões relativas à organização dos tempos e dos espaços escolares são da competência da própria escola. Cada uma, portanto tem autonomia para estabelecer com a comunidade escolar como serão organizados esses tempos e o próprio espaço.

A reflexão sobre esse tema deve buscar, em conjunto, a implementação de novas formas de relação professor/aluno, aluno/aluno e outras, em ambiente mais democrático, mais participativo e no qual a disciplina seja encarada de forma mais aberta e responsável.

Assim, tornando os momentos escolares do adolescente uma experiência significativa de socialização e de vida, certamente será possível garantir um dos grandes desafios atuais do ensino público brasileiro: o direito de permanência na escola.

O Colégio Estadual Carolina Lupion – Ensino Médio, a partir do ano de 2009 oferta o Ensino Médio nos turnos: manhã, tarde e noite

Horário de funcionamento dos cursos:

Período matutino: 7h30 às 11h55min.

Período vespertino: 13h00 às 17h25min

Período noturno: 19h00 às 23h15min.

No período matutino oferecemos: 3 salas 1ª série, 3 salas de 2ª série e 3 salas de 3ª série (ano letivo de 2012), em 2013 o colégio oferta uma sala para as praticas pedagógicas de formação de docentes de forma integrada.

No período vespertino oferecemos: 3 salas de 1ª série, 1 sala de 2ª série, 1 sala de 3ª série, e 1 sala para Formação de Docentes (ano letivo de 2012) e no ano de 2013 o colégio oferta mais uma sala de formação de docentes de forma intragado.

No período noturno oferecemos: 2 salas de 1ª série, 2 salas de 2ª série e 2 sala de 3ª série e 1 sala de CELEM-Espanhol (ano letivo de 2012).

No período contraturno, tem 3 salas de atividades complementares.

5.11.5 - EQUIPAMENTOS FÍSICOS E PEDAGÓGICOS

Nosso colégio possui uma sala para o diretor, uma sala para a equipe pedagógica, uma sala para professores, uma sala para secretaria com banheiro, uma biblioteca, um laboratório de informática, uma sala para laboratório de Física, Química e Biologia, uma sala de vídeo, uma cozinha com refeitório, uma cantina comercial, uma quadra coberta poliesportiva, um banheiro masculino e outro feminino.

Recursos didático-pedagógicos e equipamentos: várias TVs, dvd, vídeos, retroprojetores, antenas parabólicas, impressoras, computadores, aparelho de som, planetário, dorso, esqueleto, microscópio, globo, mapas, materiais para o laboratório.

Um dos problemas que aflige os educadores é o excesso de alunos em sala de aula que dificulta o trabalho individualizado por parte dos professores. Se o número de alunos fosse menor, a qualidade de ensino seria melhor. Para o Estabelecimento a dificuldade maior é fazer com que vários professores da mesma disciplina consigam se reunir para discutir e planejar seus Planos de Trabalhos.

5.11.6 - RELAÇÕES DE TRABALHO NO COLÉGIO

O relacionamento entre direção, direção auxiliar, professores e alunos do colégio é satisfatório, porém os pais dos alunos raramente acompanham o desenvolvimento escolar, preocupando-se apenas com o avanço de série e não com o crescimento intelectual dos mesmos, não incentivam a ter hábitos de estudo em casa, leitura, revisão de conteúdo. A Educação deve ser o objetivo de todos, as ações desenvolvidas por cada uma dessas partes devem estar articuladas de forma que; uma depende da outra, e que, no fazer coletivo das ideias, possam atingir as metas determinadas pela comunidade escolar.

5.11.7 - ORGANIZAÇÃO DA HORA ATIVIDADE

A hora atividade foi organizada de maneira que os professores possam encontrar-se um dia na semana, por disciplina. É um horário de estudos, correção de atividades dos educandos, planejamento de aula, trocas de experiências.

Devido ao grande número de professores da mesma disciplina trabalhando em outras escolas encontramos dificuldades para reuni-los em um mesmo horário, tornando inviáveis os encontros com todos.

5.11.8 – INCLUSÃO

A Educação inclusiva se caracteriza como uma política de justiça social que alcança alunos com necessidades educacionais especiais, tomando-se aqui o conceito mais amplo, que é o da Declaração de Salamanca. O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

O nosso Colégio já vem recebendo alunos com necessidades especiais, aquelas que dificultam a aprendizagem, embora em número reduzido.

O espaço físico do colégio já está adaptado para atender alunos com necessidades especiais (cadeirantes e surdos), porém, falta ainda materiais adequados para outras deficiências.

No Colégio temos um aluno com 19 anos cursando 3º ano do Ensino Médio, com deficiência auditiva e um aluno com 14 anos, cursando a 1º ano do Ensino Médio, cadeirante, que no momento esta recebendo atendimento domiciliar, onde as adaptações foram a de preparar a escola com rampas, cadeiras apropriadas, banheiros adaptados e a contratação de professor intérprete de libras.

5.12 - GESTÃO DEMOCRÁTICA

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB nº 9394/96 que garante, entre outros, a gestão democrática na escola, a educação brasileira conquista o direito de, efetivamente, refletir a necessidade e a importância da participação consciente dos diretores, pais, alunos, professores e funcionários com relação às decisões a serem tomadas no cotidiano escolar, na busca de um compromisso coletivo com resultados educacionais mais significativos.

Esta educação, cuja meta é valorizar o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária, agregada ao fato de fortalecer cada vez mais a democracia no processo pedagógico, encontra no projeto de Gestão Democrática da Escola uma oportunidade real de transformar a escola em um espaço público onde

diversas pessoas têm a possibilidade de articular suas ideias, estabelecer diálogo e considerar diferentes pontos de vista.

5.12.1 - CONSELHO DE CLASSE E PÓS CONSELHO

Formados pelo diretor, professores, equipe pedagógica e alunos. É realizado por série com a participação de alunos e professores. No Pré-Conselho de Classe são discutidos os seguintes assuntos: aprendizagem, nota, comportamento, alunos faltosos, desinteresse, problemas emocionais, metodologias diversificadas para melhorar o aproveitamento do aluno dentre outros. Em seguida são relacionadas as possíveis soluções como : atendimento individual, conversar com a equipe ou pai. E com o Pós Conselho é feito um trabalho de recuperação e são tomadas medidas para que os alunos possam recuperar suas notas antes de chegarem ao conselho final, sendo essas tomadas para melhor rendimento escolar.

No final do ano, após apuração dos resultados, os alunos que não conseguiram atingir a média, os professores decidem pela aprovação ou reprovação dos mesmos. Todas essas práticas são de acordo com o que estabelece o Regimento Interno do Colégio.

5.12.2 - CONSELHO ESCOLAR

O Conselho da Escola é um colegiado formado por todos os seguimentos da comunidade escolar: pais, alunos, professores, direção e demais funcionários. Por meio do Conselho, todas as pessoas ligadas à escola podem se fazer representar e decidir sobre aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos, tornando esse colegiado não um canal de participação, mas também um instrumento de gestão da própria escola.

Não podemos considerar a natureza do Conselho como uma questão menor. Suas funções são sempre revestidas de grande importância e relevância. Portanto, se faz necessário que o Conselho seja mais atuante e participativo em nosso colégio. Ainda há a necessidade de conscientizar alguns professores da real finalidade atribuída a esse órgão que é a de estudar e interpretar a aprendizagem do aluno, em relação ao seu trabalho realizado em sala de aula, bem como revelar as necessidades e possíveis modificações metodológicas, a fim de projetar suas estratégias para o próximo bimestre.

5.12.3 - GRÊMIO ESTUDANTIL

Regularmente constituído no colégio. É regido de acordo com Estatuto próprio e assegurado pela Lei 7398 da Constituição Federal, como entidade autônoma. É um órgão colegiado de representatividade dos alunos, pois em nosso Colégio o grêmio é muito atuante.

5.12.4 - ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS – APMF

O trabalho dos pais, professores e funcionários devem ser em conjunto com a comunidade escolar, buscando uma efetiva identidade de conceito e sintonia de propósitos.

Portanto, deverá haver mais participação e melhor informação sobre situações que ocorrem no âmbito escolar, através de reuniões mais frequentes e que se cumpra o que está previsto em seu estatuto, com maior participação em eventos e na vida escolar.

5.12.5 - PARTICIPAÇÃO DOS PAIS

É entendimento no estabelecimento que o envolvimento da comunidade escolar melhora a qualidade das decisões tomadas e têm um papel fundamental na democratização, mas como citamos anteriormente falta uma maior participação ativa dos pais; o interesse e motivação causada pela pouca conscientização e integração da escola com os pais; o conhecimento do valor dos pais na educação dos filhos; a cultura de que os pais acham que educação é responsabilidade única da escola.

Existe a necessidade da escola criar condições para que a participação dos pais realmente aconteça.

5.12.6 - CRITÉRIOS DE ORGANIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE TURMAS

A distribuição de turmas do Colégio é feita com a finalidade de desenvolver e assegurar ao educando o direito à formação básica para o exercício da cidadania, preservando sempre o caráter unitário da Lei. As turmas são formadas em ordem alfabética, obedecendo critérios estabelecidos no Regimento Escolar.

5.13 - DESAFIOS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEOS

Diante das exigências, a escola precisa oferecer serviços de qualidade, de modo que os alunos que passem por ela ganhem melhores e efetivas condições de exercício da liberdade política e intelectual. É este o desafio que se põe à educação escolar neste final de século. Para isso, professores são necessários, sim. Todavia, novas exigências educacionais pedem às universidades e cursos de formação para o magistério um professor capaz de ajustar sua didática às novas realidades da sociedade, do conhecimento, do aluno, dos diversos universos culturais, dos meios de comunicação. O novo professor precisaria, no mínimo, de uma cultura geral mais ampliada, capacidade de aprender a aprender, competência para saber agir na sala de aula, habilidades comunicativas, domínio da linguagem informacional, saber usar meios de comunicação e articular as aulas com as mídias e multimídias.

5.14 – DIVERSIDADE

Nosso colégio também participa de vários programas ofertados pelo Governo do Estado do Paraná como:

- “JOGOS COLEGIAIS” – como incentivo para pesquisa, trabalho em grupo, e integração entre professor e aluno, etc;

- “A EDUCAÇÃO DO CAMPO” - valorização do trabalho rural na busca de experiências no tratamento do solo, reaproveitamento do lixo e preservação do meio ambiente;

- “PARANÁ ALFABETIZADO” - busca resgatar jovens, adultos e idosos na superação do analfabetismo;

Contemplamos a Lei nº 11.645/08, história e cultura afro-brasileira, africana e indígena em todos os programas desenvolvidos no colégio em busca da transformação do indivíduo e também os conteúdos obrigatórios de história do Paraná (Lei nº 13381/01), música (Lei nº11.769/08) prevenção do uso indevido de drogas, sexualidade humana, educação ambiental, educação fiscal, enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente. Direito das crianças e Adolescente L.F. nº 11525/07, Educação Tributária Dec. Nº 1143/99, Portaria nº 413/02, Educação Ambiental L.F. nº 9795/99, Dec. Nº 4201/02.

5.15 – ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

O Estágio é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular e a educação profissional.

O Estágio faz parte do Projeto Político, além de integrar o itinerário formativo do educando, visando o aprendizado e competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

5.16– E OUTROS:

FORMAÇÃO DE DOCENTES

A Formação de Docentes, é um curso que nossa comunidade esperava a muito, tendo em vista a falta de docentes nas primeiras séries do Ensino Fundamental, sendo um curso extensivo da cidade de Ribeirão Claro, do Colégio Estadual Prof. Joaquim Adrega de Moura – E.M.P.N., Ato Administrativo nº 189/09 – NRE de 13 de Novembro de 2009, referente ao Adendo de Alteração e Acréscimo nº 01/09 do Regimento Escolar.

O Colégio ofertará em 2013, o curso de Formação de Docentes para Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em nível Médio, na modalidade normal integrado.

JUSTIFICATIVA

A extensão do curso de Formação de Docentes, torna-se formador de cultura. Os problemas sociais, econômicos e políticos da sociedade é imprescindível para a formação de cidadãos. Dotados de valores e competências para enfrentar o mercado de trabalho com postura crítica e ética. A falta de profissionais nas áreas iniciais do ensino fundamental e educação infantil em nosso município, nos impulsiona a ofertar o curso de Formação de Docentes. Toda sociedade carlopolense acolheu com muita satisfação, sendo que a procura superou as expectativas e a demanda foi maior que a oferta.

O Colégio Estadual Carolina Lupion, tem condições físicas, estruturais, recursos tecnológicos e acervo bibliográfico, compatíveis com o curso, bem como o

Corpo Docente, os quais são profissionais especializados e competentes. O pedido de descentralização foi autorizado para um Estabelecimento de Ensino já reconhecido pela resolução nº 550/09 DE 30/04/2009. Procuramos ofertar e preparar profissionais competitivos para o exercício da cidadania e que sejam capazes de exercer uma profissão com muita dedicação e ética.

O Colégio oferta “Atividades Complementares em Contraturno” das disciplinas de Matemática, Biologia e Educação Física, sendo que Ed. Física vai trabalhar como “Hora Treinamento”, para os alunos que tem interesse em ter um maior conhecimento dessas disciplinas, com a necessidade de garantir a permanência desses alunos na escola e também em 2013, oferta 04 (quatro horas de Estágio da Formação de Docentes em contraturno).

CURSOS À DISTÂNCIA

O Colégio em parceria com o Instituto Federal do Paraná - IFPR, disponibiliza cursos à distância em Administração, Secretariado, Segurança do Trabalho e Reabilitação de Dependentes Químicos.

O público alvo são pessoas que querem aprender uma profissão e um curso técnico, para estarem mais habilitados para o mercado de trabalho.

São ofertadas 40 (quarenta) vagas em cada curso. As aulas acontecem no período noturno, com a presença de um tutor, que é um professor QPM do Colégio.

6 - MARCO CONCEITUAL

6.1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DO COLÉGIO

O presente Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Carolina Lupion- Ensino Médio, foi concebido e reelaborado a partir da compilação do conjunto de leitura crítica de documentos e informações sobre as mudanças das diretrizes que norteiam os princípios teóricos e metodológicos da prática educativa e da reflexão sobre a formação e o fazer dos professores, considerando o seu compromisso social, sem perder de vista a conjuntura contemporânea.

É importante ressaltar que o Projeto Político Pedagógico não é um documento definitivo, ao contrário, tem um caráter dinâmico, possibilitando mudanças que estejam sempre de acordo com os interesses e necessidades de uma sociedade justa e igualitária, sendo a pedagogia adotada a mesma da SEED, a “Pedagogia Histórico-Crítica” numa relação dialética.

O Colégio, compreendido como local dinâmico de saberes, espaço de diálogo, busca permanentemente de sintonia com nossos tempos, atento às necessidades e renovações, como também impulsionadas pelas necessidades educacionais da realidade circundante, não pode se eximir de seu compromisso com os programas que buscam a melhoria da educação.

O Projeto Político Pedagógico, ao se constituir em processo democrático, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, em busca da melhoria da qualidade do ensino.

O Colégio vai ofertar As Atividades Complementares Curriculares em Contraturno como política pública conforme a Resolução Secretarial nº 1690/2011 de 24/04/2011, que institui o Programa de Atividades Complementares Curriculares, pois a necessidade de garantir a permanência dos alunos do Ensino Médio e Formação de Docentes na escola; bem como a necessidade de ações pedagógicas que garantam a qualidade de ensino e integradas ao Currículo Escolar, com ampliação de tempo, espaços e oportunidades de aprendizagem que visam ampliar a formação do aluno. As Atividades Complementares Curriculares têm como objetivos: Promover a melhoria da qualidade do ensino por meio da ampliação de tempo e espaços e oportunidades educativas realizadas na escola de acordo com as

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica do Estado do Paraná, sendo que os professores vão articular a teoria e a prática, vinculando o trabalho intelectual com atividades práticas experimentais.

6.1.1 – FILOSOFIA DO COLÉGIO

Acreditamos que, nossa realidade, a proposta mais democrática do Ensino Médio é a que assegure para todos e de forma concreta as finalidades que a própria LDB nº 9394/96 define para este nível de ensino. Tal proposta se opõe ao ensino tradicional que beneficia os já incluídos e também se distancia de um ensino profissionalizante estrito, do tipo tecnocrático, voltado para a produção em série de especialistas, que aprendem a fazer, apenas, mantendo-se condenados à pobreza cultural.

6.1.2 - CONCEPÇÃO EDUCACIONAL

É esse o nosso maior desafio, o ponto de chegada de propostas mais democráticas e que não acentuam as desigualdades já existentes na nossa sociedade. O ponto de partida será sempre nosso aluno e sua camada, sendo que a educação é de igualdade de condições para todos e o acesso e a permanência na escola é direito de todos.

6.1.3 - PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO

Assim, entendemos que a escola média deverá ser capaz de, articulando ciência, trabalho e cultura, exercer a função universalizadora e que as finalidades postas para o Ensino Médio na LDB nº 9394/96 devem ser tomadas como ponto de chegada, orientando as ações que considerem a escola e o jovem como referência.

Para tanto, a escola de Ensino Médio precisa deixar de ser enciclopédica para ser capaz de oferecer a todos que a procuram uma proposta que integre conhecimentos capazes de articular teoria e prática, pensamento e ação.

Outro ponto importante na proposta da escola é que deve incorporar as novas tecnologias e suas linguagens. São recursos de um rico potencial. A questão agora é como os atores educacionais vão se apropriar dessas novas tecnologias, não só do ponto de vista de seu manuseio, mas principalmente de sua utilização pedagógica, para que possam provocar impactos positivos na escola, apesar de

estar sendo ofertados cursos de Educação Digital, não sendo possível a participação da maioria dos professores, visto que trabalham em mais de um estabelecimento de ensino.

6.1.4 - OBJETIVOS DO COLÉGIO

A escola essencialmente tem que passar conhecimentos que a humanidade vem produzindo. Ela existe para isso. Como esse conhecimento não é produção individual, não tem dono, é social e historicamente construído, é também importante que as pessoas adquiram esses conhecimentos dentro desse contexto social e coletivo.

A participação na construção do projeto é direito de todos, conforme a LDB 9394/96, é no coletivo que um conhecimento mais global e verdadeiro da escola é construído. É esse movimento, onde se entrelaçam os diversos saberes que cada um possui, que cria a possibilidade de um conhecimento comum a todos. É através da participação que cada pessoa é respeitada enquanto indivíduo e enquanto integrante de um corpo maior e coletivo, que é a escola.

6.1.5 - FINS EDUCATIVOS

O aluno que queremos é aquele com as exigências do mundo moderno, o aluno também precisa alterar profundamente o seu papel. Tornar jovens atores do seu próprio processo educativo. Com metodologias calcadas na criatividade da sala de aula, o aluno terá como desafio ações diferenciadas, como saber pensar, aprender a aprender, apropriar-se dos conhecimentos disponíveis pelos múltiplos recursos inovadores e adquirir competências, crítica reflexiva e criativa para produzir conhecimentos. Que os alunos sejam capazes de aprender a formular perguntas, ao invés de só respondê-las, com a consciência de que podem errar para encontrar o caminho do acerto, podem desafiar para criar e podem ousar para construir o novo. Porém, essencialmente precisam aprender a aprender, pois a sociedade do conhecimento, a renovação e a transformação são muito rápidas e os estudantes precisam estar conscientes de que não existe terminalidade na aprendizagem, pois ela deverá ser contínua e ininterrupta.

O professor que queremos será aquele que se propõe a acompanhar as exigências do mundo moderno deverá alterar sua postura com os alunos, devendo passar a tratá-los como indivíduos responsáveis pelo próprio processo educativo. O

docente precisa deixar de ser um repetidor de receitas para empreender projetos pedagógicos, com simulações de problemas aproximados da realidade que desafiem os alunos a serem criativos, autônomos e críticos.

Deve desencadear atividades que gerem capacidade produtiva e instiguem o espírito de investigação. Ao planejar ações que demandem o raciocínio lógico, deve ter sensibilidade de provocar a reflexão ética, o diálogo, o espírito de grupo e a plena vivência da cidadania consciente.

6.1.6 - CONCEPÇÕES NORTEADORAS PELA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL.

Os artigos 23 e 24 da LDB 9394/96, indicam a organização da Educação Básica e o Artigo 35 desta mesma lei, explicita que o Ensino Médio é a “etapa final da educação básica”, com característica de terminalidade, cuja oferta deve ser assegurada a todo cidadão para consolidar e aprofundar os “conhecimentos adquiridos no ensino fundamental”, possibilitar o prosseguimento de estudos, garantir “a preparação básica para o trabalho e a cidadania”, dotar o educando dos instrumentos que permitam “continuar aprendendo”, aprimorar “o educando como pessoa humana”, para desenvolver “a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos”.

6.1.7 - DIRETRIZES CURRICULARES QUE NORTEIAM A AÇÃO DO COLÉGIO

O Currículo Escolar do Colégio Estadual Carolina Lupion - Ensino Médio, está organizado em séries e subdividido em períodos bimestrais.

As aulas de 50 minutos, em algumas disciplinas serão geminadas, por opção do professor, totalizando 1 hora e 40 minutos para cada disciplina, distribuída de acordo com a carga horária.

O objetivo desta forma de trabalho, é ofertar ao professor e aluno, maior disponibilidade de tempo para desenvolverem melhor os conteúdos a serem estudados.

6.1.8 - CONCEPÇÕES DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 54 é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 55. Os pais ou responsáveis têm obrigação de matricular seus filhos e pupilos na rede regular de ensino.

Art. 58. No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura.

6.1.9 - CONCEPÇÕES DAS CAPACITAÇÕES CONTINUADAS

Os Professores e Pedagogos estão em constante capacitação continuada como: grupo de estudos, reuniões quando necessário para estudos de textos de fundamentação teóricos enviados pelo NRE.

Os Professores PDE 2008, 2009 e 2010, estão implementando os seus projetos neste Colégio, sendo que o professor PDE 2008 fez a implementação com o Tema: Educação Financeira Com Ênfase no Consumo Consciente, sendo que esse projeto foi aplicado em contra turno, tendo como participantes alunos do 3º ano do ensino médio num total de 25 alunos participantes.

A Pedagoga PDE 2009 fez a implementação com o Tema: Organização do Trabalho Pedagógico, com ênfase na Organização do trabalho do pedagogo nos Conselhos de Classe, onde a pedagoga trabalhou com os pedagogos das escolas em 6 encontros no sábado para discutir o tema.

Temos mais uma Pedagoga, que também fez sua implementação com o Tema: As Tecnologias na Educação, com ênfase: A Tecnologia como apoio a prática docente, sendo feito um trabalho com os professores e os alunos do 3º ano do ensino médio.

Reflexão do Saber Matemático em algumas Escolas do Norte Pioneiro do Paraná – Pesquisa de Campo sobre O Saber Matemático com ênfase: na questão: Quais os fatores que interferem na aprendizagem da matemática, com alunos do 2º ano do ensino médio.

PDE 2010 foi implementando o seu projeto na área de Português – Literatura no 3º ano. Tema: O Ensino Aprendizagem de Leitura com ênfase: A essência versus aparência nos contos machadianos.

O ensino e aprendizagem da leitura na área de Português – Literatura no 3º ano. Tema: O gênero discursivo Artigo de Opinião na prática da sala de aula.

6.1.10 - CONCEPÇÃO DE HOMEM, SOCIEDADE, CULTURA, MUNDO, EDUCAÇÃO, ESCOLA, CONHECIMENTO, TECNOLOGIA, ENSINO-APRENDIZAGEM, CIDADANIA/CIDADÃO

No contexto retratado é desejável que o ser humano chegue a maturidade, segundo Aristóteles, pelas práticas das virtudes notadamente da justiça e da ética. Ética essa que deve ser buscada pela coletividade, no exercício exclusivo do pensamento contemplativo, visando o mútuo respeito e as responsabilidades pelas ações.

Nessa concepção de ética tem como princípio a própria vida humana em processo histórico de autoconstrução. A pessoa não é somente uma estrutura ontológica consciente e livre, mas é também vivência cultural e histórica, com informações gerais e científicas, com uma filosofia, uma religião e com experiência cotidiana diferentes. A vida ética, que começa na pessoa, estende-se necessariamente ao convívio social, isto é, o animal racional é também um animal político que se realiza com os outros, construindo um a sociedade digna de todos. Portanto, a ética é mais ampla que a vida pessoal e social, ela abrange o universo, envolvendo todos os seres vivos ou não. Trata de temas ecológicos que dizem respeito à totalidade da biosfera, além das questões de saúde, de bem-estar social e distribuição da riqueza. Estas referências constituem a base da ética a partir da pessoa consciente, livre e aculturada que interage com os outros na sociedade visando construir uma vida digna de todos os seres do universo.

Não dependendo de princípios abstratos, mas das circunstâncias da pessoa e do meio sócio-cultural. Por isso, ela é necessariamente inventiva, criativa e se constrói no diálogo de todos os interessados na solução de problemas. Ela convive com o sistema de virtudes que surgem da própria natureza humana como a coragem, o senso de justiça e da solidariedade que reforçam o senso ético, contudo a sociedade construída na justiça e na ética será também uma sociedade fraterna.

Se a educação reconhecer que a sociedade está em permanente evolução, com diferentes culturas, com múltiplas maneiras de explicar (concepções, paradigmas ou ideologias) é primordial construir criticamente a partir das condições existentes um novo cidadão, consciente, sensível e responsável, que pense global e aja localmente, sendo capaz de intervir e modificar a realidade social excludente a partir de sua comunidade, tornando-se assim, sujeito da sua própria história.

Só assim a escola dará um passo a frente ao seu papel transformador. Servindo aos interesses populares e garantindo verdadeiramente uma educação para a autonomia, isto é, para auto-governar-se. Um processo educacional somente será autônomo e libertador se for capaz de formar cidadãos críticos, dotados das condições que lhes permitam entender os contextos históricos, sociais e econômicos em que estão inseridos. Essa tendência histórica crítica caracteriza-se por uma postura crítica e reflexiva diante do saber escolar, do processo ensino aprendizagem e do papel sociopolítico da educação escolarizada.

A valorização da escola como instrumento de apropriação do saber é o melhor serviço que se presta aos interesses populares, já que a própria escola pode contribuir para eliminar a seletividade social e torná-la democrática, oferecendo um ensino de qualidade acessível a todos.

No século XXI exige que cada cidadão tenha condições mínimas para participar e agir ativamente na sociedade em que estão inseridos.

Para tanto a escola deve propiciar domínio da leitura e da escrita, capacidade de fazer cálculos e resolver problemas, capacidade de analisar, de sintetizar e interpretar dados, fatos e situações, capacidade de compreender e atuar em seu entorno social, bem como, converter problemas em oportunidades, organizar-se para defender os interesses da coletividade e solução de problemas, atuar para fazer da nação um Estado Social de Direito, isto é, trabalhar para tornar possível o respeito aos direitos humanos, ser crítico com a informação que lhe chega, ter capacidade para localizar, acessar e usar melhor a informação acumulada, ter capacidade de planejar, trabalhar e decidir em grupo, esses são pressupostos importantíssimos para o exercício da cidadania.

No ensino público estadual é notório o esforço e a tentativa de dar eficácia à escola e universalização do seu acesso, para tanto a descentralização do sistema pedagógico como prática social coletiva é essencial. É necessário o envolvimento de toda a comunidade escolar na construção do Projeto Político Pedagógico, fornecendo orientação teórica e prática para uma forma participativa efetiva. Acredita-se que com as experiências de todos e as suas respectivas visões de mundo possa ser relevantes para uma transformação social. E que a escola possa ser um dos espaços para aprender a conviver, a ser, a fazer, a conhecer e para propiciar a troca, a imaginação, a interação, a investigação e a partilha.

Contudo, o processo de aprendizagem envolve a aquisição de conteúdos das diversas áreas do conhecimento, exercitando as habilidades cognitivas, com vistas à análise histórico-crítica dos conteúdos.

Para tanto, a gestão da escola deve ser participativa entendida como uma forma regular e significativa de envolvimento de todos na organização e no seu processo decisório. Os funcionários, professores, pais e alunos devem ser envolvidos no estabelecimento na tomada de decisões, nos objetivos a ser atingidos, na solução de problemas, isso pressupõe-se a ideia de participação, isto é, do trabalho associado a pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agindo sobre elas em conjunto. Isso porque o êxito de uma organização depende da ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um todo orientado por vontade coletiva.

A educação atual tende a ser tecnológico, o que, por sua vez, vai exigir o entendimento e interpretação de tecnologias. Como as tecnologias são complexas e práticas ao mesmo tempo, elas estão a exigir uma nova formação de homem que remeta à reflexão e compreensão do meio social em que ele se circunscreve. Esta relação, educação e tecnologia – está presente em quase todos os estudos que têm se dedicado a analisar o contexto educacional atual, vislumbrando perspectiva para um novo tempo marcado por avanços acelerados. Mello (1993) afirma que a educação passa a ocupar, hoje, junto com as políticas de ciência e tecnologia, tem lugar central nas decisões macropolíticas do Estado em termos de qualificação dos recursos humanos exigidos pelo novo padrão de desenvolvimento.

A Lei nº. 9393/96 das Diretrizes e bases da Educação Nacional traz referências explícitas e implícitas sobre tecnologia, como o domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna (art.35); o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia (art.43); a determinação de uma educação profissional, integrada à diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia.

Uma escola atualizada não pode ignorar o modo de funcionamento da mente humana, as necessidades da aprendizagem e as novas tecnologias informáticas, diretamente associadas à concepção de inteligência. É preciso hoje pensar o conhecimento, e o currículo, como uma ampla rede de significações e a escola como lugar não apenas de transmissão do saber, mas também de construção coletiva (Andrade, 1998).

6.1.11 - CONCEPÇÃO DE TEMPO E ESPAÇO NA ESCOLA

"A Sala de Aula: Espaço Físico e Pedagógico", elegendo como eixo principal a relação professor-aluno, uma vez que esta representa um dos elementos fundamentais dos processos educativos (qualitativamente superiores), ou seja, facilitadores da construção e socialização do conhecimento, bem como do desenvolvimento máximo das potencialidades humanas de alunos e professores.

Assim sendo, buscamos identificar e compreender as articulações entre as relações interpessoais e as práticas educativas presentes no espaço físico e pedagógico da sala de aula, como refletir e compreender os elementos constitutivos do processo, entre professores e alunos, tendo em vista que "o espaço da sala de aula é o lugar onde os professores e alunos se encontram e constroem a educação".

6.1.12 - CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

A realização da gestão democrática significa encontrar caminhos para atender às expectativas da sociedade a respeito da atuação da escola, estabelecer relações mais flexíveis e menos autoritárias entre educadores e clientela escolar.

Ao longo do processo de participação, estabelecem-se situações de aprendizagem de mão dupla: ora a escola estende sua função pedagógica para fora, ora a comunidade influencia os destinos da escola. A maneira mais comum de assegurar a participação de todos os interessados, é a continuidade de um Conselho Escolar atuante. Conclui que a construção de uma escola e de uma sociedade democrática são processos que se desenrolariam ao mesmo tempo e que esta gestão possibilitaria demonstrar relações de mando e submissão, fazendo surgir o sujeito coletivo, que decide, age e pode atuar na transformação social.

6.1.13 - ADMINISTRAÇÃO COLEGIADA

A importância de se ouvirem as vozes dos professores, dos alunos, dos pais, bem como as dos outros sujeitos envolvidos no processo de construção do Projeto Político Pedagógico. Acreditamos, conseqüentemente, que alguns avanços significativos encontrados na prática pedagógica de muitas escolas pode contribuir para construção desse processo, merecendo especial atenção aos seguintes aspectos: o papel da escola, dos profissionais e da clientela, as condições de trabalho, a gestão e o Projeto Político Pedagógico, a política educacional. É preciso

que todos os seguimentos lutem para que a escola seja palco de inovação e investigação e torne-se autônoma, é fundamental a opção por um referencial teórico-metodológico que permita a construção de sua identidade e exerça seu direito à diferença, à singularidade, à transparência, à solidariedade e à participação. Precisamos reconstruir a utopia e, como profissionais da educação, refletir e questionar profundamente o trabalho pedagógico que realizamos até hoje em nossas escolas.

6.1.14 - CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Para ser bem-sucedido, qualquer projeto de formação contínua realizada na escola ou em outro local precisa ter assegurado algumas condições. É preciso que os educadores sejam valorizados, respeitados e ouvidos – devem expor suas experiências, ideias e expectativas. É preciso também que o saber identifique as teorias que eles praticam e crie situações para que analisem e critiquem suas práticas, reflitam a partir delas, dialoguem com base nos novos fundamentos teóricos, troquem experiências e proponham formas de superação das dificuldades.

A formação continuada de educadores que atuam na escola básica será mais bem-sucedida, se forem encaradas como valor e condições básicas para o desenvolvimento profissional dos trabalhadores em educação. A estrutura e a gestão democrática são elementos essenciais por enaltecerem a participação e o envolvimento dos professores e técnicos. Nesse sentido, a título de exemplo, o calendário escolar precisa garantir anualmente (semestres, bimestres, meses, dias) oportunidades para que os professores se encontrem, analisem, problematizem, façam trocas de experiências pedagógicas bem sucedidas, enfim, reflitam na rotina e sobre a ação, concretizando, assim, a formação contínua na rotina escolar. Dessa forma, ela não será percebida como eventual, esporádica, mas como algo inerente ao trabalho educativo que a escola realiza.

6.1.15 - CONCEPÇÃO DA HORA ATIVIDADE

A hora atividade deve ser o espaço de relevância, em que os professores conjuntamente reflitam sobre sua prática pedagógica. Através de troca de experiência, estudo, planejamento das aulas etc..Também é o momento em que a equipe pedagógica interage junto com os professores, auxiliando em suas necessidades.

6.1.16 - CONCEPÇÃO DE PLANO DE TRABALHO DOCENTE

Os professores se reúnem por disciplina para discutir os conteúdos dados no decorrer de cada bimestre, bem como os objetivos, as metodologias, avaliações e outros a serem aplicadas conforme a sua clientela.

6.1.17 - CONCEPÇÃO DA REUNIÃO PEDAGÓGICA

A reunião pedagógica vem sendo apontada como espaço privilegiado nas ações partilhadas da equipe pedagógica com os professores, nas quais ambos se debruçam sobre as questões que emergem da prática, refletindo sobre elas, buscando-lhes novas respostas e novos saberes, ao mesmo tempo.

O que ainda nos falta, é o tempo necessário para discutirmos os problemas inerentes da nossa escola, tais como: troca de experiência entre os professores, planejamento mais homogêneo e interdisciplinar.

6.1.18 - CONCEPÇÃO DO CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de classe é o espaço de uma avaliação diagnóstica da ação pedagógica – educativa da escola, feita pelos professores e pelos alunos (em momento distintos, às vezes) à luz do ato operacional da escola.

Deve constituir-se numa ação pedagógica histórica, isto é, inserida dentro do processo de vida que a escola vive, intencionalmente executada e com um fim claro. Um espaço de reflexão pedagógica em que o professor e o aluno se situam conscientemente no processo que juntos desenvolvem. Não é apenas um espaço burocrático de se entregar às notas dos alunos a equipe pedagógica.

O Conselho de Classe visa desencadear ações voltadas para análise do papel desempenhado no processo de ensino e aprendizagem, convergindo de modo crítico a análise dos resultados obtidos pelos alunos e a organização do trabalho pedagógico do estabelecimento de ensino, pois conforme Dalben (2004) é a partir da sujeição de interpretação das condições objetivas e subjetivas que regem as ações docentes que permitem que determinadas práticas, conceitos e encaminhamentos necessários à luz dos pressupostos teóricos.

6.2 - CONCEPÇÃO DO TEMPO ESCOLAR

A organização dos tempos e dos espaços da escola reflete a concepção pedagógica adotada pelo coletivo. Ela permite situar a escola em um espaço de trabalho mais rico, flexível e democrático, abrindo novas possibilidades pedagógicas e de interação, com o envolvimento de alunos, professores e da própria comunidade.

O Colégio é de Ensino Médio, e continuará a ser organizado por série e por disciplina, com a duração do curso em três anos.

Na educação Profissional – Curso de Formação de Docentes além das considerações acima descritas, tendo como foco a formação profissional, serão consideradas as habilidades desenvolvidas para o futuro exercício docente. Desta forma far-se-á a integração da teoria a sua aplicação prática no Estágio Supervisionado, onde, sob o acompanhamento do professor da área, serão analisados os aspectos qualitativos de sua formação, sendo o curso de Formação de Docentes com duração de 4 anos com 25 aulas semanais e 5 aulas de estágio supervisionado em período contraturno.

6.3 - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização Curricular do Colégio é feito por disciplina, tanto no Ensino Médio e Formação de Docentes.

A organização curricular está assim definida:

Annual, com duração de anos com 25 aulas semanais e 5 horas de estágio supervisionado em período contrário.

Estão contempladas disciplinas da base nacional comum e blocos de disciplinas de: Fundamentos da Educação; Gestão Escolar e Metodologias De Ensino Na Prática de Formação, temos uma única disciplina que é de Estágio Supervisionado.

6.4 - MATRIZ CURRICULAR

Matriz Curricular de acordo com a LDB nº 9394/96 (disciplinas, séries, carga horária, parte diversificada, LEM) e Formação de Docentes.

NRE: 17 – JACAREZINHO		MUNICÍPIO: 0471 - CARLÓPOLIS	
ESTABELECIMENTO: 00291 – COLÉGIO ESTADUAL CAROLINA LUPION – EM.			
ENTIDADE MANTENEDORA: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ			
CURSO: 0009–ENSINO MÉDIO		TURNO: MANHÃ/TARDE/NOITE	
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2012			
FORMA DE IMPLANTAÇÃO: SIMULTÂNEA			

DISCIPLINAS		SÉRIES		
		1ª	2ª	3ª
BASE NACIONAL COMUM	Arte	2	2	-
	Biologia	2	2	2
	Educação Física	2	2	2
	Filosofia	2	2	2
	Física	2	2	2
	Geografia	2	2	2
	História	2	2	2
	Língua Portuguesa	2	3	3
	Matemática	3	2	4
	Química	2	2	2
	Sociologia	2	2	2
	SUB TOTAL	23	23	23
P. D.	* L.E.M - ESPANHOL	4	4	4
	L.E.M. - INGLÊS	2	2	2
TOTAL GERAL		29	29	29

Matriz Curricular de acordo com a LDB nº 9394/96

*Disciplina de matrícula facultativa ofertada no turno contrário no CELEM

ESTABELECIMENTO: COLÉGIO ESTADUAL CAROLINA LUPION – E. M.							
MUNICÍPIO: CARLÓPOLIS							
CURSO: FORMAÇÃO DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NORMAL EM NÍVEL MÉDIO.							
IMPLANTAÇÃO: GRADATIVA A PARTIR DE 2013							
TURNO: TARDE							
MÓDULO: 40							
BASE NACIONAL COMUM	DISCIPLINAS	1ª	2ª	3ª	4ª	H/A	Horas
	LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA	2	3	2	3	400	333
	ARTE	2				80	67
	EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2	2	320	267
	MATEMÁTICA	2	2	4	2	440	366
	FÍSICA			3	2	200	167
	QUÍMICA			2	2	160	133
	BIOLOGIA	2	2			160	133
	HISTÓRIA	2	2			160	133
	GEOGRAFIA	3				80	67
	SOCIOLOGIA	2	2			160	134
	FILOSOFIA	2	2			160	134
	Sub-total	19	15	13	11	2320	1934
	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA			2	2	160	133

PD							
	SUB-TOTAL			2	2	160	133
FORMAÇÃO ESPECÍFICA	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO	2				80	67
	FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO			2		80	67
	FUNDAMENTOS SOCIOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO		2			80	67
	FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO	2				80	67
	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL		2			80	67
	CONCEPÇÕES NORTEADORES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL		2			80	67
	TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL		2	2		160	133
	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	2	2			160	133
	LITERATURA INFANTIL			2		80	67
	METODOLOGIA DO ENSINO DE PORTUGUÊS/ALFABETIZAÇÃO			2	2	160	133
	METODOLOGIA DO ENSINO DE MATEMÁTICA			2		80	67
	METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA				2	80	67
	METODOLOGIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA				2	80	67
	METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS				2	80	67
	METODOLOGIA DO ENSINO DE ARTE				2	80	67
	METODOLOGIA DO ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA				2	80	67
	Sub-total	6	10	10	12	1520	1266
		25	25	25	25	4000	3333
	PRÁTICA DE FORMAÇÃO (ESTÁGIO SUPERVISIONADO)	5	5	5	5		
	TOTAL	30	30	30	30	800	667
TOTAL GERAL					4800	4000	

6.5 - RESOLUÇÃO CP Nº 1 DE 17/06/2004

Contemplamos a Lei nº 11.645/08 história e cultura afro-brasileira, africana e indígena em todos os programas desenvolvidos no colégio em busca da transformação do indivíduo e também os conteúdos obrigatórios de história do Paraná (Lei nº 13381/01), música (Lei nº11.769/08) prevenção do uso indevido de drogas, sexualidade humana, educação ambiental, educação fiscal, enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente. Direito das crianças e Adolescente L.F. nº 11525/07, Educação Tributária Dec. Nº 1143/99, Portaria nº 413/02, Educação Ambiental L.F. nº 9795/99, Dec. nº 4201/02.

A Educação com relação as Leis tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, assim como de atitudes, posturas e valores que preparam o cidadão para uma vida de fraternidade e partilha entre todos, sem as barreiras, estabelecidas por séculos de preconceitos e estereótipos que fecundaram o terreno para dominação de uma etnia sobre outra, de um povo sobre outro.

O ensino de História, Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena no Paraná tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, histórica e cultural dos afro-brasileiros e indígenas, bem como a garantia de reconhecimento e

valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas.

É fundamental que a direção e equipe pedagógica favoreçam a discussão junto a todo corpo docente sobre todas as Leis citadas. Este é um importante papel, contribuindo para que a escola reveja o processo pedagógico, garantindo a aprendizagem a todos. Para isso é necessário abrir na escola o debate, buscando conhecer a suas causas e organizando as ações alternativas para sua superação, com as diversidades, meio ambiente e o uso indevido de drogas, todos os temas, etc.

6.6 - LEI Nº. 11788/2008

Contemplamos a Lei nº. 11.788/2008, de 25 de setembro de 2008, que define as regras sobre o estágio de seus educando nos estabelecimentos da rede pública de ensino, sendo que o artigo 8º - das regras previstas na lei, faculta ao estabelecimento a opção pela não obrigatoriedade do estágio. O Conselho Escolar, em reunião realizada no dia 03/12/2008, deliberou, por maioria absoluta de seus membros, pela inclusão do estágio não obrigatório, na forma prevista na Lei nº. 11.788/2008, para os alunos matriculados no curso do Ensino Médio ministrado pelo estabelecimento de ensino.

Na ocorrência de estágio, as ações do processo devem constar a função do pedagogo ou professor orientador, que será o responsável pelo acompanhamento efetivo do estágio conforme previsto na lei e suas atividades avaliadas, no sentido de zelar pelo cumprimento do Termo de Compromisso firmado com a concedente.

6.7 - ENSINO DE FILOSOFIA E SOCIOLOGIA

O ensino de Filosofia e Sociologia são ofertados como disciplina específica, para construção da cidadania do educando, evidenciando, assim a importância das mesmas no Ensino Médio. Tendo em vista o conhecimento filosófico e sociológico, como atribuições básicas: investigar, identificar, descrever, classificar e interpretar/explicar todos os fatos relacionados na vida do educando, logo permite instrumentalizar o mesmo para que possa decodificar a complexidade da realidade, conforme Deliberação nº 03/08.

6.8 - CONCEPÇÃO DAS AÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS

A participação dos educando no programa “Fera e Com Ciência” são feitos através de projetos onde costuma ocorrer na escola, tendo como objetivo a ampliação, sistematização e socialização dos conhecimentos já produzidos sobre o tema escolhido, onde os alunos deixarão registrado o trabalho que realizaram e ao mesmo tempo terão oportunidades de atuarem como autores de um trabalho publicado.

Os jogos Escolares é um programa do Governo do Estado do Paraná para incentivar os educando da rede pública em várias modalidades esportivas. Como os jogos envolvem pessoas com deficiência, sem distinção de raça, cor e classe social, contribuindo assim para a inclusão social.

6.9 - CONCEPÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO CURRICULAR

Atividades complementares curriculares e hora treinamento de contra turno nas escolas da rede pública estadual, a partir da oferta de atividades pedagógicas de complementação curricular vinculados ao Projeto Político Pedagógico. Serão atividades relativas aos possíveis recortes de conteúdos disciplinares previstos na Proposta Curricular da escola que implica uma seleção de atividades organizadas em núcleos de conhecimentos que venham ao encontro do Projeto Político Pedagógico.

6.10 – CONCEPÇÃO DE DESAFIOS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEOS

Nossos alunos são da zona urbana e rural, portanto, o Projeto Político Pedagógico do Colégio, o qual envolve todas as ações, aspirações e concepções sobre o ato educativo de acordo com a realidade de nosso município, são alunos trabalhadores, cansados, de baixa renda e desmotivados. Nesta perspectiva, os professores vêm-se a preocupação com o resgate da função social da escola na apropriação dos conhecimentos e conteúdos.

É necessário que o professor vá além de dar aulas e sim cuidar da aprendizagem do aluno. Terá que haver maior número de profissionais como: pedagogo, psicólogo, entre outros. Percebemos que nossos professores cada vez mais se capacitam, tendo que demonstrar todos os dias que sabe re-educar. O currículo deve ser elaborado com objetivo de adequar a educação às novas

necessidades e especificidades, propiciando ao educando capacidade de desenvolvimento autônomo, tendo em vista a re-estruturação política e econômica, pois a sociedade atualmente cobra uma postura de integração e participação de modo a fazer parte da história.

A sala de aula passa por mudanças no seu significado, deixando de ser um local aonde os alunos vão apenas ouvir o professor, para se transformar num espaço de compartilhamento de saberes, em que as formas de produção do conhecimento e a pesquisa se tornarão os principais referenciais para a prática pedagógica.

6.11 - CONCEPÇÃO DE DIVERSIDADES

Entendemos como pessoas alfabetizadas quando lê, compreende e produz textos simples, de diferentes tipos de finalidades, sendo que precisamos superar o analfabetismo resgatando a dívida histórica da sociedade paranaense para com aquelas pessoas jovens, adultas ou idosas que não tiveram acesso ao mínimo de escolarização e que não possuem o domínio da escrita e da leitura. Superar o analfabetismo é oferecer a essas pessoas o direito básico do acesso a educação pública de qualidade.

Contemplamos a Lei nº 11.645/08 “história e cultura afro-brasileira, africana e indígena em todos os programas desenvolvidos no colégio em busca da transformação do indivíduo e também os conteúdos obrigatórios de história do Paraná (Lei nº 13381/01), música (Lei nº11.769/08) prevenção do uso indevido de drogas, sexualidade humana, educação ambiental, educação fiscal, enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente. Direito das crianças e Adolescente L.F. nº 11525/07, Educação Tributária Dec. Nº 1143/99, Portaria nº 413/02, Educação Ambiental L.F. nº 9795/99, Dec. nº 4201/02.

A educação indígena é uma modalidade de ensino que vem recebendo um tratamento especial por parte do Ministério da Educação, alicerçada em um novo paradigma educacional de respeito à interculturalidade ao multi-linguismo e a etnicidade incumbido de coordenar as ações educacionais no país por força do Decreto Presidencial 26/91. A implementação dessa política tem como objetivo assegurar a oferta de uma educação de qualidade aos povos indígenas.

Para construir referências comuns às escolas vinculadas a este projeto de educação precisamos antes pensar em alguns aspectos principais do que é o trabalho específico da escola, ou aos quais às funções sociais que assumem ou

devem assumir, já dialogando com a intencionalidade política e pedagógica da Educação do Campo. Estamos pensando ainda em aspectos ou tarefas gerais, que depois precisam ser desdobradas e pensadas pedagogicamente a partir dos diferentes sujeitos que estão nas escolas concretas, do vínculo que cada escola pode ter com projetos de desenvolvimento local ou regional, e levando em conta as diferenças de cada ciclo da vida e cada modalidade de escola.

6.12 - CONCEPÇÃO CURRICULAR

O currículo é um conjunto de saberes que vem associada a disciplinas e situações cotidianas, vindo de encontro a interesses técnicos científicos, associando-se a construção de saberes diários necessários a sobrevivência do cidadão na sociedade em que está inserido.

Pensando o currículo também como proposta de projeto de aprendizagem é preciso rever a organização, pois os alunos precisam ter interesses comuns para a escolha dos temas. Trabalhando então, a questão de grupo, de criatividade, de cidadania, da interdisciplinaridade do que o aluno já trás de conhecimento, contemplando a política de educação inclusiva, visando acesso do aluno ao conhecimento, orientando os professores a adequar o currículo à necessidade do aluno.

6.12.1 - RELAÇÃO ENTRE CONTEÚDO, MÉTODO, CONTEXTO SÓCIO-CULTURAL E FINS DA EDUCAÇÃO.

O conteúdo é a relação do que é aprendido e ensinado; o contexto sócio-cultural como é oferecido e ensinado os conhecimentos e os métodos de ensino e aprendizagem de como é ensinado, mas principalmente “porque” este conhecimento deve ser ensinado. O que levou a opção por tais conhecimentos, qual o interesse que existe por trás deles, tanto no Ensino Médio como na Formação de Docentes.

6.12.2 - RELAÇÕES ENTRE AS CONCEPÇÕES DE HOMEM, SOCIEDADE, MUNDO, EDUCAÇÃO, APRENDIZAGEM, ETC E A FINALIDADE DOS CONTEÚDOS.

O currículo precisa ser entendido como um processo de construção social, atravessado por relações de poder “que fizeram e fazem com que tenhamos

esta definição determinada de currículo e não outras que fizeram e fazem com que o currículo inclua um tipo determinado de conhecimento”. O currículo vigente na maioria das escolas caracteriza-se pela fragmentação, pela descontextualização e pela irrelevância.

6.12.3 - RESPEITO À IDENTIDADE CULTURAL DO ALUNO NA PERSPECTIVA DA DIVERSIDADE CULTURAL

Considerando que somos constituídos por aquilo que vemos, lemos, falamos, ouvimos, vestimos e considerando que esses discursos produzem nossas identidades, precisamos buscar outras construções curriculares, que incorporem a diversidade cultural, as questões de gênero, credo, etnia, classe social, sexualidade, corpo, consumo e ambiente, buscando compartilhar saberes e (re) construir significados.

No âmbito da escola e do processo de escolarização, portanto, a diversidade humana representa as diferenças nos estilos, ritmos, necessidades, interesses, histórias de vida e motivações de cada aluno (a).

Diferenças essas que devem ser (re)conhecida, compreendidas e valorizadas pelos docentes como um recurso importante para ensinar a todos os estudantes na classe.

Educar na diversidade significa ensinar em um contexto educacional no qual as diferenças individuais e entre todos os membros do grupo são destacadas e aproveitadas para enriquecer e flexibilizar o currículo, com a ativa participação dos seus estudantes, o docente oferece oportunidades variadas para o desenvolvimento acadêmico, pessoal e social de cada aluno na modalidade Ensino Médio e Formação de Docentes.

6.12.4 - ARTICULAÇÃO DESSES SABERES DAS ÁREAS DE CONHECIMENTO, DO ALUNO, DO CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL E A FUNÇÃO DE MEDIAÇÃO DO PROFESSOR.

As relações humanas, embora complexas, são peças fundamentais na realização comportamental e profissional de um indivíduo. Desta forma, a análise dos relacionamentos entre professor/aluno envolve interesses e intenções, sendo esta interação o expoente das consequências, pois a educação é uma das fontes

mais importantes do desenvolvimento comportamental e agregação de valores nos membros da espécie humana.

Assim sendo nosso colégio com relação professor-aluno, não é uma relação de imposição, mas sim, uma relação de cooperação e respeito e de crescimento. Assumindo o educador um papel fundamental nesse processo como um indivíduo mais experiente. Por essa razão cabe ao professor considerar também o que o aluno já adquiriu a sua bagagem cultural e intelectual, para a construção da aprendizagem.

6.12.5 - RELAÇÃO PROFESSOR – ALUNO

Atualmente vivemos em uma sociedade onde grande parte confunde a liberdade com libertinagem, em nossa escola não é diferente, alguns dos nossos alunos abusam dos direitos conquistados, tumultuando as aulas e dificultando o processo de ensino-aprendizagem. A falta de limites na educação dos jovens aumenta os problemas na relação professor-aluno, causando prejuízo para a grande maioria do educando que querem aprender.

Acreditamos que as mudanças na relação professor-aluno sejam no âmbito de revisão de desempenho e atitude social, associada a metodologia do professor, pois se esse fator (metodologia) não é o maior, é o principal fator que rege a motivação pelo aprender.

Em nossa instituição trabalhamos para que a relação estabelecida entre professor - aluno seja o alicerce do processo pedagógico. Pois, acreditamos que seja impossível desvincular a realidade escolar da realidade de mundo, que nossos alunos vivem, uma vez que essa relação constitui uma “via de mão dupla”, onde professor e aluno ensinam e aprendem com suas experiências.

6.12.6 - DESENVOLVIMENTO DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA QUE ARTICULE CONTEÚDOS E A DINÂMICA DE UM PROCESSO EDUCATIVO QUE EMPREGUE RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS FACILITADORES DA APRENDIZAGEM

O professor deve agir como um facilitador no processo de informações. Deve ser um bom amigo que auxilia o sujeito a conhecer o mundo e seus problemas, seus fatos, suas injustiças e suas solidariedades, de forma que o aluno possa caminhar com liberdade de expressão e, conseqüentemente, de ação. Em contrapartida, o aluno deve respeitar o espaço escolar e valorizar o professor,

sabendo aproveitar a magia do momento, em que os alunos estão adquirindo conhecimento científico.

6.12.7 - INTERVENÇÃO CONSTANTE DO PROFESSOR NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

A escola busca fundamentar a formação científica do aluno. Para isso, faz-se necessário que este tenha oportunidades: de conhecer os conteúdos e valores. É papel de o professor fazer a interligação entre o que o aluno traz do conhecimento de sua vivência real com o conteúdo científico.

6.12.8 - RELAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR E A DINÂMICA DE SUA PRÁTICA EM SALA DE AULA

Na sociedade contemporânea todas as profissões estão em constante evolução, e no caso da profissão de professor, que forma todas as outras não é diferente. Essa exige uma constante atualização ou seja, a formação continuada é inerente à atividade do profissional da educação.

6.12.9 - INTERDISCIPLINARIDADE E CONTEXTUALIZAÇÃO

Pela perspectiva interdisciplinar e pela contextualização de conhecimentos, a interdisciplinaridade não tem a pretensão de criar novas disciplinas ou saberes, mas, de utilizar os conhecimentos de várias disciplinas para resolver um problema concreto ou compreender um determinado fenômeno sob diferentes pontos de vista.

A interdisciplinaridade deve ser compreendida a partir da abordagem relacional, em que se propõe por meio da prática escolar.

6.13 - CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

A avaliação, como uma prática pedagógica intrínseca ao processo ensino e aprendizagem, tem a função de diagnosticar o nível de apropriação do conhecimento pelo aluno e não uma avaliação pura e simples para promoção. Deseja-se que o aluno aprenda e a avaliação é um dos aspectos desse processo de aprendizagem. A promoção é uma decorrência do processo de aprendizagem.

O Regimento Escolar prevê que a avaliação deve refletir o desenvolvimento global do aluno, com ponderação das características individuais no conjunto dos componentes curriculares cursados, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, com a utilização de procedimentos que assegurem o acompanhamento do pleno desenvolvimento dos alunos, sem compará-los entre si.

A nota de cada bimestre deve ser resultante da somatória da nota referente a atividades diversificadas (3,0) e de no mínimo duas avaliações bimestrais (7,0) ponderando todo tipo de participação do aluno no processo ensino-aprendizagem, entendendo-se por instrumento de avaliação, provas, pesquisas, exercícios individuais ou em grupos, auto-avaliação, atividades extra classe. A avaliação deve proporcionar dados para que a escola possa reorganizar conteúdos, instrumentos e métodos de ensino.

Em 2012, a nota referente a atividades diversificadas (3,0) e de no mínimo de duas avaliações bimestrais (7,0), sendo que os professores têm que fazer no mínimo duas avaliações no valor de (3,5) cada, sendo a recuperação de conteúdos no valor de (10,0), conforme Regimento Escolar.

No sistema de avaliação, deve-se ter maior importância a atividade crítica, a capacidade e a elaboração pessoal do aluno, do que propriamente sobre sua memorização. Na avaliação deve, por fim, ser observada a ordenação e a sequência do currículo, para que possa ser sempre contínuo, cumulativo e processual.

6.13.1 – CONCEITO

Avaliação é um processo intencional e planejado. A avaliação é uma prática pedagógica intrínseca, com a função diagnóstica do nível de apropriação do conhecimento do aluno. E deve ser um processo contínuo, cumulativo e processual, seguindo a ordenação e a sequência do currículo.

Avaliação é um processo intencional e planejado. A avaliação é uma prática pedagógica intrínseca, com a função diagnóstica do nível de apropriação do conhecimento do aluno. E deve ser um processo contínuo, cumulativo e processual, seguindo a ordenação e a sequência do currículo.

Segundo Luckesi, o ato de avaliar, por sua constituição mesma, não se destina a um julgamento “definitivo” sobre alguma coisa, pessoa ou situação, pois que não é um ato seletivo. A avaliação se destina ao diagnóstico e, por isso mesmo,

à inclusão; destina-se à melhoria do ciclo de vida. Deste modo, por si, é um ato amoroso. A avaliação em nosso Colégio aos alunos com habilidades especiais os professores usam de uma metodologia diversificada pessoalmente de acordo com as necessidades do educando com instrumento de avaliação adequado as suas necessidades, possibilitando assim um diagnostico construtivo entre o educador e o educando.

6.13.2 - CRITÉRIOS DE PROMOÇÃO

A promoção do aluno da série em curso para série subsequente também sofreu alterações com a reestruturação do sistema, retirou-se de suas características quaisquer possibilidades de se manifestar como expressão de “autoritarismo do professor ou da escola.” Será entretanto pela própria natureza do processo de avaliação por critérios, aqui denominado um momento importante de um processo de julgamento de valores. O que se trata de julgar é que devem ser modificados os conteúdos necessários e a capacidade de elaboração sobre eles, até um nível crítico de incorporação ao pensamento do estudante como instrumental básico de transformação de sua prática social. Estes compõem um conjunto relevante a ser avaliado pela escola, para fins de promoção do aluno.

Todavia, somente no momento das somatórias finais do ano letivo, na apuração de todos os resultados da aprendizagem e frequência é que serão definidas as situações de aprovação ou não do aluno, observando-se no entanto para que o aluno seja considerado aprovado deverá apresentar frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento de total da carga horária anual e média 6,0 que se trata de julgar é que deve ser modificado os conteúdos necessários e a capacidade de elaboração sobre eles, até um nível crítico de incorporação ao pensamento do estudante como instrumental básico de transformação de sua prática social, estes são um conjunto relevante a ser avaliado pela escola, para fins de promoção do aluno.

As notas, bimestralmente (até o terceiro bimestre) serão informadas aos alunos, pais ou responsáveis através de boletins e no por edital exposto em mural no colégio no quarto e último bimestre do ano letivo.

6.13.3 - PERIODICIDADE DE REGISTRO DA AVALIAÇÃO

A avaliação é o resultado da somatória das atividades diversificadas e de, no mínimo, duas Atividades diversificadas bimestrais, ponderando todo tipo de participação do aluno no processo ensino e aprendizagem. A avaliação deve proporcionar dados que permitam a reflexão sobre a ação pedagógica, contribuindo para que a escola possa reorganizar conteúdos, instrumentos e métodos de ensino, sendo a avaliação bimestral conforme exemplo da média final.

$$\text{Média Final} = \frac{1B + 2B + 3B + 4B}{4} = \text{ou} > 60$$

4

A nota de cada bimestre deve ser resultante da somatória da nota referente a atividades diversificadas (3,0) e de no mínimo duas avaliações bimestrais (7,0) ponderando todo tipo de participação do aluno no processo ensino-aprendizagem, entendendo-se por instrumento de avaliação, provas, pesquisas, exercícios individuais ou em grupos, auto-avaliação, atividades extra classe. A avaliação deve proporcionar dados para que a escola possa reorganizar conteúdos, instrumentos e métodos de ensino.

Em 2012, a nota referente a atividades diversificadas (3,0) e de no mínimo de duas avaliações bimestrais (7,0), sendo que os professores têm que fazer no mínimo duas avaliações no valor de (3,5) cada, sendo a recuperação de conteúdos no valor de (10,0), conforme Regimento Escolar.

No sistema de avaliação, deve-se ter maior importância a atividade crítica, a capacidade e a elaboração pessoal do aluno, do que propriamente sobre sua memorização. Na avaliação deve, por fim, ser observada a ordenação e a sequência do currículo, para que possa ser sempre contínuo, cumulativo e processual, conforme já consta neste documento na página 50.

Os alunos dos anos finais do ensino médio e ensino médio integrado a educação profissional serão considerados retidos ao final do ano letivo, quando apresentarem:

- Frequência inferior a 75% do total de horas letivas, independentemente do aproveitamento escolar;
- Frequência superior a 75% do total de horas letivas e média inferior a 6.0 (seis virgula zero) em cada disciplina.

6.13.4 - RESULTADO DA AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem deve ser entendida como um dos aspectos de ensino pelo qual o professor, estuda e interpreta os dados da aprendizagem, e de seu próprio trabalho, seguindo os critérios estabelecidos no Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar e no Plano de Trabalho Docente.

6.14 - PLANOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação é contínua, cumulativa e processual, devendo refletir o desenvolvimento global do aluno e considerar as características individuais deste no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

6.14.1 - ADAPTAÇÃO CURRICULAR

As ações de flexibilização e adequação curricular não deve ser desenvolvidas apenas pelos professores, em sala de aula, mas podem ser realizadas em diferentes níveis de atuação:

- Quando competem aos sistemas de ensino (secretarias estadual e municipal) dizem respeito às ações que promovem a acessibilidade, contratação de profissionais de apoio, formação continuada, mudanças de matriz curricular e implantação de rede de apoio;
- Quando as ações envolvem todos os seguimentos da comunidade escolar, essas adequações devem ser contempladas no Projeto Político Pedagógico da escola, pois envolvem o que está diretamente relacionado ao planejamento e execução dos componentes curriculares (conteúdos, objetivos, metodologias, avaliação, etc);
- Quando as adequações são mais específicas de cada professor, deve ser contempladas no seu plano de trabalho docente, implicando na utilização de estratégias metodológicas, atividades e recursos que melhor respondam as necessidades do educando, especialmente aqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem;
- Os diferentes atores sociais são responsáveis pela realização das adaptações curriculares, sobretudo aqueles que se encontram no contexto escolar. A

depender da natureza das mudanças implicadas no currículo e do conjunto de condições necessárias a sua realização, diferentes serão os segmentos envolvidos e responsabilizados pela sua implementação.

6.14.2 – PROGRESSÃO PARCIAL

Com relação a matrícula com progressão parcial o estabelecimento deixou de adotá-la a partir do ano letivo de 2007.

Embora a Deliberação nº 06/01-CEE tenha estabelecido a matrícula com progressão parcial (dependência), o Conselho Estadual de Educação facultou sua oferta pelos estabelecimentos escolares.

O Colégio Estadual Carolina Lupion – Ensino Médio optou por não adotá-la a partir do ano letivo de 2007, resguardando o direito dos alunos matriculados até o ano letivo de 2006 e garantindo aos alunos vindos de transferências com dependências em até três disciplinas, que deverão ser cumpridas mediante plano especial de estudos.

6.14.3 - RECUPERAÇÃO

A recuperação de estudo é direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos, pois os estudos dar-se-ão de forma permanente e concomitante ao processo de ensino e aprendizagem.

A atividade de recuperação será organizada de forma significativa, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados, sendo os resultados desta, quando maior, substituto da nota anterior. As avaliações efetuadas durante o período letivo, constituindo-se em mais um componente do aproveitamento escolar, sendo obrigatória sua anotação no Livro de Registro de Classe, sendo que será feito os registros da FICA, SAREH, atendimento domiciliar Lei nº1044/69, gestante Lei nº 6202/75.

6.14.4 – CLASSIFICAÇÃO

A Classificação, segundo conceitua o Regimento Escolar, é o procedimento que o Estabelecimento deve adotar, segundo os critérios próprios, para posicionar o aluno na série compatível com sua idade, experiência e desempenhos adquiridos por meios formais ou informais. A Classificação tem

caráter pedagógico e exige medidas administrativas para resguardar os direitos dos alunos e dos demais agentes envolvidos no processo, devendo, para tanto, serem observados alguns procedimentos previstos no Regimento Escolar.

6.14.5 – RECLASSIFICAÇÃO

A Reclassificação, a seu turno, é o processo pelo qual o Colégio pode avaliar o grau de desenvolvimento e experiência do aluno matriculado, levando-se em conta as normas curriculares gerais, a fim de encaminhá-lo ao período de estudo compatível com sua experiência e desempenho, independentemente do que registra o seu histórico escolar.

6.14.6 - PROCEDIMENTO DE INFORMAÇÕES AOS PAIS

As notas bimestralmente (até o 3º bimestre) serão informadas aos alunos, pais ou responsáveis através de boletins. E no 4º e último bimestre do ano letivo é através de edital exposto em mural do colégio.

7 - MARCO OPERACIONAL

7.1 - PLANO DE AÇÃO – 2012

AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
Reuniões de planejamento com a Direção para planejar reuniões pedagógicas, eventos e repasse de informações	Direção e Equipe Pedagógica	Início do ano, do bimestre e sempre que necessário.
Planejamento e execução da Semana Pedagógica.	Direção, Equipe, Professores, Funcionários	Fevereiro e julho
Realizar grupos de estudo com o docente proporcionando subsídios teóricos com o objetivo de melhoria de sua prática pedagógica. Proporcionar condições para que no decorrer do ano letivo haja a promoção do bem estar pessoal e profissional, mantendo sempre o espírito de solidariedade entre a comunidade escolar.	Direção e Equipe Pedagógica	Durante o ano letivo
Acompanhamento a equipe docente no desenvolvimento do planejamento anual e Plano de Trabalho Docente.	Equipe e Professores	Bimestral
Resgatar a integração dos professores através de momentos de confraternização, buscando sempre o respeito, ajuda mútua para um trabalho coletivo e harmonioso.	Direção, Equipe Professores	Durante o ano todo
Acompanhar o desenvolvimento das ações pedagógicas implementadas no Projeto Político	Equipe Pedagógica	Sempre que necessário

Pedagógico.		
<p>Estar junto ao professor na Hora atividade.</p> <p>Estar dialogando com o professor neste horário para prevenir e buscar alternativas contra problemas com turmas e/ou alunos de ordem pedagógica ou comportamental.</p> <p>Acompanhar a escrituração do livro registro de classe, plano de trabalho docente, bem como proporcionar subsídios para o seu planejamento.</p>	Equipe e Professores	Reuniões coletivas enas e Hora atividades.
<p>Organizar grupos de estudo por turma para o conhecimento do Regimento Escolar – Direitos e Deveres.</p> <p>Cuidados com livro didático e outros bens móveis da escola.</p> <p>Reflexão com os alunos quanto ao papel da escola, o que é educação, quais as vantagens de ser educando, a importância de estudar e como está a educação no Brasil.</p>	Direção, Equipe Pedagógica e Professores	Início do ano e Sempre que necessário
Organização do trabalho pedagógico, elaboração de fichas para acompanhamento da aprendizagem, do comportamento, da disciplina em sala de aula, da frequência, bem como organização das mesmas em pastas.	Equipe Pedagógica	Sempre que necessário
<p>Eleição de representante de turma.</p> <p>Orientação quanto sua função em sala de aula.</p>	Equipe e Professores	Bimestral
<p>Preenchimento e organização da ficha social do aluno para acompanhamento da Equipe Pedagógica.</p> <p>Aconselhamento ao aluno e dinâmicas, conforme a necessidade.</p> <p>Articular ações educativas com os pais que visem a esclarecer e a subsidiar o conhecimento do processo educativo.</p> <p>Atendimento individual a pais e alunos quando necessário</p> <p>Atendimento e encaminhamento de alunos juntamente com a família, médicos e especialistas quando necessário</p> <p>Acompanhamento dos alunos faltosos e encaminhamento dos ausentes ao Conselho Tutelar (FICA)</p> <p>Atendimento aos alunos com problemas de saúde</p>	Equipe Pedagógica	Sempre que necessário
<p>Organizar o Pré- Conselho, definindo datas, horário e cronograma.</p> <p>Elaborar as questões para serem respondidas e ou debatidas com os alunos e professores</p> <p>Fazer levantamento de dados</p> <p>Elaborar proposta de recuperação dos alunos juntamente com os professores</p>	Equipe Pedagógica e Professores	Bimestral
<p>Organizar o Conselho de Classe definindo datas e horários;</p> <p>Convocação dos professores;</p> <p>Organização de um horário por turma;</p> <p>Definição de Tema/assunto para reflexão;</p> <p>Levantar dados relevantes e gráficos da turma;</p> <p>Elaborar Ata;</p> <p>Discutir e elaborar juntamente com os professores da turma propostas para amenizar os problemas</p>	Direção, Equipe Pedagógica E Professores	Bimestral

levantados, bem como desenvolver propostas de trabalho para alunos com dificuldades de aprendizagem;		
Organizar reuniões com pais, professores para entrega de boletins e reflexão sobre a aprendizagem dos alunos.	Direção, Equipe Pedagógica e Professores	Bimestral
<p>Organizar a formação de grupos de jovens na escola através do grêmio estudantil, que promovam alguma ação na comunidade para a promoção da Paz, Projetos Ambientais, Culturais, Esportivos, de saúde e de Lazer.</p> <p>Organizar calendário junto com o Grêmio Estudantil de atividades para promoção da paz (Natal sem fome, doação de uniforme escolar, visitas à creche, asilo, campanha do agasalho, homenagens às mães, pais, professores, outros).</p> <p>Formação de grupos de jovens que auxiliem na organização de eventos (música, teatro, dança, Festa Junina, Expo-cultural, concurso de Miss e Mister, Show de talentos e outros)</p> <p>Promover atividades culturais que visem à socialização e a integração da escola com a comunidade.</p> <p>Incentivar todos alunos a participar do Grêmio Estudantil.</p> <p>Levar os alunos do 3º ano com o projeto Palestras das Profissões – Conhecer para Escolher – visitas nas Faculdades do Paraná.</p> <p>Organizar junto com os professores das diversas disciplinas, atividades esportivas, artísticas, promoção de palestras com vários temas de interesse dos alunos ou necessidade de alguma conscientização.</p> <p>Incentivar a participação dos alunos nos programas da Secretaria de Educação (Agenda 21 e outros).</p> <p>Incentivar os alunos a participar das olimpíadas de matemática, português e ENEM e outros</p> <p>Envolver Professor e alunos na busca de melhores resultados nas avaliações do MEC.</p> <p>Incentivar os professores a promover situações cotidianas que levem o aluno a despertar o prazer pela leitura.</p> <p>Acompanhar a Implementação dos Projetos dos Professores PDE 2008, 2009 e 2010.</p> <p>Acompanhar as Atividades Complementares Curriculares em Contraturno das disciplinas de Matemática, Biologia e Educação Física.</p>	Equipe Pedagógica	Durante o ano letivo
Organização da Semana Cultural e Esportiva, envolvendo professores funcionários, alunos e se possível, outras escolas	Direção, Equipe Pedagógica e Professores	Mês de Maio
Organização da formatura dos alunos do terceiro ano.	Direção, Equipe Pedagógica	Dezembro

7.1.1 - OBJETIVOS, METAS, AÇÕES ADMINISTRATIVAS, FINANCEIRAS E POLÍTICAS – PEDAGÓGICAS

- Compreender que o Colégio é uma instituição capaz de atuar de forma mais direta e decisiva em benefício da comunidade imediata e da sociedade como um todo e que nela jovens podem aprender a conhecer, a fazer, a viver junto com o outro e a ser.

- Criar mecanismo de participação que traduzem o compromisso de todos na melhoria da qualidade de ensino e com o aprimoramento do processo pedagógico.

- Tomar os diferentes atores do Colégio, partes integrantes e constituintes onde o respeito, o convívio e a ética, possam ser vivenciados como valores presentes nas atitudes de cada indivíduo.

- Compreender a importância da escola enquanto espaço constituído por diversas instâncias, todas inter-relacionadas.

- Educar em sentido amplo considerando as diversas experiências sociais, culturais e intelectuais do aluno respeitando suas histórias de vida, linguagem e costumes, condições sociais, moradia e lazer.

- Executar o Projeto Político Pedagógico, elaborado pela Comunidade Escolar

- Manter parcerias com as diversas entidades, tais como: Saúde Pública, Conselho Tutelar, Promotoria, Rotary Clube e as escolas municipais onde os alunos da Formação de Docentes fazem os estágios e outras.

- Desenvolver nos educandos, atitudes positivas e duradouras com relação ao aprender e ao estudar.

- Desenvolver projeto de recuperação e reforço com grupos de estudos em períodos contra turno.

- Desenvolver atividades juntamente com o Grêmio Estudantil, como eventos comemorativos, socioculturais.

- Trabalhar com programas de complementação curricular, envolvendo a música, teatro, dança, investigação científica, entre outros.

- Criar uma atmosfera agradável à comunicação: escutar os alunos, respeitá-los, estar disponível, dar importância ao calor humano, favorecer o diálogo em liberdade, fomentar a solidariedade.

- Incentivar a participação dos alunos nas atividades cívicas e festivas do município.

- Debater com os pais ou responsáveis, assuntos como: lar, família, autoestima, limites, cidadania, educação e outros temas a fim de esclarecer sua importância na construção da educação de seus filhos.

- Garantir aos educando sua participação nas atividades escolares.

- Promover reuniões com pais, na primeira semana do ano letivo e em outros momentos do ano letivo.

- Reduzir o índice de evasão escolar com o Projeto Fica Comigo.

- Manter a estação de rádio na escola.

- Criar o Jornal da escola.

Reuniões e reciclagem contínua do professor e de toda a equipe técnico pedagógica, para o aperfeiçoamento de suas práticas educacionais e do seu papel social, que conduzirão a um aprofundamento das relações interpessoais e do trabalho coletivo.

- Cursos de capacitação pedagógica e disciplina específica.
- Reflexão da valorização do educador através de palestras, dinâmica de grupo e jogos.
- Troca de experiências sobre a prática pedagógica.
- Discutir questões referentes à avaliação, recuperação paralela e as novas metodologias.
- Trabalho baseado em "leitura e discussão" - livros, jornais, revistas, filmes, LDB, ECA, diretrizes e parâmetros curriculares, etc.
- Organizar calendário de estudo na Escola;
- Organizar textos sugeridos pelos Professores e pelo Núcleo e/ou outros;
- Participar de encontros promovidos pelo Núcleo, pela SEED, pelas Escolas, pelo Sindicato e outros;
- Assistir ou gravar cursos, palestras, ofertados pela Educação à distância ou por outro programa educativo na televisão;

7.1.2 - FACILITADORES DA APRENDIZAGEM

- Pesquisa
- Tecnologia
- TV multimídia

- Atividades Complementares e Hora Treinamento

7.1.3 - DISCUSSÃO CONTINUADA E COLETIVA DA PRÓPRIA PRÁTICA PEDAGÓGICA

A medida do possível é feita na hora atividade dos professores.

7.1.4 - INTERVENÇÃO CONSTANTE DO PROFESSOR NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DO ALUNO

Segundo Saviane “cabe ao professor partir da prática social, buscando alterar qualitativamente a prática de seus alunos, para que possam ser agentes de transformação social”. Para tornar possível esta ação, o professor deve ter seu plano do trabalho docente que organiza seu trabalho pedagógico, e este deve deixar claras as intenções de aprendizado, bem como, a diversidade de transformar metodologias e de avaliação.

O professor deve estar sempre investindo em formas diferenciadas que busquem o resultado fundamental da escola: o aprendizado do aluno. Pois não existe êxito sem investimento e persistência.

7.1.5 - RELAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR E A DINÂMICA DE SUA PRÁTICA EM SALA DE AULA

Nas diversas modalidades da formação continuada ofertada pela SEED, todas trazem inovações na prática pedagógica, o que dificulta a sua aplicação em sala de aula, muitas vezes é o medo do novo e apego as metodologias antigas. Mas gradativamente os velhos paradigmas são superados, possibilitando uma educação cada vez melhor.

7.1.6 - MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS A SEREM ALCANÇADAS

Reuniões e formação contínua do professor e de toda a equipe técnico pedagógica, para o aperfeiçoamento de suas práticas educacionais e do seu papel social, que conduzirão a um aprofundamento das relações interpessoais e do trabalho coletivo.

- Cursos de capacitação pedagógica e disciplina específica.

- Reflexão da valorização do educador através de palestras, dinâmica de grupo e jogos
- Garantir aos educando sua participação nas atividades escolares. (festas da escola, comemorações, caravanas e passeatas)
- Promover reuniões com pais, na primeira semana do ano letivo e em outros momentos do ano letivo.

7.1.7 - ORGANIZAÇÃO DA HORA ATIVIDADE, REUNIÃO PEDAGÓGICA, CONSELHO DE CLASSE

A hora atividade será organizada de maneira em que os professores possam encontrar-se um dia na semana, por disciplina. Será o momento em que estarão planejando, corrigindo atividades, momentos de estudos, troca de experiências e interagindo com os pedagogos.

A reunião pedagógica será de contado direto e transparente com comunidade escolar, construindo um relacionamento harmonioso de forma que percebam a importância da participação e interação para concretização de uma escola de qualidade. Constarão no calendário escolar, haverá outras se fizer necessário de maneira em que os alunos não sejam prejudicados.

O Conselho de Classe será o momento e o espaço de uma avaliação diagnóstica da ação pedagógico-educativa do Colégio, feita pelos professores, equipe pedagógica, diretor e alunos. Essa avaliação realizada de forma participativa, com construção conjunta, cumprindo a função de ajudar na formação subjetiva e criticidade do professor e do aluno.

Como processo que irá auxiliar a aprendizagem, e refletir a ação pedagógico-educativa não apenas se ater a notas ou problemas de determinados alunos. O Conselho verificará os objetivos, processos, conteúdos e relações se estão coerentes com o trabalho pedagógico do Colégio. No conselho de classe o professor fará avaliação dos Serviços Pedagógicos sobre seu próprio trabalho e buscar conjuntamente alternativas de ação que levem à consecução dos objetivos propostos:

- O grupo se conhecer como grupo;
- Avaliar sua ação como grupo que interage com os alunos das séries ou das turmas;
- Descobrir meios mais eficientes e eficazes para que os alunos cresçam como pessoas e como estudantes, pessoal e coletivamente.

O conselho de classe final será de acordo com o Regimento Escolar, sendo todas as decisões registradas em ata.

7.1.8 - RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS

A recuperação de estudos será um dos aspectos da aprendizagem no seu desenvolvimento contínuo, pela qual, o aluno com aproveitamento insuficiente dispõe de condições que lhe possibilite a apreensão dos conteúdos básicos. Os conteúdos não assimilados – verificados através de avaliações durante as aulas - serão novamente trabalhados através de estudo em grupo, apresentações, exercícios, pesquisas, atendimento individual. Serão usados os seguintes materiais de apoio: jornais, livros, revistas. As aulas serão constantemente avaliadas pelos alunos e professores. Às atividades serão atribuídas notas.

7.1.9 - ENCAMINHAMENTO E AÇÕES CONCRETAS

A principal dificuldade encontrada pelos alunos é a falta de conhecimento básico.

Essa dificuldade pode ser superada com a mudança de metodologia, atendimento individualizado, promoção da autoestima do aluno e principalmente através de programas de complementação curricular.

7.1.10 - PROCEDIMENTOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS

A recuperação de estudos dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo de ensino e aprendizagem. Será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados e deverá indicar a área de estudo e os conteúdos da disciplina, sendo estes registrados no Livro de Registro de Classe.

7.1.11 - PLANO DE TRABALHO DOCENTE

Os docentes reúnem-se por disciplina para discutir os conteúdos que serão dados. E após será elaborado individualmente o Plano de Trabalho Docente e entregue à Equipe Pedagógica.

Contemplamos a Lei nº 11.645/08 "história e cultura afro-brasileira, africana e indígena em todos os programas desenvolvidos no colégio em busca da transformação do indivíduo e também os conteúdos obrigatórios de história do Paraná (Lei nº 13381/01), música (Lei nº11.769/08) prevenção do uso indevido de drogas, sexualidade humana, educação ambiental, educação fiscal, enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente. Direito das crianças e Adolescente L.F. nº 11525/07, Educação Tributária Dec. Nº 1143/99, Portaria nº 413/02, Educação Ambiental L.F. nº 9795/99, Dec. Nº 4201/02.

7.1.12 - DIRETRIZES PARA AVALIAÇÃO GERAL DE DESEMPENHO

A avaliação será feita através de um colegiado, com exceção de quem está sendo avaliado, seguindo os seguintes critérios:

- produtividade
- participação
- pontualidade e disponibilidade
- capacidade em resolver os problemas

7.1.13 - AÇÕES ENVOLVENDO OUTRAS INSTITUIÇÕES

- Promover intercâmbio entre o colégio e outras escolas do município, realizando conjuntamente, campeonatos culturais, feiras, exposições;
- Manter bom relacionamento com as diversas associações da cidade, para que possamos contar sempre com a colaboração em nossos eventos;
- Com a Saúde Pública serão realizadas palestras, passeatas informativas dos interesses dos alunos e da comunidade;
- Grupos de estudos para professores, direção, equipe pedagógica e funcionários;
- Palestras com o Conselho Tutelar e Promotoria;
- Visitas ao Asilo, arrecadar doativos dos professores, alunos, equipe pedagógica, funcionários e direção.
- O estágio será desenvolvido com a mediação de professores especificamente designado para essa função, o qual será responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades, sendo que será em contraturno nas escolas do nosso município, sendo que as aulas práticas do estágio supervisionado,

vai ocorrer em contraturno no período da manhã em umas das salas do colégio, pois o curso de Formação de Docentes é no período vespertino.

7.1.14 - RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros oriundos dos diversos órgãos do governo serão aplicados e aprovados no Plano de Aplicação, em seguida, a Prestação de Contas ficará fixada em lugar visível, para toda comunidade escolar possa tomar ciência. Essa aplicação será priorizada no sentido de enriquecer material didático, merenda escolar, pedagógico, materiais de consumo e pequenos reparos.

Contaremos com os recursos financeiros administrados pela APMF, oriundos da Cantina Comercial é também o que promove eventos com fins lucrativos, para complementar onde houver necessidade.

7.1.15 - ORGANIZAÇÃO INTERNA DO COLÉGIO

DIRETOR

A ação administrativa se situa no espaço-tempo entre as decisões políticas que o processo educativo exige e a implementação dessas decisões. Essa prática democrática faz com que as decisões sejam precedidas de discussão. Estabelecendo-se, assim, um intervalo espaço-temporal entre o dizer/dialogar o querer/decidir, e o fazer/executar.

A dimensão pedagógica peculiar da atividade administrativa da escola é promover um processo decisório participativo, consciência coletiva, critério no atendimento das necessidades, descentralização, co-responsabilidade e ação planejada de tudo que se pretende realizar.

Administrar é agir de modo a combinar adequadamente o uso de recursos disponíveis para atingir um objetivo, voltada a obtenção de algum resultado. Ao diretor compete, portanto promover a criação e a sustentação de um ambiente propício à participação plena, no processo social escolar, dos seus profissionais, de alunos e de seus pais, uma vez que se entende que é por essa participação que os mesmos desenvolvem consciência social crítica e sentido de cidadania. As atribuições do Diretor estão previstas no artigo 18 do Regimento Escolar.

DIRETOR AUXILIAR

As atividade-meio são aquelas que embora referindo-se ao processo ensino-aprendizagem, não o fazem de maneira imediata, colocando-se, antes como viabilizadoras ou como condições para realização direta do processo pedagógico escolar, que se dá predominantemente em sala de aula.

As atividades-fim são aquelas relacionadas à apropriação do saber pelos educandos. Nelas inclui-se o processo ensino-aprendizagem, conduzido pelos professores.

Esta classificação das atividades contribui fortemente para a análise da atuação do diretor e diretor auxiliar, relacionando-a com atividade-meio e com atividades-fim.

Ao diretor auxiliar compete assessorar o diretor em todas as suas atribuições, bem como substituí-lo em sua ausência.

EQUIPE PEDAGÓGICA

Na organização escolar, que se quer democrática em que a participação é elemento inerente à consecução dos fins, em que se busca e se deseja práticas coletivas e individuais baseadas em decisões tomadas e assumidas pelo coletivo escolar, exige-se da equipe pedagógica, que é parte desse coletivo, liderança e vontade firme para coordenar, dirigir e comandar o processo decisório como tal e seus desdobramentos de execução. Encaminhar e viabilizar decisões com segurança, como elementos de competência pedagógica, ética e profissional para assegurar que decisões tomadas de forma participativa e respaldadas técnicas, pedagógica e teoricamente sejam efetivamente cumpridas por todos. À equipe pedagógica competem às atribuições previstas no Art. 34 do Regimento Escolar.

Quanto ao Curso de Formação de Docentes, cabe ao Coordenador de Curso, e ao Coordenador de Estágio, colaborar com a equipe pedagógica para a consolidação do processo de formação, conforme regimento escolar.

DOCENTES

O conhecimento resulta de trocas que se estabelecem na interação entre o meio (natural, social, cultural) e o sujeito, sendo o professor o mediador, deverá se preocupar em desenvolver em seus alunos uma postura colaboradora, preparando-

os para exercer seus direitos de cidadão desenvolvendo seu emocional, tornando-os instrumentos de interpretação do mundo que ele pertence, para tanto o professor deve ser paciente, dinâmico, dar atendimento individual, fazendo retomadas dos conteúdos e não se esquecendo de fazer a conexão ou a interação com a atualidade, proporcionando com isso o desenvolvimento do exercício da cidadania, respeitando e fazendo se respeitar.

Não se contentará, entretanto, em satisfazer apenas as necessidades e carências, buscará despertar outras necessidades, acelerar e disciplinar os métodos de estudos, exigir esforço do aluno, propor conteúdos compatíveis (quando puder) com suas experiências vividas, partindo de uma avaliação diagnóstica para identificar a falta de pré-requisitos melhorando assim a fundamentação dos conteúdos. Suas atribuições estão previstas no Art. 36 do Regimento Escolar.

QUADRO TÉCNICO ADM. E AGENTES DE APOIO

Para sensibilizar e mobilizar os diferentes sujeitos que constituem a comunidade escolar e definir critérios, espaços e limites de participação de cada um (professores, equipe pedagógica, quadro de apoio técnico-administrativo e de agentes de apoio, alunos, pais e parceiros), em primeiro lugar é preciso observar e cumprir as disposições contidas na Constituição Federal, na Lei nº. 9.394/96, nas normas emanadas do Conselho Estadual de Educação e no Regimento Escolar.

Com isso é possível definir três dimensões básicas nos trabalhos desenvolvidos na escola: **Gestão de pessoas** que consiste em analisar o trabalho de gestão, tendo por referência o compromisso das pessoas - funcionários do Colégio, pais e alunos, levando-se em conta as formas de incentivo a essa participação, o desenvolvimento de equipes e lideranças, a valorização e motivação das pessoas, a formação continuada e a avaliação de seu desempenho. **Gestão Participativa**, que consiste em analisar o nível de envolvimento do conjunto de funcionários do Colégio na tomada de decisões, a real participação nos Conselhos da Escola, APMF, Grêmios Estudantil e o grau de socialização das informações. **Gestão de serviços de apoio, recursos físicos e financeiros**, que consiste em analisar os serviços prestados pelo Colégio em relação ao atendimento ao público, à manutenção do prédio, dos equipamentos, bem como a utilização e aplicação dos recursos financeiros.

TÉC/ADM. - objetivos, estratégias, ações e metas: - apoiar os serviços de secretaria, da biblioteca e do laboratório de informática, nas suas diversas

tarefas. Trabalhar de acordo com suas obrigações previstas no Regimento Escolar do Colégio, sendo cada um, peça importante no desenvolvimento das atividades da secretaria, biblioteca ou laboratório de informática; - cumprir da melhor maneira às determinações dos seus superiores hierárquicos; - trabalhar seguindo as orientações dadas; - fortalecer as atividades diárias do Colégio. **AG/APOIO – objetivos, estratégias, ações e metas:** - manter em ordem as instalações escolares e prestar serviços correlatos à sua função; - realizar a limpeza da escola e primar por uma escola organizada; - cumprir as determinações de seus superiores hierárquicos; - trabalhar seguindo as orientações dadas; - fortalecer as ações; - zelar pela segurança escolar, entre outras atribuições previstas nos Artigos 40, 41, 42, 43, 44 e 45 do Regimento Escolar.

7.1.16 - RELAÇÕES ENTRE ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E PEDAGÓGICOS

Os aspectos pedagógicos se referem às funções educativas para que a escola atinja de forma eficiente e eficaz as suas finalidades.

As administrativas referem-se: a locação e a gestão de recursos humanos, físicos e financeiros, equipamentos e materiais didáticos, mobiliário, dependência escolares e espaços livres, cores, limpezas saneamento básico (água, esgoto, lixo e energia elétrica).

Será importante saber relacionar, sempre, as questões administrativas e sociais com o desempenho pedagógico. Tudo deve existir e acontecer visando a esse objetivo central.

Cuidar dos problemas administrativos e da relação com a comunidade escolar objetivando um bom desempenho pedagógico é tarefa fundamental da direção. É um procedimento essencial para a construção de uma escola competente.

7.1.17 - QUALIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PEDAGÓGICOS

A biblioteca tem horário de atendimento distribuído de forma que os alunos têm acesso por quinze minutos antes do início das aulas, quinze minutos após o término das aulas, e durante o horário das aulas o que dificulta o acesso dos alunos. Temos um laboratório de informática com computadores em bom estado de conservação, o acesso aos alunos é restrito, pois só é permitida sua utilização

acompanhada de um professor responsável, o que dificilmente ocorre, pois para trabalhar toda sala de uma vez teríamos aproximadamente três alunos por computador, sendo que quase as totalidades dos alunos não possuem habilidades básicas para operá-los. A infra-estrutura do Colégio é muito boa, as salas são bem iluminadas, arejadas, limpas e o pátio é de tamanho razoável, suficiente para os alunos da escola, possui laboratório de Biologia, Física e Química em uma das salas, sendo que necessitam de maior quantidade de materiais a para as aulas práticas como por exemplo o microscópio que há apenas um para 40 alunos, não há bancadas, somente uma pia para o uso coletivo.

Metas para melhoria desses espaços pedagógicos: solicitar o auxílio dos membros do Grêmio Estudantil para que o laboratório de informática e biblioteca seja aberto aos alunos em contra turno, a fim de realizarem suas pesquisas; enriquecer e propiciar, através da aquisição de novos materiais pedagógicos e tecnológicos, as alternativas extracurriculares.

7.1.18 - FAMÍLIA E COMUNIDADE

Numa escola democrática onde todos participarão ativamente do processo ensino aprendizagem, opinando, dialogando, debatendo. Os pais são eles os primeiros educadores e são eles que ajudarão a escola a trabalhar o auto-conhecimento, auto-suficiência e autoconfiança nos alunos, apresentando confiança e receptividade com relação ao trabalho escolar. Para tanto a escola irá desenvolver prática de assumir responsabilidades em conjunto, associando esforços, quebrando arestas, eliminando divisões e integrando esforços. Promoverá para isso cursos, palestras direcionadas a pais, visitas regulares à escola para acompanhamento do desenvolvimento dos filhos e sempre que possível participarem das atividades escolares.

7.1.19 - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E A PRÁTICA DOCENTE

O desenvolvimento dos trabalhos aqui propostos será feito através da organização, aperfeiçoamento, avaliação e realimentação contínua do processo, visando a apropriação dos conteúdos, pelos alunos e não evasão, a não reprovação dos alunos do Ensino Médio, numa escola mais competente e ao mesmo tempo atrativa.

Na medida do possível, haverá aprimoramento dos meios materiais utilizados nas aulas, e, a crescente qualidade dos resultados a serem demonstrados pelos alunos.

Vários projetos e atividades serão desenvolvidos no decorrer do ano letivo.

A Equipe Multidisciplinar, conforme a instrução nº 010/2010, sendo o Plano de Ação, desenvolvido no estabelecimento no ano de 2011 e 2012, seguindo os cronogramas que estão no Plano de Ação da equipe, sendo as ações: Diagnóstico Etnocorracial da Escola e outra que a equipe achar necessária fazer um trabalho com professores e alunos.

Faremos reuniões com os pais e alunos, dando ciência do Regimento Escolar e do Projeto Político Pedagógico e outros, incentivando-os a participarem dos eventos providos pela escola, valorizando os trabalhos dos alunos através de exposição dos trabalhos, eventos culturais, esportivos e festivos. Realizaremos palestras e estudos sobre educação e relacionamento família x aluno x escola.

Metas à cumprir : desenvolver no aluno conhecimentos, atitudes, competência e vivências baseados nos objetivos formativos, promovendo o crescimento humano onde os mesmos assumam responsabilidades individual e coletiva.

Os temas que serão abordados no projeto são: Educação Ambiental, Valores, Ética, Moral, Educação para Saúde. Este tendo como subtemas: drogas, alimentação, gravidez precoce, sexo e doenças sexualmente transmissíveis, poluição, violência e atividades física na adolescência e outros.

Convidaremos diferentes profissionais como: médico, enfermeiro, advogado, farmacêutico, professor, dentista e outros profissionais, bem como visitas às universidades e faculdades com o projeto “Conhecer para Escolher”, etc., para estar contribuindo na escolha das profissões a serem seguidas pelos nossos alunos.

Serão trabalhados temas como Relações Étnicas Raciais, Cultura Afro-brasileira e Cultura Africana no Paraná.

Outras atividades que serão desenvolvidas durante o ano letivo, tais como: Jornal da Escola, que será elaborado em conjunto com alunos, professores e toda a comunidade escolar. Legislação serão feitas palestras com vários profissionais, a fim de esclarecer sobre as leis vigentes. Viagem de estudo, os alunos serão levados a visitar vários lugares históricos e (usina Hidrelétrica, Museus, passeios escolares, etc.) para ampliação de seus conhecimentos. Cinema, vários filmes serão passados com objetivo cultural.

7.1.20 - REDIMENSIONAMENTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

A realização da gestão democrática significa encontrar caminhos para atender às expectativas da sociedade a respeito da atuação da escola, estabelecer relações de compreensão entre educadores e clientela escolar.

O Conselho Escolar no nosso Colégio é bastante atuante, pois garante decisões coletivas, juntamente com todos os integrantes. Conclui que a construção de uma escola democrática são processos que se desenrolariam ao mesmo tempo e que a gestão democrática demonstra relações de decisão, podendo decidir, agir e atuar na transformação social.

7.2 - CONSELHO ESCOLAR

Conselho Escolar é um órgão colegiado, representativo da comunidade escolar e de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora sobre a organização e realização do trabalho pedagógico e administrativo do estabelecimento escolar, em conformidade com a legislação educacional vigente e orientações da SEED (artigo 9º do Estatuto). É composto de representantes de movimentos sociais organizados e comprometido com a educação pública.

O Grupo de representantes deverá refletir e decidir sobre questões pedagógicas e administrativas como: sistema de avaliação, Projeto Político Pedagógico, Plano de Ação, capacitação, currículo, faltas e atrasos, regimento, dentre outros.

Sua principal atribuição é trabalhar para que a escola cumpra seu papel, garantindo a aprendizagem de todos os alunos. O Conselho Escolar representa forma importante de trabalhar as condições de organização participativa da escola, conjugando os esforços de todos. O Conselho Escolar tem suas atribuições previstas em Estatuto próprio.

7.2.1 - CONSELHO DE CLASSE

Ao final do ano letivo, após apuração dos resultados, para o aluno que não conseguiu atingir a média, o Conselho de Classe decide pela aprovação ou retenção do mesmo.

7.2.2 - GRÊMIO ESTUDANTIL

O grêmio estudantil é o órgão do corpo discente de cada unidade escolar e tem por finalidade favorecer o desenvolvimento da consciência crítica da prática democrática, da criatividade e da iniciativa.

A força, o entusiasmo e a ousadia da juventude têm no grêmio estudantil a oportunidade de exercer sua cidadania, tendo como consequência lógica à formação de novas lideranças, que buscam juntos à comunidade escolar à inclusão de algumas atividades (esportivas, culturais, excursões, etc.), infra-estruturas, recursos de comunicação (mural, rádio, quadro de avisos) que venha a contribuir com o processo educativo.

Outra atuação relevante do grêmio é manter aberta a biblioteca, laboratório de informática, acompanhando nossos alunos para que possam fazer sua pesquisas. É regido por Estatuto próprio.

7.2.3 - ELEIÇÃO DO ALUNO REPRESENTANTE DE TURMA

O Conselho de Representante de Turma é a instância intermediária de deliberação do grêmio, é o órgão de representação exclusiva dos estudantes, e será constituído somente pelos representantes de turmas, eleitos anualmente pelos estudantes de cada turma.

A participação dos alunos representantes será de assessorar a diretoria do grêmio na execução de seu programa administrativo, participar do conselho de classe, elo de comunicação entre equipe pedagógica e professores auxiliando no que for necessário.

7.2.4 – APMF

É um órgão de representação dos pais, professores e funcionários do estabelecimento, trabalhando em prol da escola em todos os aspectos. Pessoa jurídica de direito privado, não tendo caráter político-partidário, nem fins lucrativos, cuja finalidade é a interação Escola-Família-Comunidade, na busca incessante do aprimoramento do processo ensino-aprendizagem, através da apropriação entre educador, educando e pais.

A participação dos pais deve deixar de ter caráter formal e avançar para a participação real, partilhada coletivamente. Para isso, é preciso que os pais deixem

de ser vistos como “cooperadores” do professor com participação instrumental (cuidar de barraquinhas na festa junina, por exemplo) ou formal (estar na APMF sem ter poder de decisão, por não “conhecer” o assunto educação). O encontro dos pais com os profissionais da escola, é o espaço privilegiado, para se discutir, planejar e propor ações em sala de aula e fora dela, a fim de se ter um trabalho qualitativamente e quantitativamente superior

O trabalho da APMF deve ser em conjunto com a comunidade escolar, buscando uma efetiva identidade de conceitos e sintonia de propósitos. É regida por Estatuto Próprio.

7.3 - FORMAÇÃO CONTINUADA

Hoje é necessário investirmos na formação continuada de professores e, especialmente, na formação consistente dos futuros profissionais da Educação, para que, a curtos e médios prazos, possa construir conhecimentos, realizar pesquisas e desenvolver suas práticas pedagógicas a partir de um diálogo sempre aberto às novas metodologias e concepções educacionais.

A participação exige aprendizado, principalmente quando se trata de uma população – que é o nosso caso - que historicamente tem sido alijada dos processos decisórios de seu país. As experiências revelam que tanto a comunidade externa quanto a comunidade interna da escola apresentam limites à participação. Para o efetivo exercício da gestão democrática da escola é necessário capacitar todos os seus seguimentos, principalmente pais e alunos, respondendo às exigências dessa prática.

Todos os seguimentos participarão de toda capacitação oferecida pela Secretaria de Educação. Haverá outras oferecidas pela escola como: palestras, reuniões, debates, grupos de estudos com profissionais capacitados, para professores e funcionários etc.

7.4 - AÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS

Será trabalhada com danças de origem africana e indígena, como a capoeira, entre outras. Palestras ministradas por profissionais com temas relacionados a história e a cultura afro-brasileira, africana e indígena.

7.5 - DESAFIO EDUCACIONAL CONTEMPORÂNEO

O Projeto Político Pedagógico consta de várias ações para solucionar os problemas como: Evasão, por meio do Projeto Fica; uso dos recursos tecnológicos (TV, multimídia, Internet entre outros) com objetivo de motivar os alunos; reunião com pais, palestra com temas relevantes; parcerias com várias instituições, valorizando os trabalhos através de exposições, eventos culturais e esportivos e festivos.

Os funcionários têm papel importante na construção do currículo, por ter um olhar diferenciado sobre o aluno, podendo perceber outras inteligências que o professor em sala muitas vezes fica impossibilitado de explorar. A escola deve ser um espaço aberto à iniciativa dos que interagindo entre si e com a comunidade escolar se realizem como cidadãos.

Em síntese, tantos os conhecimentos universais como os desafios do cotidiano podem e devem ser discutidos para que aja uma proposta curricular adequada a educação e a sociedade que almejamos.

Tendo em vista o momento histórico em que vivemos, onde precisamos articular em nossa sociedade o sentido de cidadania, dentro de uma temática que diz respeito aos direitos de todos nós, cidadãos brasileiros, é nesse sentido que a Educação Fiscal na sua abrangência deve: “Estimular a mudança de valores, crenças e culturas do indivíduo, na perspectiva da formação de um ser humano integral, como meio de possibilitar o pleno exercício de cidadania e propiciar a transformação social. Nessa perspectiva o educado do ensino médio tem o direito de saber que o tributo que pagam é a principal fonte de financiamento da máquina pública e é responsável pela consecução das políticas sociais de saúde, educação, previdência e assistência social, segurança e aplicação em infraestrutura. E assim visar o desenvolvimento da conscientização dos jovens sobre seus direitos e deveres no tocante ao valor social do tributo e ao controle social do Estado democrático”.

De esse modo contribuir para que possa ter melhor entendimento da estrutura e do funcionamento da Administração Pública em seus três níveis de governo-federal, estadual e municipal, da função socioeconômica dos tributos; da aplicação dos recursos públicos; das estratégias e dos meios para o exercício do controle democrático.

Contudo, institucionalizando de forma ética e responsável que possamos ampliar a participação popular na gestão democrática do Estado. Contribuindo para

aperfeiçoar a ética a administração pública e na sociedade, harmonizando a relação Estado-cidadão, são valores supremos da sociedade. Para que alcancemos tais objetivos, é fundamental que o sistema tributário seja utilizado como instrumento de distribuição de renda e riqueza.

Para isso, é imprescindível a participação popular nas decisões políticas, definindo quem vai pagar a conta e como será aplicado o dinheiro arrecado com os tributos.

7.6 – DIVERSIDADE

O programa Paraná Alfabetizado vem com o objetivo de erradicar o analfabetismo no Paraná, pois não basta oferecer a estrutura, é preciso esclarecer as pessoas da importância do ingresso e na continuidade dos estudos, da real possibilidade que qualquer pessoa possui de aprender, independente da idade, classe social, gênero. É preciso criar um ambiente alfabetizador, vencendo preconceitos e garantindo o acesso e a permanência à educação a todos.

Contemplamos a Lei nº 11.645/08, história e cultura afro-brasileira, africana e indígena em todos os programas desenvolvidos no colégio em busca da transformação do indivíduo e também os conteúdos obrigatórios de história do Paraná (Lei nº 13381/01), música (Lei nº11.769/08) prevenção do uso indevido de drogas, sexualidade humana, educação ambiental, educação fiscal, enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente. Direito das crianças e Adolescente L.F. nº 11525/07, Educação Tributária Dec. Nº 1143/99, Portaria nº 413/02, Educação Ambiental L.F. nº 9795/99, Dec. nº 4201/02.

A educação indígena deverá propiciar aos povos indígenas, acesso aos conhecimentos universais a partir da valorização de suas línguas maternas e saberes tradicionais, contribuindo para a reafirmação de suas identidades e sentimentos de pertencimento étnico. Não se trata de propor algum modelo pedagógico para as escolas de campo, mas sim construir coletivamente algumas referências para processos pedagógicos a serem desenvolvidos pela escola, e que permitam que ela seja obra e identidade dos sujeitos que ajuda a formar, com traços que a identifiquem com o Projeto Político Pedagógico.

A Educação do Campo precisa incluir em seu projeto pedagógico uma reflexão cuidadosa e mais aprofundada sobre como acontecem no cotidiano da escola, os processos de socialização, sua relação com os processos de conservação e de criação de culturas e com a formação dos novos sujeitos sociais

do campo. Também precisa fazer a reflexão específica sobre que outros processos de socialização estão formando hoje as novas gerações de trabalhadores e trabalhadoras do campo, e que traços devem ser enfatizados pela intencionalidade pedagógica da escola na perspectiva de um novo projeto de desenvolvimento.

7.7 – METAS

As Atividades Complementares Curriculares em contraturno: são Atividades Pedagógicas de Complementação Curricular, em contra turno, viabilizando o acesso, permanência e participação do educando em atividades pedagógicas, possibilitando a integração e interação de professores, estudantes e comunidade escolar, de acordo com a instrução nº 004/2011 da SUED/SEED.

AGENDA 21: Será desenvolvido no colégio com a participação de todos os professores e alunos no intuito de melhorar o meio ambiente. Conscientização dos alunos na conservação e limpeza do prédio e jardins, também na reciclagem de lixo.

JOGOS COLEGIAIS: Serão realizados campeonatos internos com a participação da comunidade e também iremos participar dos jogos agendados pela Secretaria Estadual de Educação.

EDUCAÇÃO FISCAL: Será trabalhado de maneira em que leve o aluno a refletir e através dessa reflexão a transformação no seu cotidiano.

PROGRAMA PARANÁ ALFABETIZADO: Serão feitas pesquisas junto aos alunos e comunidade para a indicação de analfabetos a serem encaminhados aos coordenadores do curso.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES CURRICULARES EM CONTRA TURNO: São atividades pedagógicas de complementação curricular em contra turno viabilizando o acesso, permanência e participação dos educados em atividades pedagógicas, de acordo com a instrução nº 004/2011 da SUED/SEED.

PROGRAMA EDUCAÇÃO DO CAMPO: Serão desenvolvidas atividades de valorização do trabalho rural, sua importância para o desenvolvimento do município, comércio local e global, levando o educando a refletir sobre o valor do seu trabalho no campo.

DESAFIOS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEOS: Contemplamos a Lei nº 11.645/08”, história e cultura afro-brasileira, africana e indígena em todos os programas desenvolvidos no colégio em busca da transformação do indivíduo e também os conteúdos obrigatórios de história do Paraná (Lei nº 13381/01), música (Lei nº11.769/08) prevenção do uso indevido de drogas, sexualidade humana, educação ambiental, educação fiscal, enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente. Direito das crianças e Adolescente L.F. nº 11525/07, Educação Tributária Dec. Nº 1143/99, Portaria nº 413/02, Educação Ambiental L.F. nº 9795/99, Dec. nº 4201/02. (Cidadania e Educação Fiscal, Educação Ambiental, Enfrentamento à Violência na Escola, Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, História e Cultura Afro-brasileira, Africana e indígena, Sexualidade)

Serão contemplados em todas as disciplinas, respeitando a especificidade de cada uma, bem como, também no programa de complementação curricular.

8 - AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROJETO POLÍTICO – PEDAGÓGICO

A construção do Projeto Político Pedagógico foi um grande desafio para nós educadores. Sabemos hoje a importância da participação da comunidade escolar em sua elaboração. Participação essa que nos proporcionou um melhor conhecimento do funcionamento da escola e de todos os seus atores. Houve um contato permanente entre professores, alunos e equipe pedagógica.

Os alunos tiveram voz e vez de dar as suas sugestões para as mudanças contidas no projeto.

Nós educadores fizemos várias leituras de documentos, em seguida discutimos e refletimos sobre os mesmos. Foi fundamental este embasamento para tomada de decisões. Em relação aos objetivos, metas, ações, função da escola, foi de renovação, mudança, promessas para o futuro.

8.1 - PLANO DE ACOMPANHAMENTO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E DE INFORMAÇÃO À COMUNIDADE

O projeto estará permanentemente sob processo avaliativo, mensal, semestral e anual. A cada bimestre os professores se reunirão para averiguar se o andamento esta dentro do esperado. Ao fim do semestre, deverá ser organizada uma reunião de maior fôlego, e no fim do ano a avaliação conclusiva, que vai indicar

as necessidades de renovação ou mesmos de abandono do Projeto Político Pedagógico.

Este processo avaliativo será organizado, para ser produtivo. Propõe-se: grupo pequeno de professor, encarregado da avaliação, sobretudo de manter viva a chama todo o dia do compromisso com as metas, este grupo deverá também organizar as reuniões acima descritas e fazer delas uma elaboração analítica aprofundada dos êxitos e percalços: a direção e equipe pedagógica deverão de modo ininterrupto e em consonância com este grupo, alimentar o ânimo de todos na escola, com cartazes, chamadas, diálogo insistente, etc., de modo a manter acesa a esperança: também os alunos e a comunidade deverão ser chamados a se manifestarem, através de urnas que colhem sugestões ou de outros expedientes que facilitem a manifestação escrita, reuniões específicas, encontros, de tal sorte que o controle democrático seja facilitado e viabilizado; será montado, em algum lugar de destaque e de acesso oportuno, um quadro das metas e de seu movimento mensal, para se poder observar publicamente a evolução do processo assumido como meta do projeto pedagógico; o processo avaliativo deverá consolidar-se de modo elaborado, de tal forma que todo encontro, discussão, confronto, modificação, etc. tenha sua análise exarada permitindo melhor acompanhar a evolução, criticar e inovar; ao fim do semestre e, sobretudo ao fim do ano, será organizado um seminário maior, com participação das instâncias colegiadas do colégio, a prestação de contas que o projeto implica; os professores, funcionários, equipe pedagógica, diretor, serão avaliados através de questionários respondidos por alunos, pais.

8.2 - PARTICIPAÇÃO DAS INSTÂNCIAS COLEGIADAS

Os segmentos sociais organizados e reconhecidos como órgãos colegiados, de representação da comunidade escolar estão legalmente instituídos por Estatuto e Regulamentos próprios e dão sustentabilidade as ações pedagógicas e culturais de nossa escola.

8.3 - PERIODICIDADE DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Período de acompanhamento = Bimestral

Período de avaliação do Projeto Político Pedagógico = Bimestral

9 – REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. (Org.), **O Coordenador pedagógico e o espaço da mudança**, São Paulo, Loyola.
- APPLE, M.; BEANE, J. (Orgs.). **Escolas democráticas**. São Paulo, Cortez, 1997.
- BASTOS, J. B., **Gestão Democrática**, Rio de Janeiro, DP&A, 2001
- BRASIL. Lei n. 5692, de 11 de agosto de 1971. Lei que fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Parecer n. 01 de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, Licenciatura.
- BRUNO, E.B.G. (Org.) **O Coordenador pedagógico e a formação docente**, São Paulo, Loyola.
- DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas, **Trabalho Escolar e Conselho de Classe**. Campinas, SP: Papirus, 1992.
- _____ **Conselho de Classe e Avaliação**. Campinas, SP: Papirus, 2004.
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: CONSTITUIÇÃO DE 1988.
- ESTRELA, A.; NÓVOA, A. **Avaliação em educação: novas perspectivas**, Colibri, 1993
- FERREIRA, Francisco Whitaker. **Planejamento sim e não: Um modo de agir num mundo em permanente mudança**. 9ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- FINGER, A. P., (Org.), **Educação: Caminhos e Perspectivas**, Curitiba, Champagnat, 1996.
- HENÁNDEZ, F., **Transgressão e mudança na educação**, Porto Alegre, ARTMED, 1998.
- LIBÂNIO, J.C., **Didática**, São Paulo, Cortez, 1994.
- LUCKESI, C.C., **Avaliação da aprendizagem escolar**, São Paulo, Cortez, 2003
- LDB - Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96
- PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo, Cortez : Autores Associados, 1986.

PARANÁ, SEED. Superintendência da Educação. Diretrizes curriculares Estaduais Orientadoras de todas as disciplinas, Curitiba: SEED, 2008.

_____. **Gestão democrática da escola pública.** São Paulo, Ática, 2004.

SAVIANI, Demerval. **Sentido da pedagogia e o papel do pedagogo.** In: **Revista ANDE**, São Paulo, nº 9, 1985.

_____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** Autores Associados, 1990.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Currículo Básico do Estado do Paraná. Paraná: 1990.

_____. **Edital de concurso para pedagogos nº 10/2007.** Paraná, 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro, **Ensino e Avaliação: uma relação intrínseca à organização do trabalho pedagógico.** In. Didática: o ensino e suas relações. Ilma P. A. Veiga org. Campinas, SP: Papirus, 1996.

10 - ANEXOS

10.1 - Cópia da Ata de aprovação do Conselho Escolar do Projeto Político Pedagógico.

10.2 - Cópias das Atas das Reuniões da Comissão de Elaboração do Projeto Político Pedagógico.

PROPOSTA PEDAGÓGICA

CURRICULAR

DO

ENSINO MÉDIO

Colégio Estadual Carolina Lupion – Ensino Médio

Carlópolis – Paraná

2012

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO

A Proposta Curricular do Ensino Médio foi reformulada a partir da retomada dos conteúdos disciplinares, numa perspectiva diferenciada das tendências teóricas, mencionadas anteriormente, fundamentada na ideia de conteúdos estruturantes das disciplinas escolares.

Entende-se por conteúdos estruturantes, os saberes- conhecimentos de grande amplitude, conceitos ou práticas – que identificam e organizam os campos de estudos de uma disciplina escolar, considerados basilares e fundamentais para a compreensão de seu objeto de estudo e/ou de suas áreas. Estes conteúdos são selecionados a partir de uma análise histórica da ciência de referência e/ou da disciplina escolar.

Com base nesse raciocínio, recorre-se à categoria práxis, enquanto uma das categorias do método dialético, possíveis para fundamentar a proposta de conteúdos estruturantes apresentadas nesta proposta curricular, que se articulam e se imbricam à de totalidade e historicidade mais diretamente, embora não se excluam outras.

Inicia-se pelo conceito de práxis, como princípio pedagógico e curricular, quem que a ação humana se conjuga às condições sociais, econômicas, ideológicas e históricas, conforme afirma Vasquez, a práxis apresenta-se como teoria e prática ao mesmo tempo, portanto indissociáveis do processo de conhecimento dos homens da atividade humana.

A escola expressa essa separação por meio de seus conteúdos, métodos e formas de organização e gestão, mecanismos internos que não podem ser superados enquanto perdurar a contradição entre propriedade dos meios de produção (conhecimentos, técnica, ciência e tecnologia) e força de trabalho (homens/sujeito trabalhadores).

Na intenção de incorporar a esta proposta curricular a construção de possibilidades para emancipação humana e, por conseguinte, do método dialético, método pelo qual o homem só conhece aquilo que é objeto de sua atividade, em que o conhecimento se configura a partir da própria realidade para transformá-la, a práxis, enquanto categoria teórico-metodológica, assume função nuclear.

Tendo como referência às ciências básicas, os conceitos contidos nos conteúdos devem relacionar-se tanto no interior de cada disciplina como as demais, a fim de propiciar, também a interdisciplinaridade desejada. dessa forma, os saberes

científicos, técnicos e tecnológicos específicos, enquanto objetos de ensino das disciplinas, irão construir os programas escolares.

No entanto, a proposta curricular contempla os conteúdos estruturantes não inicia e nem se esgota na seleção dos conteúdos, ainda que seja uma questão nodal. Seu aporte principal encontra-se na compreensão da gênese de seus fundamentos, de sua concepção. Assim, julga-se eu a concepção de educação, currículo e ensino, coloca-se como anterior a todo processo de definição e seleção dos conteúdos estruturantes e escolares das disciplinas.

De acordo com a Lei 11.645/08 torna-se obrigatório nas disciplinas do ensino fundamental e médio o ensino de história da África e a cultura afro-brasileira e e indígena, sendo que o objetivo da divulgação da cultura em relação étnica racial na educação com atitudes, posturas e valores que preparam o cidadão para a vida.

E, sempre que oportuno será contemplado os conteúdos de Música conforme Lei nº 11.769/08; Contempla a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795/99; sob Decreto nº 4.201/02; Contempla a Educação Fiscal na forma de Lei Tributária, Decreto nº 1.143/99; Contempla a Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, Sexualidade Humana, Enfrentamento a Violência Contra a Criança e o Adolescente, Lei Federal nº 11.525/07.

Em suma, importa dizer que não se pode construir proposta curricular deslocada de uma clara concepção de educação que oriente os procedimentos relativos não só aos seus respectivos desdobramentos- os conteúdos escolares- mas que com certeza, deverão garantir presença em todo o arcabouço constituinte do processo ensino-aprendizagem, qual seja- do planejamento a avaliação.

ARTE

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA DE ARTE

A arte é fonte de humanização e por meio dela o homem se torna consciente da sua existência individual e social; percebe-se e se interroga, é levado a interpretar o mundo e a si mesmo. Sob esta perspectiva a possibilidade de interpretação das obras de arte incorpora as três vertentes das teorias críticas em arte: arte como forma de conhecimento, arte como ideologia e arte como trabalho criador.

Como conhecimento o objeto artístico traz aspectos da realidade do indivíduo criador, quanto do contexto histórico e social em que vive e cria suas obras. Como ideologia, a arte é produto de uma situação histórica e de um tipo de sociedade. A ideologia também abrange o processo de simbolização como o gosto, a moda, o modo de vida em geral. O modo de disseminação e produção da arte ideologicamente na sociedade contemporânea acontece com a arte erudita (cursos, galerias, teatros), arte popular (grupos sociais e étnicos) e indústria cultural (cultura de massa).

Para compreender a arte como trabalho criador parte-se do fato do trabalho configurar toda a ação histórica e socialmente desenvolvida pelo homem sobre a natureza. No trabalho artístico o ponto determinante está em como está composto, o modo pelo qual o artista consciente ou inconscientemente, expressa o conteúdo, as tendências sociais de seu tempo.

A criação artística é uma ação intencional complexa do homem sobre a matéria com o objetivo de nela e/ou com ela criar uma forma/significado que antes dessa ação não existia.

A disciplina de arte deve possibilitar ao aluno a experiência de um trabalho de criação total e unitário. Podendo optar pelo projeto de criação, escolha de materiais, metodologia e a destinação da obra de arte.

A arte, compreendida como área de conhecimento, apresenta relações com a cultura por meio das manifestações expressas em bens materiais (bens físicos) e imateriais (práticas culturais coletivas). Olhando a arte por uma perspectiva antropológica, é possível considerar que toda produção artística é cultural, é um modo pelo qual os sujeitos entendem e marcam sua existência do mundo. Dessa forma, concebem-se as várias instâncias de produção de conhecimento, ou seja, os conteúdos pessoais de cada sujeito, interligados à produção cultural como fonte geradora de significados em arte.

Não obstante, a enorme diversidade da expressão artística do homem, a arte visual, o teatro, a música e a dança estão sendo estruturadas atendendo as suas especificidades ampliando repertório cultural do aluno, a partir dos conhecimentos estéticos, artísticos e contextualizados, aproximando do universo cultural da humanidade nas suas diversas representações.

A arte não só reflete a realidade em sua aparência, mas também a traduz para além desta abrangendo aspectos da totalidade desta mesma realidade.

A disciplina de arte deve possibilitar ao aluno à experiência de um trabalho de criação total e unitário. Podendo optar pelo projeto de criação, escolha de materiais, metodologia e a destinação da obra de arte.

Integra-se, a arte, na vida da escola, bem como na vida do aluno, propiciar a esta liberdade de expor seu sentimento, trabalhar artisticamente suas emoções e livremente suas expressões, incentivá-los a ser críticos, aprender e expandir suas potencialidades criativas e acreditar nas transformações para seu bem interior.

É primordial levar os alunos ao contato com a experiência artística e estética, instrumentando-os à apreciação dos bens culturais das artes, tanto o da sua comunidade como os universais. Além disso, é necessário que os alunos sintam capazes de refletir sua realidade, possibilitando que sua mensagem de vida seja bem mais vinculada.

Proporcionar ao aluno o acesso aos conhecimentos presentes nos bens culturais, por meio de um conjunto de saberes em Arte que lhe permitam utilizar-se desses conhecimentos na compreensão das realidades e ampliar o seu modo de vê-las. Permitindo ao aluno a interpretação das produções, manifestações, a elaboração de trabalhos artísticos e o estabelecimento de relações entre esses conhecimentos e seu dia-a-dia.

Considerar a arte como fruto da percepção da necessidade de expressão e da manifestação da capacidade criadora humana, ela converte-se numa síntese superior do trabalho dos sujeitos, na medida em que a arte é um dos modos pelos qual o homem supera seu fazer, os limites da utilidade material imediata, que ultrapassam os condicionamentos da sobrevivência física e torna-se parte fundamental do processo de humanização, isto é, de como os seres humanos se constroem continuamente.

Compreender a arte como um conjunto de linguagens artísticas, possuidoras de um sistema de signos que são compreendidos. A apropriação do conjunto de elemento que compõe o conhecimento estético, propicia ao individuo a construção e compreensão de significados que podem ser reorganizados para se

elaborar novos conceitos sobre a realidade, favorecendo o exercício da cidadania, na medida em que o sujeito se torna capaz de compreender, analisar e colaborar para a preservação ou transformação da sociedade. O objetivo da arte no ensino médio é instrumentalizar o aluno com um conjunto de saberes, que o permitem utilizar o conhecimento estético na compreensão nas diversas manifestações.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE

A arte esta presente na nossa vida tanto no presente como no passado, por isso precisamos ter conhecimento nos saberes que se constituem fundamentais a formação dos sentidos humanos. Estes saberes são os conteúdos estruturantes:

- Os elementos formais;
- A composição;
- Os movimentos ou períodos;

- Educação Indígena, conforme Lei 11.645 de 03/2008, sendo também incluído o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana Resolução CNE/CP nº 01/06/2004 e História do Paraná – Lei nº 13.381/2001; música – Lei nº 11.769/2008, prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana; educação ambiental; educação fiscal, enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente. Direito da Criança e Adolescente L.F. Nº 11.525/2007, Educação Tributária Dec. Nº 1.143/1999, Portaria nº 413/2002, Educação Ambiental L.F. Nº 9795/1999, Dec. Nº 4201/2002.

Elementos Formais

Artes Visuais : Ponto, linha, forma, superfície, textura, volume, cor e luz.

Música: Altura, duração, timbre, intensidade, densidade.

Teatro: Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais, Ação, espaço.

Dança: Movimento corporal, tempo, espaço.

Composição

Artes Visuais: Figurativa, abstrata, figura/fundo, bidimensional/tridimensional, semelhança, contraste, ritmo visual, gênero, técnica

Música: Ritmo, melodia, harmonia, intervalo harmônico, tonal, modal, gêneros, técnicas, improvisação, vocal e instrumental.

Teatro: Representação, sonoplastia/iluminação/figurino/adereços, jogos teatrais, roteiro, enredo, gêneros, técnicas.

Dança: Ponto de apoio, salto e queda, rotação, formação, deslocamento, sonoplastia, coreografia.

Movimentos e Períodos

Arte ocidental, Arte Oriental, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena Lei 11.645/08, Arte Brasileira, Arte Paranaense, Arte de Vanguarda, Indústria Cultural, Arte Contemporânea, Arte Latino-Americana.

Numa “construção artística”, isto é, no fazer arte são usados diversos tipos de materiais nos **elementos formais**, como a altura, timbre, cor, linha, que com os conhecimentos e práticas das composições **artísticas** (conteúdos e técnicas), organizam e constituem uma obra de arte. No caso de um teatro, esse trabalho de composição também organiza coreografia, o enredo e a harmonia. Todos os trabalhos de arte têm dimensão, formas, cores enfim uma obra de arte que se difere das outras.

Além disso, dependendo da época e do lugar de fatos históricos culturais e sociais que alteram as relações internas e externas de uns movimentos artísticos, apresentam resultados diferentes de acordo com o **movimento ou período**. Um exemplo se for trabalhar em música, pode-se enfatizar o período contemporâneo e o movimento rap, pesquisando a sua origem, que teve raízes articulando assim a música, as artes visuais e a dança.

Ainda deverá ser considerado, para este construir e fazer, a compreensão do **espaço e tempo** envolvidos no momento de todas as áreas da disciplina ele é específico dos elementos formais, na composição e dos movimentos ou períodos.

Na música, dança e teatro, o tempo e espaço constituem-se em um conceito central e imprescindível para pensar, sentir ou realizar um trabalho artístico.

Nas artes visuais, percebemos três dimensões, no espaço natural – altura, largura, profundidade e o tempo. Exemplo: na arte bizantina e na arte medieval o espaço é representado de forma bidimensional, plano sem profundidade, ao contrário de período renascentista, com a lei da perspectiva trabalhando a tridimensionalidade e a proporcionalidade.

Os conhecimentos desses conteúdos nos permitirão compreender um pouco da complexidade da arte. E por ser uma atividade complexa, aprender conhecer e fazer arte exige-nos muitas pesquisas, concentração, criatividade, entre outros.

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Possibilitar aos educando o acesso às obras artísticas de música, teatro, dança e artes visuais para que os mesmos possam familiarizar-se com as diversas formas de produção da arte, envolvendo a apreciação e apropriação dos objetos da natureza e da cultura em uma dimensão estética.

Mediar essa apreciação com o conhecimento sobre a arte, para que o aluno possa interpretar as obras e a realidade, transcendendo as aparências, aprendendo através da arte, parte da totalidade da realidade humana social.

Na análise da obra de arte deve-se perceber que o artista, no processo de composição de sua obra, imprime na mesma, sua visão de mundo, a ideologia ao qual se identifica o seu nome histórico e outras determinações sociais.

Para o trabalho com os produtos da indústria cultural é importante perceber os mecanismos de padronização excessiva dos bens culturais, da homogeneização do gosto e da ampliação do consumo.

É preciso levar em conta os alunos com deficiências auditivas, visual, física, intelectual e múltipla. Outros fatores que as abordagens devem criar oferecer e ampliar soluções e oportunidades, sob princípios da inclusão e do respeito à diversidade, por meio de metodologias apropriadas, bem como tecnologia assistida e recursos de acessibilidade. Cada conteúdo tem sua origem e história, que devem ser conhecidos para melhor compreensão por parte do aluno.

Os conhecimentos transformam-se, através do tempo, em função dos modos de produção social, o que implica, para o aluno, conhecer como se organizam as várias formas de produzir arte, como também, a maneira pela qual a sociedade estrutura-se historicamente.

A arte não pode ser aprendida somente de forma abstrata, o processo de produção do aluno acontece quando ele interioriza e se familiariza com os processos artísticos e humaniza os sentidos.

Os três momentos: o conhecimento, o sentir e o perceber o trabalho artístico, é essencial para o processo ensino aprendizagem.

Um trabalho com teatro poderá ser iniciado com exercícios de relaxamento, aquecimento, personagem (expressão vocal, gestual, corporal e facial) jogos teatrais transposições de texto literário para texto dramático pequeno encenações e outros exercícios cênicos.

São fundamentais, aulas teóricas sobre os conteúdos e movimentos artísticos da história do teatro. Para complementar o momento sentir e assistir peças teatrais – solicitando um trabalho da análise da mesma.

O trabalho com artes visuais observar e discutir a expressividade. Após a apreensão deste conhecimento os alunos desenvolverão composições. O professor poderá mostrar obras de artistas que deram ênfase na utilização das linhas de diferentes formas, expor as composições dos alunos para apreciação e apropriação do grupo.

AVALIAÇÃO

Avaliação na disciplina de arte deve ser diagnosticada e processual levando em conta o conhecimento que cada aluno aprende em outros lugares sociais, famílias, grupos, associações, religiões e outros, propondo abordagens diferenciadas para que possam trabalhar em grupos podendo ampliar seus conhecimentos.

Assim durante o ano letivo notar as tendências e habilidades dos alunos para uma ou mais dimensões da arte.

A avaliação almeja o desenvolvimento formativo e cultural do aluno e deve levar em consideração a capacidade individual, o desempenho do aluno e sua participação nas atividades realizadas.

Como sujeito desse processo, o aluno também deve elaborar seus registros de forma sistematizada. As propostas podem ser socializadas em sala, com oportunidades para o aluno apresentar, refletir e discutir sua produção e dos colegas.

Sugestão de instrumentos de verificação:

- trabalhos individuais e em grupo;
- pesquisas bibliográficas;
- provas teóricas e práticas.
- registros em forma de relatórios, gráficos, audiovisuais e outros.

O papel da escola e da educação de todos os alunos não é uma seleção de “melhores”. Por meio desses instrumentos, o professor obterá o diagnóstico necessário para o planejamento.

REFERÊNCIAS

Paraná, Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica de Arte para o Ensino Médio, julho 2006.

BUENO, Luciana Estevam Barone. *Linguagem das Artes Visuais – Metodologia do Ensino de Artes* - v.05. Curitiba: Editora IBPEX, 2008.

FRANZ. Terezinha Sueli. *Educação para uma compreensão crítica da arte*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2003.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Ensino Fundamental e Médio. *Diretrizes Curriculares de Arte para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio*. Curitiba: SEED, 2008.

Educação Indígena, conforme Lei 11.645 de 03/2008, sendo também incluído o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana Resolução CNE/CP nº 01/06/2004 e História do Paraná – Lei nº 13.381/2001; música – Lei nº 11.769/2008, prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana; educação ambiental; educação fiscal, enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente. Direito da Criança e Adolescente L.F. Nº 11.525/2007, Educação Tributária Dec. Nº 1.143/1999, Portaria nº 413/2002, Educação Ambiental L.F. Nº 9795/1999, Dec. Nº 4201/2002.

BIOLOGIA

PROPOSTA PEDAGÓGICA DA DISCIPLINA DE BIOLOGIA

APRESENTAÇÃO

A disciplina de Biologia tem como objeto de estudo o fenômeno VIDA. Ao longo da história da humanidade, muitos foram os conceitos elaborados sobre este fenômeno, numa tentativa de explicá-lo e, ao mesmo tempo, compreendê-lo.

A preocupação com a descrição dos seres vivos e dos fenômenos naturais levou o ser humano a diferentes concepções de VIDA, de mundo e de seu papel como parte deste. Tal interesse sempre esteve relacionado à necessidade de garantir a sobrevivência humana.

No entanto os conhecimentos apresentados pela disciplina de Biologia no Ensino Médio não resultam da apreensão contemplativa da natureza em si, mas dos modelos teóricos elaborados pelo ser humano – seus paradigmas teóricos –, que evidenciam o esforço de entender, explicar, usar e manipular os recursos naturais.

Para compreender os pensamentos que contribuíram na construção das diferentes concepções sobre o fenômeno VIDA e suas implicações no ensino, buscou-se, na história da ciência, os contextos históricos nos quais influências religiosas, econômicas, políticas e sociais impulsionaram essa construção.

De acordo com a história da ciência, as tentativas de conceituar a VIDA tiveram origem na antiguidade. As idéias desse período, contribuíram muito para o desenvolvimento da Biologia e tiveram como um dos principais pensadores o filósofo Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.), com contribuições relevantes quanto a organização dos seres vivos, e interpretações filosóficas que buscavam explicações para a compreensão da natureza, entre outras coisas.

Também na idade média, período em que a Igreja se tornou uma instituição poderosa, tanto no aspecto religioso, quanto no social, político e econômico. Época em que o conhecimento sobre o universo era vinculado a um Deus criador, oficializado pela igreja, transformando-o em dogma. Permeando as explicações sobre a natureza, considerando que tudo que não podia ser explicado, visto ou reproduzido, tinha uma razão divina, onde Deus era o responsável.

Com o tempo, a necessidade de organizar e sistematizar o conhecimento produzido, fez nascer as primeiras universidades medievais, nos séculos IX e X. Nessas universidades o conhecimento acumulado durante séculos foi sistematizado, passando a ser discutido diferentemente do que ocorria nos centros religiosos.

Os confrontos de idéias marcaram a história da ciência ao longo dos anos, passando pelo período da renascença até as contribuições significativas de Linné

(1707)-1778), considerado o principal organizador do sistema moderno de classificação científica dos organismos. Os estudos biológicos da época (até Linné), foram pautados na contemplação da natureza, na observação e descrição, caracterizando o **pensamento biológico descritivo**.

Com o passar dos anos os questionamentos sobre a origem da vida foram se intensificando e com eles surgiu o **pensamento biológico mecanicista**, que surgiu com a proposição de compreender a natureza utilizando para isso instrumentos e fracionando os organismos em partes cada vez mais especializada e menores, procurando compreender a causa e efeito no funcionamento de cada uma dessas partes.

No Final do século XVIII e início do século XIX, surgem as idéias evolucionistas com Lamarck, que entra pra história como o primeiro cientista a admitir a evolução. Teoria que vem a ser evidenciada com o britânico naturalista Charles Darwin. Com Darwin, a concepção teológica criacionista que falava das espécies imutáveis desde a sua criação, dá lugar a reorganização temporal do homem, surgindo assim o **pensamento biológico evolutivo**.

No século XX, os avanços tecnológicos proporcionaram grandes evoluções no campo biológico e fez com que a biologia fosse vista dentro de um contexto histórico e social como utilitária pela aplicação de seus conhecimentos na medicina, na agricultura e em outras áreas, principalmente no campo da biologia molecular, construindo conhecimentos que permitiam a manipulação genética. Esses conhecimentos geram conflitos que servem como base para um novo modelo explicativo, constituindo o desenvolvimento do **pensamento biológico da manipulação genética**.

Assim a disciplina de Biologia contribui para formar pessoas críticas e atuantes, através de conteúdos que ampliem seus entendimentos a cerca do objeto de estudo – o fenômeno VIDA – em sua complexidade de relações, ou seja:

- na organização dos seres vivos;
- no funcionamento dos mecanismos biológicos;
- no estudo da biodiversidade em processos de variabilidade genética, hereditariedade e relações ecológicas;
- na análise da manipulação genética.

Esses quatro eixos estruturam a disciplina de biologia no ensino médio.

1º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- Organização dos Seres Vivos
- Mecanismos Biológicos
- Biodiversidade

CONTEÚDOS BÁSICOS

- Mecanismos celulares biofísicos e bioquímicos
- Transmissão das características hereditárias
- Sistemas biológicos: anatomia, morfologia e fisiologia
- Teorias evolutivas

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- A biodiversidade
- Os níveis de organização dos seres vivos
- Equilíbrio biológico
- Matéria e energia para a vida: respiração celular (aeróbica e anaeróbica)
- Os seres vivos segundo a forma de obtenção de alimentos (autótrofos e heterótrofos);
- Transferência de energia e de matéria no mundo vivo;
 - cadeia alimentar;
 - o papel biológico dos decompositores;
 - teias alimentares.
- A origem da vida
- Biogênese X abiogênese;
- As primeiras formas de vida na Terra.
- Componentes inorgânicos da célula: água e sais minerais.
- Componentes orgânicos da célula: carboidratos, lipídios, proteínas, vitaminas.
- Ácidos Nucléicos.
- DNA e RNA
- Os genes e a Síntese de proteínas
- Os tipos de RNA
- A célula
- Teoria celular
- O desenvolvimento do estudo das células
- Células procariotas e eucariotas

- As células e o sistema de classificação dos seres vivos
- Envoltórios celulares: parede celular e membrana plasmática
- Transporte de substância através da membrana: passivo (difusão e osmose) e ativo
- Citoplasma
- Organelas citoplasmáticas
- Núcleo celular.

2º Ano

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- Organização dos Seres Vivos;
- Mecanismos Biológicos;
- Biodiversidade.

CONTEÚDOS BÁSICOS

- Classificação dos Seres Vivos: critérios taxonômicos e filogenéticos;
- Sistemas biológicos: anatomia, morfologia e fisiologia;
- Dinâmica dos ecossistemas: relações entre os seres vivos e interdependência com o ambiente

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- Taxonomia
- Regras de Nomenclatura
- Vírus
- Reinos dos seres vivos
- Reino Animália

1. Aspectos Gerais: os filós, noções básicas de embriologia animal; temperatura corporal e atividade enzimática.

2. Características gerais de cada um dos filós do Reino Animália: poríferos, cnidários, platelmintos, anelídeos, artrópodos, moluscos, equinodermos, cordados

- Monera
- Protista
- Fungi
- Reino Plantae – aspectos gerais, componentes e características básicas, classificação, ciclo reprodutivo
- Algas, briófitas e pteridófitas

- Gimnospermas e Angiospermas

3º Ano

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- Organização dos Seres Vivos
- Mecanismos Biológicos
- Biodiversidade
- Manipulação Genética

CONTEÚDOS BÁSICOS

- Sistemas Biológicos, anatomia, Morfologia e Fisiologia
- Mecanismos de desenvolvimento embriológico
- Transmissão das características hereditárias
- Conceitos Básicos de Genética e a primeira Lei de Mendel
- Transmissão das características hereditárias

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- Reprodução e seus tipos básicos (sexuada e assexuada)
- Reprodução Humana (sistema genital masculino e feminino, gametogênese, fecundação, regulação hormonal)
- Embriologia (tipos de óvulos, segmentação ou clivagem, gastrulação, organogênese, anexos embrionários)
- Engenharia genética e a manipulação do DNA
- Genes e cromossomos
- Formulação da primeira Lei de Mendel
- Convenções da genética: genótipo e fenótipo
- Ausência da dominância
- Noções de probabilidade
- Genética:
 - Recapitulação da Lei de Mendel: heranças com dominância; ausência de dominância e herança intermediária
 - Segunda Lei de Mendel
 - Polialelia: tipagem sanguínea
 - Fator RH
- Herança sexo:
 - Herança ligada ao sexo (daltonismo, hemofilia, síndrome de Lorenzo)

Herança restrita ao sexo

Herança influenciada pelo sexo

- Alguns casos de alterações cromossomiais:

Síndrome de Turner

Síndrome de Klinefelter

Síndrome de Down

- Aneuploidias: o cariótipo alterado

- Organismos geneticamente modificados

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Em consonância com a Diretriz Curricular do Ensino de Biologia, a abordagem dos conteúdos, permitirá uma integração dos quatro conteúdos estruturantes, para que se perceba a interdependência dos mesmos, sendo eles: organização dos seres vivos, mecanismos biológicos, biodiversidade e manipulação genética.

Pretendemos discutir o processo de construção do pensamento biológico presente na história da ciência e reconhecê-la como uma construção humana, como luta de ideias, solução de problemas e proposição de novos modelos interpretativos, sem enfatizar só os resultados.

Considerando o choque entre as diferentes concepções teóricas propostas ao longo da história para compreender um fato científico, torna-se evidente a dificuldade de se consolidar novas concepções, em virtude das anteriores, pois estas podem agir como obstáculos para a concretização de tais teorias.

Sendo assim, é importante conhecer e respeitar a diversidade social, cultural e as ideias primeiras do aluno, como elementos que também podem constituir obstáculos à aprendizagem dos conceitos científicos que levam à compreensão do conceito VIDA. Portanto com o intuito de diagnosticar essas primeiras ideias do aluno, desenvolver-se-a um trabalho com debates em sala de aula, pois o debate oportuniza uma análise crítica, contribuindo para a formação de um sujeito investigativo e interessado, que busca conhecer e compreender a realidade. Para que o aluno supere suas concepções anteriores, devemos promover ações pedagógicas que permitam essa superação. E quando se trata de respeito à diversidade social e cultural, estamos garantindo o que prega a Lei nº 11.645/08, onde institui o estudo da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena. Além disso, esses debates e discussões serão momentos propícios para orientarmos com relação aos temas da atualidade que poderão estar ou não vinculados aos

conteúdos, como a sexualidade, prevenção ao uso indevido de drogas, enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes, bem como a defesa de seus direitos (L.F. nº 11.525/07), educação ambiental (L.F. nº 9.795/99), Fiscal e tributária (Dec. nº 1.143/99), também atendendo as especificidades da Educação do Campo, entre outros assuntos, que mesmo não pertencendo ao currículo específico de biologia, serão abordados dentro de uma perspectiva que visa a formação social e cidadã de nossos alunos.

Sendo assim, o estudo do conteúdo estruturante “Organização dos Seres Vivos”, será permeado por uma concepção metodológica que abordará a classificação dos seres vivos na tentativa de compreender e conhecer a diversidade biológica, considerando inclusive, a história biológica da VIDA. Ao ser abordada a biodiversidade, será dado ênfase às diversidades biológicas regionais, propiciando ao aluno o conhecimento um pouco da História do Paraná (Lei nº 13.381/01), nossos biomas, influência de imigrantes, etc.

No conteúdo estruturante, “Mecanismos Biológicos”, será considerado o aprofundamento, a especialização e o conhecimento objetivo dos mecanismos biológicos. Para compreender os sistemas vivos como fruto da interação entre seus elementos constituintes e da interação destes com os demais componentes do meio, adotaremos concepções metodológicas que favoreçam o estabelecimento de relações entre os diversos mecanismos de funcionamento e manutenção da vida.

As reflexões propostas ao trabalhar o conteúdo estruturante, “Biodiversidade”, serão permeadas por uma concepção metodológica que abordará as contribuições de Lamarck e Darwin, com o intuito de superar as concepções alternativas do aluno, aproximando-o das concepções científicas, relacionando os conceitos da genética, da evolução e da ecologia, como forma de explicar a diversidade dos seres vivos.

Por último, ao estudar a “Manipulação Genética”, pretende-se que o trabalho pedagógico seja permeado por uma concepção metodológica que permita a análise sobre as implicações dos avanços biológicos que se dão por meio das técnicas de manipulação do material genético para o desenvolvimento da sociedade.

Será utilizada no desenvolvimento dos quatro conteúdos estruturantes, uma abordagem metodológica que envolverá a problematização. Partindo do princípio da provocação e mobilização do aluno na busca por conhecimentos necessários para resolver problemas. Problemas, estes que relacionaram os conteúdos da biologia ao cotidiano do aluno, para que busque compreender e atuar na sociedade de forma mais crítica.

Recursos multimídias também serão utilizados para instigar o aluno a problematização, em torno da demonstração e interpretação. Tais como: vídeos explicativos, slides, animações gráficas, fotos, imagens, sons, pesquisas na internet, etc, apresentados na TV pendrive e/ou no Laboratório de informática, bem como recursos audiovisuais, utilizando a música como uma estratégia de ensino atrativa e prazerosa (Lei nº 11.769/08). Tais recursos visuais e audiovisuais facilitarão a compreensão dos conteúdos por alunos com necessidades especiais, como alunos surdos e com deficiência intelectual.

Será proposto também atividades experimentais, pois desenvolvem a compreensão de conceitos e permitem a aplicação das ideias discutidas na aula, levando o aluno a aproximar teoria e prática, e ao professor perceber as explicações e dúvidas manifestadas por seus alunos.

Para integrar os conhecimentos veiculados a uma concepção sobre a relação ser humano-ambiente e possibilitar novas elaborações em pesquisa, em nossa proposta de trabalho abordaremos o estudo do meio ou a pesquisa de campo, envolvendo diversas localidades de nosso município, como praças, bosques, rios, represa, terrenos baldios, usina de reciclagem, sítios, etc, e em outras localidades e municípios.

A aula dialogada, a leitura, a escrita, as atividades experimentais, o estudo do meio (observações e pesquisas de campo), entre outros, são estratégias de ensino que devem favorecer a expressão dos alunos, seus pensamentos, suas percepções, significações e interpretações. Aprender envolve a produção/criação de novos significados, pois esse processo acarreta o encontro e o confronto das diferentes ideias propagadas em sala de aula.

A fim de garantir o previsto na Lei 11.645/08 que torna obrigatória a presença de conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira e africana, que aborda a história e cultura dos povos indígenas, desenvolveremos uma metodologia de trabalho a cerca da constituição genotípica e fenotípica da população brasileira, propondo discussão do porque somos todos muito parecidos e, ao mesmo tempo, muito diferentes. Enfatizando que na compreensão biológica não há raças humanas, mas sim uma única espécie humana.

Os conteúdos específicos a serem trabalhados deverão estar relacionados tanto aos conteúdos estruturantes quanto aos conteúdos básicos da disciplina de forma contextualizada, favorecendo a compreensão da diversidade biológica e cultural.

AVALIAÇÃO

Em Biologia, avaliar implica num processo cuja finalidade é obter informações necessárias sobre o desenvolvimento da prática pedagógica para nela intervir e reformular os processos de ensino aprendizagem. Tendo como base a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional nº 9394/96, que afirma que a avaliação deve ser contínua e cumulativa em relação ao desempenho do estudante, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, visando a formação do aluno e sua aprendizagem durante o desenrolar dos conteúdos e dos trabalhos desenvolvidos.

Para atingir esses objetivos faz-se necessário a diversificação dos instrumentos de avaliação que estão indissociavelmente ligadas a concepção de avaliação contínua e formativa.

Das diversas formas de se avaliar, citamos alguns instrumentos de acordo com a necessidade dos alunos e dos conteúdos:

- atividades de leitura compreensiva de textos;
- produção de textos;
- debates;
- pesquisas bibliográficas;
- seminários;
- apresentação de relatos sobre palestras;
- questões objetivas e discursivas;
- atividades experimentais em laboratórios;
- pesquisa de campo;
- atividades a partir de recursos audiovisuais;
- trabalhos em grupo.

Esses instrumentos serão utilizados na metodologia do professor, de acordo com o conteúdo trabalho, intervindo e reformulando os processos de ensino aprendizagem.

Atendendo os critérios de rendimento escolar, previstos na LDB e nas Diretrizes curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná para o Ensino de Biologia, espera-se que o aluno:

Identifique e compare as características dos diferentes grupos de seres vivos;

- Estabeleça relações entre as características específicas dos micro-organismos, dos organismos vegetais e animais, e dos vírus;

- Classifique os seres vivos quanto ao número de células (unicelular e pluricelular), tipo de organização celular (procarionte e eucarionte), forma de obtenção de energia (autótrofo e heterótrofo) e tipo de reprodução (sexuada e assexuada);
- Reconheça e compreenda a classificação filogenética (morfológica, estrutural e molecular) dos seres vivos;
- Compreenda a anatomia, morfologia, fisiologia e embriologia dos sistemas biológicos (digestório, reprodutor, cardiovascular, respiratório, endócrino, muscular, esquelético, excretor, sensorial e nervoso);
- Identifique a estrutura e o funcionamento das organelas citoplasmáticas;
- Reconheça a importância e identifique os mecanismos bioquímicos e biofísicos que ocorrem no interior das células;
- Compreenda os mecanismos de funcionamento de uma célula: digestão, reprodução, respiração, excreção, sensorial, transporte de substâncias;
- Compare e estabeleça diferenças morfológicas entre os tipos celulares mais frequentes nos sistemas biológicos (histologia);
- Reconheça e analise as diferentes teorias sobre a origem da vida e a evolução das espécies;
- Reconheça a importância da estrutura genética para manutenção da diversidade dos seres vivos;
- Compreenda o processo de transmissão das características hereditárias entre os seres vivos;
- Identifique os fatores bióticos e abióticos que constituem os ecossistemas e as relações existentes entre estes;
- Compreenda a importância e valorize a diversidade biológica para manutenção do equilíbrio dos ecossistemas;
- Reconheça as relações de interdependência entre os seres vivos e destes com o meio em que vivem;
- Identifique algumas técnicas de manipulação do material genético e os resultados decorrentes de sua aplicação/utilização;
- Compreenda a evolução histórica da construção dos conhecimentos biotecnológicos aplicados à melhoria da qualidade de vida da população e à solução de problemas sócio-ambientais;
- Relacione os conhecimentos biotecnológicos às alterações produzidas pelo homem na diversidade biológica;
- Analise e discuta interesses econômicos, políticos, aspectos éticos e bioéticos da pesquisa científica que envolvem a manipulação genética.

Dessa forma a avaliação é um instrumento analítico do processo ensino aprendizagem, configurada no conjunto de ações pedagógicas que levam professores e alunos durante o ano letivo a observarem os avanços e dificuldades e superarem obstáculos.

REFERÊNCIAS

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Superintendência da Educação. **Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica – Biologia**. Curitiba, 2008.

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Departamento de Educação Básica.. **Avaliação – um processo intencional e planejado**. Grupos de Estudos 2008 - 2º encontro. Curitiba, 2008

PORTAL EDUCACIONAL DO PARANA. www.diaadiaeducacao.pr.gov.br.

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Departamento de Ensino Fundamental. **Cadernos Temáticos: História e cultura afro-brasileira e Africana. Educando para as relações étnico-raciais**.

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Departamento de Ensino Fundamental. **Cadernos Temáticos: educação Escolar Indígena**.

AMABIS, José Mariano & MARTHO, Gilberto Rodrigues. **Biologia, vol. 1, 2 e 3**. 2ª Ed. São Paulo: Moderna, 2004.

PAULINO, Wilson Roberto. **Biologia, vol. 1, 2 e 3**. 1ª Ed. São Paulo: Ática, 2005.

EDUCAÇÃO FÍSICA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA

A Educação Física no Brasil teve seus primeiros registros em teorias europeias, centrado em conhecimentos médicos e militares cujo principal objetivo era o desenvolvimento da saúde e formação moral dos brasileiros, visando aprimorar as capacidades e habilidades físicas, da disciplina e do respeito aos dominantes da pátria. Somava-se ainda a estes conceitos ideais para a formação de corpos fortes e preparados.

Para defender o Brasil, assim no início do século XX, a Educação Física tornou-se obrigatória nas escolas para crianças a partir de seis anos de idade, com utilização de métodos militarista e ginástica Francesa.

Com a popularização do esporte na década de 30, a Educação Física passou a trabalhar este conteúdo com o objetivo de promover a política nacionalista.

Nas aulas de Educação Física pautada exclusivamente o rendimento, a competição, comparação de recordes, disciplina rígida e o uso de técnicas específicas, almejando formar atletas, consolidando o país como uma potencia olímpica.

Neste mesmo período em que a Educação Física escolar teve caráter esportivo, surgia uma forte corrente pedagógica como psicomotricidade que tinha em seus aspectos, teóricos metodológicos contrários ao da esportivização, valorizando a formação integral do aluno. Mesmo assim o esporte continuou a ser tratado como meio de educação e disciplina dos corpos e a Educação Física ainda assumiram um papel como disciplina colaboradora a outras disciplinas.

Somente com o fim do período da ditadura militar a Educação Física assumiu uma roupagem embasada em correntes progressistas como a desenvolvimentista e construtivista e mais tarde embasada em tendências crítico. A tendência crítica baseia-se na pedagogia da cultura corporal.

No início da década da década de 90 teve início a elaboração do Currículo Básico do Estado do Paraná, documento voltado para as demandas sociais e educação brasileira, preocupado com a formação de alunos críticos e transformadores. Inicia-se então, ideais pautados na pedagogia histórico crítica, onde o aluno tomasse consciência sobre seus próprios corpos em relação ao meio social em que vivem e não em um sentido biológico ou anatômico. Contudo o documento do currículo básico permaneceu privilegiando aspectos desenvolvimentista, construtivista e psicomotora, fugindo totalmente dos pressupostos da pedagogia histórico crítica.

Mesmo com todos estes documentos que priorizavam mudanças na Educação Física escolar, esta ainda se manteve em seus aspectos tradicionais visando aptidões físicas, aspectos psicomotores e pratica esportiva.

Com a apresentação dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física, documento que passou a disciplina logo após a aprovação da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, a mesma apresentava em seu referencial um currículo mínimo, além de conter elementos da pedagogia construtivista e na relação de saúde e aptidão física, apresentando propostas inocentes.

Atualmente, com a elaboração das Diretrizes Curriculares da Educação Física no Estado do Paraná busca-se garantir ao aluno o conhecimento produzido historicamente, tendo na cultura corporal acesso ao conhecimento critico das inúmeras praticas corporais sendo elas históricas, políticas, sociais e culturais.

Na vida moderna trouxe certa acomodação, provocando a falta de movimentação, o que impede o individuo de exercitar seu corpo livremente, como consequência disso, aumentou a incidência de deficiências posturais, circulatórias e respiratórias cresceu o numero de obesos e sedentários. A influência da mídia acaba fazendo os adultos se alimentarem mal e voltarem-se mais para os computadores, que, de certa forma, ocupam seus tempos livres e os tornou sedentários.

Os adolescentes, impossibilitadas de extravasar suas energias, passam a copiar os pais, exercitando-se menos do que deveriam.

O objetivo da Educação Física é compensar essas carências físicas, oferecendo condições para que o adolescente expresse suas emoções e criatividadees por meios da utilização do corpo.

A Educação Física também auxilia o individuo na formação, social, psicológica e biológica. O objetivo maior é tornar-se um meio acessível a todos, favorecendo o desenvolvimento do ser humano não só fisicamente, mas de forma integral.

O professor deve preocupar mais com o enriquecimento global que uma atividade física pode proporcionar do que com o desempenho. Cada ser é único, portanto, não se deve esperar que todos ajam da mesma forma, deve-se respeitar a maneira própria de cada um realizar determinado exercício, especialmente os adolescentes, cuja liberdade muitas vezes é trabalhada por uma pessoa mal informada querendo mostrar-lhe o que correto. É por meio da ação que o adolescente forma sua inteligência e afetividade, por isso devemos proporcionar

oportunidades para que ela descubra o mundo pelo movimento, percebendo que é capaz de realizar algo sozinho.

No início da adolescência, essas atividades continuam a ser praticada em busca do aperfeiçoamento, contribuindo para o desenvolvimento neuro-psicomotor, através da introdução de detalhes técnicos. Essas atividades buscam desenvolver a sociabilidade, a responsabilidade, a organização e o autocontrole.

Em todas as fases, a Educação Física, seja nas escolares, nos clubes ou nas academias, vede ressaltar a necessidade da realização de atividades físicas como meio de obtenção de saúde, lembramos também que exercícios físicos e a alimentação saudável, caminhando em conjunto, melhoram a qualidade de vida do ser humano, que viverá mais e melhor por isso a Educação Física deve ser seguida por todos, ricos e pobres, brancos, negros, amarelos, altos, baixos, gordos, magros, homem e mulheres, têm os mesmos direitos em relação à formação e ao aprimoramento de suas qualidades físicas, mentais e sociais.

Quanto a seus objetivos a educação física é capaz de:

Utilizar-se dos conhecimentos adquiridos no sentido de analisar, interpretar, transferir e formar conceitos quando à atividade motora relacionada à saúde.

Discussão sobre os efeitos agudos e crônicos dos esforços físicos inadequados.

Discussão da forma de lazer em relação ao mundo do trabalho, do amador ao profissional.

Reconhecer e compreender a participação dos diferentes nutrientes na produção de energia para as atividades motoras.

Desenvolver atividades motoras adequadas com a finalidade de promover a melhoria de aptidões físicas.

Refletir sobre as informações, ideais e valores elevados o educando a desenvolver o senso crítico, participando da proposta pedagógica da escola.

Reconhecer-se como elemento integrante do ambiente, adotando hábitos saudáveis de higiene, alimentação e atividades corporais.

Desenvolver as noções conceituais de esforço, intensidade e frequência, aplicando-as em suas praticas corporais.

Relacionar a pratica do esporte e lazer com a abusca do bem estar e de uma vida com mais qualidade representado pelo aumento de atividades corporais na pratica do seu tempo livre.

Vivenciar experiências de competições esportivas que possam promover a compreensão quanto às decisões de grupo percebendo a importância e a necessidade de respeitar as normas e regras.

Discussão e compreensão do processo onde a prática corporal são institucionalizada internacionalmente com regras próprias e uma estrutura competitiva e comercial.

Proporcionar diferentes ritmos através de atividades com danças populares brasileiras, populares urbanas e folclóricas.

Proporcionar a interdisciplinaridade com as matérias afins ex Matemática.

Propiciar a discussão das práticas corporais apresentadas pela mídia.

Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

Educar para a solidariedade, para o respeito e para a cooperação.

Através de jogos lúdicos e brincadeiras adaptadas, estimular a criação e a reformulação de regras.

Criar estratégias e métodos mais eficientes para educar e padronizar gestos das diversas práticas corporais.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES / CONTEÚDOS BÁSICOS / CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

Os conteúdos estruturantes de educação física serão trabalhados em todos as turmas do ensino médio (1º, 2º e 3º ano) sempre tendo a divisão dos conteúdos básicos e específicos que possuem uma grande abrangência.

Na medida em que for surgindo oportunidade serão contemplados os seguintes seguimentos: História do Paraná – lei 13381/2001 ; História e Cultura Afro-brasileira e Africana – lei 10639/03; História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena – lei 11645/08; Música – lei 11769/08; prevenção e uso indevido de drogas, sexualidade humana, educação ambiental, educação fiscal, enfrentamento a violência contra a criança e o adolescente; Direito das Crianças e Adolescentes – lei federal 11525/07; Educação Tributaria Decreto nº 1143/99 – portaria nº 419/02; Educação Ambiental lei federal nº 9795/99 decreto nº4201/02; Também serão atendidas as especificidades da Educação do Campo.

ESPORTE ESTRUTURAN TE	CONTEÚDO BÁSICO	CONTEUDO ESPECÍFICO
-----------------------------	--------------------	------------------------

ESPORTE	COLETIVOS	VOLEIBOL; BASQUETEBOL; HANDEBOL; FUTEBOL DE SALÃO; FUTEVÔLEI.
	INDIVIDUAIS	TÊNIS DE MESA
	RADICAIS	SKATE
JOGOS E BRICADEIRA	JOGOS E BRINCADEIRAS POPULARES	PETECA; CORRIDA DE SACO; QUEIMADA.
	JOGOS DE TABULEIRO	XADREZ; DAMA; TRILHA.
	JOGOS COPERATIVOS	VOLENÇOL.
	JOGOS DRAMATICOS	IMPROVISAÇÃO; IMITAÇÃO; MIMICA.
DANÇA	DANÇAS FOLCLÓRICAS	QUADRILHA
	DANÇA DE SALÃO	VALSA; VANERÃO; SAMBA.
	BANÇAS CIRCULARES	CONTEMPÔRANEAS; FOLCLÓRICAS; SAGRADA.
GINÁSTICAS	GINASTICA RÍTMICA	CORDA; ARCO; BOLA.
	GINASTICA DE ACADEMIA	ALONGAMENTO; GINASTICA AERÓBICA; GINASTICA LOCALIZADA; PULAR CORDA.
	GINASTICA CIRCENSE	MALABARES.
	GINASTICA GERAL	ROLAMENTO; PARADAS.
LUTAS	LUTAS DE APROXIMAÇÃO	JUDÔ.
	LUTAS QUE MANTÊM A DISTÂNCIA.	KARAE.
	CAPOEIRA	ANGOLA E REGIONAL.

METODOLOGIA

A Educação Física tem a função de contribuir para que os alunos se tornem sujeitos capazes de reconhecer o próprio corpo, adquirir uma expressividade corporal consciente e refletir criticamente sobre as práticas corporais.

Cabe ao professor a responsabilidade de sistematizar o conhecimento sobre as práticas corporais, o que possibilita a comunicação e o diálogo com as culturas.

Desenvolver o conhecimento através de uma metodologia que tenha como eixo central a construção do conhecimento pela práxis.

É preciso levar em conta aquilo que traz, como referência acerca do conteúdo proposto, uma primeira leitura da realidade, uma preparação e mobilização do aluno para construção do conhecimento escolar. Reconhecendo que dimensão corporal é resultado de experiências de objetivos frutos de nossa interação social nos diferentes contextos em que se efetiva, sejam eles a família, a escola, o trabalho e o lazer.

Aulas práticas e teóricas de forma expositiva, com demonstração dos fundamentos e regras básicas. Uso da TV Pendrive, no aprendizado e elevando o nível de dificuldade de acordo com a série.

Apresentar como desafios contemporâneos alguma proposta de ensino como: da disciplina de Educação Física contemplando, sempre que oportuno conteúdo da História do Paraná, Lei nº 13.381/01; História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, segundo a Lei nº 11.645/08; os conteúdos de Música conforme Lei nº 11.769/08; a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795/99; sob Decreto nº 4.201/02; a Educação Fiscal na forma de Lei Tributária, Decreto nº 1.143/99; a Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, Sexualidade Humana, Enfrentamento a Violência Contra a Criança e o Adolescente, Lei Federal nº 11.525/07.

Serão utilizados os seguintes recursos didáticos:

Quadro de Giz, Giz;

Revistas, jornais.

Bolas das Diferentes Modalidades;

Rede de Voleibol, apitos;

Tênis de Mesa;

TV, DVDS de todas as modalidades possíveis, Pendrive, Laboratório de Informática;

Livro Didático Público de Ed. Física.

Livros de Regras de todas as modalidades.

Espaço Físico adequado ou improvisado.

AVALIAÇÃO

A avaliação pressupõe um comprometimento com a produção do conhecimento, a participação do aluno enquanto ser humano capaz de construir seu percurso, fornecendo assim sua promoção como sujeita no educacional.

A avaliação deve estar relacionada aos encaminhamentos metodológicos, constituindo-se na forma de resgatar as experiências e sistematizações realizadas durante o processo de aprendizagem. Isto é professor, quando os alunos poderão revisitar o trabalho realizado, identificando avanços e dificuldades no processo pedagógico, com o objetivo de replanejar e propor encaminhamentos que reconheçam os acertos e ainda superem as dificuldades constatadas.

Os caminhos da avaliação devem ser construídos pelo confronto das ideias, repensando e discutindo valores, princípios e métodos.

Destaca-se que a avaliação deve estar vinculada ao projeto político-pedagógico da escola, de acordo com os objetivos e a metodologia adotada pelo corpo docente. Com efeito, os critérios para a avaliação para a avaliação devem ser estabelecidos, considerando o comprometimento e envolvimento dos alunos no processo pedagógico:

Comprometimento e envolvimento- se os alunos entregam as atividades propostas pelo professor; se houve assimilação dos conteúdos propostos, por meio da recriação de jogos e regras; se o aluno consegue resolver, de maneira, criativa, situações problemas sem desconsiderar a opinião do outro, respeitando o posicionamento do grupo e propondo soluções para as divergências; se o aluno se mostra envolvimento nas atividades, seja através de participação nas atividades práticas ou realizando relatórios.

Avaliação teóricas práticas.

Apresentação de trabalhos individuais.

Trabalhos individuais em grupo.

Apresentação de trabalhos em grupos.

Participação nas atividades esportivas como inter-série e outras atividades.

Avaliação continuada observando no dia-a-dia das aulas os aspectos cognitivos, afetivos, motores e cooperativos.

REFERÊNCIAS

DCE- **Diretrizes Curriculares da Educação Básica de Educação Física.**

Manual de Educação Física. (Esporte Recreação por Idade) Cultural S/A.

Dança Educação (Pré-escola à Universidade) 3ª ed. Dionísia Nanini Editora Sprint.

Aprendendo a Educação Física. Maria Cristina Gonçalves.

Roberto Costacurta Alves Pinto.

Silvia Pessoa Teuber. Voleibol: Adilson Donizete da Costa. Editora Sprint.

Ferreira, Ricardo Lucena. **Futsal.** Editora Sprint.

Regras Oficiais de Futsal, Voleibol, Basquetebol, Handebol. Editora Sprint.

Livro Didático Público Educação Física Ensino Médio SEED. ;

Historia do Paraná – lei 13381/2001 ;

Historia e Cultura Afro-brasileira e Africana – lei 10639/03;

Historia e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena – lei 11645/08;

Musica – lei 11769/08;

Prevenção e uso indevido de drogas, sexualidade humana, educação ambiental, educação fiscal, enfrentamento a violência contra a criança e o adolescente;

Direito das Crianças e Adolescentes – lei federal 11525/07;

Educação Tributaria Decreto nº 1143/99 – portaria nº 419/02;

Educação Ambiental lei federal nº 9795/99 decreto nº4201/02;

Também serão atendidas as especificidades da Educação do Campo.

FILOSOFIA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA DE FILOSOFIA

A disciplina de filosofia é diferente das outras ciências, pois ela procura oferecer uma imagem do pensamento humano ou mesmo da realidade. A diretriz curricular de filosofia para o ensino médio esta organizada por conteúdos-estruturantes: Mito e Filosofia, Teoria e Conhecimento ,Ética,Filosofia Política , Estética e Filosofia da Ciência,são conhecimentos que caracterizou-se historicamente em contexto e sociedades diferentes. Assim a história da Filosofia e os filósofos que nos antecederam, constituem um acervo de grandes inspirações e ideias que alimentam as discussões entre professor e alunos.

Quando se trata do ensino de Filosofia retoma-se a uma questão a respeito de se ensinamos a filosofar ou ensinamos a Filosofia. Trabalhar com textos filosóficos ou à História da Filosofia não significa que estes passem a ser a única preocupação deste ensino, mais sim serão de grande valia desde que os problemas filosóficos estejam atualizados e possam ser trabalhados de acordo com a realidade dos discentes. Perante uma discussão filosófica relacionada a Filosofia tais como: o que é conhecimento? O ser humano é livre? Que tipos de valores orientam a ciência? O que é ser justo? O que caracteriza um bom político? Que tipo de conhecimento a arte nos propicia? O que é ser moral? O que é democracia? Precisamos saber sobre os filósofos,para estarmos a par de suas ideias, que são bastante diferenciadas, ampliando nossa aprendizagem da compreensão do mundo para que possamos pensar por conta própria. O papel da Filosofia na Educação é desenvolver nos alunos o senso crítico, que implica a superação a das concepções ingênuas e superficiais sobre os homens, a sociedade e a natureza.

O docente de filosofia deve ser mediador contribuindo a aumentar a capacidade de acompanhamento as variadas mudanças exigidas de acordo com a realidade do neoliberalismo e principalmente da globalização.

A disciplina de Filosofia se tornou obrigatória nas três séries do Ensino Médio, com a Lei nº 11.684/2008.

OBJETIVOS GERAIS

Contribuir para a compreensão dos elementos que interferem no processo filosofia através da busca do esclarecimento dos universos que tecem a existência humana.

- Formar o hábito da reflexão sobre a própria experiência possibilitando a formação de juízos de valor que subsidiem a conduta do sujeito dentro da escola e fora dela.

- Desenvolver procedimentos próprios do pensamento crítico: apreensão de conceitos, argumentação e problematização.

-Oportunizar momentos que facilitem o pensar de cada conteúdo trabalhado em sala de aula;

-Articular teorias filosóficas e o tratamento de temas e problemas científicos, tecnológicos éticos e políticos, sócio-culturais com as vivências pessoais.

-Contextualizar conhecimentos filosóficos, tanto no plano de sua origem específica quanto em outros planos: o pessoal, o entorno sócio-político, histórico e cultural; a sociedade científico-tecnológica.

Justificativa

Os conteúdos foram organizados de maneira seriada para serem trabalhados em todas as séries do ensino médio. A Filosofia é um modo de pensar, é uma postura diante do mundo. A filosofia não é um conjunto de conhecimentos prontos, um sistema acabado, fechado em si mesmo. Ela é, antes de tudo, uma prática de vida que procura pensar os acontecimentos além de sua pura aparência. Assim, ela pode se voltar para qualquer objeto. Pode pensar a ciência, seus valores, seus métodos, seus mitos; pode pensar a religião; pode pensar a arte; pode pensar o próprio homem em sua vida.

Diz-se que a Filosofia incomoda certos indivíduos e instituições porque questiona o modo de ser das pessoas, das culturas, do mundo. Isto é, questiona a prática política, científica, técnica, ética, econômica, cultural e artística.

Desse modo, compreender a importância do ensino da Filosofia no Ensino Médio é entendê-la como um conhecimento que contribui para a formação do aluno. Cabe a ela indagar a realidade, refletir sobre as questões que são fundamentais para os homens, em cada época.

Serão contempladas nesta disciplina:

- História do Paraná – Lei 13.381/2001.
- História e Cultura Afro-brasileira e Africana – Lei 10.639/03.
- História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena – Lei 11.645/08; Música – Lei 11.769/08.

- Prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana, educação ambiental, educação fiscal, enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente.
- Direito das Crianças e Adolescente – Lei Federal 11.525/07.
- Educação Tributária Decreto nº 1143/99, Portaria nº 413/02.
- Educação Ambiental Lei Federal nº 9795/99, Decreto nº 4201/02.
- Também serão atendidas as especificidades da Educação do Campo.

Essas temáticas serão abordadas como conteúdos e/ou quando surgirem oportunidades.

Contemplando a Lei 11.645/08 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história, cultura afro-brasileira, indígena na educação básica, relacionando com os conteúdos a serem trabalhados e demonstrando sua relevância a todos os alunos. Explicita também a inclusão e diversidade, buscando superar as diferenças sociais, e fazendo com que todos entendam a importância da inclusão.

A reflexão filosófica não é, pois, qualquer reflexão, mas rigorosa, sistemática e deve sempre pensar o problema em relação à totalidade, para alcançar a radicalidade do problema, isto é, ir à sua raiz. Esta é a preocupação da escola ao instituir a disciplina de Filosofia no Ensino Médio; a busca pelo ensino da reflexão filosófica, instrumentalizando os alunos para estarem aptos a compreender e atuar em sua realidade.

CONTEÚDOS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Mito e Filosofia

Teoria do Conhecimento.

Ética

Filosofia Política.

Filosofia da Ciência

Estética

CONTEÚDOS BÁSICOS

MITO E FILOSOFIA

Saber mítico;

Saber filosófico;
Relação Mito e Filosofia;
Atualidade do mito;

TEORIA DO CONHECIMENTO

Possibilidade do conhecimento;
As formas de conhecimento
O problema da verdade;
A questão do método;
Conhecimento e lógica.

ÉTICA

Ética e moral;
Pluralidade ética;
Ética e violência;
Razão, desejo e vontade;
Liberdade: autonomia do sujeito e a necessidade das normas.

O PROBLEMA POLÍTICO

Relações entre comunidade e poder;
Liberdade e igualdade política;
Política e Ideologia;
Esfera pública e privada;
Cidadania formal e/ou participativa.

FILOSOFIA DA CIÊNCIA

Concepções de ciência;
A questão do método científico;
Contribuições e limites da ciência;
Ciência e ideologia;
Ciência e ética.

ESTÉTICA

Natureza da arte;
Filosofia e arte;

Categorias estéticas – feio, belo, sublime, trágico, cômico, grotesco, gosto, etc.

Estética e sociedade

METODOLOGIA

Diante do desafio de regatar uma proposta de ensino de filosofia para o ensino médio propomos uma abordagem metodológica que proporcione ao educando, ao mesmo tempo domínio do saber filosófico acumulado na história da humanidade e uma reflexão sobre os problemas que perpassam sua própria existência. Para tanto entendemos que se faz necessário abordar os grandes temas da filosofia numa perspectiva histórica, primeiro compreendendo os temas em seu tempo para posteriormente contextualizá-lo; é necessário ir ao texto filosófico ou à história da filosofia sem contudo tratar os conteúdos como a única preocupação do ensino de filosofia.

“É imprescindível recorrer à história da Filosofia e aos textos clássicos dos filósofos, pois neles o estudante se defronta com o pensamento filosófico, com diferentes maneiras de enfrentar o problema e, com as possíveis soluções já elaboradas, as quais orientam e dão qualidade à discussão.” (Diretrizes Curriculares da Educação Básica Filosofia pag. 60).

Buscaremos através de atividades de pesquisa, debates e aulas expositiva com a utilização de variados instrumentos tecnológicos, como internet, multimídia, tv etc; garantir o domínio conceitual e criar um espaço de experiência filosófica, espaço de provocação do pensamento original, da busca, da compreensão, da imaginação, da investigação da análise e da re-interpretação dos conceitos bem como elaboração de novos conceitos. *“O trabalho com os conteúdos estruturantes da Filosofia e seus conteúdos básicos dar-se-á em quatro momentos: a mobilização para o conhecimento; a problematização; a investigação; a criação de conceitos.”* (Diretrizes Curriculares da Educação Básica Filosofia pag. 59 e 60). Através de atividades conduzidas pelo professor instigar e motivar possíveis relações entre o cotidiano do estudante e o conteúdo filosófico a ser desenvolvido. Entendemos que o trabalho do professor é o de propor problematizações, leituras filosóficas e análise de textos, tomando o cuidado de não interferir na construção de autonomia de pensamento ao educando.

“O ensino de Filosofia deve estar na perspectiva de quem dialoga com a vida, por isso é importante que, na busca da resolução do problema, haja preocupação também

com uma análise da atualidade, com uma abordagem que remeta o estudante à sua própria realidade” (Diretrizes Curriculares da Educação Básica Filosofia pag. 59 e 60).

Ao educador é necessário compreender que ele não está criando discípulos, mas sim livres pensadores com capacidade argumentativa e domínio dos pressupostos metodológicos e lógicos.

AVALIAÇÃO

Entendemos a avaliação como um instrumento didático pedagógico com funções diferenciadas dentro do processo de ensino aprendizagem; ela é diagnóstica quando fornece subsídio para redirecionar o curso da ação no processo de ensino aprendizagem e também classificatória quando em função da legislação vigente o educador necessita quantificar o resultado obtido pelo educando.

“Conforme a LDB n. 9394/96, no seu artigo 24, avaliação deve ser concebida na sua função diagnóstica e processual, isto é, tem a função de subsidiar e mesmo redirecionar o curso da ação no processo ensino-aprendizagem”. (Diretrizes Curriculares da Educação Básica Filosofia pag. 62).

Conforme as Diretrizes Curriculares da avaliação de Filosofia se inicia com a mobilização para o conhecimento, por meio da análise comparativa do que o estudante pensava antes e do que pensa após o estudo. Com isso, torna-se possível entender a avaliação como um processo.

Os instrumentos avaliativos devem contemplar a pluralidade de indivíduos. Para tanto não se deve prender a um único instrumento de avaliação e perceber as mudanças quantitativas e qualitativas verificadas no educando. *“Ao avaliar, o professor deve ter profundo respeito pelas posições do estudante, mesmo que não concorde com elas, pois o que está em questão é a capacidade de argumentar e de identificar os limites dessas posições”*. (Diretrizes Curriculares da Educação Básica Filosofia pag. 62).

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofando, introdução a Filosofia**. 2ª Edição. SP. Moderna, 1993.
- PARANÁ, Secretaria do Estado da Educação Diretrizes Curriculares Estaduais Orientadoras Filosofia, Curitiba: SEED, 2008.
- COTRIN, Gilberto, **Fundamentos de Filosofia**, Editora Saraiva, São Paulo-2010.

FÍSICA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE FÍSICA

Entende-se que o ensino de Física deve enfatizar fenômenos físicos com redução da ênfase na formulação Matemática, sem perder a consistência teórica, vendo a importância da compreensão da evolução dos sistemas físicos e suas aplicações na sociedade contemporânea. Qualificando temas da Física Moderna, lembrando que a física é uma ciência em processo de construção. A Física tem como objetivo de estudo o universo, em toda a sua complexidade. Por isso a disciplina de Física propõe aos estudantes o estudo da natureza que permite elaborar modelos de evolução cósmica, investigar os mistérios do mundo microscópico das partículas que compõe a matéria, ao mesmo tempo permite desenvolver novas fontes de energia e criar novos materiais, produtos e tecnologias.

Será contemplada na disciplina de Física a Lei 11.645/08 – História e Cultura Afro-Brasileira Africana e Indígena, conforme o conteúdo assim permitir e, sempre que oportuno conteúdo da História do Paraná, Lei nº 13.381/01; os conteúdos de Música conforme Lei nº 11.769/08; a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795/99; sob Decreto nº 4.201/02; a Educação Fiscal na forma de Lei Tributária, Decreto nº 1.143/99; a Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, Sexualidade Humana, Enfrentamento a Violência Contra a Criança e o Adolescente, Lei Federal nº 11.525/07.

Fazer com que o aluno compreenda que a produção do conhecimento científico é a parte da cultura humana.

Compreender os conceitos, leis, teorias e modelos da Física, desenvolver habilidades para medir e quantificar os parâmetros relevantes, sua evolução histórica que permitam uma visão global dos processos que ocorrem na natureza presentes no seu dia-a-dia (tanto pessoal quanto profissional), proporcionando uma formação científica básica que condiz com sua realidade social.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES - Movimentos

CONTEÚDOS BÁSICOS: Quantidade de movimento (nomenclatura) e inércia

A conservação do momento

Variação da quantidade de movimento e impulso: 2º Lei de Newton
conceito de equilíbrio e 3º Lei de Newton

Gravitação Universalidade

A energia e o princípio da conservação da energia

Sistemas oscilatórios: movimentos periódicos, oscilações num sistema de massa mola, ondulatória, acústica

Movimentos dos fluídos: propriedades físicas da matéria, estados de agregação, viscosidade dos fluídos, comportamento de superfícies e as interações mecânicas

Introdução aos sistemas caóticos.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES: Termodinâmica:

CONTEÚDOS BÁSICOS:

Leis da Termodinâmica: Lei Zero da Termodinâmica, equilíbrio térmico, propriedades termométricas, medidas de temperatura;

1ª Lei da Termo: as máquinas térmicas, à ideia de entropia, processos irreversíveis/reversíveis;

2ª Lei da Termo: as hipóteses da sua formulação, o comportamento da matéria nas proximidades do zero absoluto.

A ideia da Termodinâmica desenvolvidas no âmbito da Mecânica Quântica e da Mecânica Estatística. A Quantização da energia no contexto da Termodinâmica.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES: Eletromagnetismo

CONTEÚDOS BÁSICOS:

Conceitos de carga elétrica e polos magnéticos;

As Leis de Maxwell: Lei de Coulomb, Lei de Gaus, Lei de Faraday, Lei de Ampère e Lei de Lenz;

Campo elétrico e magnético, as linhas do campo;

Força elétrica e magnética, Força de Lorentz;

Circuitos elétricos e magnéticos: elementos do circuito, fontes de energia num circuito;

as ondas eletromagnéticas: a luz como onda eletromagnética;

Propriedades da luz como onda e como partícula: A Dualidade onda-partícula; Óptica Física e Geométrica. A dualidade da matéria;

As interações eletromagnéticas, a estrutura da matéria.

METODOLOGIA

Toda a tecnologia tem grande importância no conhecimento de Física e faz parte do cotidiano do aluno. Por isso, buscar o entendimento das possíveis

relações entre desenvolvimento da ciência e das tecnologias as diversas transformações culturais, sociais e econômicas.

Abordar o uso da história da ciência pode ajudar os professores a encontrar estrutura das concepções espontâneas de seus alunos. O conhecimento passado, as ideias e suas relações econômicas e sociais pode ajudar a entender a ciência como parte da realidade que se relaciona com outras atividades humanas e transformar a Física em algo compreensível, fazendo uma ponte entre as ideias espontâneas e o conhecimento científico.

A experimentação no ensino de Física é importante se entendida como metodologia de ensino que contribui para fazer a ligação entre a teoria e a prática.

Uma das grandes dificuldades na transferência do conhecimento é a metodologia, que é um conjunto de procedimentos para facilitar a ação do professor.

Portanto, não se trata de elaborar novas listas de tópicos de conteúdo, mas sim dar ênfase a novas dimensões buscando trabalhar a interdisciplinaridade assumindo que a Física é uma ciência em produção, um objeto humano construído e produzido nas relações sociais.

O processo de ensino aprendizagem deve partir do conhecimento prévio trazido pelos estudantes.

O saber matemático não pode ser um pré-requisito para ensinar Física. É preciso localizar os conteúdos a serem trabalhados num contexto social, econômico, cultural e histórico tudo isso usando a interdisciplinaridade.

AValiação

Inicialmente, é preciso identificar os conhecimentos dos estudantes, sejam eles espontâneos ou científicos, pois ambos interferem na aprendizagem, no desenvolvimento dos trabalhos e nas possibilidades de revisão do planejamento pedagógico.

Embora o sistema de registro da vida escolar do estudante esteja centrado em uma nota para sua aprovação, a avaliação será um instrumento auxiliar a serviço da aprendizagem dos alunos, cuja finalidade é sempre o seu crescimento e sua formação.

Assim, a avaliação oferece subsídios para que tanto o aluno quanto o professor acompanhem o processo de ensino-aprendizagem. Para o professor, a avaliação deve ser vista como um ato educativo essencial para a condução de um

trabalho pedagógico inclusivo, no qual a aprendizagem seja um direito de todos e a escola pública o espaço onde a educação democrática deve acontecer.

A avaliação deve ter um caráter diversificado tanto qualitativo quanto do ponto de vista instrumental. Do ponto de vista quantitativo o professor deve orientar-se pelo estabelecido no regimento escolar.

Quanto aos critérios de avaliação em Física, deve-se verificar:

A compreensão dos conceitos físicos essenciais a cada unidade de ensino e aprendizagem planejada;

A compreensão do conteúdo físico expressado em textos científicos;

A compreensão de conceitos físicos presentes em textos não científicos;

A capacidade de elaborar relatórios tendo como referência os conceitos, as leis e as teorias físicas sobre um experimento ou qualquer outro evento que envolva os conhecimentos da Física.

Se o critério é garantir o objeto de estudo da Física, então ao avaliar deve-se considerar a apropriação do conteúdo pelos estudantes. Considerar o progresso dos estudantes quanto aos aspectos históricos, conceituais e culturais, a evolução das ideias e a não neutralidade da ciência. Deve-se buscar sempre, uma avaliação do processo de aprendizagem como um todo, não só pra verificar o aprendizado, mas para a partir dela, o professor encontrar subsídios para intervir, como uso da TV pendrive, experimentos.

Trabalho em grupo, pesquisas, laboratório, TV, câmara escura.

REFERÊNCIAS

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação Superintendência da Educação Diretriz Curriculares Estaduais Orientadoras de Física. Curitiba SEED, 2008

FIOLHAIS, C, Física divertida. Lisboa: Gradiva, 1988.

GAMOW, G. O incrível mundo da física moderna. São Paulo: Ibrasa, 1980.

KRAUSS, L. M. Sem medo da Física. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

GEOGRAFIA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA

Muitos foram as denominações propostas para o ensino de geografia, hoje entendido como espaço geográfico e sua composição conceitual básico-lugar, paisagem, região, território, natureza, sociedade entre outros e dependendo das correntes de pensamento a qual vinculam, assumem posições filosóficas e políticas distintas e, em alguns momentos aprofundam a integração entre Geografia Física e Geografia Humana.

De acordo com a concepção de Espaço Geográfico, torna-se necessário compreender as localizações e as relações políticas, sociais, culturais e econômicas que as orientam.

Dessa maneira, configura-se o objetivo maior de ensino da geografia, que conjuga o plano do conhecimento com o plano de ação do educando: conhecer o espaço geográfico para melhor agir no processo de sua construção uma vez que a humanidade já conquistou muitos avanços tecnológicos, acumulou uma série de conhecimento, modificou paisagens e desenvolveu amplas possibilidades de sobrevivência em diversos lugares da Terra.

É, também por meio da geografia que podemos encontrar caminhos para entender os benefícios conquistados, reduzindo as desigualdades sociais materializados no espaço geográfico.

As teorias críticas da Geografia, procuram entender a sociedade em seus aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos e nas relações que estabelece com a natureza para produção do espaço geográfico. Ou seja, a sociedade é entendida como aquela que produz um intercâmbio com a natureza, transformando-a em função de seus interesses econômicos e ao mesmo tempo sendo influenciada por ela, criando dessa forma, seus espaços de acordo com as relações políticas e as manifestações culturais.

Considerar no ensino da geografia a realidade no seu conjunto; o espaço é dinâmico e sofre alterações em função da ação do homem, e este é um sujeito que faz parte do processo histórico, e perceber-se como elemento ativo do seu processo histórico.

Atuar no processo de ensino e aprendizagem, na perspectiva da construção do conhecimento, refletindo sobre a realidade vivida pelo aluno, respeitando e considerando a sua história de vida e contribuindo para que o aluno entenda o seu papel na sociedade: o de cidadão.

Considerar o fato de que a nossa escola é rural e uma maneira de trabalharmos a Educação do Campo dentro da geografia é nunca esquecermos de contextualizar, dentro dos nossos Conteúdos Estruturantes (econômicos, políticos, culturais demográficos e socioambientais) os conteúdos específicos de forma que o aluno sinta-se inserido dentro dos mesmos.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES/CONTEÚDOS BÁSICOS DA DISCIPLINA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES.

- Dimensão econômica do espaço geográfico;
- Dimensão política do espaço geográfico;
- Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico;
- Dimensão socioambiental do espaço geográfico

CONTEÚDOS BÁSICOS

- A formação e transformação das paisagens;
- A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção;
- A distribuição espacial das atividades produtivas e a (re) organização do espaço geográfico;
- A formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais;
- A revolução técnico-científica-informacional e os novos arranjos no espaço da produção;
- O espaço rural e a modernização da agricultura;
- O espaço em rede: produção, transporte e comunicação na atual configuração territorial;
- A circulação de mão-de-obra, do capital, das mercadorias e das informações;
- Formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios;
- As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista;
- A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização recente;
- A evolução demográfica, a distribuição espacial da população e os indicadores estatísticos;
- Os movimentos migratórios e suas motivações;
- As manifestações socioespaciais da diversidade cultural;
- O comércio e as implicações socioespaciais;

As diversas regionalizações do espaço geográfico;

As implicações socioespaciais do processo de mundialização;

A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do estado;

História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira, o negro na formação da sociedade brasileira, a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente a História do Brasil;

A luta dos povos indígenas brasileiros, o índio na formação da sociedade nacional e respectivas contribuições em diferentes áreas;

Serão contempladas nesta disciplina:

- Geografia do Paraná conforme a instrução nº 04/2005 da página 50 das diretrizes curriculares;

- História do Paraná – Lei 13.381/2001;

- História e Cultura Afro-brasileira e Africana – Lei 10.639/03;

- História e Cultura Afro-brasileira, Africana e indígena – Lei 11.645/08;

- Música – Lei 11.769/08;

- Prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana, educação ambiental, educação fiscal, enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente;

- Direito das Crianças e Adolescente – Lei Federal 11.525/07;

- Educação Tributária Decreto nº 1143/99, Portaria nº 413/02;

- Educação Ambiental Lei Federal nº 9795/99, Decreto nº 4201/02;

- Também serão atendidas as especificidades da Educação do Campo.

Os conteúdos específicos são abordados a partir do enfoque de cada conteúdo estruturante, porém, não acontecerá uma separação nas abordagens, pois na realidade concreta as dimensões sócio ambiental, cultural, demográfica, econômica e geopolítica do meio urbano não se separam, mas se intercalam o tempo todo.

Assim então, estando os conteúdos básicos dentro dos estruturantes e os específicos distribuídos dentre cada um deles.

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

A metodologia empregada na sala de aula busca verificar a relação de como o conteúdo é realmente compreendido pelos alunos e se faz de fundamental importância na vida profissional.

Utilizar metodologias de ensino que consigam trazer o contexto social dos alunos para a sala de aula – através de diálogos abertos – torna o ensino de geografia mais produtivo e ligados aos pensamentos e inovações do mundo moderno, do qual os educandos estão inseridos.

Diante da proposta apresentada deve permitir que os alunos se apropriem dos conceitos fundamentais da geografia e compreenda o processo de produção e transformação do espaço geográfico.

Para isso, os conteúdos devem ser trabalhados de forma crítica e dinâmica, interligado com a realidade próxima e distante do aluno, de forma a utilizar os meios tecnológicos oferecidos no âmbito escolar, proporcionando agilidades e facilidades no processo de ensino e aprendizagem.

O trabalho com os portadores de necessidades especiais demonstram que as atividades que despertam o lúdico (dinâmicas) são mais aceitas pelos alunos e facilitam o aprendizado.

Com o lúdico associado a pedagogia, o desenvolvimento dos alunos portadores de necessidades especiais acontece de forma eficaz, proporcionando o interesse coletivo em qualquer atividade desenvolvida.

Desta forma os alunos terão experiências e levarão os seus conhecimentos para toda vida, sendo muito importante principalmente nas relações interpessoais e mais ainda para uma vida sociocultural ativa.

A problematização inicial tem como objetivo mobilizar o aluno para o conhecimento. Por isso deve se constituir de questões que estimule o raciocínio, a reflexão e a crítica, delegando o papel de sujeito do seu processo de aprendizagem.

A contextualização do conteúdo é outro processo metodológico importante, onde o aluno poderá relacioná-lo à realidade vivida e situá-lo nas relações políticas, sociais, econômicas e culturais nas diversas escalas geográficas. Já os conteúdos estruturantes deverão se fundamentar na abordagem dos conteúdos básicos.

Os conceitos fundamentais da geografia – paisagem, lugar, região, territórios, natureza e sociedade – serão representados de uma perspectiva crítica. As realidades paranaenses deverão ser consideradas sempre que possíveis.

Os conteúdos serão tratados em diferentes escalas geográficas, com uso de linguagem cartográfica, escala e orientação.

Em nosso trabalho será contemplada a legislação vigente: Lei 10639/03 – história e cultura afro-brasileira e africana, Lei 11645/08 – história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, Lei 9795/99 – política nacional de educação ambiental, -

Geografia do Paraná conforme a instrução nº 04/2005 da página 50 das DCE; Lei 13381/01 - história do Paraná, Lei 11769/08 – música, prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana, educação ambiental, educação fiscal, enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente. Direito Das Crianças e Dos Adolescentes L.F nº11525/07, Educação Tributária nº1143/99, Portaria nº413/02, Educação Ambiental L.F nº9795/99, Dec. Nº4201/02.

No âmbito das leis pensar e fazer educação como política pública, voltado para todos, independente de origem étnico-racial, de gênero e de cultura das pessoas. Ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, étnico-racial, social e econômica brasileira o que implica a abertura de espaço para visões de africano e indígena.

A realidade local e paranaense deveria ser considerada sempre que possível, retratando seus mais variados aspectos (social, econômico, físico)etc..

AVALIAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) determina que a avaliação do processo de ensino-aprendizagem seja formativa, diagnóstica e processual. Respeitando o preâmbulo da lei, cada escola da rede estadual de ensino, ao construir seu Projeto Político Pedagógico, deve explicitar detalhadamente a concepção de avaliação que orientará a prática dos professores.

A avaliação deve tanto acompanhar a aprendizagem dos alunos quanto nortear o trabalho do professor. Para isso, deve se constituir numa contínua ação reflexiva sobre o fazer pedagógico. Nessa perspectiva, a avaliação deixa de ser um momento terminal do processo educativo (como hoje é concebida) para se transformar na busca incessante de compreensão das dificuldades do educando e na dinamização de novas oportunidades de conhecimento. (HOFFMANN, 1995, p. 21) .

Nessa concepção de avaliação, considera-se que os alunos têm diferentes ritmos de aprendizagem, identificam-se dificuldades e isso possibilita a intervenção pedagógica a todo o tempo. O professor pode, então, procurar caminhos para que todos os alunos aprendam e participem das aulas.

Assim, recomenda-se que a avaliação em Geografia seja mais do que a definição de uma nota ou um conceito. Desse modo, as atividades desenvolvidas ao longo do ano letivo devem possibilitar ao aluno a apropriação dos conteúdos e posicionamento crítico frente aos diferentes contextos sociais.

Para isso, destacam-se como os principais critérios de avaliação em Geografia a formação dos conceitos geográficos básicos e o entendimento das relações socioespaciais para compreensão e intervenção na realidade. O professor deve observar se os alunos formaram os conceitos geográficos e assimilaram as relações espaço-temporais e Sociedade ↔ Natureza para compreender o espaço nas diversas escalas geográficas.

No entanto, ao assumir a concepção de avaliação formativa, é importante que o professor tenha registrado, de maneira organizada e precisa, todos os momentos do processo de ensino-aprendizagem, bem como as dificuldades e os avanços obtidos pelos alunos, de modo que esses registros tanto explicitem o caráter processual e continuado da avaliação quanto atenda às exigências burocráticas do sistema de notas.

Será necessário, então, diversificar as técnicas e os instrumentos de avaliação. Em lugar de avaliar apenas por meio de provas, o professor pode usar técnicas e instrumentos que possibilitem várias formas de expressão dos alunos, como:

- interpretação e produção de textos de Geografia;
- interpretação de fotos, imagens, gráficos, tabelas e mapas;
- pesquisas bibliográficas;
- relatórios de aulas de campo;
- apresentação e discussão de temas em seminários;
- construção, representação e análise do espaço através de maquetes, entre outros.

A avaliação é parte do processo pedagógico e, por isso, deve tanto acompanhar a aprendizagem dos alunos quanto nortear o trabalho do professor. Ela permite a melhoria do processo pedagógico somente quando se constitui numa ação reflexiva sobre o fazer pedagógico. Não deve ser somente a avaliação do aprendizado do aluno, mas também uma reflexão das metodologias do professor, da seleção dos conteúdos, dos objetivos estabelecidos e podem ser um referencial para o redimensionamento do trabalho pedagógico.

REFERÊNCIAS

Departamento de Educação Básica, Avaliação – um processo intencional, grupo de estudo, 2008.

PARANÁ, Secretaria do Estado da Educação – Superintendência da Educação – Diretrizes Curriculares Estaduais Orientadoras Curitiba: SEED, 2008.

Textos retirados do DEB Itinerante.

James e Mendes, Geografia Geral e do Brasil – Estudo para a compreensão do espaço, 1º ed, FTD, São Paulo – 2005.

Marina Lúcia e Tércio, Geografia 2º ed Ática, São Paulo 2005.

Textos complementares retirados da internet.

Geografia / vários autores. Geografia Ensino Médio. Curitiba: SEED-PR,2006.

Cadernos Temáticos.

Geografia do Paraná conforme a instrução nº 04/2005 da pagina 50 das diretrizes curriculares;

História do Paraná – Lei 13.381/2001;

História e Cultura Afro-brasileira e Africana – Lei 10.639/03;

História e Cultura Afro-brasileira, Africana e indígena – Lei 11.645/08;

Música – Lei 11.769/08;

Prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana, educação ambiental, educação fiscal, enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente;

Direito das Crianças e Adolescente – Lei Federal 11.525/07;

Educação Tributária Decreto nº 1143/99, Portaria nº 413/02;

Educação Ambiental Lei Federal nº 9795/99, Decreto nº 4201/02;

Também serão atendidas as especificidades da Educação do Campo.

HISTÓRIA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA

O homem fez-se homem através do trabalho. No entanto, a mesma atividade que lhe proporcionou o prodigioso salto do estágio animal para a hominização expressa, no decorrer da História, uma contundente contradição. É, ao mesmo tempo, fator de progresso da humanidade e insuportável fardo para a maioria dos seres humanos.

Cabe à História desvendar esse enigma em toda a sua complexidade. Para tanto, é necessário penetrar no espírito da História com a ajuda da lucidez daqueles que, não satisfeitos com a aparência, buscam a essência dos fatos. Isso significa localizar os fatores econômicos, políticos, sociais e culturais que influenciam e interagem, produzindo os fatos históricos.

Justifica-se portanto a disciplina de História no Ensino Médio uma vez que descreve e analisa as formas pelas quais o homem, em conjunto, organizou a produção de sua subsistência material e espiritual, do período da Revolução Comercial, momento em que pela primeira vez o mundo se encontra totalmente interligado pelo comércio, até os dias atuais.

História é a área do conhecimento que tem como objetivo de estudo as sociedades humanas no tempo. Conhecer a história é entender os diferentes processos e sujeitos históricos e suas relações nos diferentes tempos e espaços. É a história que nos permitirá ir longe nessas abordagens e lançar um novo olhar sobre as múltiplas possibilidades da sociedade e dos processos de compreensão humana. O conhecimento sobre nosso passado nos capacita a compreender o presente e fornece instrumentos para darmos resposta aos desafios que ele nos impõe. A História é um processo e prossegue nos dias atuais e, todos nós, consciente ou inconscientemente, por atos ou omissões, participamos dela.

A disciplina de História passou a ser obrigatória a partir de 1837. As mudanças legais que estruturam o atual ensino de História ocorreram pelas leis 5540/68, 5692/71 e 9394/96 com a alteração da Lei nº 13.381/01, que torna obrigatório os conteúdos de História do Paraná e a Lei nº 11.645/08, que inclui a História, Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, conforme resolução CNE/CP nº1. os conteúdos de Música conforme Lei nº 11.769/08; a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795/99; sob Decreto nº 4.201/02; a Educação Fiscal na forma de Lei Tributária, Decreto nº 1.143/99; a Prevenção ao Uso Indevido de

Drogas, Sexualidade Humana, Enfrentamento a Violência Contra a Criança e o Adolescente, Lei Federal nº 11.525/07.

A disciplina de História de acordo com as Diretrizes Curriculares Estaduais e as mudanças legais, acata a Educação Especial e a Inclusão Educacional contemplando a diversidade do alunado que apresenta necessidade educacional especial, seja ele decorrente ou não de deficiência.

O ensino da História tem como objeto de estudos os processos históricos relativos às ações e às relações humanas praticadas no tempo, bem como os sentidos que os sujeitos deram às mesmas, tendo ou não consciência dessas ações. Já as relações humanas produzidas por estas ações podem ser definidas como estruturas sócio histórica, ou seja, são as formas de agir, de pensar ou de raciocinar, de representar, de imaginar, de instituir, portanto, de se relacionar social e politicamente.

A organização do currículo para o ensino de História terá como referência os conteúdos estruturantes, entendidos como os saberes que aproximam e organizam os campos da História e seus objetos. Os conteúdos estruturantes são identificados no processo histórico da constituição da disciplina e no referencial teórico atual que sustenta os campos de Investigação da História política, econômico-social e cultural, à luz da Nova Esquerda Inglesa e da Nova História Cultural, inserindo conceitos relativos à consciência histórica, sendo eles: Relações de Trabalho, Relações de Poder e Relações Culturais.

OBJETIVOS GERAIS

Estimular a formação da visão crítica ao fornecer ao aluno um instrumental que o auxilie na interpretação da sua realidade vivenciada.

Mostrar que o mundo de hoje foi construído ao longo do tempo, como resultado de processos históricos que envolveram vários e diferentes grupos sociais.

Perceber que a realidade vivenciada por ele não é eterna e tampouco imutável, mas consequência das ações de pessoas como ele, que viveram em tempos e espaços diferentes. Dotar o aluno do espírito participativo, qualidade que deve ter tanto na vida escolar quanto na vida familiar, e mais tarde no trabalho, na administração de seu município, do estado e do país.

Levar o aluno a perceber que a participação coletiva constrói e caracteriza a vida em sociedade.

Formar alunos conscientes e responsáveis pelo seu mundo, pelas pessoas que os cercam e pelo futuro que vão legar às novas gerações.

Conteúdos Estruturantes

Relações de Trabalho, Relações de Poder e Relações Culturais

CONTEÚDOS BÁSICOS	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS
Tema 1: Trabalho Escravo, Servil, Assalariado e o Trabalho Livre	Os Povos da Mesopotâmia O Egito Antigo Os Hebreus Os Fenícios A Grécia Antiga A Roma Antiga O Feudalismo Tráfico Negreiro A luta pelo fim da escravidão
Tema 2: Urbanização e a industrialização	A Revolução Industrial A Unificação da Itália e Alemanha A Era Vargas As Indústrias Brasileiras
Tema 3: O Estado e as relações de poder	Os Povos da Mesopotâmia O Egito Antigo Os Hebreus Os Fenícios A Grécia Antiga A Roma Antiga A América Portuguesa O Primeiro Reinado O Segundo Reinado A República Brasileira Governos Militares
Tema 4: Os sujeitos, as revoltas e as guerras	As Cruzadas A Guerra dos Cem Anos A Baixa Idade Média Movimentos Regionais contestatórios (Revolta de Beckman, Emboabas, Guerra dos Mascates, Conjuração Mineira e Baiana) A Guerra de Secessão A Independência dos EUA A Primeira Guerra Mundial A Segunda Guerra Mundial A Guerra Fria
Tema 5: Movimentos sociais, políticos e culturais e as guerras e revoluções	A Revolução Gloriosa Revolução Francesa Independência Política do Brasil Movimentos Regionais Contestatórios A Primeira Guerra Mundial A Segunda Guerra Mundial A Revolução Russa

	Regimes Totalitários O Socialismo Governos Militares O Período Democrático A Revolução Chinesa
Tema 6: Cultura e religiosidade	O Egito Antigo Os Hebreus (Judaísmo) A Grécia Antiga A Roma Antiga O mundo Islâmico O Feudalismo A Igreja e Cultura Medieval O Renascimento Reformas Religiosas O Iluminismo e o despotismo A Administração portuguesa e a Igreja Católica Religiões de matrizes africanas Hinduísmo A cultura Chinesa

JUSTIFICATIVA

Os conteúdos estruturantes para o Ensino Médio acima citados serão trabalhados em todas as séries de acordo com os recortes específicos interligados com o objetivo de uma melhor compreensão das ações humanas tendo como categorias de análise a articulação dos conteúdos estruturantes com as noções de tempo e espaço.

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

O ensino da História deve ser relacionado com a formação da cidadania, estimulando a visão crítica e o espírito participativo.

Dessa forma devemos dar ênfase à valorização dos sujeitos históricos não como objetos de análise historiográfica, mas como agentes que buscam a construção do conhecimento através da reflexão da sua prática vivencial e investigativa no universo escolar.

Para tanto ele deverá ser desafiado a buscar o conhecimento através de problemáticas. A busca da solução o obrigará a abrir um leque de conhecimentos nas relações de trabalho, poder e cultura, localizando-o no tempo e no espaço. Para vencer o desafio deverá lançar mão não só do livro didático, mas de pesquisas diversas, de diferentes interpretações de um mesmo acontecimento histórico, de argumentações, de explicações, possibilitando o desenvolvimento de um espírito de solidariedade, tolerância, respeito e igualdade em relação ao próximo.

A explicação é a busca das causas e origens de determinadas ações e relações humanas e a argumentação é a resposta dada a problemática, a qual é construída através da narrativa e da descrição, ocorrendo a apropriação do conhecimento histórico.

A História deve trabalhar conceitos que são caros ao mundo contemporâneo como diversidade religiosa, meios de comunicação de massa, ética, cidadania, soberania e Estado Nacional, fatos esses imprescindíveis para ser concebida como objetivo de estimular os alunos a buscarem relações no tempo e no espaço e reforçar sua participação cidadã.

Com o trabalho da relação presente-passado, reforçamos a historicidade dos atos humanos, valorizamos a visão dialética da História e incentivamos os alunos a perceberem que a História é um processo aberto e que os seres humanos não estão condenados a viver em nenhuma sociedade em particular. É a ação dos indivíduos – consciente ou não – que decide seu destino.

As concepções metodológicas da História são fontes importantes para a inspiração aos alunos da assimilação do ensino-aprendizagem.

Neste sentido, de forma sintética, podemos sugerir para cada conteúdo que o professor eleja textos para uso próprio e para uso do aluno; recursos audiovisuais, como filmes, fotografias, slides, transparências, cartazes, músicas, etc... Dinâmicas de grupos; trabalhos como resultado final da aprendizagem, pesquisas no bairro da escola, em biblioteca interna do estabelecimento escolar ou municipais, pesquisas e trabalhos também relacionados à mídia (TV, Notebook e rádio), etc; dissertação que reflitam os textos trabalhados.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO ESPECÍFICOS DA DISCIPLINA

A avaliação no ensino de História objetiva-se favorecer a busca da coerência entre a concepção de História defendida e as práticas avaliativas que integram o processo de ensino e de aprendizagem. Nesta perspectiva, a avaliação deve estar colocada a serviço da aprendizagem de todos os alunos, de modo que permeie o conjunto das ações pedagógicas, e não como um elemento externo a este processo.

A partir da avaliação diagnóstica, tanto o professor quanto os alunos poderão revisar as práticas desenvolvidas até então para identificar lacunas no processo de ensino e aprendizagem, bem como planejar e propor outros encaminhamentos que visem a superação das dificuldades constatadas.

A avaliação terá como referência os conteúdos de História que efetivamente foram tratados em sala de aula e que são essenciais para o desenvolvimento da consciência histórica.

Através de provas discursivas múltiplas escolhas, elaboração de textos, pesquisas, trabalhos em grupo e individual, relatórios, debates, exposições, relatórios, leituras interpretativas, apresentações e painéis visuais.

REFERÊNCIAS

ARCO-VERDE, Yvelise Freitas de Souza. Prefácio. In Cadernos Temáticos - História e cultura afro-brasileira e africana: educando para as relações étnico-raciais. Curitiba: SEEDPR, 2006.

BRASIL. CNE. Parecer nº. 03 de 10 de março de 2004. Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana. Relatora: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Ministério da Educação. Brasília, julho de 2004.

COTRIM, Gilberto. História para o Ensino Médio. São Paulo: Saraiva, 2004

COTRIM, Gilberto; História Global, Brasil Geral. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

DIRETRIZES CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO. Resolução CEB nº 3, de 26 de junho de 1998.

LEI nº 13381/2001. História do Paraná.

LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96. S. I.: S. n., S. d _____. Lei 11645 de 10 de março. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União. Brasília, 2008____. Lei 10639 de 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União. Brasília, 2003

PARANÁ. CEE. Deliberação nº. 04 de 02 de agosto de 2006. Institui normas complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Relator: Romeu Gomes de Miranda, Marília Pinheiro Machado de Souza, Lygia Lumina Pupatto, Domenico Costella e Maria Tarcisa Silva Bega. Secretaria de Estado da Educação. Curitiba, 2006.

PARANÁ. Lei Estadual Nº 13381/01, de 18 de dezembro de 2001. Torna obrigatório, no ensino fundamental e médio da rede pública estadual de ensino, conteúdos da disciplina de História do Paraná. Diário Oficial do Paraná.

N. 6.134 de 18/12/2001

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. SUPERINTENDÊNCIA DE

EDUCAÇÃO. DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL. Cadernos Temáticos: História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: educando para as relações étnico-raciais Curitiba: SEED/PR, 2006.

WACHOWICZ, Ruy; História do Paraná. 10 edição Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002

LÍNGUA PORTUGUESA/ LITERATURA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA/LITERATURA

Como disciplina escolar, a Língua Portuguesa passou a integrar os currículos escolares brasileiros somente nas últimas décadas do século XIX, depois de já há muito organizado o sistema de ensino. Contudo, a preocupação com a formação do professor dessa disciplina teve início apenas nos anos 30 do século XX.

Com a Lei nº 5692/71, a disciplina de Português passou a denominar-se, no primeiro grau, Comunicação e Expressão, passou a pautar, então, em exercícios estruturais, técnicas de redação e treinamento de habilidades de leitura.

A partir de 1970, o ensino de Literatura restringiu-se ao então segundo grau, com abordagens estruturalistas ou historiográficas do texto literário.

A partir da década de 1980, os estudos linguísticos mobilizaram os professores para a discussão e o repensar sobre o ensino da língua materna e para a reflexão sobre o trabalho realizado nas salas de aula.

A proposta do Currículo Básico do Paraná, da década de 1990, fundamentou-se em pressupostos coerentes com a concepção dialógica e social da linguagem, delineada a partir de Bakhtin e dos integrantes do Círculo de Bakhtin, para fazer frente ao ensino tradicional.

As reflexões sobre o ensino da Língua Portuguesa/Literatura motivam a necessidade de retomar novos encaminhamentos no processo ensino-aprendizagem, bem como nas metodologias praticadas nos diversos contextos de estudos. É importante ressaltar que a linguagem não é homogênea, ela depende de fatores e contextos em que os alunos estão inseridos, tais como: social, econômico e geográfico.

No processo ensino-aprendizagem, normalmente, a língua é discutida conforme as normas estabelecidas, deixando de considerar a avaliação linguística, a cultura e as diferentes realidades do discente. Faz-se necessário neste cenário, criar situações em que o aluno possa entender essas diferenças e também conceber que, a linguagem é um trabalho social, e nesta construção, os discursos são desenvolvidos com recursos linguísticos, sempre retomando as experiências anteriores objetivando ao discente a concretização e a efetivação da aprendizagem.

Com este propósito a SEED organizou um projeto de formação continuada para os professores da disciplina articulando ao processo de construção de

diretrizes curriculares, pela definição de orientações comuns ao ensino Língua Portuguesa/Literatura para rede pública estadual

As Diretrizes propõem que o Conteúdo Estruturante em Língua Portuguesa esteja sob o pilar dos processos discursivos, numa dimensão histórica e social. Por Conteúdo Estruturante entende-se o conjunto de saberes e conhecimentos de grande dimensão, os quais identificam e organizam uma disciplina escolar, A partir deles, advém os Conteúdos Básicos e os Conteúdos Específicos, a serem trabalhados no cotidiano escolar.

Assumindo-se a concepção de língua como prática que se efetiva nas diferentes instâncias sociais, o objeto de estudo da disciplina é a Língua e o Conteúdo Estruturante é o **Discurso Como Prática Social**.

Considerando que as práticas da linguagem são uma totalidade e que o sujeito expande sua capacidade de uso da linguagem e de reflexo sobre ela em situações significativas de interlocução, as propostas didáticas de ensino da Língua Portuguesa devem organizar-se tomando o texto (oral ou escrito) como unidade básica de trabalho, considerando a diversidade de textos que circulam socialmente.

A prática reflexiva constante a partir de leituras variadas, associada à atividades que permitam a compreensão e utilização de recursos da oralidade, libria e identificando aspectos relevantes e analisando-os criticamente.

O ensino da Língua Portuguesa, numa visão contemporânea, precisa estar compreendido, tanto na oralidade quanto na escrita, com o processo da enunciação e do discurso, e sua pratica deve estar relacionada a situações reais de comunicação.

Não é possível esperar que todos os textos que subsidiam o trabalho nas diversas disciplinas sejam auto-explicativos. Sua compreensão depende necessariamente do conhecimento prévio que o leitor tiver sobre o tema e da familiaridade que tiver construído com a leitura de textos do gênero.

É tarefa do professor, ensinar, também, os procedimentos de que o aluno precisa dispor para acessar os conteúdos da disciplina que estuda.

Produzir esquemas, resumos que orientem o processo de compreensão dos textos, bem como apresentar roteiros que indiquem os objetivos e expectativas que cercam o texto que se espera ver analisado ou produzido não pode ser tarefa delegada a outro professor que não o da própria área.

O trabalho desenvolvido demanda participação efetiva e responsável tanto na capacidade de análise crítica e reflexão sobre os valores e concepções

veiculadas tanto na possibilidade de participação e da transformação das questões envolvidas.

A sala de aula deve ser lugar de interação, de encontro entre sujeitos; as atividades de leitura e produção devem ser significativas, respondendo às questões? Para quê? Importa ensinar o aluno a usar a língua e não a gramática? A aprendizagem desses aspectos, esta inserida em situações reais de intervenção no âmbito da escola.

Entretanto, convém lembrar que a Língua Portuguesa/literatura deve ser aprendida não apenas para que o aluno saiba usá-las em diferentes situações ou contextos, mas, assim como outras linguagens, elas devem ser vistas como ferramentas semióticas essenciais para que o ser humano transcenda os limites de sua experiência imediata e possa pensar sobre seu próprio pensamento, e no Ensino Médio, a disciplina tem como objeto de estudo a Língua, seu Conteúdo Estruturante é o **discurso como prática social**, para que, desta forma, o aluno aprenda a falar e a escrever adequadamente, sendo capaz de interferir e atuar na sociedade da qual é integrante, sabendo escolher as palavras certas a serem utilizadas em cada discurso, e argumente de maneira clara e segura, trocando informações, emitindo opiniões, exercendo assim, sua cidadania.

APRESENTAÇÃO DOS CONTEÚDOS

CONTEÚDO ESTRUTURANTE

O Discurso Como Prática Social

CONTEÚDOS BÁSICOS

PRÁTICA DA ORALIDADE

Conteúdo temático;

Finalidade;

Intencionalidade;

Aceitabilidade do texto;

Informatividade;

Papel do locutor e interlocutor;

Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas...;

Adequação do discurso ao gênero;

Turnos de fala;

Variações lingüísticas (lexicais, semânticas, prosódicas, entre outras);

Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;
Elementos semânticos;
Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições,
etc.);
Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

PRÁTICA DA LEITURA

Conteúdo temático;
Interlocutor;
Finalidade do texto;
Intencionalidade;
Informatividade;
Situacionalidade;
Intertextualidade;
Temporalidade;
Referência textual;
Vozes sociais presentes no texto;
Ideologia presente no texto;
Elementos composicionais do gênero;
Progressão referencial;
Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;
Semântica:
- operadores argumentativos;
- modalizadores;
- figuras de linguagem;
Marcas linguísticas:
- coesão, coerência,
- função das classes gramaticais no texto,
- conectores,
- pontuação,
- recursos gráficos como aspas, travessão, negrito, etc.;
• Vícios de linguagem;
• Sintaxe de concordância;
• Sintaxe de regência.

PRÁTICA DA ESCRITA

- Conteúdo temático;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Intencionalidade;
- Informatividade;
- Situacionalidade;
- Intertextualidade;
- Temporalidade;
- Referência textual;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Ideologia presente no texto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Progressão referencial;
- Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;

GÊNEROS DISCURSIVOS

Para o trabalho das práticas de **oralidade, leitura, escrita e análise linguística** serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação, em conformidade com as características da escola e com o nível de complexidade adequado a cada uma das séries.

ESFERAS SOCIAIS DE CIRCULAÇÃO	GÊNEROS DISCURSIVOS
COTIDIANA	Diário Exposição Oral Trava-Línguas Fotos Álbum de Família Anedotas Bilhetes Músicas Curriculum Vitae Piadas Comunicado Provérbios Causos Quadrinhas Cartão Postal Receitas Cartão Convites Carta Pessoal Relatos de Experiências Vidas
LITERÁRIA / ARTÍSTICA	Autobiografia Textos Dramáticos Biografias Romances Tankas Poemas Contos Pinturas

	<p>Contos de Fadas Paródias Haicai Letras de Músicas Lendas Narrativas Míticas Memórias Narrativas Fantásticas Crônicas de Ficção Narrativas de Enigma Fábulas Contemporâneas Histórias em Quadrinhos Literatura de Cordel Narrativas de Aventura Narrativas de Ficção Científica Narrativas de Humor Narrativas de Terror Contos de Fadas Contemporâneos</p>
ESCOLAR	<p>Ata Cartazes Debate Regrado Diálogo/Discussão Argumentativa Exposição Oral Júri Simulado Mapas Palestra Pesquisas Relato Histórico Relatório Relatos de Experiências Científicas Resenha Resumo Seminário Texto Argumentativo Texto de Opinião Verbetes de Enciclopédias</p>
IMPrensa	<p>Agenda Cultural Anúncio de Emprego Artigo de Opinião Caricatura Carta ao Leitor Carta do Leitor Cartum Charge Classificados Crônica Jornalística Editorial Entrevista (oral e escrita) Fotos Horóscopo Infográfico Manchete Mapas Mesa Redonda Notícia Reportagens Resenha Crítica Sinopses de Filmes Tiras</p>

PUBLICITÁRIA	Anúncio Caricatura Cartazes Comercial para TV Email Folder Fotos Slogan Músicas Paródia Placas Publicidade Comercial Publicidade Institucional Publicidade Oficial Texto Político
POLÍTICA	Abaixo-Assinado Assembleia Carta de Emprego Carta de Reclamação Carta de Solicitação Debate Debate Regrado Discurso Político “de Palanque” Fórum Manifesto Mesa Redonda Panfleto
JURÍDICA	Boletim de Ocorrência Constituição Brasileira Contrato Declaração de Direitos Depoimentos Discurso de Acusação Discurso de Defesa Estatutos Leis Ofício Procuração Regimentos Regulamentos Requerimentos
PRODUÇÃO E CONSUMO	Bulas Manual Técnico Placas Regras de Jogo Rótulos/Embalagens
MIDIÁTICA	Blog Chat Desenho Animado E-mail Entrevista Filmes Fotoblog Home Page Reality Show Talk Show Telejornal Telenovelas Torpedos Vídeo Clip Vídeo Conferência

(Fonte: adaptado de BARBOSA, Jaqueline Peixoto. Trabalhando com os gêneros do discurso: uma perspectiva enunciativa para o ensino da Língua Portuguesa)

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- Arte literária e outras artes
- História e literatura
- Gêneros Literários

- Denotação e conotação na linguagem literária
- Escolas literárias e estilos de época
- Poesia e versificação
- Tipos de textos e suas linguagens
- Trovadorismo
- Humanismo
- Classicismo
- Literatura informativa
- Barroco
- Arcadismo
- Linguagem, língua e fala
- Elementos da comunicação e funções da linguagem
- Romantismo
- Realismo
- Naturalismo
- Parnasianismo
- Simbolismo
- Substantivo
- Adjetivo
- Artigo
- Numeral
- Pronome
- Verbo
- Advérbio
- Preposição
- Conjunção
- Interjeição
- Frase, oração e período
- Sujeito e predicado
- Estrutura e produção do texto narrativo
- Discurso direto, indireto e indireto livre
- Pré-modernismo
- Vanguardas europeias
- Semana de arte moderna
- Modernismo
- Pós-modernismo

- Objeto direto e indireto
- Complemento nominal
- Vozes do verbo – agente da passiva
- Adjunto adnominal
- Adjunto adverbial
- Aposto e vocativo
- Oração e período
- Período composto por coordenação
- Orações coordenadas
- Período composto por subordinação
- Orações subordinadas substantivas
- Orações subordinadas adjetivas
- Orações subordinadas adverbiais
- Concordância nominal e verbal
- Regência nominal e verbal
- Coesão e coerência
- Textos dissertativos
- Estrutura do texto dissertativo
- Linguagem dissertativa
- Questões do ENEM
- Questões do SAEB

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Segundo as Diretrizes, a Língua Portuguesa tem como conteúdo estruturante o **discurso como prática social**, sendo assim o professor deverá embasar as práticas de leitura, oralidade e escrita nos mais diversos gêneros textuais, verbais e não-verbais. Esse trabalho utilizará atividades diversificadas, que priorizem o entendimento da função e estrutura do texto em questão, para só depois trabalhar os aspectos gramaticais que o compõem. “Assim o trabalho com a gramática deixa de ser visto a partir de exercícios tradicionais, e passa a implicar que o aluno compreenda o que seja um bom texto, como é organizado, como os elementos gramaticais ligam palavras, frases, parágrafos, retomando ou avançando ideias defendidas pelo autor, além disso, o aluno refletirá e analisará a adequação do discurso considerando o destinatário e o contexto de produção e os efeitos de sentidos provocados pelos recursos linguísticos utilizados no texto” (DCE p.61).

O ensino da Língua Portuguesa / Literatura será norteado por uma concepção teórico-interacionista e orientado por práticas da oralidade, leitura escrita em que se privilegia a construção e a reconstrução verbal, a socialização dos conhecimentos, considerando a relação dialógica e contexto de produção, que serão vivenciados por experiências com a Língua em uso e concretizadas em atividades de leitura, produção de textos e reflexões sobre essa mesma Língua, que vê o aluno como sujeito do discurso enquanto prática social, nesse contexto, o professor precisa tomar conhecimento da realidade sociocultural dos educandos, observando o dia a dia da sala de aula. Informalmente, pode-se analisar os interesses e o nível de leitura à partir de discussões de textos, visitas à biblioteca, exposições de livros e etc. Pois é pensando, comparando, analisando, resolvendo desafios e tirando conclusões que ele atinge o conhecimento e percebe sua interação com o mundo.

Desse modo, o ensino de Língua Portuguesa/Literatura, oferecer-se-á aos alunos, sujeitos da aprendizagem, oportunidades de amadurecimento e ampliação do domínio que eles já têm das práticas de linguagens, partindo de experiências acumuladas da fala e da escrita.

No que diz respeito à prática de oralidade, o professor deverá expor os alunos a textos orais e/ou escritos com o intuito de levá-los a expressar ideias em Língua portuguesa, mesmo que com limitações, e ainda possibilitar que exercitem sons e pronúncias desta língua. Com esse intuito, o professor pode direcionar debates orais, seminários, dramatizações, júri simulado, declamações, entrevistas, etc.

Com relação à escrita, deverão ser apresentadas atividades de produção de texto que assumam papel significativo para o aluno. Para que isso ocorra, o professor precisará esclarecer qual o objetivo da produção, para quem se escreve, quais as situações reais de uso do gênero textual em questão, ou seja, qualquer produção deve ter sempre um objetivo claro, pré-determinado.

No trabalho com a leitura, as atividades desenvolvidas devem possibilitar ao aluno um novo modo de ver a realidade, a leitura deverá ir além daquela compreensiva, linear, para trazer-lhe um “novo modo de ver a realidade” .

É importante ressaltar que os trabalhos com os aspectos gramaticais não serão abandonados, no entanto passarão a ser visto pela ótica da análise lingüística, que não considera a gramática fora do texto.

Em seu trabalho com as práticas discursivas descritas acima o professor fará uso de livros didáticos e paradidáticos, dicionários, revistas, jornais, vídeos,

revistas, internet, Vídeos, DVD, CD, TV multimídia, jogos, etc que servirão para ampliar o contato e a interação com a língua e a cultura.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, em seu Capítulo V Da Educação Especial, diz que: Art. 58. "Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais". Os portadores de deficiência precisam ser considerados, a partir de suas potencialidades de aprendizagem. Sobre esse aspecto o trabalho que será realizado com esses alunos será o de valorizar as habilidades que eles possuem, trabalhando suas potencialidades, com vistas em seu desenvolvimento e, obviamente, levando em conta suas limitações.

Sob uma perspectiva de inclusão social as DCEs consideram também a diversidade cultural nos locais de memória paranaense de modo que buscam contemplar demandas em que também se situam os movimentos sociais organizados e destacam os seguintes aspectos:

- O cumprimento da lei nº 13.381/01, que torna obrigatória no Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública Estadual os conteúdos de História do Paraná.
- O cumprimento da Lei nº 11.645/08, inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira Africana e Indígena, que devem ser trabalhadas no Ensino Médio, considerando a flexibilidade dada pelo trabalho com os gêneros textuais, onde serão trabalhados também temas como: a Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, Sexualidade Humana, Enfrentamento a Violência Contra a Criança e o Adolescente, Lei Federal nº 11.525/07 e sempre que oportuno os conteúdos de Música conforme Lei nº 11.769/08; a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795/99; sob Decreto nº 4.201/02; a Educação Fiscal na forma de Lei Tributária, Decreto nº 1.143/99;
- O desenvolvimento do ensino-aprendizagem será propiciado através de textos ofertados aos alunos, ou pesquisados por eles mesmos, que estimulem a evolução da linguagem oral e escrita, considerando possíveis efeitos de sentido, levando em conta a intenção comunicativa e os interlocutores. Os conteúdos gramaticais serão estudados a partir de seus aspectos funcionais na constituição da unidade de sentido aos enunciados. Daí a

importância de se considerar não só a gramática normativa, mas também outras, como a descritiva e a internalizada no processo de ensino. Os métodos a serem utilizados sempre estarão em constantes inovações de acordo com as necessidades e acontecimentos do dia-a-dia. Os projetos interdisciplinares também serão trabalhados concomitantemente com os conteúdos propostos para o ano letivo e revistos quando necessário.

A metodologia aqui apresentada não será fragmentar a língua em conteúdos estanques e determinar o que ensinar em cada série, pois no processo de aquisição da língua materna não se aprende obedecendo a uma escala de valores que parte do mais simples ao mais elaborada. Após internalizar essas diferenças textuais, tanto o aluno como professor planejará o que será produzido, após a primeira versão do texto sobre a proposta apresentada será escrita, revisada e reestruturada. Havendo necessidade, tais atividades serão retomadas, analisadas e avaliadas durante todo o processo de ensino e aprendizagem. As etapas serão interdependentes e inter complementares.

AVALIAÇÃO

O processo avaliativo será coerente com os objetivos propostos e com os encaminhamentos metodológicos.

A oralidade e a leitura serão avaliadas através de discursos, debates, troca informal de ideias, entrevistas, relatos históricos, leitura de textos diversos, posicionamentos diante de textos com os quais convivem, tendo em vista o resultado esperado. Na escrita a ênfase será observada no que diz respeito aos aspectos de produções textuais, onde o aluno se confrontará com o objeto do conhecimento, participando ativamente desse saber, valorizando o fazer e o refletir, para que dessa forma adquira autonomia e se aperfeiçoe cada vez mais.

A gramática será trabalhada no prisma da linguística do texto, servindo de instrumento para o aluno superar dúvidas sobre o uso da língua padrão. A avaliação será formativa, contínua e diagnóstica, considerando ritmos e processos de aprendizagens diferentes nos educandos, apontando dificuldades e possibilitando, intervenções pedagógicas, informando os sujeitos do processo (professor e alunos), ajudando-os a refletir e tomar decisões.

A diversidade dos instrumentos de avaliação está ligada à concepção de avaliação contínua e formativa, pois as mesmas visam à aprendizagem e a

formação do aluno. Então é necessário que se concretizem em diferentes atividades de ensino/aprendizagem que acontecem na sala de aula.

Essa avaliação acontecerá através de verificação do desempenho do aluno na expressão oral, leitura, escrita e na compreensão de textos.

Como é no texto que a língua se manifesta em todos os seus aspectos, discursivos, textuais, ortográficos e gramaticais, a avaliação deverá apresentar uma prática reflexiva e contextualizada que verifique o desempenho do aluno através das atividades realizadas como:

- Fichas de observação e de leitura;
- Atividades de leitura compreensiva de textos;
- Testes escritos (objetivos e subjetivos);
- Trabalho em grupo e/ou individual;
- Realização de trabalhos em casa;
- Debates;
- Júri Simulado;
- Relatório;
- Análise de texto literário;
- Produção de textos;
- Interesses demonstrados, atitudes e valores;
- Atividades a partir de recursos audiovisuais;
- Questões discursivas e objetivas;

Os conteúdos não apropriados no processo ensino/aprendizagem indicarão os que deverão ser retomados.

REFERÊNCIAS

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação – Superintendência da Educação – Diretrizes Curriculares Estaduais Orientadoras de Língua Portuguesa. Curitiba: SEED, 2008.

KOCH, Ingedore – Travaglia, Luis C. – A Coerência Textual – Ed. São Paulo – SP.

MEC - SALTO PARA O FUTURO, Boletim de Língua Portuguesa.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA- Grupos de estudos-2008- 2º encontro- AVALIAÇÃO- Um Processo Intencional e Planejado

FARACO, Carlos Alberto – Português – Língua e Cultura – Ens. Médio – Ed. Base Curitiba.

SILVA E SIQUEIRA, Antonio – Bertolim, Rafael – Curso Completo de Português – Ed. Ibep. São Paulo – SP

AMARAL, Emilia – Ferreira, Mauro. Leite, Ricardo – Antonio, Severino – Português – Novas Palavras, Ed. FTD. SP.

FARACO, Emilio Carlos – Moura, de Mato Francisco – Língua e Literatura – Ed.Ática – São Paulo – SP.

SEED, Secretaria de Estado da Educação. Caderno Temático inserção dos conteúdos de historia e cultura afro – brasileira e africana nos currículos escolares. Curitiba, julho, 2005.

MATEMÁTICA

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE MATEMÁTICA

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Apresentação Geral da Disciplina de Matemática

O ensino médio tem caráter de educação básica, complementando o aprendizado iniciado no ensino fundamental. Referenda-se uma visão da educação média de caráter amplo, de forma que os aspectos e conteúdos tecnológicos associados ao aprendizado científico e matemático sejam parte essencial da formação do estudante.

Atualmente, a Matemática vem passando por uma grande transformação. Isso é absolutamente natural. Os meios de observação, de coleção de dados e de processamento desses dados, que são essenciais na criação Matemática, mudaram profundamente. Não que se tenha relaxado o rigor, mas, sem dúvida, o rigor científico hoje é de outra natureza. (D'AMBRÓSIO,1997, p.42).

Nesse contexto o aprendizado de matemática tem o objetivo de produzir um conhecimento efetivo, de significado próprio, não somente propedêutico, devendo envolver-se de forma combinada, o desenvolvimento de conhecimentos práticos contextualizados, que respondam a vida contemporânea, e o desenvolvimento de conhecimentos, mais amplos e abstratos. E que correspondam a uma cultura geral e uma visão de mundo, isto é, que contribua para uma cultura mais ampla desenvolvendo meios para interpretar fatos do cotidiano social e profissional, assim como para articular uma visão do mundo natural e social.

Espera-se que o ensino de matemática propicie condições para que o aluno tenha uma vida melhor e se torne ativo na transformação social, construindo valores e atitudes, visando à formação integral do ser humano.

(...) o nível médio de ensino não deve ter como objetivo principal a preparação para exames vestibulares. O ensino proposto tem como fundamentos filosóficos: a) estética da sensibilidade (que valoriza o criativo, o curioso e favorece o trabalho autônomo, não padronizado); b) a política da igualdade (que busca a solidariedade e respeita a diversidade, sendo base da cidadania); c) a ética da identidade (que promove a autonomia do educando, da escola, das propostas pedagógicas, etc.). (LELLIS E IMENES, 2001, p.2).

Ensinar e aprender matemática na escola são tarefas que exige determinação, organização, compreensão dinâmica e uma postura que possibilite

aos estudantes realizar análises, discussões, conjecturas, apropriação de conceitos e formulação de ideias.

Fundamentando-se nessa ação reflexiva os objetivos gerais, o inter-relacionamentos entre os conteúdos estruturantes e os conceitos de cada conteúdo básico e específico, a fundamentação teórica e metodológica para direcionar a prática docente, a educação matemática e os métodos avaliativos.

Nesse sentido, buscamos uma nova prática que implique olhar a própria matemática do ponto de vista do seu fazer e do seu pensar, do ensinar e do aprender e de sua construção histórica, baseando nas explorações indutivas e intuitivas (DCEs, 2008).

Serão abordados temas relacionados à História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena através de análise e reflexão sobre a diversidade cultural e racial reconhecendo os afro-brasileiros como sujeitos na construção da sociedade e do país, ressaltando os valores que precisam ganhar amplitude e status de conhecimento, na perspectiva de uma sociedade multicultural e pluriétnica, lei 11.645/08 que integra a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena ao Currículo de Ensino Médio. E tendo em vista favorecer **a inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais**, iremos:

- a) promover atendimento individualizado sempre que se fizer necessário a todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras;
- b) desenvolver práticas mais cooperativas e menos competitivas em sala de aulas;
- c) estabelecer rotinas na sala de aula em que todos recebam apoio necessário para participarem de forma igual e plena;
- d) garantir que todas as atividades da sala de aula tenham acomodações e a participação de todos ativamente, inclusive daqueles que apresentam necessidades educacionais especiais;
- e) infundir valores positivos de respeito, solidariedade, cooperação, etc.

OBJETIVOS GERAIS

Estruturar o pensamento e o raciocínio dedutivo, contribuindo para o desenvolvimento de processos cognitivos e a aquisição de atitudes. Levando o aluno a desenvolver sua criatividade e capacidade para resolver problemas, criar o hábito de investigação e confiança para enfrentar situações novas e formar uma visão ampla e científica da realidade.

Compreender a matemática como um conjunto de ferramentas e estratégias para ser aplicada a outras áreas do conhecimento e um sistema de códigos e de regras que a tornam uma linguagem de comunicação de ideias, permitindo, ao indivíduo, interpretar e modificar a realidade que o cerca.

Perceber que a matemática é uma ciência com suas características estruturais específicas e também entenda que as análises, as conjecturas, os problemas têm o objetivo de a apropriação dos conceitos e a formulação de ideias, além de validar a indução e a intuição.

Promover a articulação e a produção de forma significativa, a partir dos inter-relacionamentos entre os conteúdos estruturantes e os conceitos de cada conteúdo básico. Sendo estes ampliados e aprofundados, o que possibilita desenvolver ainda mais a capacidade de resolver problemas, raciocinar, generalizar, abstrair, analisar, interpretar a realidade e estabelecer conexões e integração entre diferentes temas matemáticos e entre esses temas e outras áreas do conhecimento.

CONTEÚDOS OBRIGATÓRIOS

O artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação determina que "o currículo do ensino médio deve ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, e uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela".

Para Rico (1997), o currículo tem como intenção oferecer propostas concretas sobre: modos de entender o conhecimento; interpretar a aprendizagem; colocar em prática o ensino; valorizar a utilidade e domínio dos aprendizados realizados.

Assim sendo, quando os conteúdos curriculares permitirem será introduzido e contemplado os conteúdos listados abaixo:

história do Paraná (lei nº 13381/01);

história e cultura afro brasileira, africana e indígena (lei nº 11645/08);

música (lei nº 11769/08);

direito das crianças e adolescentes (L.F. nº 11525/07), enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente;

educação tributária (Dec. nº 1143/99 e Portaria nº 413/02) e educação fiscal;

educação ambiental (L.F. nº 9795/99 e Dec. nº 4201/02);

prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Entende-se por Conteúdos Estruturantes os conhecimentos de grande amplitude, os conceitos e as práticas que identificam e organizam os campos de estudos de uma disciplina escolar, considerados fundamentais para a sua compreensão. Constituem-se historicamente e são legitimados nas relações sociais.

Os Conteúdos Estruturantes propostos para o Ensino Médio são:

Números e Álgebra;

Grandezas e Medidas;

Geometrias;

Funções;

Tratamento da informação.

Conteúdo estruturante: Números e Álgebra

Conteúdos Básicos	Conteúdos Específicos
Números Reais	- Conjuntos: conceitos primitivos, notação; finitos e infinitos; operações; conjuntos numéricos; o eixo real.
Números Complexos	- Números complexos: história.
Sistemas Lineares	- Sistemas lineares: resolução pelos métodos: substituição, adição, Regra de Cramer e escalonamento.
Matrizes e Determinantes	- Matrizes: história, conceitos, operações. - Determinantes e aplicações.
Equações e Inequações Exponenciais, Logarítmicas.	- Equações e inequações exponenciais e logarítmicas.

Devido à necessidade do conteúdo Número e Álgebra serem compreendido de forma ampla, será abordado no início do ensino médio, com um trabalho sistemático e contextualizado dentro da história da matemática por meio de situações-problema numa construção dos significados dos conjuntos naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais, desenvolvendo assim juntamente com as operações básicas e algébricas, noções e conceitos já estabelecidos, mas que são pré-requisitos na articulação e argumentação para o estudo das funções, trigonometria, geometria e tratamento das informações.

Conteúdo estruturante: Grandezas e Medidas

Conteúdos Básicos	Conteúdos Específicos
Medidas de área	- Áreas de figuras planas.
Medidas de Volume	- Volume dos sólidos geométricos, embalagens, entre outros.
Medidas de Informática	- Múltiplos e submúltiplos das medidas de informática.
Medidas de Energia	- Unidade, símbolo e equivalência das medidas de energia.
Trigonometria	- Triângulos e suas propriedades, teorema de Tales; semelhança de triângulos; relações métricas no triângulo retângulo. - O triângulo retângulo e o cálculo de distâncias; razões trigonométricas no triângulo retângulo. Leis do cosseno e do seno.

É um conteúdo estruturante que possui fundamental importância, pois favorece o diálogo entre as pessoas, entre os Estados, entre os diferentes países e entre as instituições internacionais. Por este motivo, aspira-se que os alunos percebam que as unidades de medidas são utilizadas para a determinação de diferentes grandezas; compreendam que as relações matemáticas existentes nas unidades de medida de diversas grandezas e apliquem a lei dos senos e a lei dos cossenos de um triângulo qualquer para determinar elementos desconhecidos.

Conteúdo estruturante: Geometria

Conteúdos Básicos	Conteúdos Específicos
Geometria Plana	- Ponto, reta e plano. - Posições relativas entre retas. - Ângulos, triângulos, quadriláteros, polígonos, perímetro e áreas.
Geometria Espacial	- Noções iniciais. Poliedros. - Prismas, paralelepípedo, cubo, pirâmide, cilindro, cone, esfera.
Geometria Analítica	- Distância entre dois pontos. - Equações da reta: geral, reduzida, paralelismo, perpendicularidade. - Distância entre ponto e reta; área de triângulo. - Equações da circunferência.

Há necessidade no início do estudo de geometria fazer uma retomada nos conceitos, teoremas e axiomas da geometria plana. E na busca de soluções para problemas pode-se desenvolver um trabalho de geometria identificando

poliedros e seus elementos, aplicando a relação de Euler e a fórmula da soma das medidas dos ângulos das faces de um poliedro convexo, reconhecendo, definindo e analisando as propriedades e os elementos de área e o volume de prismas, pirâmides, cilindros, cones e esferas. De forma que o desenho, a argumentação lógica, a representação, ajudem na visualização de partes do mundo que os cerca. Assim percebendo as relações entre as diversas geometrias e partindo de um ponto concreto, com os objetos que lhe deram origem, determinando um estudo através da do conhecimento prévio do aluno, favorecerá a resolução de problemas, chegando à sistematização científica dos conhecimentos. Proporcionando desta forma um aprendizado de qualidade.

Conteúdo estruturante: Funções

Conteúdos Básicos	Conteúdos Específicos
Função Afim	- Função polinomial de 1º grau.
Função Quadrática	- Função polinomial do 2º grau.
Função Exponencial	- Potenciação e radiciação; função exponencial.
Função Logarítmica	- Conceito de logaritmo; função logarítmica.
Função Trigonométrica	- Funções trigonométricas.
Progressão Aritmética	- Sequência; progressões aritméticas.
Progressão Geométrica	- Sequência; progressões geométricas.

Dado a relevância cultural do tema, tanto no que diz respeito as suas aplicações e especificidades dentro ou fora da matemática, como a sua importância no desenvolvimento da própria ciência as primeiras noções de funções serão introduzidas a partir de situações que tenha significado para o aluno. Concomitantemente com as progressões matemáticas e matemáticas financeiras fazendo conjecturas e conexões que dão maior significado a este estudo, sendo que as nomenclaturas, simbologias, construção de gráficos e tabelas possam ser compreendidos e descobertos num ritmo personalizado, havendo também uma articulação e argumentação do estudo da função com os conceitos dos conteúdos específicos.

Conteúdo estruturante: Tratamento da Informação

Conteúdos Básicos	Conteúdos Específicos
Análise Combinatória	- Combinatória: princípio fundamental e princípio aditivo da contagem; Fatorial,

	Permutação, Arranjo e Combinação Simples.
Estudo das Probabilidades	- Probabilidades: definição, adição de probabilidades, probabilidade condicional, multiplicação de probabilidades.
Estatística	- Estatística: conceitos; distribuição de frequências; medidas estatísticas; tabelas e gráficos
Matemática Financeira.	- Porcentagem, aumentos, descontos, juros simples, juros compostos, cálculo de prestações.

Tendo em vista a relevância de descrever e analisar um grande número de dados, realizar inferências e fazer previsões com base numa amostra de população, aplicar-se-á as ideias de probabilidades e combinatória a fenômenos naturais e do cotidiano. Inicialmente estudaremos os conceitos de combinatória e probabilidades que deverão ser intuitivos, proporcionando aos alunos oportunidades de propor caminhos para solucionar problemas para que ele seja motivado a desenvolver técnicas sistematizadas, para descrever e resolver problemas que envolvam contagem. O estudo, propriamente dito, da Estatística é a noção de grandeza, através da comparação, chegando ao conceito de razão. O material para estudo encontra-se nas revistas, jornais, embalagens de produtos, etc...

Em nosso trabalho também será contemplada a legislação vigente: Lei 10639/03 – História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Lei 11645/08 – História Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

No Ensino Médio, de acordo com a Lei 10.639/03, referente à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana serão trabalhadas as seguintes atividades:

Análise dos dados do IBGE sobre a composição da população brasileira por cor, renda e escolaridade no país e no município.

Análise de pesquisas relacionadas ao negro e mercado de trabalho no país.

Realização com os alunos de pesquisas de dados no município com relação à população negra.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Atualmente no ensino médio, queremos que o aluno construa o conhecimento, partindo de situações e questões que possibilitem a reflexão. Reflexão está que permitirá uma melhor compreensão e faça com que o estudante por intermédio do conhecimento matemático construa valores e atitudes de natureza diversa, onde vise à formação integral do ser humano e possa estabelecer conexões

entre o conhecimento que trazem em suas bagagens e aquele que está sendo construído.

Assim, de acordo com Fiorentini, o professor

procurará tomar como ponto de partida a prática do aluno, suas experiências acumuladas; sua forma de raciocinar, conceber e resolver determinados problemas. A esse saber popular e empírico trazido pelo aluno – continuidade – o professor contrapõe outras formas de saber e compreender – ruptura – os conhecimentos matemáticos produzidos historicamente (1994, p.68).

O processo de ensino e aprendizagem em matemática tem como base o planejamento, que visa romper com abordagens que apregoam a fragmentação dos conteúdos, e possa promover a organização, a articulação e a produção de forma significativa, a partir dos inter-relacionamentos entre os conteúdos estruturantes e os conceitos de cada conteúdo básico e específico. No entanto, propomos que o professor utilize como ferramenta os conhecimentos que o aluno já possui, pois, a partir do que já é conhecido e através de situações-problema que este irá construir novas ferramentas avançando em relação ao conhecimento anterior, valorizando a experiência acumulada pelo aluno dentro e fora da escola. Podendo também inserir no trabalho em sala de aula a história da matemática vinculando esta as descobertas, aos fatos sociais e políticos, as circunstâncias históricas e as correntes filosóficas que determinavam o pensamento de cada época. Sendo esta um elemento norteador para a elaboração de atividades, na criação das situações-problema, na fonte de busca, na compreensão e como elemento esclarecedor de conceitos matemáticos. Também são de grande importância para o estudo de matemática os recursos tecnológicos (calculadoras, computadores, TV multimídia, entre outros), de tal forma que os estudantes através destes elementos de apoio consigam desenvolver argumentos e conjecturas relacionadas às atividades com as quais se desenvolvem.

Quanto às aulas expositivas e o livro didático, não devem ser o único meio utilizado e tampouco descartado. A aula expositiva deve ser dinâmica e promover o diálogo entre professor/aluno, do exercício da criatividade e do trabalho coletivo de elaboração do conhecimento. Através dessa técnica podemos, por exemplo, fornecer informações preparatórias para um debate, jogo ou outra atividade em classe, análise e interpretação dos dados coletados.

O livro didático permite mais autonomia durante a aprendizagem de forma equilibrada, com preocupação de conjecturar, de questionar de forma mais direta,

sendo este mais um material de apoio que tanto ajudará os alunos em sala, quanto em seus estudos de casa. O professor deve iniciar o trabalho de construir e aplicar novos conceitos e procedimentos matemáticos tomando como base os conteúdos estruturantes: números e álgebra, grandezas e medidas, funções, geometria, tratamento das informações, priorizando relações de interdependências e do modo como se articulam, possibilitando a produção de um ensino significativo de forma que o mesmo se pautar de abordagens a partir dos inter-relacionamentos e articulações entre os conceitos de cada conteúdo específico. Para tanto, é justo acrescentar alguns ingredientes para um aprendizado satisfatório: entusiasmo nos fazeres, paixão nos desafios, cooperação entre os partícipes, ética nos procedimentos. Com estas considerações estaremos construindo a emancipação dos educandos, dando as condições para a formação dos valores humanos fundamentais, que são centrais entre os objetivos da educação. Portanto, os conteúdos matemáticos serão trabalhados pautados nas tendências metodológicas: resolução de problemas, modelagem matemática, uso de mídias tecnológicas, etnomatemática, história da matemática e investigações matemáticas.

AValiação

Como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem a avaliação será realizada na interação entre alunos e professor de forma contínua, identificando os avanços e dificuldades referentes à compreensão do conteúdo. Oferecendo possibilidades ao aluno para se expressar e aprofundar a sua visão em relação ao conteúdo abordado. A avaliação deve possibilitar ao professor condições de repensar sua prática diária, desta forma, poderá acompanhar o seu avanço por meio de suas explicações orais e registros escritos. É necessário que o professor reconheça que o conhecimento matemático não é fragmentado e seus conceitos não são concebidos isoladamente, o que pode limitar as possibilidades do aluno expressar seus conhecimentos. Cabe ao professor considerar no contexto das práticas de avaliações encaminhamentos diversos como a observação, a intervenção, a revisão de conteúdos e metodologias, buscando diversos métodos avaliativos (formas escritas, orais e de demonstração). Tanto as exposições orais quanto os registros escritos (provas, lições de casa, pesquisa, entre outros) podem mostrar ao professor como o aluno expressa seu conhecimento, o grau de entendimento alcançado tanto em profundidade quanto em organização mental e aplicação da linguagem matemática. Assim, ajudando a todos os alunos se

apropriarem do conhecimento e, quando necessário, proporcionar recuperações de conteúdos.

Os instrumentos de avaliação devem desenvolver, o mais amplamente possível, todo o trabalho realizado, e, neste sentido, tanto o desempenho cognitivo como as atitudes dos alunos serão avaliadas.

Instrumentos	Crítérios
Prova escrita ou oral, teste (questões objetivas ou discursivas; individual ou em grupo);	- Capacidade de o aluno expressar-se por escrito e/ou oralmente, com clareza, utilizando-se da norma padrão da língua portuguesa e raciocínio matemático;
Resolução em sala de atividades complementares (“aula-nota”);	- Sistematização do conhecimento de forma adequada; - Capacidade de utilizar-se de conhecimentos adquiridos;
Pesquisa individual ou em grupo;	- Compreensão dos conteúdos trabalhados em sala de aula, na produção coletiva e/ou individual de trabalhos, em sala de aula ou em espaços diferenciados;
Atividades extraclasse (lições de casa).	- A articulação do conceito/conteúdo/tema discutido nas aulas. Complementação e aprofundamento dos estudos.

REFERÊNCIAS

Brasil. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB : Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

CIÊNCIAS DA NATUREZA, MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS / Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

D'AMBROSIO, U. **Educação Matemática da teoria a prática.** 2ª ed. Campinas: Papirus, 1997.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA, Grupos de Estudos 2008, 2º Encontro, Avaliação – um processo Intencional e Planejado.

FIorentini, Dario. **Tendências temáticas e metodológicas da pesquisa em educação matemática.** In: Anais do I Encontro Paulista de Educação Matemática. Campinas, SBEM, (p.186-193), 1989.

GIOVANNI, José Ruy; BONJORNO, José Roberto; GIOVANNI JR, José Ruy. **Uma nova abordagem matemática fundamental**. São Paulo: FTD, 2000.

LELLIS, M.; IMENES, L. M. **A matemática e o novo ensino médio**. Disponível em: < <http://www.somatematica.com.br/artigos/a4/> > Acesso em: 25 de março 2006.

MATEMÁTICA / vários autores. **Matemática Ensino Médio**. Curitiba: SEED-PR, 2006.

OLIVEIRA, Maria da Conceição Carneiro. **História em projetos: lei 11645/08**. Disponível em: <<http://historiaemprojetos.blogspot.com/2008/03/notcias-de-interesses-aos-professores.html>>. Acesso em: 18 de fev.2010.

PARANA, Secretaria de Estado da Educação. SUPERINTENDENCIA DA EDUCACAO. **DIRETRIZES CURRICULARES DE MATEMATICA PARA AS SERIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E PARA O ENSINO MEDIO**. Curitiba: SEED, 2008.

_____, Secretaria de Estado da Educação. SUPERINTENDENCIA DA EDUCACAO. **INSTRUÇÃO nº 009/2011- SUED/SEED**. Curitiba: SEED, 2011.

RICO, L. **Bases Teóricas del Currículo de Matemáticas em Educación Secundária**. Madrid: Editorial Síntesis, 1997.

SANTANA, Arthur Bernady; PAIM, Cristiane Regina Silva. **A LEI Nº. 10.639/03 E AS NOVAS PERSPECTIVAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**. Disponível em: <[SCHNEIDER, Magalis Bésse Dorneles. **Subsídios para ação pedagógica no cotidiano escolar inclusivo**. Disponível em: <\[http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=76:subsídios-para-acao-pedagógica-no-cotidiano-escolar-inclusivo&catid=6:educacao-inclusiva&Itemid=17\]\(http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=76:subsídios-para-acao-pedagógica-no-cotidiano-escolar-inclusivo&catid=6:educacao-inclusiva&Itemid=17\)>. Acesso em: 18 de fev.2010.](http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:qy_oRjcdvVQJ:www.ie.ufmt.br/semie-du2009/gts/gt7/ComunicacaoOral/ARTHUR2520BERNADY2520SANTANA2520%2520_471_.pdf+10.639/03,&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESgMxbwS4Baf-tvV4h11yV-xOJ1CW5z8C29fQnhof4JwjEWwhwF3_mdHJDfMNHXnDAPVaZbTYzzwzQowlBrYYgUGB2nKwhZcN_q5KY0e2RgB9KVRwy9-20f5JctY59rXQ_uQhJIBIM&sig=AHIEtbSSkZTEF2lzAVBMVOWF3TgILEnDRA.> Acesso em: 18 de fev.2010.</p></div><div data-bbox=)

SILVA, Claudio Xavier da; BARRETO FILHO, Benigno. **Matemática aula por aula (coleção)**. 2.ed.renov. São Paulo: FDT, 2005.

QUÍMICA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA DE QUÍMICA

A Química no Ensino Médio deve ressaltar o desenvolvimento de saberes de práticas ligadas a transformação da matéria, suas causas e efeitos enfocando concomitantemente suas implicações ambientais, sociais, políticas e econômicas. Não deve ser vista isoladamente, mas sim como parte integrante do processo da construção e evolução da mente humana.

A química teve vários marcos históricos e vale ressaltar que sua atividade iniciou com a alquimia, onde a grande preocupação era com o elixir da longa vida e a pedra filosofal. Os alquimistas manipulavam vários elementos químicos e muitos de seus feitos foram adaptados, aperfeiçoados, e estão presentes até os dias de hoje em laboratórios. Em alguns momentos da história, a alquimia esteve atrelada a religião. Ao longo do tempo surgiram cientistas importantes que marcaram o estudo da química e trouxeram inúmeros avanços para essa ciência.

Hébrard (2000) afirma que o percurso histórico do saber químico contribuiu para a constituição da Química como disciplina escolar. No Brasil, as primeiras atividades de caráter educativo em Química surgiram no início do século XIX, em função das transformações políticas e econômicas que ocorriam na Europa. Não se pode dizer que a Química é fruto apenas da ciência ocidental e do capitalismo. Afirmar que o estudo da Química foi constituído a partir das relações históricas e políticas, é um modo de demonstrar a natureza desse conhecimento, inclusive questões ideológicas que o influenciaram, o que por sua vez, possibilita o desenvolvimento de concepções mais críticas a respeito das relações da Química na sociedade. É importante ressaltar a influência do Oriente no estatuto procedimental da Química – as práticas alquímicas, dos boticários, perfumistas e da medicina oriental – que foram difundidas pelos árabes em séculos anteriores ao estabelecimento da Química como Ciência Moderna.

Destaca que o conhecimento químico, assim como todos os demais saberes, não é algo pronto, acabado e inquestionável, mas em constante transformação. Esse processo de elaboração e transformação do conhecimento ocorre em função das necessidades humanas, uma vez que a ciência é construída por homens e mulheres, portanto, falível e inseparável dos processos sociais, políticos e econômicos. Por isso o educando deve ser consciente de que também é parte integrante da história e não pense que a química é algo inatingível, compatíveis apenas aos gênios e abnegados. Além disso, faz perceber que mais

importante que a memorização de fórmulas abstratas, é sua interpretação concreta, é raciocinar sobre o “por que” dos fatos químicos para formar um aluno que se aproprie dos conhecimentos químicos e seja capaz de refletir criticamente sobre o meio em que está inserido.

As habilidades cognitivas e afetivas desenvolvidas no ensino da química deverão capacitar os alunos a tomar suas próprias decisões em situações problemáticas, colaborando assim com desenvolvimento do educando como pessoa e como cidadão.

O objetivo da disciplina de química deve resgatar no contexto histórico como se desenvolveu o conhecimento científico, assim abordando os conhecimentos científicos escolares, orientando que eles têm origem nos modelos construídos a partir da investigação da Natureza podendo o aluno desenvolver a capacidade de resolução de problema, o que implica na necessidade de vincular o conteúdo trabalhado com o contexto social em que o aluno está inserido. O aluno deverá reconhecer aspectos químicos relevantes na interação individual e coletiva do ser humano com o ambiente e entender o papel da Química no sistema produtivo, industrial e rural entendendo assim as relações entre o desenvolvimento científico e tecnológico da Química e aspecto sócio/político/culturais.

A química deve possibilitar ao educando compreender conceitos e fatos químicos; dados quantitativos, estimativos e medidas; tendências e relações a partir de dados experimentais e reconhecer os limites éticos e morais que podem estar envolvidos no desenvolvimento da Química e da tecnologia, propondo a investigação de um problema relacionado à química, selecionando procedimentos experimentais pertinentes, podendo assim, propiciar o enriquecimento da cultura científica do aluno, rompendo com obstáculos conceituais e adquirindo maiores condições de estabelecer relações conceituais/ interdisciplinares/ contextuais.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

MATÉRIA E SUA NATUREZA

BIOGEOQUÍMICA

QUÍMICA SINTÉTICA

CONTEÚDOS BÁSICOS: Matéria
Solução
Velocidade das Reações
Equilíbrio Químico
LigaçãO Química
Reações Químicas
Radioatividade
Gases
Funções Químicas

**CONTEÚDOS
ESPECÍFICOS**

Constituição da matéria
Estados de agregação
Natureza elétrica da matéria
Modelos atômicos
Estudo dos metais
Tabela periódica
Substância simples e composta
Misturas
Métodos de separação
Solubilidade
Concentração
Temperatura e pressão
Densidade
Dispersão e suspensão
Tabela periódica
Reações químicas
Lei das reações químicas
Representação das reações químicas
Condição fundamental para a ocorrência das reações químicas
Fatores que interferem na velocidade das reações
lei da velocidade das reações químicas
Tabela periódica
Reações químicas reversíveis
Concentração
Relações matemáticas e o equilíbrio químico
Deslocamento de equilíbrio: (Concentração, pressão, temperatura, e efeito de catalisadores)
Equilíbrio químico em meio aquoso (pH, constante de ionização, K_s)
Tabela periódica
Propriedade dos materiais
Tipos de ligações químicas em relação as propriedades dos materiais
Solubilidade e as ligações químicas
Interações intermoleculares e as propriedades das substâncias moleculares
Ligações de hidrogênio
Ligações polares e apolares
Alotropia
Tabela periódica
Reações de Oxi-reduções
Reações exotérmicas e endotérmicas
Diagramas das reações exotérmicas e endotérmicas
Variação de entalpia
Calorias
Equações termoquímicas
Princípios da termodinâmica
Lei de Hess
Entropia e energia livre
Calorimetria
Tabela periódica
Modelos atômicos (Rutherford)

Elementos químicos (radioativos)
Reações químicas
Velocidade das reações
Emissões radioativas
Leis da radioatividade
Cinética das reações químicas
Fenômenos radioativos (fusão e fissão nuclear)
Tabela periódica
Estados físicos da matéria
Tabela periódica
Propriedade dos gases (Densidade/ difusão e efusão, pressão x temperatura, pressão x volume, temperatura x volume)
Modelos de partículas para os materiais gasosos
Misturas gasosas
Diferença entre gás e vapor
Lei dos gases
Funções orgânicas
Funções inorgânicas
Tabela periódica
Ligação metálica
Ligação sigma e pi
Ligações polares e apolares
Alotropia
Tabela periódica
Reações de Oxi-reduções
Reações exotérmicas e endotérmicas
Diagramas das reações exotérmicas e endotérmicas
Variação de entalpia
Calorias
Equações termoquímicas
Princípios da termodinâmica
Lei de Hess
Entropia e energia livre
Calorimetria
Tabela periódica
Modelos atômicos (Rutherford)
Elementos químicos (radioativos)
Reações químicas
Velocidade das reações
Emissões radioativas
Leis da radioatividade
Cinética das reações químicas
Fenômenos radioativos (fusão e fissão nuclear)
Tabela periódica
Estados físicos da matéria
Tabela periódica
Propriedade dos gases (densidade/ difusão e efusão, pressão x temperatura, pressão x volume, temperatura x volume)
Modelos de partículas para os materiais gasosos
Misturas gasosas
Diferença entre gás e vapor

Lei dos gases
Funções orgânicas
Funções inorgânicas
Prevenção ao uso indevido de álcool e drogas.
Tabela periódica

Em nosso trabalho será contemplada a legislação vigente Lei 11645/08– história e cultura afro-brasileira , africana e indígena, Lei 9795/99 – política nacional de educação ambiental sob o Decreto nº 4.201/02 , a Lei Governamental nº 13381/2001- História do Paraná, os conteúdos de Música conforme Lei nº 11.769/08; a Educação Fiscal na forma de Lei Tributária, Decreto nº 1.143/99; a Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, Sexualidade Humana, Enfrentamento a Violência Contra a Criança e o Adolescente, Lei Federal nº 11.525/07.

Dessa forma, serão inseridos temas relacionados a História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena através de análise e reflexão sobre a diversidade cultural e racial reconhecendo os afro-brasileiros como sujeitos na construção da sociedade e do país, ressaltando os valores que precisam ganhar amplitude e status de conhecimento, na perspectiva de uma sociedade multicultural e pluri étnica , lei 11.645/03/08 que integra a História e Cultura afro-brasileira e Indígena ao Currículo de Ensino Fundamental e Médio. A realidade local e paranaenses deverão ser consideradas sempre que possível.

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Nós professores propomos um trabalho pedagógico com o conhecimento químico que propicie ao aluno compreender os conceitos científicos para entender algumas dinâmicas do mundo e mudar sua atitude em relação a ele , para isso é necessário que os conhecimentos prévios dos alunos sejam valorizados, para que possam construir estruturas mentais utilizando, como meio, mapas conceituais que permitem descobrir e redescobrir outros conhecimentos, caracterizando, assim, uma aprendizagem prazerosa e eficaz.

Em nosso ensino de Química, alguns aspectos serão considerados essenciais tanto para a nossa formação quanto para nossa atividade pedagógica. Abordaremos, assim três aspectos importantes, a saber: a História da Química a divulgação científica e a atividade experimental.

A abordagem teórico-metodológico mobilizará para o estudo da Química presente no cotidiano dos alunos, evitando que ela se constitua meramente em uma

descrição dos fenômenos, repetição fórmulas, números e unidades de medida. Sendo assim, quando o conteúdo químico for abordado na perspectiva do conteúdo estruturante biogeoquímico, é preciso relacioná-lo com a atmosfera, hidrosfera e litosfera. Quando o conteúdo químico for abordado na perspectiva do conteúdo estruturante Química sintética, o foco será a produção de novos materiais e transformação de outros, na formação e compostos artificiais. Os conteúdos químicos serão explorados na perspectiva do conteúdo estruturante Matéria e sua natureza por meio de modelos ou representações. E é imprescindível fazer a relação do modelo que representa a estrutura microscópica da matéria com o seu comportamento macroscópico.

Para os conteúdos estruturantes Biogeoquímica e Química Sintética, a significação dos conceitos ocorrerá por meio das abordagens históricas, sociológicas, ambiental, representacional e experimental a partir dos conteúdos químicos. Porém para o conteúdo estruturante Matéria e sua Natureza, tais abordagens são limitadas. O conteúdo básico Funções Químicas não deve ser apenas explorado descritivamente ou classificatoriamente. Este conteúdo básico deve ser explorado de maneira relacional por que o comportamento das espécies químicas é sempre relativo à outra espécie com a qual a interação é estabelecida.

Utilizaremos em nossa prática para garantir o processo ensino-aprendizagem de forma bem articulada os seguintes itens:

Recursos pedagógicos/tecnológicos que enriquecem a prática docente, tais como: livro didático, texto de jornal, revista científica, figuras, revista em quadrinhos, música, quadro de giz, mapa (geográficos, sistemas biológicos, entre outros), globo, modelo didático, microscópio, lupa, jogo, televisor, computador, retroprojeter, entre outros;

De recursos instrucionais como organogramas, mapas conceituais, mapas de relações, diagramas V, gráficos, tabelas, infográficos, entre outros;

De alguns espaços de pertinência pedagógica, dentre eles, feiras, laboratórios, exposições de ciência, seminários e debates.

As estratégias de ensino e os recursos pedagógico-tecnológicos e instrucionais são fundamentais para nossa prática docente. Além disso, contribuem de forma significativa para melhorar as condições de aprendizagem aos estudantes.

Diante de todas essas considerações propõem-se alguns encaminhamentos metodológicos que serão valorizados em nosso ensino de Ciências, tais como: a problematização, a contextualização, a interdisciplinaridade, a

pesquisa, a leitura científica, a atividade em grupo, a observação, a atividade experimental, os recursos instrucionais e o lúdico.

Quando os estudantes chegam à escola eles não estão totalmente desprovidos de conhecimento e ainda, uma sala de aula reúne pessoas com diferentes costumes, tradições, preconceitos e ideias que dependem também dessa origem. Isso torna impossível a utilização de um único tipo de encaminhamento metodológico com o objetivo de uniformizar a aprendizagem.

Aula expositiva com participação efetiva dos alunos.

Uso de CD ilustrativo

Demonstrações práticas de alguns assuntos.

Provocações de discussões entre os educandos.

Uso de exemplos práticos retirados do cotidiano e do aprendizado empírico.

Elucidação de situações problemas que os alunos enfrentam.

AVALIAÇÃO

A avaliação é atividade essencial do processo ensino-aprendizagem dos conteúdos científicos e, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 deve ser contínua e cumulativa em relação ao desempenho do estudante, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A diversificação dos instrumentos de avaliação está indissociavelmente ligada à concepção de avaliação contínua e formativa, assim a aprendizagem precisa se concretizar, de fato, nas diferentes atividades de ensino-aprendizagem que acontecem em sala de aula.

Das diversas formas de se avaliar citamos alguns instrumentos de acordo com a necessidade do aluno e do conteúdo: Atividade de leitura compreensiva de textos, Pesquisa bibliográfica, Produção de textos, Palestra, Apresentação oral, Atividades experimentais, Projeto de pesquisa de campo, Relatório, Seminário, Debate, Atividades a partir de recursos audiovisuais, Trabalho em grupo, Questões discursivas, Questões objetivas, Leitura e interpretação de textos.

REFERÊNCIAS

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação Superintendência da Educação Diretriz Curriculares Estaduais Orientadoras de Química. Curitiba SEED, 2008

Departamento de Educação Básica, Grupo de estudos 2008, 2º Encontro,
Avaliação- um processo Intencional e Planejado.

Química - Magno Urbano de Macedo e Antonio de Carvalho

Química - Ricardo Feltre e Setsuo Yoshinaga

História do Paraná- Lei 13.381/2001;

História e Cultura Afro-brasileira e Africana- Lei 10.639/03;

História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena- Lei 11.645/08;

Música- Lei 11.769/08

Prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana, educação ambiental,
educação fiscal, enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente;

Direito das crianças e adolescente- Lei Federal 11.525/07;

Educação Tributária Decreto nº 9795/99, Decreto nº 4201/02;

Também serão atendidas as especificidades da Educação do Campo. Essas
temáticas serão abordadas como conteúdos e ou quando surgirem oportunidades.

SOCIOLOGIA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA

A sociologia no presente, tem o papel histórico que vai muito além da leitura e explicações teóricas da sociedade. Não cabem mais as explicações e compreensões das normas sociais e institucionais, para a melhor adequação social, ou mesmo para a mera crítica social, mas sim a desconstrução e a desnaturalização do social no sentido de sua transformação.

Os grandes problemas que vivemos hoje, provenientes do acirramento das forças do capitalismo mundial e do desenvolvimento industrial desenfreado, entre outras causas, exigem indivíduos capazes de romper com a lógica neoliberal da destruição social e planetária.

É tarefa inadiável da escola e da sociologia a formação de novos valores, de uma nova ética e de novas práticas sociais que apontem para a possibilidade de construção de novas relações sociais.

As relações sociais decorrentes das mudanças estruturais impostas pela formação do modo de produção capitalista materializam-se nas diversas instâncias sociais, instituições sociais, movimentos sociais, práticas políticas e culturais, os quais devem ser estudadas em sua especificidade e historicidade.

A concepção da sociologia é a de uma sociologia crítica, mas os seus conteúdos fundamentam-se em teorias com diferentes tradições sociológicas, pois é tarefa primordial do conhecimento sociológico explicitar e explicar problemáticas sociais concretas e contextualizadas.

A sociologia tem a preocupação de valorizar o conhecimento científico, filosófico e artístico, bem como encontrar a dimensão histórica, com a finalidade de descobrirmos além do contexto do surgimento da sociologia, a compreensão desta disciplina em saber científico.

Neste sentido, os trabalhos serão selecionados para atenderem a interpretação dos alunos, sendo essa compreensão ministrada de forma democrática a todos os agentes envolvidos na sociedade, como um todo, em especial atenção aos estudantes com dificuldades de aprendizagem, comunidades indígenas e afro-descendentes, camadas menos privilegiadas pela sorte, dando-se enfoque a valorização das culturas envolvidas e respeito, sobretudo, ao ser humano, conforme preceitua a lei 11.645/08 relativa à História e Cultura Afro Brasileira e Africana e Indígena.

Sempre que oportuno, serão trabalhados os conteúdos da História do Paraná, Lei nº 13.381/01; contempla os conteúdos de Música conforme Lei nº 11.769/08; Contempla a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795/99; sob Decreto nº 4.201/02; Contempla a Educação Fiscal na forma de Lei Tributária, Decreto nº 1.143/99; Contempla a Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, Sexualidade Humana, Enfrentamento a Violência Contra a Criança e o Adolescente, Lei Federal nº 11.525/07.

OBJETIVOS GERAIS

- Formar indivíduo cidadão, na convivência do seu dia-a-dia com o meio e a sociedade em que está inserido, resgatando o movimento histórico do real e do pensado a partir dos grupos e classes que compõem a maioria (excluída) do povo brasileiro: índios, negros, mulheres, migrantes e trabalhadores da cidade e do campo.
- Discutir com o aluno que a organização social é algo dado natural. O objetivo é que esse aluno perceba que a exclusão e o desemprego na sociedade brasileira é resultado de processos e determinações sociais, políticas e especialmente econômicas.
- Consolidar o pensamento sociológico na escola a partir de experiências e conhecimentos fragmentados, com experiências e conhecimentos compreendidos como totalidade complexa.
- Procurar dar um tratamento teórico aos problemas postos pela sociedade capitalista, como as desigualdades sociais e econômicas, a exclusão imposta pelas mudanças no mundo do trabalho, as conflituosas relações na sociedade, a discriminação, etc.
- Reconstruir o conhecimento que o aluno já dispõe, num outro nível de compreensão: da consciência das determinações históricas nas quais ele existe e, mais do que isso, da capacidade de intervenção e transformação dessa prática social e a capacidade, reconhecendo o abismo entre o estabelecidos e as minorias.
- Retirar dos ombros dos alunos a culpa pelo desemprego.
- Fazer com que o aluno tenha conhecimentos sabendo reivindicar seus direitos e cumprir com seus deveres como cidadão.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

1. Processo de Socialização e Instituições Sociais.

Não é possível estabelecer comparações entre instituições de sociedades diferentes e devem ser estudadas em suas dinâmicas e contradições, entendidas como construções sociais, possíveis de críticas e mudanças. Instituições escolares, familiares, religiosas, empresariais, presidiárias, etc.

2. Cultura e Indústria Cultural

Esse conteúdo deve problematizar os conceitos de cultura e suas derivações. As diferentes sociedades e grupos sociais não podem ser comparados entre si e classificadas como mais ou menos importantes, pois possuem desenvolvimento político, econômico e social bastante diversificadas.

Sabemos que a postura dos países “civilizados” na era colonial é muito criticado, sua denominação econômica e cultural sobre outros povos e a ideologia da superioridade, mas o que acontece hoje através da indústria cultural é mais ou menos a mesma coisa.

O domínio de uma cultura sobre as outras, pode se dizer que o que se pretende com essa “indústria” é vender para todas as pessoas aquilo que foi produzido especificamente para uma determinada classe social, retirando dela as suas especificidades.

O mercado consumidor que está massificado e intensificou a produção e reprodução de conceitos para indivíduos alienados, inertes e sem memória social. No entanto essa temática vai possibilitar também outras abordagens que não seja necessariamente a da mera reprodução cultural, mas pode-se apontar que existem outras formas de consumo cultural que estimulam a criatividade, a crítica e a reinvenção.

3. Trabalho, Produção e Classes Sociais

As mudanças estruturais das sociedades modernas e contemporâneas e as decorrentes mudanças de trabalho na sociedade capitalista, mudanças no mundo do trabalho são grandes, sendo evidente a necessidade de prepararmos jovens com maior autonomia e iniciativa nas sociedades. Desenvolvendo seu raciocínio crítico e colaborador para sua atuação na vida profissional e em comunidade, desemprego, subemprego, novas configurações das classes sociais.

Discutir com o aluno que a organização social não é algo dado natural. O objetivo é que o aluno perceba que a exclusão e o desemprego na sociedade brasileira é resultado de processos e determinações sociais, políticas e especialmente econômicas e como tal podem ser revertidos, dependendo da organização das forças sociais. É importante que o aluno conheça as formas pelas quais as minorias e os demais trabalhadores, vivenciam a discriminação, a exploração e a opressão em virtude da classe social a que pertencem.

Envolver o aluno em atitudes e ações que favoreçam a fortalecer sua auto-confiança em relação ao futuro e conhecer as possibilidades do mercado de trabalho, contemplando a Lei 11.645/2008, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História, Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena na educação básica.

4. Poder, Política e Ideologia

Problematização a respeito da constituição do poder, possuindo uma estratégia, um discurso e uma forma para se legitimar. Portanto, em sua forma de efetivação está embutida a ideologia que se manifesta e partir de práticas políticas.

Os conceitos serão trabalhados separadamente, mas sempre estarão presentes no diálogo.

É importante mostrarmos ao aluno que o fenômeno da ideologia surge em determinado momento histórico sendo necessário conhecer os bastidores deste jogo ideológico e, conforme nos diz Marilena Chauí, criarmos um contra discurso.

5. Direito, Cidadania e Movimentos sociais

Este conteúdo articula os conceitos de direito, cidadania e movimentos sociais, pois na análise dos direitos deve-se considerar que esses foram sendo inscritos nas leis, lentamente, ou foram sendo conquistadas pela pressão dos que não tinham direitos. São os direitos que definem a cidadania, ou seja, a possibilidade de sermos indivíduos atuantes com direitos e deveres. Mas os direitos só se tornam plenos, e portanto, elementos da cidadania, se forem exercidos no cotidiano das ações das pessoas.

Por isso a vinculação desta temática com os movimentos sociais urbanos, movimentos sociais rurais, movimentos sindicais, Associações de Classe, Cooperativismo, ONG's. Estes têm sua existência circulada à criação de novos direitos ou no sentido de fazer valer os que já estão inscritos na lei.

Esse Conteúdo Estruturante possibilitará aos alunos compreender melhor a dinâmica da vida social que os cerca.

CONTEÚDOS BÁSICOS

1º Ano	2º Ano	3º Ano
<p>O Surgimento da Sociologia. As Teorias sociológicas. O processo de socialização e as instituições sociais.</p> <p>Instituições familiares. Instituições escolares. Instituições religiosas Instituições de reinserção.</p> <p>Trabalho, produção e classes sociais O conceito de trabalho e o trabalho nas diferentes sociedade Desigualdades sociais: estamentos, castas e classes sociais. Organização do trabalho nas sociedades capitalistas e suas contradições. Globalização e Neoliberalismo. Trabalho no Brasil. Relações de trabalho.</p>	<p>O Surgimento da Sociologia. As Teorias sociológicas. Poder, política e ideologia, Direito, Cidadania e Movimentos Sociais.</p> <p>Formação e consolidação da sociedade capitalista e o desenvolvimento do pensamento social. formação e Desenvolvimento do Estado moderno; sociológicas clássicas. conceitos de poder, conceitos de ideologia, conceitos de dominação e legitimidade Estado no Brasil. Desenvolvimento da sociologia no Brasil. Democracia, autoritarismo, totalitarismo. As expressões da violência nas sociedades contemporâneas.</p> <p>Direitos, cidadania e movimentos sociais Conceitos de cidadania. Direitos civis, políticos e sociais. Direitos humanos. Movimentos sociais. Movimentos sociais no Brasil. Questões ambientais e movimentos ambientalistas. Questão das ONG's.</p>	<p>O Surgimento da Sociologia. As Teorias sociológicas.</p> <p>Cultura e Indústria Cultural. Formação e consolidação da sociedade capitalista e o desenvolvimento do pensamento social. Os conceitos de culturas escolas antropológicas. Antropologia brasileira. Diversidade e diferença cultural. Relativismo, etnocentrismo, alteridade. Culturas indígenas. roteiro para pesquisa de campo. Identidades como projeto e/ou processo, sociabilidades e globalização. minorias, preconceito, Hierarquia e desigualdades. Questões de gênero e a Construção social do gênero. Cultura afro-brasileira e a Construção social da cor. Identidades e movimentos sociais; dominação, hegemonia e contramovimentos. Indústria cultural. Meios de comunicação de massa. Sociedade de consumo, Indústria cultural no Brasil</p>

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

A disciplina é iniciada a título de introdução, com uma breve contextualização da construção histórica da sociologia e das teorias sociológicas fundamentais, as quais serão constantemente retomadas, numa perspectiva crítica, no sentido de fundamentar teoricamente os conteúdos específicos.

Aprender a pensar sobre a sociedade em que vivemos e a agir nas diversas instâncias sociais, implicando antes de tudo numa atitude ativa e participativa. O ensino da sociologia pressupõe metodologias que coloca o aluno como sujeito de seu aprendizado, não importa que o encaminhamento seja a leitura, o debate, a pesquisa de campo ou a análise de filmes, imagens ou charges, mas importa que o aluno esteja constantemente provocado a relacionar a teoria com o vivido, a rever conhecimentos e a reconstruir coletivamente novos saberes, desenvolvendo no aluno o raciocínio sociológico.

Atinente aos alunos com dificuldades de aprendizagem, deverão os conteúdos serem retomados de maneiras diversas, através de meios que viabilizem a compreensão dos mesmos, bem como no tocante aos problemas de ordem racial, as atividades deverão ser direcionadas para o pensamento e reflexão crítica sobre a sociedade, devendo, por exemplo, ser valorizados os dogmas e a importância das culturas dos afro-descendentes e indígenas e a sua contribuição para a formação da sociedade em que vivemos, mostrando-as assim, imprescindível o respeito a esses valores, extirpando-se qualquer forma de preconceito ainda existente na sociedade.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO ESPECÍFICO DA DISCIPLINA

O processo de avaliação do ensino da sociologia será repassadas todas as atividades relacionadas à disciplina e elaborada de forma transparente e coletiva,

A apreensão de alguns conceitos básicos da ciência articuladas com a prática social, a capacidade de argumentação fundamentada teoricamente, a clareza e a coerência na exposição das idéias, ou seja, no texto oral ou escrito.

A mudança na forma de olhar para os problemas sociais, assim como a iniciativa e a autonomia para tomar atitudes diferenciadas e criativas que rompam com a acomodação e o senso comum, são dados que informarão ao professores, o alcance e a importância do trabalho no cotidiano de seus alunos.

As formas de avaliação serão acompanhadas das práticas de ensino e de aprendizagem da disciplina.

Reflexão crítica nos debates, que acompanham os textos ou filmes, participação nas pesquisas de campo, produção de textos.

Devem demonstrar a capacidade de articulação entre teoria e prática. Podendo ser de diferentes formas, desde que se tenha como perspectiva ao

seleccioná-los, a clareza dos objetivos que se pretende atingir, no sentido da apreensão, compreensão e reflexão dos conteúdos pelo aluno.

Por fim, entendemos que não só o aluno, mas também professor e as instituições escolares devem constantemente se auto-avaliarem em suas dimensões práticas e discursivas e principalmente em seus princípios políticos com a qualidade da democracia.

Tem por finalidade resgatar o movimento do real e do pensado a partir dos grupos e classes que compõem a maioria (excluída) do povo brasileiro: índios, negros, mulheres, emigrantes e trabalhadores da cidade e do campo.

O pensamento sociológico é consolidado a partir da articulação de experiências e conhecimentos fragmentados, com experiências e conhecimentos compreendidos como totalidades complexas. A partir desses pressupostos procura-se dar tratamento teórico aos problemas postos pela sociedade capitalista, como desigualdades sociais e econômicas, a exclusão imposta pelas mudanças do trabalho, os conflitos na sociedade, e a capacidade de intervenção na prática social, e conhecimento entre o estabelecido e as minorias.

BIBLIOGRAFIA

PERSIO SANTOS DE OLIVEIRA – Introdução à Sociologia – 20ª edição 1ª impressão

DURKHEIM. E. Educação e Sociologia, 6ª edição. Trad. Lourenço Filho. S. Paulo: Melhoramentos, 1965

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978

CHAUÍ, M. O que é ideologia, São Paulo: Brasiliense, 1997

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – Publicado no Diário Oficial da União, de 16 de julho de 1990

Livro Didático Público- Sociologia /vários autores- Curitiba: SEED-PR,2006-280p.ISBN:85-85380-41-1

IESDE BRASIL S.A., Sociologia, Curitiba, 2003.

DIRETRIZES CURRICULARES ESTADUAIS DO ESTADO DO PARANÁ.

L.E.M. - ESPANHOL

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA DE L.E.M.- ESPANHOL (CELEM)

O Centro de Línguas Estrangeiras Modernas – CELEM, criado no ano de 1986 pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED, integra o Departamento de Educação Básica - DEB e tem por objetivo ofertar o ensino gratuito de idiomas, aos alunos da Rede Estadual de Educação Básica, matriculados no Ensino Fundamental (anos finais), no Ensino Médio, Educação Profissional e na Educação de Jovens e Adultos (EJA), aos professores e funcionários que estejam no efetivo exercício de suas funções na rede estadual e também à comunidade.

O CELEM, além de promover o conhecimento do idioma das etnias formadoras do povo paranaense, contribui para o aperfeiçoamento cultural e profissional de seus alunos. A Resolução 3904/2008 - SEED, que regulamenta o funcionamento do CELEM, considera " a importância que a aprendizagem de Línguas Estrangeiras Modernas (LEM) tem no desenvolvimento do ser humano quanto a compreensão de valores sociais e a aquisição de conhecimento sobre outras culturas".

O trabalho realizado através do CELEM tem contribuído de maneira significativa na realidade educacional do Paraná com oportunidades de melhoria na perspectiva profissional, conhecimento das línguas e preservação da cultura das etnias formadoras do seu povo.

O comprometimento dos professores, equipes dos NRE e SEED com a qualidade do ensino de línguas e com a garantia de sua oferta diversificada, tem possibilitado o crescimento e o fortalecimento do CELEM e o seu destaque no contexto nacional da educação.

Nas Diretrizes Curriculares de Língua Estrangeira Moderna, a ênfase do ensino recai sobre a necessidade de os sujeitos interagirem ativamente pelo discurso, sendo capazes de se comunicar através de diferentes tipos de textos, levando em conta a imensa quantidade de informações que circulam na sociedade.

Dessa forma, ao ensinar e aprender uma Língua Estrangeira, alunos e professores percebem ser possível construir significados além daqueles permitidos pela língua materna. Os sujeitos envolvidos no processo pedagógico não aprendem apenas novos significados nem a reproduzi-los, mas sim, aprendem outras maneiras de construir sentidos, outros procedimentos interpretativos que alargam suas possibilidades do entendimento do mundo.

Como resultado de um processo que buscava destacar o Brasil no Mercosul, em 05 de agosto de 2005, foi criada a Lei nº 11.161, que tornou obrigatória a oferta de Língua Espanhola nos estabelecimentos de Ensino Médio. Com isso, também se buscou atender a interesses políticos e econômicos para melhorar as relações comerciais do Brasil com os países de Língua Espanhola. No ano de 2010, a oferta dessa disciplina é obrigatória para a escola e de matrícula facultativa para o aluno em cumprimento da referida lei.

Porém, o Espanhol é um idioma através do qual se expressam muitos dos grandes criadores da cultura. Por isso milhões de pessoas o estudam em todo mundo, pois além de ser prático e cada vez mais útil na vida profissional, é também uma grande fonte de cultura é fácil para o diálogo, devido ao fato de ter a mesma origem da Língua Portuguesa, porque ambas são línguas românicas. Isso significa a existência de uma estrutura semelhante entre as línguas.

Além de que, o Espanhol já é patrimônio valioso em mais de vinte países para centenas de milhões de pessoas que formam uma comunidade plural, aberta a todos, a qual precisamente une e identifica a língua comum.

Palavras de sua majestade o Rei Dom Juan Carlos diante do Conselho do Instituto de Cervantes.

“ (...) Agora, o Espanhol é mais do que nunca, uma proposta de amizade e compreensão, um instrumento de concórdia e de tolerância, e um elo para a criação e o entendimento entre as pessoas e a cultura.”

Conteúdo Estruturante

O conteúdo estruturante da Língua Estrangeira Moderna é o **discurso como prática social**. Este deve ser trabalhado continuamente através das práticas discursivas da oralidade, leitura e escrita, envolvendo questões linguísticas, sociopragmáticas, culturais e discursivas.

Não cabe mais à escola apenas ensinar o aluno a ler e a escrever e para ou na Língua Estrangeira Moderna: é preciso instruí-lo a relacionar a língua e suas práticas sociais.

Reitera a necessidade de explorar as práticas da oralidade em leitura e escrita a partir da seleção dos gêneros textuais. Conforme Bakhtin (1952), o indivíduo primeiro define o seu propósito, para então decidir o gênero textual que utilizará.

As estratégias específicas da oralidade têm como objetivo expor os alunos a textos orais, pertencentes aos diferentes discursos, lembrando que na abordagem discursiva a oralidade é muito mais do que o uso funcional da língua, é aprender a expressar ideias em Língua Estrangeira mesmo que com limitações. Vale explicitar que, mesmo oralmente, há uma diversidade de gêneros que qualquer uso da linguagem implica e existe a necessidade de adequação da variedade linguística para as diferentes situações, tal como ocorre na escrita e em Língua Materna. Também é importante que o aluno se familiarize com os sons específicos da língua que está aprendendo.

A leitura, processo de atribuição de sentidos, estabelece diferentes relações entre o sujeito e o texto de acordo com as concepções que se têm de ambos. O trabalho proposto nas Diretrizes está ancorado na perspectiva de uma leitura crítica, o qual se efetiva no confronto de perspectivas e na (re)construção de atitudes diante do mundo. A abordagem da leitura crítica extrapola a relação entre o leitor e as unidades de sentido na construção de significados possíveis. Busca-se, então, superar uma visão tradicional da leitura condicionada à extração de informações.

Com relação à escrita, não se pode esquecer que ela deve ser vista como uma atividade sociointeracional, ou seja, significativa. É importante que o docente direcione as atividades de produção textual definindo em seu encaminhamento qual o objetivo da produção e para quem se escreve, em situações reais de uso. É preciso que, no contexto escolar, esse alguém seja definido como um sujeito sócio-histórico-ideológico, com quem o aluno vai produzir um diálogo imaginário, fundamental para a construção do seu texto e de sua coerência. Nesse sentido, a produção deve ter sempre um objetivo claro. Ao propor uma tarefa de escrita, é essencial que se disponibilize recursos pedagógicos, junto com a intervenção do próprio professor, para oferecer ao aluno elementos discursivos, linguísticos, sociopragmáticos e culturais para que ele melhore sua produção.

Conteúdos Básicos

Conforme explicita as DCEs, o ensino de Língua Estrangeira tem como ponto de partida o texto.

Mediante isso serão abordados os seguintes gêneros textuais no primeiro ano do CELEM:

Na esfera cotidiana de circulação serão trabalhados: bilhete, carta pessoal, cartão felicitações, cartão postal, convite, letra de música e receita culinária.

Na esfera publicitária de circulação serão trabalhados: anúncio, comercial para rádio, *folder*, paródia, placa publicidade comercial e *slogan*.

Na esfera produção de circulação serão trabalhados: bula, embalagem, placa, regra de jogo e rótulo.

Na esfera jornalística de circulação serão trabalhados: anúncio classificado, *cartum*, charge, entrevista, horóscopo, reportagem e sinopse de filme.

Na esfera artística de circulação serão trabalhados: autobiografia e biografia.

Na esfera escolar de circulação serão trabalhados: cartaz, diálogos, exposição oral, mapa e resumo.

Na esfera literária de circulação serão trabalhados: conto, crônica, fábula, história em quadrinhos e poema.

E na esfera mediática de circulação serão trabalhados: correio eletrônico (*e-mail*), mensagem de texto (*SMS*), telejornal, telenovela e videoclipe.

Para cada gênero textual abordado serão trabalhados os seguintes conteúdos básicos:

Quanto à prática da oralidade serão abordados os seguintes conteúdos básicos:

Tema do texto; Aceitabilidade do texto; Finalidade do texto; Informatividade do texto; Intencionalidade do texto; Situacionalidade do texto; Papel do locutor e interlocutor; Conhecimento de mundo; Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos; Adequação do discurso ao gênero; Turnos de fala; Variações linguísticas;

Quanto à prática da leitura serão abordados os seguintes conteúdos básicos:

Tema do texto; Conteúdo temático do texto; Elementos composicionais do gênero; Propriedades estilísticas do gênero; Aceitabilidade do texto; Finalidade do texto; Informatividade do texto; Intencionalidade do texto; Situacionalidade do texto; Papel do locutor e interlocutor; Conhecimento de mundo; Temporalidade; Referência textual.

Já na prática da escrita serão trabalhados:

Tema do texto; Conteúdo temático do texto; Elementos composicionais do gênero; Propriedades estilísticas do gênero; Aceitabilidade do texto; Finalidade do texto; Informatividade do texto; Intencionalidade do texto; Situacionalidade do texto;

Papel do locutor e interlocutor; Conhecimento de mundo; Temporalidade; Referência textual.

No segundo ano serão abordados os seguintes gêneros textuais:

Na esfera cotidiana de circulação serão trabalhados: comunicado, *curriculum vitae*, exposição oral, ficha de inscrição, lista de compras, piada, telefonema.

Na esfera publicitária de circulação serão trabalhados: anúncio, comercial para televisão, *folder*, inscrições em muro, propaganda, publicidade institucional, *slogan*.

Na esfera produção de circulação serão trabalhados: instrução de montagem, instrução de uso, manual técnico, regulamento.

Na esfera jornalística de circulação serão trabalhados: artigo de opinião, boletim do tempo, carta do leitor, entrevistas, notícia, obituário, reportagem.

Na esfera jurídica de circulação serão trabalhados: boletim de ocorrência, contrato, lei ofício, procuração, requerimento.

Na esfera escolar de circulação serão trabalhados: aula em vídeo, ata de reunião, exposição oral, palestra, resenha, texto de opinião.

Na esfera literária de circulação serão trabalhados: contação de história, conto, peça de teatro, romance, sarau de poema.

E na esfera midiática de circulação serão trabalhados: aula virtual, conversação *chat*, correio eletrônico (*e-mail*), mensagem de texto (*SMS*), videoclipe.

Para cada gênero textual abordado serão trabalhados os seguintes conteúdos básicos:

Quanto à prática da oralidade serão abordados os seguintes conteúdos básicos:

Tema do texto; Aceitabilidade do texto; Finalidade do texto; Informatividade do texto; Intencionalidade do texto; Situacionalidade do texto; Papel do locutor e interlocutor; Conhecimento de mundo; Variações linguísticas;

Quanto à prática da leitura serão abordados os seguintes conteúdos básicos:

Tema do texto; Conteúdo temático do texto; Elementos composicionais do gênero; Propriedades estilísticas do gênero; Aceitabilidade do texto; Finalidade do texto; Informatividade do texto; Intencionalidade do texto; Situacionalidade do texto;

Papel do locutor e interlocutor; Conhecimento de mundo; Temporalidade; Referência textual.

Já na prática da escrita serão trabalhados:

Tema do texto; Conteúdo temático do texto; Elementos composicionais do gênero; Propriedades estilísticas do gênero; Aceitabilidade do texto; Finalidade do texto; Informatividade do texto; Intencionalidade do texto; Situacionalidade do texto; Papel do locutor e interlocutor; Conhecimento de mundo; Temporalidade; Referência textual.

Além dos conteúdos básicos acima relacionados, em cumprimento da lei nº 11.645/08 que trata da obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro Brasileira e Africana e Indígena, música (Lei 11.769/08), prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana, educação ambiental, educação fiscal, enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente L. F. Nº 11525/07, Educação Tributária Dec. nº 1143/99, Portaria, nº 413/02, Educação Ambiental L. F. nº 9795/99, Dec. nº 4201/02, e também serão trabalhados textos e atividades que tenham como foco o negro, a sua família em diferentes contextos sociais e profissionais, para a valorização da diversidade étnica brasileira.

Encaminhamentos Metodológicos

O texto enquanto unidade de linguagem em uso, ou seja, uma unidade de comunicação verbal, que pode ser escrita, oral ou visual será o ponto de partida da aula de LEM.

As atividades serão abordadas a partir de textos e envolverão, simultaneamente, práticas e conhecimentos mencionados, de modo a proporcionar ao aluno condições para assumir uma atitude crítica e transformadora com relação aos discursos apresentados.

Portanto, a principal ferramenta de ensino é justamente a funcionalidade da língua de estudo, na qual o aluno é conduzido a vivenciar situações concretas (reais) de fala e escrita e a desempenhar funções linguísticas a partir do uso de textos.

Dessa forma, os procedimentos teórico-metodológicos possibilitarão atender as necessidades do aluno enfatizando em demasia os aspectos e as experiências cotidianas.

Nesta proposta, para cada texto escolhido verbal e/ou não-verbal, o professor trabalhará levando em conta os itens abaixo sugeridos:

- a) Gênero: explorar o gênero escolhido e suas diferentes aplicabilidades. Cada atividade da sociedade se utiliza de um determinado gênero;
- b) Aspecto Cultural/Interdiscurso: influência de outras culturas percebidas no texto, o contexto, quem escreveu, para quem, com que objetivo e quais outras leituras poderão ser feitas a partir do texto apresentado;
- c) Variedade Linguística: formal ou informal;
- d) Análise Linguística: será realizada de acordo com a série.

Em LEM os conhecimentos linguísticos são fundamentais, pois eles darão suporte para que o aluno interaja com os textos, mas a escolha desses conhecimentos será diferenciada, dependendo do grau de conhecimento dos alunos e será voltada para a interação verbal – que tenha por finalidade o uso efetivo da linguagem e não a memorização de conceitos.

É fundamental auxiliar os alunos a entenderem que ao interagir com / na língua, estão interagindo com pessoas específicas e que é preciso levar em conta que para entender um enunciado em particular deve se ter em mente quem disse o quê, para quem, onde, quando e porquê. Além de apresentar ao aluno textos em diferentes gêneros textuais, sem categorizá-los, com objetivo de proporcionar possibilidades de interagir com a infinita variedade discursiva presente nas diversas práticas sociais.

Assim, as práticas do ensino de LEM estarão subsidiadas pela apropriação dos,

vários gêneros textuais, em atividades diversificadas, analisando a função do gênero estudado, sua composição, a distribuição de informações, o grau de informação presente ali, a intertextualidade, os recursos coesivos, a coerência e, somente depois de tudo isso, a gramática em si (DCE, 2008, p. 61).

Mediante ao exposto, cabe ao professor criar condições para que o aluno não seja um leitor ingênuo, mas que seja crítico, reaja aos textos com os quais se depare e entenda que por trás deles há um sujeito, uma história, uma ideologia e valores particulares e próprios da comunidade em que está inserido. Da mesma forma, o aluno deve ser instigado a buscar respostas e soluções aos seus questionamentos, necessidades e anseios relativos à aprendizagem.

É importante ressaltar que o uso e o manejo de um gênero textual, qualquer que seja ele, deve provocar no aluno a curiosidade e a busca pela expressão, atribuição e (re)construção de sentidos com os textos.

As atividades elaboradas para o ensino de LEM serão desenvolvidas em três etapas:

a) **etapa de pré-leitura**, na qual pretende-se ativar os conhecimentos prévios do aluno, bem como discutir questões referentes à temática, construir hipóteses e antecipar elementos do texto que poderão ser tratados a partir do texto, antes mesmo da leitura.

b) **etapa da leitura**, na qual pretende-se comprovar ou desconsiderar as hipóteses anteriormente apresentadas.

c) **etapa de pós-leitura**, na qual pretende-se explorar a compreensão de leitura e expressão escrita, bem como atividades que explorem a compreensão e expressão oral e a elaboração de atividades variadas, não necessariamente ligadas aos elementos gramaticais.

Recursos Didáticos

A veiculação do conhecimento em Língua Estrangeira Moderna será facilitada pelo uso dos recursos audiovisuais: *datashow*, computador (*internet*). Ressaltando a TV multimídia para filmes e documentários entre outros.

Como elementos de apoio também farão partes dos recursos didáticos: Dicionário, revistas, livros, músicas, poesias, cartazes, etc.

Outro aspecto importante com relação ao ensino de Língua Estrangeira Moderna é que ele será, necessariamente, articulado com as demais disciplinas do currículo para relacionar os vários conhecimentos. Isso significa fazer o aluno perceber que alguns conteúdos de disciplinas distintas podem estar relacionados com a Língua Estrangeira. Por exemplo: as relações interdisciplinares da Literatura com a História e com a Geografia podem colaborar para o esclarecimento e a compreensão de textos literários.

Avaliação

A avaliação do rendimento escolar será ampla e contínua no sentido de revelar o aproveitamento e o grau de desenvolvimento atingido pelo aluno, bem como, de proceder à apuração para fins de aprovação:

a) proporcionar ao aluno a possibilidade de fazer uma síntese das experiências educacionais vivenciadas.

b) possibilitar através de registro de dados, controle e a identificação das dificuldades e deficiências do aluno no processo de aprendizagem.

Na apuração do rendimento escolar levar-se-á em conta as diversas formas de avaliação. A avaliação será constante, tendo um caráter de diagnóstico das dificuldades e de assessoramento na superação das mesmas e deverá abranger.

a) **Avaliação de Aprendizagem Escrita** – com referência aos conteúdos básicos da disciplina de LEM;

b) **Avaliação de Aprendizagem Oral** – conhecimento da forma estandard da língua de estudo, bem como o conhecimento e a valorização das variantes linguísticas (escolhas, estilos, criatividade e variação da língua) a partir dos conteúdos básicos da disciplina de LEM;

c) **Atividades Avaliativas** – trabalhos escritos e/ou orais desenvolvidos individualmente e/ou em grupos como recurso para a fixação dos conteúdos básicos da disciplina de LEM;

d) **Atividades Extraclasse** – trabalhos de pesquisa, exercícios de caráter prático, materiais de apoio e projetos interculturais resultantes dos conteúdos básicos da disciplina de LEM, objetivando a complementação dos estudos da língua-alvo e de acordo com o Plano de Trabalho Docente.

Ao final das avaliações de aprendizagem (escrita e oral), bem como das atividades avaliativas e das atividades extraclasse de cada bimestre será atribuída uma média bimestral e posteriormente, uma média anual a cada aluno.

Conforme a Instrução Normativa nº 019/2008 de 31 de outubro de 2008.

6.11 A avaliação da aprendizagem terá os registros de notas expressos em uma escala de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,00 (dez vírgula zero). (...) 6.16 Os alunos do CELEM que apresentarem frequência mínima de 75% do total de horas letivas e a média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) serão considerados aprovados ao final do ano letivo (SUED/SEED, 2008, p. 5)

Salienta-se que ao estabelecer critérios para a avaliação,

a seleção de conteúdos, os encaminhamentos metodológicos e a clareza dos critérios de avaliação elucidam a intencionalidade do ensino, enquanto a diversidade de instrumentos e técnicas de avaliação possibilita aos estudantes variadas oportunidades e maneiras de expressar seu conhecimento (DCE, 2008, p. 33).

Por fim, de acordo com as DCE (2008, p. 32), “os instrumentos de avaliação devem ser pensados e definidos de acordo com as possibilidades teórico-metodológicas que oferecerem para avaliar os critérios estabelecidos”.

Referências

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. In: _____. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1952. p. 279-326.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica**. Língua Estrangeira Moderna. Curitiba, 2008. 88 p. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/arquivos/File/diretrizes_2009/lem.pdf >. Acesso em: 15 mar. 2009.

L.E.M. - INGLÊS

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA DE L.E.M. - INGLÊS

O ensino de Língua Inglesa no Brasil, iniciou com o decreto de 22 de junho de 1809, assinado por D. João VI criando as cadeiras de Inglês e Francês. Em 1837, ocorreu a fundação do colégio Pedro II, e em seu currículo contava com 5 anos de Inglês, esse modelo foi seguido valorizando o Inglês como uma língua viva que permitia o acesso a importantes obras literárias, fazendo deste uma das línguas estrangeiras mais importante nas escolas brasileiras.

A língua estrangeira é a interação entre o desenvolvimento e a aprendizagem, onde todos têm acesso a novas informações, possibilitando ver e entender o mundo e de construir novos significados, pois a medida em que nos aproximamos de uma outra língua e de outra cultura, seremos capazes de elaborar nossa própria identidade.

Portanto, língua e cultura são indissociável, dando oportunidades para que, cada cidadão possa ler, escrever, falar e compreender a língua que esteja aprendendo.

Segundo Bakhtin, as aulas de LEM constituem um espaço para que o aluno, reconheça e compreenda a diversidade linguística e cultural, de modo que, se envolva discursivamente e perceba possibilidades de construção e significados em relação ao mundo em que vive; significados estes que devem ser sociais e historicamente construídos, transformados em prática social.

Conscientizar o aluno de que, o aprendizado de uma ou mais línguas lhe possibilitam o acesso a bens culturais e que para viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar e valorizar a diversidade étnica e cultural que a constitui.

É preciso levar em conta o fato de que , atualmente o mercado de trabalho pede profissionais com boa formação cultural, ambição, ousadia, disciplina, capacitados e principalmente pessoas que saibam se relacionar e que falem outro idioma. Mas é preciso entender também que todos os componentes devem estar perfeitamente em conjunto no ato comunicativo. Tendo um bom domínio da competência gramatical, sociolinguística, discursiva e estratégica.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE E BÁSICOS

O discurso como prática social é a base da aprendizagem em LEM, e deve ser trabalhado de maneira com que dialogue e relacione continuamente com os demais conteúdos, jamais sendo trabalhado isoladamente, devendo este ser

compreendido como algo significativo e que interaja aos demais conteúdos, seja em que prática for: conhecimentos linguísticos, discursivos, culturais e sócios pragmáticos, através de textos orais, escritos e visuais que estimulem a entrar no universo da língua inglês.

Para o trabalho das práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística, serão adotados como conteúdos básicos, os gêneros discursivos, conforme suas esferas sociais de circulação.

Caberá ao professor fazer a seleção de gêneros, nas diferentes esferas, de acordo com o Projeto Político Pedagógico, com a Proposta Pedagógica Curricular, com o Plano de Trabalho Docente, ou seja, em conformidade com as características da Escola e com o nível de complexidade adequado a cada uma das séries.

LEITURA

Tema do texto;

Interlocutor;

Finalidade do texto;

Aceitabilidade do texto;

Informatividade;

Situacionalidade;

Intertextualidade;

Temporalidade;

Referência textual;

Partículas conectivas do texto;

Discurso direto e indireto;

Elementos composicionais do gênero;

Emprego do sentido conotativo e denotativo no texto;

Palavras e/ou expressões que detonam ironia e conotativo e denotativo, bem como clareza;

Polissemia;

Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação,

recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), diferentes gêneros;

figuras de linguagem;

Léxico.

ESCRITA

Tema do texto;

Interlocutor;

Finalidade do texto;

Aceitabilidade do texto;

Informatividade;

Situacionalidade;

Intertextualidade;

Temporalidade;

Referência textual;

Partículas conectivas do texto;

Discurso direto e indireto;

Elementos composicionais do gênero;

Emprego do sentido conotativo e denotativo no texto;

Palavras e/ou expressões que detonam ironia e humor no texto;

Polissemia.

Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem;

Acentuação gráfica;

Ortografia;

Concordância verbal/nominal.

ORALIDADE

Conteúdo temático;

Finalidade;

Aceitabilidade do texto;

Informatividade;

Papel do locutor e interlocutor;

Elementos extralinguísticos: entonação, expressões faciais, corporal e gestual, pausas;

Adequação do discurso ao gênero;

Turnos de fala;

Variações linguísticas;

Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, semântica;

Adequação da fala ao contexto (uso de cognitivos, gírias, repetições, etc);

Diferenças e semelhanças entre o discurso oral ou escrito.

Para contemplar as lei 11645/08 (História e Cultura Afro Brasileira, Africana e Indígena) será trabalhado atividades de modo a resgatar tal cultura, levando para sala de aula, letras de músicas de cantores afro descendentes como Bob Marley , entre outros ; conhecer também a biografia e o trabalho de personalidades e líderes pacifistas marcantes da nossa história como Nelson Mandela, Martin Luther King , incluindo seu discurso famoso “I have a dream” e abordando no aspecto lingüístico, tipo de grafia, etc...

Sempre que oportuno também serão trabalhadas a História do Paraná, Lei nº 13.381/01; os conteúdos de Música conforme Lei nº 11.769/08; a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795/99; sob Decreto nº 4.201/02; a Educação Fiscal na forma de Lei Tributária, Decreto nº 1.143/99; a Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, Sexualidade Humana, Enfrentamento a Violência Contra a Criança e o Adolescente, Lei Federal nº 11.525/07.

Trabalhando estes conteúdos de forma contextualizada os alunos terão experiências, adquirindo conhecimentos para toda a vida, sendo muito importante principalmente nas relações interpessoais e mais ainda para uma vida sociocultural ativa.

GÊNEROS TEXTUAIS

EXEMPLOS DE GÊNEROS

Adivinhas	Piadas
Diário	Cartão
Álbum de Família	Provérbios
Exposição Oral	Cartão Postal
Anedotas	Quadrinhas
Fotos	Causos
Bilhetes	Receitas
Músicas	Comunicado
Cantigas de Roda	Relatos de Experiências Vividas
Parlendas	Convites
Carta Pessoal	Trava-Línguas

Curriculum Vitae	Tankas
Pesquisa	Memórias
Autobiografia	Textos Dramáticos
Letras de Músicas	Artigos
Biografias	Relato Histórico
Narrativas de Aventura	Conferência
Contos	Relatório
Narrativas de Enigma	Debate
Contos de Fadas	Resumo
Narrativas de Ficção Científica	Palestra
Contos de Fadas Contemporâneos	Verbetes
Narrativas de Humor	Ata
Crônicas de Ficção	Relato Histórico
Narrativas de Terror	Cartazes
Escultura	Relatório
Narrativas Fantásticas	Debate Regrado
Fábulas	Relatos de Experiências
Narrativas Míticas	Diálogo/Discussão Argumentativa
Fábulas Contemporâneas	Científicas
Paródias	Exposição Oral
Haicai	Resenha
Pinturas	Júri Simulado
Histórias em Quadrinhos	Resumo
Poemas	Mapas
Lendas	Seminário
Romances	Palestra
Literatura de Cordel	Texto Argumentativo

Pesquisas	Anúncio
Texto de Opinião	Músicas
Entrevista (oral e escrita)	Caricatura
Verbetes de Enciclopédias	Paródia
Agenda	Cartazes
Cultural	Placas
Fotos	Comercial para TV
Anúncio de Emprego	Publicidade Comercial
Horóscopo	E-mail
Artigo de Opinião	Publicidade Institucional
Infográfico	Folder
Caricatura	Publicidade Oficial
Manchete	Fotos
Carta ao Leitor	Texto Político
Mapas	Slogan
Carta do Leitor	Home Page
Mesa Redonda	Abaixo-Assinado
Cartum	Debate Regrado
Notícia	Assembleia
Charge	Discurso Político “de Palanque”
Reportagens	Carta de Emprego
Classificados	Fórum
Resenha Crítica	Carta de Reclamação
Crônica Jornalística	Manifesto
Sinopses de Filmes	Carta de Solicitação
Editorial	Mesa Redonda
Tiras	Debate

Panfleto	Resenha
Boletim de Ocorrência	Seminário
Estatutos	Resumo
Constituição Brasileira	Texto de opinião
Leis	Texto Argumentativo
Contrato	Blog
Ofício	Torpedos
Declaração de Direitos	Entrevista
Procuração	Verbetes de Enciclopédias
Depoimentos	Blog
Regimentos	Reality Show
Discurso de Acusação	Chat
Regulamentos	Talk Show
Discurso de Defesa	Desenho Animado
Requerimentos	Telejornal
Bulas	E-mail
Relato Histórico	Telenovelas
Manual Técnico	Filmes
Relatório	Vídeo Clip
Placas	Fotoblog
Relatos de Experiências	Vídeo Conferência
Científicas	

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Um dos objetivos da disciplina de LEM é que os envolvidos no processo pedagógico façam uso da língua que estão aprendendo em situações significativas, relevantes, isto é , que não se limitem ao exercício de uma mera prática de formas linguísticas descontextualizadas.

Ao estudar uma língua estrangeira, o aluno aprende também como atribuir significados para entender melhor a realidade .

Experiências de trabalhos desenvolvidos com material lúdico (dinâmicas, jogos, brincadeiras), são mais aceitas e surtem um bom resultado facilitando dessa forma o aprendizado dos alunos com necessidades especiais. Com o lúdico associado à pedagogia , o desenvolvimento e a assimilação dos conteúdos acontece de maneira mais eficaz, proporcionando assim o interesse coletivo em toda e qualquer atividade desenvolvida.

Desta forma , os alunos terão experiências e levarão os seus conhecimentos adquiridos por toda a vida, sendo muito importante principalmente , nas relações interpessoais e mais ainda ,para uma vida sociocultural ativa.

A pesquisa é primordial e deverão ser usados recursos como: TV multimídia ,Internet, livro didático,CD, DVD, cartazes, etc; tais materiais poderão ser incorporados, visando expandir o interesse do aluno, bem como contemplar a diversidade regional, envolvendo a possibilidade de trabalhar em conjunto com outras disciplinas.

A gramática deve ser trabalhada de maneira contextualizada e ligada a realidade e ao cotidiano do aluno, respeitando seu meio social e cultural, levando-o a comunicar-se de maneira adequada em diferentes situações da vida cotidiana, cabe ao professor usar-se da transposição didática e da contextualização aproveitando a bagagem que o aluno traz consigo.

AValiação – Fundamentação Teórica

A avaliação da aprendizagem da Língua Estrangeira está intrinsecamente atrelada à concepção da língua e aos objetivos para o ensino dessa disciplina defendida nas Diretrizes Curriculares. Assim, o caráter educacional da avaliação sobrepõe ao seu caráter eventualmente punitivo e de controle, constituindo num instrumento facilitador na busca de orientações e intervenções pedagógicas, vão se atendo apenas no conteúdo desenvolvido, nas aquelas vivenciadas ao longo do processo, de forma que os objetivos específicos explicitados nas diretrizes sejam alcançados. Portanto, a avaliação da aprendizagem precisa superar a concepção de mero instrumento de medição de apreensão de conteúdos, visto que ela se configura como processual e, como tal, objetiva subsidiar discussões, a cerca das dificuldades e avanços dos alunos sujeitos, a partir de suas produções no processo de ensino e aprendizagem.

O aluno envolvido no processo de avaliação também é construtor do conhecimento, precisa superar a concepção de mero instrumento de medição de apreensão de conteúdos, vista que ela se configura como processual e, como tal, objetiva subsidiar discussões, a cerca das dificuldades e avanços dos alunos sujeitos, a partir de suas produções no processo de ensino e aprendizagem.

No entanto, faz-se necessário que os alunos tenham seu esforço reconhecido por meio de ações como: o fornecimento de um retorno sobre seu desempenho, do erro como parte integrante da aprendizagem. Assim, tanto o professor quanto os alunos, poderão acompanhar o percurso desenvolvido até então e identificar bem como planejar e propor outros encaminhamentos que vise a superação das dificuldades constatadas. Contudo, é importante considerar na prática pedagógica, avaliações de naturezas diversas: diagnósticas e formativas, desde que essas se articulem com os objetivos específicos e conteúdos definidos, concepções e encaminhamentos metodológicos, respeitando as diferenças individuais e metodológicas.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

Pesquisas;
Produção de textos;
Exercícios de fixação gramatical;
Prova escrita.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Participação e interação nas atividades propostas em sala;
Participação nas discussões dos textos;
Verificação do conhecimento sistêmico.

REFERÊNCIAS

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação / Diretrizes Curriculares de LEM para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio/Curitiba: SEED, 2009

Bakhtin, M. M Speech Genres and Other Late Essays. Austin, TX: University of Texas Press, 1986.

Vygotsky, L.S. A formação social da mente. SP: Martins Fontes 1994.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

DAS DISCIPLINAS DO

CURSO DE FORMAÇÃO DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL,

EM NÍVEL MÉDIO,

NA MODALIDADE NORMAL.

Colégio Estadual Carolina Lupion – Ensino Médio

Carlópolis – Paraná
2012

EMENTAS DAS DISCIPLINAS DA BASE NACIONAL COMUM**LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA**

EMENTA: Concepções teóricas e práticas da Língua Portuguesa. O discurso e as práticas de oralidade, a leitura e a escrita como princípios norteadores do Ensino de Língua Materna. Concepções teóricas e práticas da Literatura.

Indicações Bibliográficas

AGUIAR, V. T. de. A literatura infantil no compasso da sociedade brasileira. In: ANDRADE, M.L. C.V.O; AQUINO, Z. G. O; FÁVARO, L. L. **Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna.** São Paulo: Cortez, 1999.

ANDRADE, M. de. **Aspectos da literatura brasileira.** 5. ed. São Paulo: Martins, 1974.

ARROYO, L. **Literatura infantil brasileira.** São Paulo: Melhoramentos, 1968.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 1986.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAMBERGER, R. **Como incentivar o hábito da leitura.** São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1977.

BRAGGIO, S. L. B. **Leitura e alfabetização: da concepção mecanicista à sociopsicolingüística.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

BENJAMIN, W. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação.** São Paulo: Ed. 34, 2002.

BRITTO, L. P. L. **A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical.** Campinas: Mercado das Letras, 1997.

BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira.** 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1980.

BUESCU, M. L. C. **História da literatura.** 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização sem o bá-bé-bi-bó-bú.** São Paulo: Scipione, 1999.

FARACO, C. A. **Linguagem e diálogo: as idéias do círculo de Bakhtin.** São Paulo: Criar Edições, 2003.

GERALDI, J. W. (org.). **O texto na sala de aula.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

GERALDI, J. **Portos de passagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GUIMARÃES, E. **A articulação do texto.** 7. ed. São Paulo: Ática, 1999.

IRANDÉ, A. **Aula de português: encontro e interação.** São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

KAYSER, W. **Análise e interpretação da obra literária.** 6. ed. In: COIMBRA, A. A.;

LAPA, M. R. **Estilística da língua portuguesa.** São Paulo: Martins Fontes, 1982.

KLEIMAN, A; MORAES, S. E. **Leitura e interdisciplinaridade: tecendo redes nos projetos da escola.** Campinas: Mercado de Letras, 1999.

KRAMER, S. **Alfabetização: leitura e escrita.** São Paulo: Ática, 2004.

LAJOLO, M. **O que é literatura.** São Paulo: Brasiliense, 1982. PERINI, M. A. **A língua do Brasil amanhã e outros mistérios.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

PERRONE-MOISÉS, L. **Altas literaturas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

POSSENTI, S. **Por que não ensinar gramática.** 4. ed. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

ZILBERMMAN, R. **A literatura infantil na escola.** 11. ed. São Paulo: Global, 2003.

LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA

EMENTA: Textos em diferentes gêneros textuais. Conhecimentos lingüísticos, discursivos, sócio–pragmáticos e culturais. Práticas de oralidade, de leitura e de escrita trabalhadas simultaneamente. Articulação com as demais disciplinas do currículo relacionando os vários conhecimentos.

Indicações Bibliográficas

CELANI, M. A. A. **Ensino de segunda língua:** redescobrimo as origens. São Paulo: EDUC, 1997.

CORACINI, M. J. R. F. (org.) **O jogo discursivo na aula de leitura:** língua materna e língua estrangeira. Campinas: Pontes, 1995.

CORACINI, M. J. R. F. **O caráter persuasivo da aula de leitura.** Trabalhos em lingüística aplicada. Campinas: Pontes, 1994.

MOITA L. L. P. da. **Oficina de lingüística aplicada.** Campinas: Mercado de Letras, 1996.

SCARAMUCCI, M. V. R. **O papel do léxico na compreensão em leitura em língua estrangeira:** o foco no produto e no processo. Campinas: UNICAMP, 1995. Tese (Doutorado).

VALE. D. R. do. **Relações anafóricas em perguntas de compreensão em leitura em língua estrangeira.** Uberlândia, 1998. Dissertação (Mestrado).

ARTE

Teatro e Dança

EMENTA: Conhecimento teórico-prático dos fundamentos do teatro, dança, música e artes visuais como elementos essenciais para a formação dos sentidos humanos e familiarização dos bens culturais produzidos na história da humanidade. O conhecimento em arte constitui-se pelos seus elementos formais e de composição, relacionados aos movimentos e períodos e a compreensão do tempo e espaço nas obras de arte e no cotidiano.

Indicações Bibliográficas - Teatro

BERTHOLD, M. **História mundial do teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

BIASOLI, C. L. A. **A formação do professor de arte: do ensaio à encenação**. Campinas: Papirus, 1999.

BOAL, A. **200 exercícios e jogos para o ator e o não-ator com vontade de dizer algo através do teatro**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

BRANDÃO, J. **Teatro grego: origem e evolução**. São Paulo: Ars Poética, 1992.

CAMARGO, R. G. **A sonoplastia no teatro**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Artes Cênicas, 1986.

CARVALHO, Ê. J. C. **História e formação do ator**. São Paulo: Ática, 1989.

CARVALHO, Ê. J. C. **O que é ator**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

COURTNEY, R. **Jogo, teatro & pensamento**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1980.

GASSNER, J. **Mestres do teatro**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva/USP, 1974. v. 1.

GUINSBURG, J. et al. **Semiologia do teatro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1988.

JAPIASSU, R. **Metodologia do ensino de teatro**. São Paulo: Papirus, 2001.

KOUDELA, I. D. **Jogos teatrais**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

MACHADO, N. J. **Ensaio Transversais: cidadania e educação**. São Paulo: Escrituras, 1997.

MAGALDI, S. **Iniciação ao teatro**. São Paulo: Buriti, 1965.

REVERBEL, O. **Um caminho do teatro na escola**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

ROSENFELD, A. **O teatro épico**. São Paulo: Buriti, 1965.

ROUBINE, J. J. **A linguagem da encenação teatral: 1880-1980.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SPOLIN, V. **Improvisação para o teatro.** 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

Indicações Bibliográficas - Dança

BOUCIER, P. **História da dança no ocidente.** São Paulo. Blume, 1981.

BRIKMAN, L. **Linguagem do movimento corporal.** São Paulo, Summus, 1989.

FUX, M. **Dança, experiência de vida.** São Paulo, Summus, 1983.

GARAUDY, R. **Dançar a vida.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

GELB, M. **O aprendizado do corpo.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

HASELBACH, B. **Dança, improvisação e movimento:** expressão corporal na educação física. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1989.

LABAN, R. V. **Domínio do movimento.** São Paulo: Summus, 1978.

MENDES, M. G. **A dança.** São Paulo: Ática, 1985.

OSSONA, P. A. **A educação pela dança.** São Paulo: Summus, 1988.

Música/Artes Visuais

EMENTA: Conhecimento teórico prático dos elementos básicos da linguagem musical e a utilização da música como instrumento para a educação infantil e anos iniciais. Conhecimento teórico-prático dos fundamentos das artes visuais. Enfoque da arte como área do conhecimento nas suas dimensões de criação, apreciação e comunicação como instrumento para a educação infantil e anos iniciais.

Indicações Bibliográficas - Música

ALFAYA, M.; PAREJO, E. **Musicalizar:** uma proposta para vivência dos elementos musicais. São Paulo: Musimed, 1987.

ALMEIDA, T. M. M. **Quem canta seus males espanta.** São Paulo: Caramelo, 1998.

BARBOSA, A . M. B. (org) **Inquietações e mudanças no ensino da arte.** São Paulo: Cortez, 2002.

BOAL, A. **Jogos para atores e não atores.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,

FUKS, R. **O discurso do silêncio.** Rio de Janeiro: Enelivros, 1991.

GAINZA, V. H. **La iniciación musical de los niños**. Buenos Aires: Ricordi Americana, 1964.

GAINZA, V. H. **Fundamentos, materiales y técnicas de la educación musical**. Buenos Aires: Ricordi Americana, 1977.

GOMBRICH, E. **A história da arte**. Guanabara: LTC, s.d.

HOWARD, W. **A música e a criança**. São Paulo: Summus, 1984.

JEANDOT, N. **Explorando o universo da música**. São Paulo: Scipione, 1990.

KATER, C.; LOBÃO, P. **Musicalização através da canção popular brasileira: propostas de atividades criativas para o uso na escola**. São Paulo: Atravez/Associação Artístico-Cultural, 2001.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

MARTINS, R. **Educação musical: conceitos e preconceitos**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1985.

MARSICO, L. O. **A criança e a música**. Rio de Janeiro: Globo, 1982.

MOURA, I. M. C. **Musicalizando crianças: teoria e prática da educação musical**. São Paulo: Ática, 1989.

OSTROWER, F. **Universos da arte**. Rio de Janeiro: Campus, 1983.

OSTROWER, F. **Criatividade e processos de criação**. Petrópolis: Vozes, 1987.

PENNA, M. **Reavaliações e buscas em musicalização**. São Paulo: Loyola, 1990.

SCHAFER, M. **O ouvido pensante**. São Paulo: UNESP, 1991.

TATIT, L. **O século da canção**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

WISNICK, J. M. **O som e os sentidos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Indicações Bibliográficas - Artes Visuais

BARBOSA, A. M. **A imagem no ensino da arte: anos oitenta e novos tempos**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

BARBOSA, A. M. (org.) **Arte-educação: leitura no subsolo**. São Paulo: Cortez, 1997.

BARBOSA, A. M. (org.) **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2002.

BUORO, A. B. **Olhos que pintam: a leitura da imagem e o ensino da arte**. São Paulo: Educ/Fapesp/Cortez, 2002.

COELHO, T. **Dicionário crítico de política cultural:** cultura e imaginário. 2.ed. São Paulo: Iluminuras, 1999.

FERRAZ, M.; FUSARI, M. R. H. **Arte na educação escolar.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MARTINS, M. C. et. al. **Didática do ensino da arte:** a língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer arte. São Paulo: FTD, 1998.

OSTROWER, F. **A sensibilidade do intelecto.** Rio de Janeiro: Campus, 1998.

OSTROWER, F. **Criatividade e processos de criação.** Petrópolis: Vozes, 1999.

PILLAR, A. D. (org.) **A educação do olhar no ensino das artes.** Porto Alegre: Mediação, 1999.

GEOGRAFIA

EMENTA: Histórico da Geografia como ciência. Objeto de estudo e de ensino da Geografia: o espaço geográfico. Conceitos básicos da Geografia: paisagem, região, lugar, território, natureza e sociedade. A interpretação do objeto de estudo e dos conceitos básicos nas diferentes linhas de pensamento geográfico. Análise espacial: histórica, social, econômica e cultural nas diferentes escalas geográficas, tais como local, regional, nacional e global. Categorias de análise do espaço geográfico: relações espaço-temporais e relações sociedade-natureza.

Indicações Bibliográficas

- ADAS, M. **Panorama geográfico do Brasil**. São Paulo: Moderna, 2000.
- ALMEIDA, R; PASSINI, E. **O espaço geográfico, ensino e representação**. São Paulo: Contexto, 1991.
- ALMEIDA, R. D. de. **Do desenho ao mapa**. São Paulo: Contexto, 2003.
- ARCHELA, R. S.; GOMES, M. F. V. B. **Geografia para o ensino médio: manual de aulas práticas**. Londrina: UEL, 1999.
- ANDRADE, M. C. de. **Uma geografia para o século XXI**. Campinas: Papirus, 1994.
- ANDRADE, M. C. de. **Geografia, ciência da sociedade**. São Paulo: Atlas, 1987.
- ANDRADE, L. et al. **Oficinas ecológicas**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CARLOS, A. A . F. A. (org.) **A geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999.
- CARLOS, A . A . F. A . (org.) **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CARVALHO, M. I. **Fim de século: a escola e a geografia**. Ijuí: Unijuí, 1998.
- CASTRO, I. et al (org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção do conhecimento**. Campinas: Papirus, 1998.
- CASTROGIOVANNI, A . C. (org.) **Geografia em sala de aula, práticas e reflexões**. Porto Alegre: Ed. UFRS, 1999.
- CASTROGIOVANNI A. C. **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2002.
- CHRISTOFOLETTI, A. (org.). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

- CASCINO, F. A. **Da educação ambiental à ecopedagogia**. São Paulo: Edusp, 1996.
- CASCINO, F. A. **Educação ambiental**. São Paulo: Senac, 1999. CORRÊA, R. L.;
- ROSENDAHL, Z. **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CORNELL, J. **Brincar e aprender com a natureza**. São Paulo: Melhoramentos, 1996.
- CORNELL, J. A. **Alegria de aprender com a natureza**. São Paulo: Melhoramentos, 1995.
- CUNHA, M. I. da. **O bom professor e sua prática**. Campinas: Papyrus, 1995.
- DIAS, F. **Atividades interdisciplinares de educação ambiental**. São Paulo: Global, 1994.
- EDWARDS, V. **Os sujeitos no universo da escola**. São Paulo: Ática, 1997.
- FORQUIN, J. C. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre : Artes Médicas, 1993.
- FOUREZ, G. **A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências**. São Paulo: Unesp, 1995.
- FRIGOTTO, G. **Trabalho educação e tecnologia: treinamento polivalente ou formação politécnica?** Educação e Realidade, Porto Alegre, n. 14, p. 17-28, jan./jun. 1989.
- FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- GADOTTI, M. **Pedagogia da terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GIANSANTI, R. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. São Paulo, Atual, 1999.
- GIANSANTI, R.; OLIVA, J. **Temas da geografia do Brasil**. São Paulo: Atual, 1999.
- GUIMARÃES, R. et al. **Geografia pesquisa e ação**. São Paulo: Moderna, 2000.
- GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1999.
- GOMES, P. C. da C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- GOODSON, Y. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. Niterói : EDUFF; São Paulo: Contexto, 2002.
- HUTCHISON, D. **Educação ecológica**. Porto Alegre, Artmed, 2000. KOZEL, S.;

FILIZOLA, R. **Didática da geografia: memórias da terra o espaço vivido**. São Paulo: FTD, 1996.

LACOSTE, Y. A. **Geografia: isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 1988.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MORAES, A. C. R. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas**. São Paulo: Hucitec, 1991.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

MOREIRA, R. **O círculo e a espiral (a crise paradigmática do mundo moderno)**. Rio de Janeiro: Coautor, 1993.

NIDELCOFF, M. T. **A escola e a compreensão da realidade: ensaios sobre a metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

OLIVEIRA, A. U. **Para onde vai o ensino da geografia?** São Paulo: Contexto, 1989.

OLIVEIRA, A. U. (org) **Reformas no mundo da educação: parâmetros curriculares e geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

PASSINI, E. Y. **Alfabetização cartográfica e o livro didático**. Belo Horizonte: Lê, 1994.

PEREIRA, R. M. A. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna**. Florianópolis: UFSC, 1993.

QUAINI, M. **A construção da geografia humana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

RAMONET, I. **Geopolítica do caos**. Petrópolis: Vozes, 1998.

RUA, J.; WASZKIAVICUS, F.A; TANNURI, M. R. P.; PÓVOA NETO, H. **Para ensinar geografia: contribuição para o trabalho com 1o e 2o graus**. Rio de Janeiro: Access, 1993.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo: o meio técnico-científico informacional**. São Paulo, Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.

SANTOS, M. **O espaço interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1986.

SILVA, A . C. da. **De quem é o pedaço?** Espaço e cultura. São Paulo: Hucitec, 1986.

SILVA, A. C . da. **O espaço fora do lugar**. São Paulo: Hucitec, 1988.

VESENTINI, J. W. **Para uma geografia crítica na escola**. São Paulo: Ática, 1992.

MATEMÁTICA

EMENTA: Conjuntos dos números reais. Noções sobre números complexos. Polinômios. Noções básicas de geometria não-Euclidiana. Análise combinatória. Binômio de Newton. Estatística e matemática financeira. Funções. Progressões. Matrizes. Determinantes. Sistemas lineares. Geometria plana. Trigonometria. Geometria espacial e de posição. Probabilidade.

Indicações Bibliográficas

BOYER, C. B. **História da matemática.** São Paulo: Edgard Blücher/Edusp, 1974.

CARAÇA, B. J. **Conceitos fundamentais da matemática.** Lisboa: Livraria Escolar Editora, 1970.

CENTURIÓN, M. **Conteúdo e metodologia da matemática: números e operações.** São Paulo: Scipione, 1994.

DAVIS, P. J. **A experiência matemática.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985.

IEZZI, G. et al. **Coleção fundamentos de matemática elementar.** São Paulo: Atual, 1998.

MACHADO, N. J. et al. **Coleção vivendo a matemática.** São Paulo: Scipione, 1999.

STRUIK, D. J. **História concisa das matemáticas.** Lisboa: Gradiva, 1989.

FÍSICA

EMENTA: Movimentos: tempo, espaço, massa, leis de conservação (momentum e energia) e movimento oscilatório. Termodinâmica: leis da termodinâmica, entropia e calor. Eletromagnetismo: conceito de carga elétrica, conceito de campo elétrico e magnético, leis de Maxwell, onda eletromagnéticas e Óptica.

Indicações Bibliográficas

ALONSO, M.; FINN, E. J. **Física:** um curso universitário. São Paulo: Edgard Blucher, 1972.

CHAVES, A. **Física.** Rio de Janeiro: Reichmann e Affonso Editores, 2000. v. 4.

DÉGURSE, A. et al. **Physique:** classe de premiéres. Paris: Hatier, 1988.

GONÇALVES FILHO, A.; TOSCANO, C. **Física para o ensino médio.** São Paulo: Scipione, 2002.

MÁXIMO, A; ALVARENGA, B. **Física.** São Paulo: Scipione, 1997.

ROCHA, J. F. (org.). **Origens e evolução das ideias da física.** Salvador:

EDUFBA, 2002. TIPLER, P. **Física para cientistas e engenheiros.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1995. v. 4.

QUÍMICA

EMENTA: MATÉRIA E SUA NATUREZA: estrutura da matéria. Substância. Misturas. Métodos de separação. Fenômenos físicos e químicos. Estrutura atômica. Distribuição eletrônica. Tabela periódica. Ligações químicas. Funções químicas. Radioatividade.

BIOGEOQUÍMICA: soluções: Termoquímica. Cinética química. Equilíbrio químico.

QUÍMICA SINTÉTICA: química do carbono. Funções oxigenadas. Polímeros. Funções nitrogenadas. Isomeria.

Indicações Bibliográficas

ATKINS, P. W.; JONES, L. I. **Princípios de química**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BAIRD, C. **Química ambiental**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

BRANCO, S. M. **Energia e meio ambiente**. São Paulo : Moderna, 1990.

CHAGAS, A. P. **Como se faz química**. Campinas: Unicamp, 2001.

CHASSOT, A. **A ciência através dos tempos**. São Paulo: Moderna, 1994.

CHASSOT, A. **Alfabetização científica**. Questões e desafios para a educação. Ijuí: Unijuí, 2000.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. .A.; PERNAMBUCO, M. M. **Ensino de ciências: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2003.

DIAS, G. F. **Iniciação à temática ambiental**. São Paulo : Global, 2002.

GOLDFARB, A. M. A. **Da alquimia à química**. São Paulo: Landy, 2001

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LEE, J. D. **Química inorgânica não tão concisa**. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.

MACHADO, A. H. **Aula de química: discurso e conhecimento**. Ijuí: Unijuí, 1999.

MALDANER, O. A. **A formação inicial e continuada de professores de química: professor /pesquisador**. Ijuí: Unijuí, 2000.

MATEUS, A. J. **Química na cabeça**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

MÓL, G. S.; SANTOS, W.L.P. (org). **Química na sociedade: projeto de ensino de química em um contexto social**. Brasília: Editora UNB, 1998. v. 1 e 2.

MORTIMER, E. F. **Química para o ensino médio**. São Paulo: Scipione, 2002.

MORTIMER, E. F. **Linguagem e formação de conceitos no ensino das ciências.** Belo Horizonte: UFMG, 2000.

NETO, B. B.; SCARMINIO, I. S.; BRUNS, R. E. **Como fazer experimentos.** Pesquisa e desenvolvimento na ciência e na indústria. 2. ed. São Paulo: UNICAMP, 2003.

ROMANELLI, L. I.; JUSTI, R. S. **Aprendendo química.** Ijuí: Unijuí, 1997.

RUSSEL, J. B. **Química geral.** São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 1981.

ANTOS, W. L. P.; SCHNETZLER, R. P. **Educação em química: compromisso com a cidadania.** Ijuí: Unijuí, 2000.

STENGERS, I. **Invenção das ciências modernas.** São Paulo: 34, 2002.

VANIN, J. A. **Alquimistas e químicos: o passado, o presente e o futuro.** São Paulo: Moderna, 1994.

BIOLOGIA

EMENTA: A Ciência no decorrer da história da humanidade. Organização dos seres vivos, classificação e distribuição dos seres vivos. Mecanismos biológicos, funcionamento dos sistemas biológicos. Biodiversidade, relações ecológicas, variabilidade genética, origem e evolução dos seres vivos. Implicações dos avanços biológicos no fenômeno vida. Pesquisa científica, avanços científicos e tecnológicos, ciência e transformações sociais, bioética. Educação ambiental e desenvolvimento humano, social, político e econômico. Saúde pública e escolar. Orientação sexual, embriologia, formação humana, medidas preventivas.

Indicações Bibliográficas

BIZZO, N. **Ciência:** fácil ou difícil? São Paulo: Ática, 2002.

DIAS, G. F. **Educação ambiental:** princípios e práticas. 8. ed. São Paulo: Gaia, 2003.

DIAS, G. F. **Iniciação à temática ambiental.** 2. ed. São Paulo: Gaia, 2002.

KRASILCHIK, M. **O professor e o currículo das ciências.** São Paulo: USP, 1987.

SANTOS, M. A . **Biologia educacional.** 17. ed. São Paulo: Ática, 2002.

SCLIAR, M. et al. **Saúde pública:** histórias, políticas e revoltas. São Paulo: Scipione. 2002.

SUPLICY, M. **Sexo para adolescentes:** amor, puberdade, masturbação, homossexualidade, anticoncepção, DST/AIDS, drogas. São Paulo: FTD, 1998.

TELAROLLI JR, R. **Epidemias no Brasil:** uma abordagem biológica e social. São Paulo: Moderna, 1995

HISTÓRIA

EMENTA: Ações e relações humanas como objeto de estudo da história. Categorias de análise: espaço e tempo como contextualizadoras do objeto de estudo. A construção histórica das comunidades e sociedades e seus processos de trabalho no espaço e no tempo. A configuração das relações de poder nos espaços sociais no tempo. As experiências culturais dos sujeitos ao longo do tempo e as permanências e mudanças nas diversas tradições e costumes sociais. A história e cultura afro-brasileira e história do Paraná. Análise de fontes e historicidade.

Indicações Bibliográficas

DAVIS, N. Z. **Nas margens**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DAVIS, N. Z. **Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

DUBY, G. **O Domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

DUBY, G. **Guerreiros e camponeses**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

DUBY, G. **Guilherme, o Marechal**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FERRO, M. **Cinema e história**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GASPARI, E. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, E. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOSBAWN, E. J. **A era das revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

HOSBAWN, E. J. **A era do capital**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

HOSBAWN, E. J. **A era dos impérios**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

HOSBAWN, E. J. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOLLANDA, S. B. de. **As raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOLLANDA, S. B. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOLLANDA, S. B. **Visões do paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LE GOFF, J. **Tempo e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LE GOFF, J. **Para um novo conceito de idade média**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

LE GOFF, J. **São Luís: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Castello a Tancredo (1964-1985)**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária**. São Paulo: Paz e Terra, 1988. v.3.

THOMPSON, E. P. **As culturas do povo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

EDUCAÇÃO FÍSICA

EMENTA: Aspectos históricos da disciplina de Educação Física. Elementos lúdicos da Cultura Corporal (jogos, dança, luta, esporte, ginástica) levando em consideração a “práxis” pedagógica. Reflexões críticas da educação psicomotora.

Indicações Bibliográficas

ARNAIZ, S. P.; COLS. A. **Psicomotricidade na escola:** uma prática preventiva e educativa .Porto Alegre: Artmed, 2003.

BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Cadernos Cedex**, v.19, n. 48, ago. 1999.

BRUHNS, H. T. O jogo nas diferentes perspectivas teóricas. **Revista Motrivivência**, Ijuí: Unijuí, v. 8. n. 9, dez. 1996.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação física no Brasil:** a história que não se conta. 2. ed. Campinas: Papirus, 1991.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física.** São Paulo: Cortez, 1992.

DAOLIO, J. **Educação física e o conceito de cultura.** Campinas: Autores Associados, 2004.

ESCOBAR, M. O. Cultura corporal na escola: tarefas da educação física. **Revista Motrivivência**, Ijuí, n. 8, p. 91-100, 1995.

FALCÃO, J. L. C. C. In: KUNZ, E. **Didática da educação física 1.** 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2003. FREIRE, J. B.; SCAGLIA, A. J. **Educação como prática corporal.** São Paulo: Scipione, 2004.

FREIRE, J. B. **Educação física de corpo inteiro.** São Paulo: Scipione, 1999.

HUIZINGA, J. H. L. **O jogo como elemento da cultura.** São Paulo: Perspectiva, 2001. KISHIMOTO, T. M. (org.) **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** São Paulo: Cortez, 2003.

KUNZ, E. **Didática da educação física.** Ijuí: Unijuí, 2003. v. 2.

KUNZ, E. **Transformação didático:** pedagógica do esporte. Ijuí: Unijuí, 2003.

LE BOULCH, J. **Educação pelo movimento:** a psicocinética na idade escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

OLIVIERA, S. A. **Reinventando o esporte:** possibilidades da prática pedagógica. Campinas: Autores Associados/Chancela CBCE, 2001.

SOCIOLOGIA

EMENTA:

Conteúdo estruturante: O surgimento da Sociologia e teorias sociológicas.

Conteúdos específicos: Modernidade (Renascimento; Reforma Protestante; Iluminismo; Revolução Francesa e Revolução Industrial). Desenvolvimento das ciências. Senso comum e conhecimento científico. Teóricos da Sociologia: Comte, Durkheim, Weber, Engels e Marx. Produção Sociológica Brasileira.

Conteúdo estruturante: O processo de socialização e as instituições sociais.

Conteúdos específicos: Instituições familiares. Instituições escolares. Instituições religiosas. Instituições políticas, dentre outras.

Conteúdo estruturante: Cultura e Indústria Cultural.

Conteúdos específicos: Conceitos antropológicos de cultura. Diversidade cultural. Relativismo. Etnocentrismo. Identidade. Escola de Frankfurt. Cultura de massa, cultura erudita e cultura popular. Sociedade de Consumo. Questões de gênero e minorias. Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Conteúdo estruturante: Trabalho, produção e classes sociais.

Conteúdos específicos: Salário e lucro. Desemprego, desemprego conjuntural e desemprego estrutural. Subemprego e informalidade. Terceirização. Voluntariado e cooperativismo. Empreendedorismo. Agronegócios. Empregabilidade e produtividade. Capital humano. Reforma trabalhista e organização internacional do trabalho. Economia solidária. Flexibilização. Neoliberalismo. Reforma agrária. Reforma sindical. Toyotismo, Fordismo. Estatização e privatização. Parcerias público-privadas. Relações de mercado, entre outros.

Conteúdo estruturante: Poder, política e ideologia.

Conteúdos específicos: Conceito de Estado. Estado Moderno. Tipos de Estados. Conceito de poder. Conceito de dominação. Conceito de política. Conceito de ideologia e alienação.

Conteúdo estruturante: Direitos, cidadania e movimentos sociais.

Conteúdos específicos: Conceito moderno de direito. Conceito de movimento social. Cidadania. Movimentos sociais urbanos. Movimentos sociais rurais. Movimentos sociais conservadores.

Indicações bibliográficas

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

ANTUNES, R. (Org.) **A dialética do trabalho:** escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

AZEVEDO, F. **Princípios de Sociologia:** pequena introdução ao estudo da sociologia geral. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade:** por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. São Paulo: Francisco Alves, 1975.

BOSI, E. **Cultura de massa e cultura popular:** leituras de operárias. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

COELHO, T. **O que é indústria cultural.** 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

COMTE, A. **Sociologia.** São Paulo: Ática, 1978.

DURKHEIM, E. **Os pensadores.** São Paulo: Abril, 1978.

ENGELS, F. **A origem da família,** da propriedade privada e do estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Sociologia.** São Paulo: Ática, 1978.

FLORESTAN, F. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Ática, 1978, V. 1 e 2.

_____. A educação numa sociedade tribal. In: PEREIRA, L.; FORACHI, M(Org.) **Educação e sociedade:** leituras de sociologia da educação. São Paulo: Nacional, 1976.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

GIDDENS, A . **Sociologia.** 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GOHN, M. G. (Org.) **Movimentos sociais no início do século XXI:** antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

LAPLANTINE, F. **Aprender antropologia.** 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

MARX, K. **A ideologia alemã.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Os pensadores.** São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MORGAN, L. **A sociedade primitiva**. Portugal/Brasil: Ed. Presença/Livraria Martins Fontes, 1980.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira & identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná – Sociologia**. Curitiba, 2006.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 2000.

_____. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1979.

FILOSOFIA

EMENTA: A Diretriz Curricular de Filosofia do Estado do Paraná (DCE - PR) organiza seu ensino a partir de seis conteúdos estruturantes, conhecimentos de maior amplitude e relevância que, desmembrados em um plano de Ensino de Filosofia, deverão garantir conteúdos relevantes e significativos ao estudante. Estes conteúdos estruturantes são: Mito e Filosofia; Teoria do Conhecimento; Ética; Filosofia Política; Estética; Filosofia da Ciência.

Conteúdos estruturantes

Mito e Filosofia

Autores sugeridos: Jean-Pierre Vernant; Mircea Elíade; Moses Finley; Vidal Naquet.

Proposta de conteúdos específicos

- O que é mito?;
- Mitologia Grega;
- Passagem do mito à Filosofia;
- O Surgimento da Filosofia;
- O que é Filosofia?;
- Ironia e maiêutica;
- Características do conhecimento filosófico;
- Mitos Contemporâneos.

Teoria do Conhecimento

Entre os clássicos que trataram do problema do conhecimento podemos citar: Aristóteles; Descartes, Hegel; Hume; Kant; Platão; Russell.

Proposta de conteúdos específicos

- O problema do conhecimento;
- Fundamentos do conhecimento;
- Filosofia e método;
- Racionalismo;
- Empirismo;
- Ceticismo;
- Criticismo;
- Materialismo;

- Positivismo;
- Crise da razão;
- Perspectivas do conhecimento na contemporaneidade;

Ética

Alguns filósofos: Adorno; Aristóteles; Kierkegaard; Nietzsche; Scheler; Schopenhauer; Sêneca.

Proposta de conteúdos específicos

- Ética e moral;
- Concepções éticas;
- O que é liberdade?;
- Liberdade e autonomia;
- Liberdade e determinismo;
- Sociabilidade e reconhecimento;
- Autoridade e autoritarismo;
- Responsabilidade e liberdade;
- Questões de gênero;
- Diversidade e sociedade;

Filosofia Política

Alguns pensadores clássicos: Aristóteles; Arendt; Gramsci; Hegel; Hobbes; J. S. Mill; Kant; Locke; Maquiavel; Marcuse; Marx; Montesquieu; Platão; Rousseau; Voltaire.

Proposta de conteúdos específicos

- Origens da política;
- A essência da política;
- Política e poder;
- Política e violência;
- Política e liberdade subjetiva;
- Política e sociabilidade;
- Formas de governo;
- Liberdade política;
- Crises na política contemporânea;
- A função do político na contemporaneidade;

Filosofia da Ciência

Filósofos sugeridos: Bachelard; Feyerabend; Foucault; Granger; Habermas; Kuhn; Popper; Ricouer;

Proposta de conteúdos específicos

- Senso comum e ciência;
- Concepções de ciência;
- Progresso e ciência;
- Positivismo científico;
- Política e ciência;
- Ética e ciência;
- Bioética;
- Saber científico e saber filosófico;
- O Método científico;
- Ciência empírica e ciência experimental;

Estética

Alguns filósofos: Baumgarten; Hegel; Hume; Dufrenne; Bachelard; Schiller; Eagleton; Kant; Benjamin; Adorno; Rancière; Merleau-Ponty; Husserl; Paul Valéry.

Proposta de conteúdos específicos

- Pensar a beleza;
- Estética ou Filosofia da Arte?;
- Concepções de estética;
- Concepções de Arte;
- Arte como conhecimento;
- Necessidade ou finalidade da Arte;
- Arte e Política;
- Crítica do gosto;
- Arte e movimento: cinema, teatro e dança;
- Perspectivas contemporâneas: Arte conceitual e outras perspectivas.

Indicações Bibliográficas

APPEL, E. Filosofia nos vestibulares e no ensino médio. **Cadernos PET-Filosofia 2**. Curitiba, 1999.

ASPIS, R. O professor de Filosofia: o ensino da Filosofia no Ensino Médio como experiência filosófica. **CEDES**. Campinas. n. 64, 2004.

BACHELARD, G. **O ar e os sonhos**. Ensaio sobre a imaginação do movimento. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BORNHEIM, G. O sujeito e a norma. In. NOVAES, A. **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BRASIL. Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia. **Orientações curriculares do ensino médio**. [S.n.t.].

BRASÍLIA. Secretaria de Educação Básica. **Orientações curriculares do ensino médio**. Brasília: MEC/SEB, 2004.

CHAUI, M. O retorno do teológico-político. In: CARDOSO, S. (org.). **Retorno ao republicanismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

CORBISIER, R. **Introdução à filosofia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986, v.1.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. 288 p. (Coleção Trans).

FERRATER MORA. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Loyola, 2001

GALLINA, S. O ensino de Filosofia e a criação de conceitos. **CEDES**. Campinas, n. 64, 2004.

GALLO, S.; KOHAN, W. O. (orgs). **Filosofia no ensino médio**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HORN, G.B. **Por uma mediação praxiológica do saber filosófico no ensino médio**: análise e proposição a partir da experiência paranaense. Tese (Doutorado, FEUSP). São Paulo, 2002.

LANGON M. **Filosofia do ensino de filosofia**. In: GALLO, S.; CORNELLI, G.; DANELON, M. (Org.) Filosofia do ensino de filosofia. Petrópolis: Vozes, 2003.

LEOPOLDO E SILVA, F. Por que a Filosofia no segundo grau. **Revista estudos avançados**, v.6, n. 14, 1992.

KOHAN; WAKSMAN. **Perspectivas atuais do ensino de filosofia no Brasil**. In: FÁVERO, A; Kohan, W.O.; RAUBER, J.J. Um olhar sobre o ensino de filosofia. Ijuí: Ed. da UNUJUÍ, 2002.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Proposta curricular para o ensino de filosofia no 2.o grau**. Curitiba, 1994.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**. Estética e política. São Paulo: Ed. 34, 2005.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia**: patrística e escolástica. São Paulo: Paulus, 2003.

RIBEIRO, R.J. **Último vôo da andorinha solitária**. Estado de São Paulo, 06 mar. 2005.

RUSSELL, B. **Os problemas da filosofia**. Coimbra: Almedina, 2001.

SEVERINO, A J. In: GALLO; S., DANELON; M., CORNELLI, G., (Orgs.). **Ensino de filosofia: teoria e prática**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

WOLFF, F. A invenção da política, In: NOVAES, A. (Org.) **A crise do estado nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

EMENTAS DAS DISCIPLINAS DA FORMAÇÃO ESPECÍFICA

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO

EMENTA: Conceitos de história e historiografia. História da Educação: recorte e metodologia. Educação Clássica: Grécia e Roma. Educação Medieval. Renascimento e Educação Humanista. Aspectos Educacionais da Reforma e da Contra-Reforma. Educação Brasileira no Período Colonial e Imperial: pedagogia “tradicional”. Primeira República e Educação no Brasil (1889-1930): transição da pedagogia tradicional à pedagogia “nova”. Educação no período de 1930 a 1982: liberalismo econômico, escolanovismo e tecnicismo. Pedagogias não-liberais no Brasil: características e expoentes. Educação Brasileira contemporânea: tendências neoliberais, pós-modernas versus materialismo histórico.

Indicações bibliográficas:

ARANHA, M. L. de A. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BARROS, J. D. B. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BUFFA, E. Contribuição da história para o enfrentamento dos problemas educacionais contemporâneos. **Em Aberto**, Brasília, v. 9, n. 47, p. 13-19, jul./set. 1990.

CAMBI, F. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

FALCON, F. J. C. **Iluminismo**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1994.

FREITAG, B. **Escola, estado e sociedade**. São Paulo: Moraes, 1986.

GHIRALDELLI, J. P. **O que é pedagogia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

GHIRALDELLI J. P. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

GHIRALDELLI, J. P. **Educação e movimento operário**. São Paulo: Cortez, 1987.

HAUBERT, M. **Índios e jesuítas no tempo das missões**. São Paulo: Companhia das Letras/ Círculo do Livro, 1990.

LARROYO, F. **História geral da pedagogia**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1982.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LUZURIAGA, L. **História da educação e da pedagogia**. 12. ed. São Paulo: Nacional, 1980.

PAIVA, J. M. de. **Colonização e catequese: 1549-1600**. São Paulo: Autores Associados, Cortez, 1982.

PAULO, N. J. Relendo a teoria marxista da história. In: SAVIANI, D. et al (org.) **História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual**. Campinas: Autores Associados, 1998.

PONCE, A. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Autores Associados, Cortez, 1981.

RIBEIRO, M. L. S. **Introdução à história da educação brasileira**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

SAVIANI, D. et al (org.) **História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual**. Campinas: Editora Autores Associados, 1998.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 33. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8. ed. rev. ampl. Campinas: Autores Associados, 2003.

SILVA, T. T. da (org.). **Teoria educacional crítica em tempos pós-modernos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

XAVIER, M. E. S. P.; RIBEIRO, M. L. S.; NORONHA, M. O. **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.

FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO

EMENTA: Pensar filosoficamente (criticamente) o ser social, a produção do conhecimento e a educação fundados no princípio histórico – social. Introdução à Filosofia da Educação norteada pela reflexão com base nas categorias de totalidade, historicidade e dialética. Principais pensadores da Filosofia da Educação moderna e contemporânea:

- Locke (1632 – 1704) e o papel da experiência na produção do conhecimento.
- Comenius (1592 – 1670) e Hebart (1776 – 1841): a expressão pedagógica de uma visão essencialista do homem.
- Rousseau(1712 – 1831): oposição à pedagogia da essência.
- Dewey(1859-1952): o pragmatismo.
- Marx e Gramsci: a concepção histórico – crítica da educação.

Sugestões de conteúdos:

- O problema socrático (maiêutica, ironia, o diálogo, o problema da filosofia, o embate com os sofistas);
- A educação e a cidade (e a comunidade);
- O problema do conhecimento. República de Platão – a “alegoria da caverna”;
- A representação do Estado (guardiões, guerreiros, trabalhadores);
- O sentido da paidéia;
- A razão educativa – natureza, dimensão epistemológica (relação entre o filósofo e a cidade);
- Educação como pensamento do tempo;
- Aristóteles – pedagogia política aplicada tanto a criança quanto ao adulto;
- Cidade e a construção da ética e da virtude (pública e privada), relacionadas à educação;
- Os humanistas e a educação;
- A educação da razão pela razão (Descartes);
- O conhecimento como ousadia – Kant e os inimigos da razão;
- Educação e cidadania Rousseau (Emílio);
- A descoberta da infância e a formação do cidadão republicano;
- A tensão da relação educativa entre liberdade e autoridade;
- Ciência, saber humano e ação – o positivismo e as idéias socialistas;

- Os socialistas utópicos e a educação – modificação antropológica, educação, sociedade, educação e política;
- O século das crianças, das mulheres, das massas e da técnica transformações educativas no Brasil do séc. XX;
- Influência de John Dewey – análise do Manifesto dos Pioneiros: concepção filosófico-educacional a sua importância;
- Fanatismo, intolerância, ignorância, autoridade da razão, tradição;
- As correntes filosóficas educacionais da educação brasileira;
- Educação, ciência e tecnologia;
- Relações entre educação, trabalho e desemprego estrutural;
- A dimensão política da educação no século XXI;
- O professor como pesquisador e intelectual.

Indicações Bibliográficas

ALVES, G. L. **A produção da escola pública contemporânea**. Campinas: Autores Associados, 2001.

BOMENY, H. **Os intelectuais da educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAMBI, F. **História da pedagogia**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

CERIZARA, B. **Rousseau a educação na infância**. São Paulo: Scipione, 1990.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. O discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 1997

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.

FREIRE, P. **Política e educação**. São Paulo: Editora Cortez, 1993.

GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais**. Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

KLEIN, L. R. **Proposta político-pedagógica para o ensino fundamental**. Campo Grande: Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, 2000.

KLEIN, L. R., CAVAZOTTI, M. .A. Considerações sobre elementos teórico-metodológicos, a propósito de uma proposta de currículo básico. **Cadernos Pedagógicos e Culturais**, Niterói, v.1, n.1, set./dez. 1992.

KONDER, L. **Filosofia e educação**. De Sócrates a Habermas. São Paulo: Editora Forma e Ação, 2006.

LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico de filosofia**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LOCONTE, W. **John Dewey**. São Paulo: Editor Ícone, 2000.

LURIA, A. R. O problema da linguagem e da consciência. In: **Pensamento e linguagem**. VIGOTSKI, L. S. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994. Coleção Magistério 2o grau. Série formação do professor.

LUCKESI, C. C.; PASSOS, E. S. **Introdução à filosofia: aprendendo a pensar**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MANACORDA, M. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, 1991.

MANACORDA, M. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1989.

MAO, T. **Sobre a prática e sobre a contradição**. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MATOS, O. **Discretas esperanças**. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2006.

MARCONDES, D. **Café philo**. Rio de Janeiro: Editor Jorge Zahar, 1998.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, K. **Para a crítica da economia política (1857)**. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

MEZSAROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo Ed. 2005.

MORANDI, F. **Filosofia da educação**. São Paulo: Editora EDUSC, 2002.

NETO, V. A. **Foucault e a educação**. Minas Gerais: Editora Autêntica, 2003.

RANCIÈRE, J. **O mestre ignorante**. Cinco lições sobre emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

REBOUL, O. **Filosofia da educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

ROUSSEAU, J-J. **Emílio ou da educação**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2003.

SEVERINO, A. J. **Filosofia da educação**. Construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.

SCHWARTZMAN, S. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

SUCHODOLSKI, B. A. **Pedagogia e as grandes correntes filosóficas**. Lisboa: Livros Horizontes, 1984.

SUCHODOLSKI, B. A. **Escola e democracia**. 36. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Leitura dos clássicos recomendada

Aristóteles: Política Bacon: Novo Organon Brecht: Galileu, Galilei Comenius: Didática Magna Engels: A origem da família, da propriedade privada e do Estado Marx: Manifesto do partido comunista Pico de la Mirandola: Discurso sobre a dignidade do homem Rousseau: Ensaio sobre a origem da desigualdade Thomas Morus: A utopia Voltaire: Cândido

FUNDAMENTOS SOCIOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO

EMENTA: Conteúdo: O que é educação e o que é sociologia? A Educação como um fenômeno que é estudado pelas ciências sociais, especialmente pela sociologia. Os diferentes olhares sobre a educação. Educação em diferentes formações sociais. Educação na teoria de Durkeim. Educação na teoria de Karl Marx. Educação na teoria de Weber. Educação na teoria de Gramsci. Educação na teoria de Florestan Fernandes. Educação e a industrialização. Relação entre saber e poder. Educação dentro e fora da escola. Teorias sobre a educação escolar e a desigualdade social. Bordieu: educação e reprodução cultural. Escola no Brasil. A educação como fato social, com as características de coerção, exterioridade e generalidade. Indivíduo e consciência coletiva. A Educação em diferentes formações sociais. Gênero e a educação. Desigualdades de acesso à educação. Educação escolar e exclusão social. Educação como fator essencial e constitutivo do equilíbrio da sociedade. A educação como técnica de planejamento e desenvolvimento da democracia. Crítica a essa visão teórica.

Indicações Bibliográficas - Sociologia da Educação

AZEVEDO, F. **Princípios de Sociologia:** pequena introdução ao estudo da sociologia geral. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. São Paulo: Francisco Alves, 1975.

COSTA, C. **Sociologia:** introdução à ciência da sociedade. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

DURKHEIM, E. **Os Pensadores.** São Paulo: Abril, 1978.

FLORESTAN, F. A educação numa sociedade tribal. In: PEREIRA, L.;FORACHI, M (ORG) **Educação e sociedade:** leituras de sociologia da educação. São Paulo: Nacional, 1976.

FORQUIN, J. C.(org.) **Sociologia da educação:** dez anos de pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1995.

GIDDENS, A . **Sociologia.** 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

ILLICH, I. **Educação sem escola.** Lisboa: Teorema, 1974.

KRUPPA, S. M. P. **Sociologia da Educação.** São Paulo: Cortez, 1993.

MARCONDES, C. **O que todo cidadão precisa saber sobre ideologia**. São Paulo: Global, 1985.

MARTINS, C. B. **O que é sociologia**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, K. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MEKSENAS, P. **Sociologia da educação: uma Introdução ao estudo da escola no processo de transformação social**. São Paulo: Loyola, 1988.

MEKSENAS, P. **Aprendendo sociologia: a paixão de conhecer a vida**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1987.

MEKSENAS, P. **Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

RODRIGUES, A. T. **Sociologia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Rede pública de Educação Básica do Estado do Paraná – Sociologia**. Curitiba, 2006.

TOMAZI, N. D. **Sociologia da educação**. São Paulo: Atual, 1997.

VIEIRA, E. **Sociologia da educação: reproduzir e transformar**. São Paulo: FTD, 1994.

WEBER, M. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 2000.

WEBER, M. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

WEBER, M. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1979.

Indicações Bibliográficas - Sociologia Geral

OLIVEIRA, P. S. de. **Introdução a sociologia**. 23. ed. São Paulo: Ática, 2000.

QUINTANEIRO, T. et al. **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx, Weber**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

SEVERINO, A. J. **Métodos de estudo para o 2º Grau**. Campinas: Papirus, 1989.

TOMAZI, N. D. (org.). **Iniciação à sociologia**. São Paulo: Atual, 1993.

FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO

EMENTA: Introdução ao estudo da Psicologia; Introdução à Psicologia da educação; Principais teorias psicológicas que influenciaram e influenciam a psicologia contemporânea: Skinner e a psicologia comportamental; Psicanálise e educação. O sócioconstrutivismo: Piaget, Vygotsky, Wallon. Psicologia do desenvolvimento da criança e do adolescente. Desenvolvimento da criança e do adolescente. Desenvolvimento humano e sua relação com aprendizagem. A linguagem, os aspectos sociais, culturais e afetivos da criança e a cognição.

Indicações Bibliográficas

BAQUERO, R. **Vygotsky e a aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

BOCK, A. M. et al. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

BOCK, A. M.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

DAVIS, C.; OLIVEIRA, Z. **Psicologia na educação**. São Paulo: Cortez, 1991.

DOLLE, J. M. **Para compreender Jean Piaget**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

LANE, S. et al. **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MACIEL, I. M. et al. **Psicologia e educação: novos caminhos para a formação**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2001.

SYLVA, K.; LUNT, I. **Iniciação ao desenvolvimento da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

TANAMACHI, E.; ROCHA, M. et al. **Psicologia e educação: desafios teórico-práticos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

EMENTA: Contexto sócio-político e econômico em que emerge e se processa a EI e seus aspectos constitutivos (sócio-demográficos, econômicos e culturais). Concepções de infância: contribuições das diferentes ciências -Antropologia, Filosofia, História, Psicologia, Sociologia. Infância e família. Infância e sociedade. Infância e cultura. História do atendimento à criança brasileira: políticas assistenciais e educacionais para a criança de zero a seis anos. A política de educação pré-escolar no Brasil. Perspectiva histórica do profissional de EI no Brasil. As crianças e suas famílias: diversidade. Políticas atuais: legislação e financiamento.

Indicações Bibliográficas

AFONSO, L. Gênero e processo de socialização em creches comunitárias. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 93, p. 3-87, maio 1995.

ARCE, A. **A pedagogia na “era das revoluções”**: uma análise do pensamento de Pestalozzi e Froebel. Campinas: Autores Associados, 2002.

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BERQUÓ, E. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, L. M. (org.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4.

BOMENY, H. **Os intelectuais da educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CEB nº 22**, de 17 de dezembro de 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CEB nº1**, de 29 de janeiro de 1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CEB nº 1**, de 7 de abril de 1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CEB nº 2**, de 19 de abril de 1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CEB nº 4**, de 16 de fevereiro de 2000.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n 8069, de 13 de julho de 1990, São Paulo: Cortez, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Educação infantil no Brasil: situação atual.** Brasília, MEC/SEF/DPE/COEDI, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Política nacional de educação infantil.** Brasília, MEC/SEF/DPE/COEDI, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Por uma política de formação do profissional de educação infantil.** Brasília, MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças.** Brasília, MEC/SEF/DPE/COEDI, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Propostas pedagógicas e currículo em educação infantil: um diagnóstico e a construção de uma metodologia de análise.** Brasília, MEC/SEF/DPE/COEDI, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei n 9394/96. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Referencial curricular nacional para a educação infantil.** Brasília, MEC/SEF/ DPE/COEDI, 1998. 3. v

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil.** Brasília, MEC/SEF/DPE/COEDI, 1998. v. 1 e 2

CAMPOS, M. M. A formação de professores para crianças de 0 a 10 anos: modelos em debate. **Educação & Sociedade**, Campinas: n. 68, dez, 1999.

CAMPOS, M. M. Educação infantil: o debate e a pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 101, p. 113-127, jul. 1997.

CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F. **A constituição de 1988 e a educação de crianças pequenas.** São Paulo: FDE, 1989.

CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F.; FERREIRA, I. **Creches e pré-escolas no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1992.

CASTRO, J. A. de. Financiamento da educação no Brasil. **Em Aberto**, Brasília, v. 18, n. 74, dez, 2001.

CATANI, D. B. Estudos de história da profissão docente. In: LOPES, E. M.; FARIA F. L. M.; VEIGA, C. G. (org.) **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CHAMBOREDOM, J. C.; PREVOT, J. O “ofício de criança”: definição social da primeira infância e funções diferenciais da escola maternal. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 59, p. 32-56, nov. 1986.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Debate**, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

CURY, C. R. J. A educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.23, n. 80, p.169-2001, set. 2002.

FREITAS, M. C. (org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez/USF-IFAN, 1997.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE**. Censo Demográfico - 2000: resultados da amostra. Brasília, 2000.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Pesquisa sobre padrões de vida**: primeira infância (1996-1997). Rio de Janeiro, 2000

GARCIA, R. L.; LEITE F. **Em defesa da educação infantil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

GUIMARÃES, J. L.; PINTO, J. M. R. A demanda por educação infantil e os recursos disponíveis para o seu financiamento. **Em Aberto**, Brasília, v. 18, n. 74, dez. 2001.

JOBIM E SOUZA, S.; KRAMER, S. **Educação ou tutela?** A criança de 0 a 6 anos. São Paulo: Loyola, 1991.

KRAMER, S. **A democratização da escola pública**. São Paulo: Loyola, 1989.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

KUHLMANN J. M. Educando a infância brasileira. In: LOPES; FARIA F. VEIGA (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

KUHLMANN J. M. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, maio/ago. 2000.

KUHLMANN J. M. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LOPES, E. M.; GALVÃO, A. M. **História da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MARCÍLIO, L. M. A lenta construção dos direitos da criança brasileira: século XX. **Revista USP**, São Paulo, n. 37, p. 46-57, mar./maio, 1998.

MÉNDEZ, E. G. **Infância e cidadania na América Latina**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MONARCHA, C. (org.) **Educação da infância brasileira: 1875-1983**. Campinas: Autores Associados, 2001.

MORO, C. S. **Infância e educação infantil pública: concepções maternas**. Curitiba: UFPR, 2002. Dissertação (Mestrado).

OLIVEIRA, C. Gestão da educação: União, Estado/Distrito Federal, Município e escola. In: MACHADO, L. M.; FERREIRA, N. S. C. **Política e gestão da educação: dois olhares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PETITAT, A. **Produção da escola/produção da sociedade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PRIORE, M. D. (org.) **Histórias das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

ROMANELLI, O . O. **História da educação no Brasil**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

ROSEMBERG, F. A educação pré-escolar brasileira nos governos militares. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 82, p. 21-30, ago. 1992.

SACRISTÁN, J. G. **A educação obrigatória: seu sentido educativo e social**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SIROTA, R. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 112, p. 7-31, mar. 2001.

VIEIRA, L. M. F. Mal necessário: creches no departamento nacional da criança (1940-1970). **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 67, p. 3-16, 1988.

VILELA, H. O mestre - escola e a professora. In: LOPES, E. M.; FARIA F, L. M.; VEIGA, C. G. (org.) **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

TRABALHO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

EMENTA: Os processos de desenvolvimento, aprendizagem e desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos - afetividade, corporeidade, sexualidade. Concepção de desenvolvimento humano como processo recíproco e conjunto: o papel das interações (adulto/criança e criança/criança). Articulação cuidado/educação. Concepções de tempo e espaço nas instituições de EI. O jogo, o brinquedo e a brincadeira na EI. Linguagem, interações e constituição da subjetividade da criança. Relações entre família e instituição de EI. A educação inclusiva na EI. Especificidades em relação à organização e gestão do processo educativo: o trabalho pedagógico na EI: concepção de educação, planejamento, organização curricular, gestão, avaliação. Relações entre público e privado. Gestão democrática, autonomia, descentralização. Políticas públicas e financiamento da EI e suas implicações para organização do trabalho pedagógico. Propostas pedagógicas para a EI. Legislação, demais documentos normativos e documentos de apoio, de âmbito federal (MEC e CNE), estadual (SEED e CEE) e local (sistemas municipais), para a organização do trabalho na EI: contexto de elaboração, interpretações e implicações para as instituições.

Indicações Bibliográficas

ALMEIDA, A . M.; RUBIANO, M. R. B. Vínculo e compartilhamento na brincadeira de crianças. In: ROSSETTI, F. M. C. et al. **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: ArtMed, p. 171-188, 2003.

ALVES, N.; GARCIA, R. (org.) **O sentido da escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CEB nº 22**, de 17 de dezembro de 1998. Brasília, 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CEB nº 1**, de 29 de janeiro de 1999. Brasília, 1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CEB nº 1**, de 7 de abril de 1999. Brasília, 1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CEB nº 2**, de 19 de abril de 1999. Brasília, 1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CEB nº 4**, de 16 de fevereiro de 2000. Brasília, 2000.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n 9394/96**, de 20 de dezembro. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Educação infantil no Brasil: situação atual**. Brasília, MEC/SEF/DPE/COEDI, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Propostas pedagógicas e currículo em educação infantil: um diagnóstico e a construção de uma metodologia de análise**. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, MEC/SEF/ DPE/COEDI, 1998. v. 1/3

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil**. Brasília, MEC/SEF/DPE/COEDI, 1998. v. 1 e 2.

BENJAMIN, W. **A criança, o brinquedo, a educação**. São Paulo: Summus, 1984.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano-compaixão pela terra**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BOMTEMPO, E. **Psicologia do brinquedo: aspectos teóricos e metodológicos**. São Paulo: EDUSP, 1986.

BONDIOLI, A.; MANTOVANI, S. **Manual de educação infantil: de 0 a 3 anos. Uma abordagem reflexiva**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

BRASLAVSKY, C. **Aprender a viver juntos: educação para a integração na diversidade**. Brasília: UNESCO, IBE, SESI, UnB, 2002.

BROUGÈRE, G. **Brinquedo e cultura**. São Paulo: Cortez, 1995.

BROUGÈRE, G. **Jogo e educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BROUGÈRE, G. **Brinquedos e companhia**. São Paulo: Cortez, 2004.

CARVALHO, A.; GUIMARÃES, M.; SALLES, F. **Desenvolvimento e aprendizagem**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

CASTRO, M. F. **Aprendendo a argumentar: um momento na construção da linguagem**. Campinas: UNICAMP, 1992.

CAVALCANTI, Z. (coord.). **Trabalhando com história e ciência na pré-escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995

CAVALCANTI, Z. **Alfabetizando**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CIPOLLONE, L. Diferença sexual, dimensão interpessoal e afetividade nos contextos educacionais para a infância. **Revista Pro-Posições**, Campinas, v. 1, n. 3, p. 25-39, set./dez. 2003.

CIVILETTI, M. V. P. O Cuidado das crianças pequenas no Brasil escravista. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 76, p. 31-40, 1991.

CRAIDY, C.; KAERCHER, G. (org.). **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

CUNHA, J. A. **Filosofia na educação infantil**. Campinas: Alínea, 2002.

DAHLBERG, G.; MOSS, P.; PENCE, A. **Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

DEHEINZELIN, M. **A fome com a vontade de comer. Uma proposta curricular de educação infantil**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DANTAS, H. **A infância da razão**. São Paulo: Manole, 1990.

DIAS, J.; BHERING, E. A Interação adulto/crianças: foco central do planejamento na educação infantil. **Revista Contrapontos**. Itajaí: v. 4. n. 1, p. 91-104. jan./abr. 2004.

EDWARDS, C. **As cem linguagens da criança**. Porto Alegre: ArteMed, 1999.

ELKONIN, D. B. **Psicologia do jogo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FARIA, A. L. G. de; PALHARES, M. S. (org.) **Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios**. Campinas: Autores Associados/FE/UNICAMP; Florianópolis: UFSC; São Carlos: UFSCar, 1999.

FARIA, A. L. G. de; DEMARTINI, Z. de B.; PRATO, P. D. (org.) **Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças**. Campinas: Autores Associados, 2002.

FARIA, A. L. G. **Educação pré-escolar e cultura: para uma pedagogia da educação infantil**. Campinas, São Paulo: Cortez, 1999.

FERNANDES, R. S. **Entre nós, o sol: relação entre infância, cultura, imaginário e lúdico na educação não formal**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

FERREIRO, E. **Reflexões sobre a alfabetização**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1985.

FINCO, D. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. **Revista Pro-Posições**, Campinas, v. 14, n. 3 p.89-101, set/dez.2003.

- FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro**. São Paulo: Scipione, 1991.
- FREIRE, M. et al. **Avaliação e planejamento: a prática educativa em questão**. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1997.
- FREIRE, M. et al. **Observação registro e reflexão: instrumentos metodológicos**. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996.
- FREIRE, M. **A paixão de conhecer o mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREITAS, G. G. **A consciência corporal e a corporeidade**. Ijuí: Unijui, 1999.
- FRIEDMANN, A. **Brincar, crescer e aprender**. O resgate do jogo infantil. São Paulo: Moderna, 1996.
- FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. Professor da pré-escola. 4. ed. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1995. v. 2. GALVÃO, I. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GANDINI, L.; EDWARDS, C. (org.) **Bambini: a abordagem italiana à educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- GOES, M. C.; SMOLKA, A. L. (org.) **A significação nos espaços educacionais: interação social e subjetivação**. Campinas: Papirus, 1997.
- HELD, J. **O imaginário no poder: as crianças e a literatura fantástica**. São Paulo: Summus, 1980.
- HOFFMANN, J. **Avaliação na pré-escola: um olhar reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre: Mediação, 1999.
- HOFFMANN, J.; SILVA, M. B. da. **Ação educativa na creche**. Porto Alegre: Mediação, 1995.
- HORN, M. da G. S. **Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na educação infantil**. Porto Alegre, ArtMed, 2003.
- KAMII, C.; DEVRIES, R. **Jogos em grupo na educação infantil**. São Paulo: Trajetória Cultural, 1991.
- KISHIMOTO, T. M. (org.) **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira, 1998.
- KISHIMOTO, T. M. **Jogos tradicionais infantis: o jogo, a criança e a educação**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- KRAMER, S.; LEITE, M. I. **Infância: desafios da pesquisa**. Campinas: Papirus, 1996.
- KRAMER, S. (coord.). **Com a pré-escola nas mãos. Uma alternativa curricular para a educação infantil**. São Paulo: Ática, 1989.
- KRAMER, S. Propostas pedagógicas e curriculares: subsídios para uma leitura crítica. **Educação e Sociedade**, Porto Alegre, v. 18, n. 60, dez.1997.

- LARROYO, F. **História geral da pedagogia**. São Paulo: Mestre Jou, s.d.
- LIMA, E. S. **Desenvolvimento e aprendizagem na escola: aspectos culturais, neurológicos e psicológicos**. São Paulo: GEDH, 1997.
- LOURO, G. (org.) **O corpo educado**. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- MERISSE, A. et al. **Lugares da infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato**. São Paulo: Arte e Ciência, 1997.
- MONTENEGRO, T. **O cuidado e a formação moral na educação infantil**. São Paulo: EDUC, 2001.
- MORATO, E. M. **Linguagem e cognição: as reflexões de L. S. Vygotsky sobre a ação reguladora da linguagem**. São Paulo: Plexus, 1996.
- MORENO, M. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. São Paulo: Moderna, 1999.
- MOURA, M. M. D. de et al. **Manual de saúde para a creche**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.
- MOYLES, J. R. **Só brincar? O papel do brincar na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- OLIVEIRA, P. S. **Brinquedos e indústria cultural**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- OLIVEIRA, Z. de M. R (org.). **Educação infantil: muitos olhares**. São Paulo: Cortez, 1994.
- OLIVEIRA, Z. de M. R. (org.). **A criança e seu desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 1995.
- OLIVEIRA, Z. de M. R. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.
- OLIVEIRA, de M. R.; ROSSETTI, F. M. C. O valor da interação criança-criança em creches no desenvolvimento infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 87, p.62-70, 1993.
- OSTETTO, L E. (org.) **Encontros e encantamentos na educação infantil**. Campinas: Papirus, 2000.
- PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. Câmara do Ensino Fundamental. **Deliberação CEE nº 03, de 03 de março de 1999**. Curitiba, 1999
- PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. Câmara do Ensino Fundamental. **Deliberação CEE nº 02, de 06 de junho de 2005**. Curitiba, 2005.

- RABBITI, G. **A procura da dimensão perdida**. Porto Alegre: ArtMed, 1999.
- REGO, L. B. Descobrimo a língua escrita antes de aprender a ler: algumas implicações pedagógicas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 66, n.156, jan./abr. 1985.
- ROCHA, E. C. A educação da criança: antigos dilemas, novas relações. **Revista Pátio**, Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- RODULFO, R. **O brincar e o significante**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; VITORIA, T. Processos de adaptação de bebês na creche. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, p. 55-64, 1986.
- ROSSETTI-FERREIRA, M. C. et al. **Os fazeres na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 1998.
- SARMENTO, M. J.; BANDEIRA, A. A.; DORIS, R. Trabalho e lazer no cotidiano das crianças exploradas. IN. GARCIA, Regina Leite (org.) **Crianças, essas conhecidas tão desconhecidas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- SILVA, I. de O. **Profissionais da educação infantil: formação e construção de identidades**. São Paulo: Cortez, 2001.
- SILVA, D. N. H. **Como brincam as crianças surdas**. São Paulo: Plexus, 2002.
- SILVA, M. A. A. S. S. et al. **Memória e brincadeiras na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX**. São Paulo: Cortez, 1989.
- SILVIA, M. C. da S. **A constituição social do desenho da criança**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.
- SOARES, M. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 9. ed. São Paulo: Ática, 1992.
- SOUZA, G. de. Currículo para os pequenos: o espaço em discussão. **Educar**, Curitiba, n. 17, p.79-99, 2001.
- SOUZA, R. C. de; BORGES, M. F. S. T. (org.) **A práxis na formação de educadores infantis**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. SPODECK, B ;
- SARACHO, O. **Ensinando crianças de três a oito anos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- SURDI, B. M. M. **Corporeidade e aprendizagem: o olhar do professor**. Ijuí: Unijuí, 2001.
- TEBEROSKY, A. **Aprendendo a escrever: perspectivas psicológicas e implicações educacionais**. [s.n.t].
- TIRIBA, L. Pensando mais uma vez e reinventando a relação com entre creche e família. In: GARCIA, R. L.; LEITE FILHO, A. **Em defesa da educação infantil**. São Paulo: DP&A, 2000.

TIRIBA, L. Proposta curricular em educação infantil. **Infância na Ciranda da Educação**, Belo Horizonte, n. 4, p. 09-15, fev. 2000.

TONUCCI, F. **Com olhos de criança**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

ZABALZA, M. **Qualidade em educação infantil**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ZAN, B.; DEVRIES, R. **A ética na educação infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

CONCEPÇÕES NORTEADORAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

EMENTA: Reflexão crítica de questões ético-políticas e educacionais na ação do educador quanto à interação dos alunos com necessidades educacionais especiais. A proposta de inclusão visando à qualidade de aprendizagem e sociabilidade para todos, e principalmente, ao aluno com necessidades educacionais especiais. Conceito, legislação, fundamentos históricos, socio-políticos e éticos. Formas de atendimento da Ed. Especial nos sistemas de ensino. A ação do educador junto a comunidade escolar: inclusão, prevenção das deficiências. As especificidades de atendimento educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais e apoio pedagógico especializado nas áreas da educação especial. Avaliação no contexto escolar. Flexibilização curricular, serviços e apoios especializados. Áreas das deficiências: mental, física neuro-motor, visual, da surdez, das condutas típicas, da superdotação e altas habilidades.

Indicações Bibliográficas:

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem:** educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2000.

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação:** necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Enquadramento da ação:** necessidades educativas especiais. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NEE: acesso e qualidade - UNESCO. Salamanca/Espanha: UNESCO, 1994.

GONZÁLEZ, J. A. T. **Educação e diversidade:** bases didáticas e organizativas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

GORTÁZAR, O. **O professor de apoio na escola regular.** In: COLL, C.; PALACIOS, J. MARCHESI. (org.) **Desenvolvimento psicológico e educação:** necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

KARAGIANNIS, A.; SAINBACK, W.; STAINBACK, S. **Fundamentos do ensino inclusivo.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

KASSAR, M. de C. M. **Ciência e senso comum no cotidiano das classes especiais.** Campinas: Papyrus, 1995.

MARCHESI, A. (org.) **Desenvolvimento psicológico e educação:** necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MAZZOTTA, J. de O. **Fundamentos de educação especial**. São Paulo: Enio Matheus Guazzelli & Cia. Ltda, 1997.

NERIS, E. A. **O direito de ser diferente**. Mensagem da APAE, n. 83, p. 4-6, out./dez. 1998.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação nº 02/03**. Curitiba, 2003.

STAINBACK, S; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO.

EMENTA: Organização do sistema escolar brasileiro: aspectos legais. Níveis e modalidades de ensino. Elementos teórico-metodológicos para análise de políticas públicas: Nacional, Estadual e Municipal. Políticas para a Educação Básica. Análise da política educacional para a Educação Básica -Nacional, Estadual e Municipal. Políticas para a Educação Básica. Análise da política educacional para a Educação Básica Nacional, Estadual e Municipal. Apresentação e análise das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação. Apresentação e análise crítica dos Parâmetros Curriculares e temas transversais. Financiamento educacional no Brasil. Fundamentos teórico-metodológicos do trabalho docente na Educação Básica. O trabalho pedagógico como princípio articulador da ação pedagógica. O trabalho pedagógico na Educação Infantil e Anos Iniciais. Os paradigmas educacionais e sua prática pedagógica. Planejamento da ação educativa: concepções de currículo e ensino. O currículo e a organização do trabalho escolar.

Indicações Bibliográficas:

BAQUERO, R. **Vygotski e a aprendizagem escolar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos.** Campinas: Papirus, 1998.

CORAZZA, S. M. Manifesto por uma dialética. **Contexto e Educação**, Ijuí, v. 6, n. 22, p. 83-99, abr./jun. 1991.

CORAZZA, S. M. **Tema gerador:** concepção e práticas. Ijuí: Unijuí, 1992.

CORTELLA, M. S. **A escola e o conhecimento:** fundamentos epistemológicos e políticos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DANIELS, H. **Vigotsky e a pedagogia.** São Paulo: Loyola, 2003.

DUARTE, N. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vygotski.** Campinas: Autores Associados, 1996.

EYNG, A. M. (org.). **Planejamento e gestão educacional numa perspectiva sistêmica.** Curitiba: Champagnat, 2002.

FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. Â. da S (org.). **Gestão da educação:** impasses, perspectivas e compromissos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FLESHNER, E. A. Psicologia da aprendizagem e da aplicação de alguns conceitos de física. In: LURIA, A . R.; LEONTIEV A .; VIGOTSKY L. S et al. **Psicologia e**

pedagogia II : investigações experimentais sobre problemas didáticos específicos. Lisboa: Estampa, 1977.

FONTANA, R. A. **Ação**: mediação pedagógica na sala de aula. Campinas: Autores Associados, 1996.

FONTANA, R. ; CRUZ, N. **Psicologia e trabalho pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 29. ed. São Paulo. Paz e Terra, 2004.

GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

LEONTIEV, A. et al. **Psicologia e pedagogia**: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. São Paulo: Centauro, 2003.

LEONTIEV, A. **Inter-relação entre noções novas e noções adquiridas anteriormente**. In: LURIA, A. R.; LEONTIEV, A.; VIGOTSKY L. S. et al. **Psicologia e pedagogia II** : investigações experimentais sobre problemas didáticos específicos. Lisboa: Ed. Estampa, 1977.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

MASETTO, M. T. Mediação pedagógica e o uso da tecnologia. In: MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000.

MELLO, G. N. de. **Parecer CEB nº 15/98**. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Brasília, 1998.

MINGUET, P. A. (org.). **A construção do conhecimento na educação**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

MORIN, E. **A cabeça bem feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 9. ed. São Paulo: Cortez, Brasília: UNESCO, 2004.

MOYSÉS, L. **Aplicações de Vygotsky à educação matemática**. Campinas: Papirus, 1997.

NATADZE, R. G. A aprendizagem dos conceitos científicos na escola. In: LURIA, A. R.; LEONTIEV A.; VIGOTSKY. L. S. et al. **Psicologia e pedagogia II**: investigações experimentais sobre problemas didáticos específicos. Lisboa: Ed. Estampa, 1977.

PALANGANA, I. C. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky**: a relevância do social. São Paulo: Plexus, 1994.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino de Primeiro Grau. **Currículo básico para a escola pública do Paraná**. Curitiba: SEED/DEPG, 1992.

REGO, T. C. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

REIG, D.; GRADOLÍ, L. A construção humana através da zona de desenvolvimento potencial: L. S. Vygotsky. In: MINGUET, P. A. (org.) **A construção do conhecimento na educação**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 32. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1999.

SMOLKA, A. L.; GÓES, M. C. R. de. **A linguagem e o outro no espaço escolar: Vygotsky e a construção do conhecimento**. 5. ed. Campinas: Papirus, 1996.

SNYDERS, G. **A alegria na escola**. São Paulo: Manole, 1988.

TEIXEIRA, E. **Vigotski e o pensamento dialético: uma introdução aos fundamentos filosóficos da psicologia histórico-cultural**. Pato Branco: FADEP, 2005.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Libertad, 1993.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2002.

VASCONCELLOS, C.; RAMOS, V. M. de; VALSINER, J. **Perspectiva co-construtivista na psicologia e na educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

VEIGA, I. P. A. A construção da didática numa perspectiva histórico-crítica de educação - estudo introdutório. In: OLIVERIA, M. R. N. S. (org.). **Didática: ruptura, compromisso e pesquisa**. Campinas: Papirus, 1993.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001a. VIGOTSKI L. S. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001b.

VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas II**. Madrid: Centro de Publicaciones del MEC/ Visor Distribuciones, 1993.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WACHOWICZ, L. A. **O método dialético na didática**. Campinas: Papirus, 1989.

LITERATURA INFANTIL

EMENTA: Contexto histórico da Literatura Infanto Juvenil . A primeira Leitura. Natureza mito poética na infância da humanidade e na infância do homem. Narrativa oral -o mundo simbólico dos contos de fadas. A importância do contador de histórias; Universo da poesia para crianças: Cecília Meireles, Sidónio Muralha e outros. Monteiro Lobato: realidade e imaginário. A formação do conceito de infância no educador: Lygia Bojunga Nunes, Ana Maria Machado e outros. Os clássicos reinventados e o panorama atual na narrativa e na poesia.

Indicações Bibliográficas:

ABRAMOVICH, F. **Literatura infantil: gostosuras e bobices.** São Paulo: Scipione, 1991.

BASARAB, N. **O manifesto da transdisciplinaridade,** São Paulo: Trioon, 1999.

CALVINO, I. **Por que ler os clássicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

COELHO, N. N. **Panorama histórico da literatura infanto juvenil.** São Paulo: Ática, 1991.

COELHO, N. N. **Literatura infantil, teoria análise didática.** São Paulo: Ática, 1991.

KHÉDE, S. S. **Literatura infanto juvenil: um gênero polêmico.** Petrópolis: Vozes, 1986.

KIRINUS, G. **Criança e poesia na pedagogia Freinet.** São Paulo: Paulinas, 1998

LAJOLO, M. **O que é literatura.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

LAJOLO, M. **Usos e abusos da literatura na escola.** São Paulo: Ática, 1991.

MAFFESOLI, M. **A contemplação do mundo.** Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

MEIRELES, Cecília. **Problemas da literatura infantil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

PHILIPPE, A. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1978.

PONDÉ, G. **A arte de fazer artes.** Rio de Janeiro: Ed. Nórdica, 1985.

RESENDE, V. M. **Literatura infantil e juvenil. Vivências de leitura e expressão criadora .** São Paulo: Saraiva, 1993.

RESENDE, V. M. **O menino na literatura brasileira.** São Paulo: Perspectiva, 1988.

RODARI, G. **Gramática da fantasia.** São Paulo: Summus Editorial, 1987.

ROSELL, J. F . **La literatura infantil: um oficio de centauros y sirenas**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2001.

ZILBERMAN, R. A. **Literatura infantil na escola**. 11. ed. São Paulo: Global, 2003.

ZOTZ, W.; CAGNETI, S. **Livro que te quero livre**. Florianópolis: Letras Brasileiras, 2005.

METODOLOGIA DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA E ALFABETIZAÇÃO

EMENTA: A leitura e a escrita como atividades sociais significativas. A atuação do professor de Língua e Alfabetização: pressupostos teórico-práticos. As contribuições das diferentes Ciências (História, Filosofia, Psicologia, Pedagogia, Lingüística, Psicolingüística, Sociolingüística) na formação do professor de Língua Portuguesa e Alfabetização. Estudo e análise crítica dos diferentes processos de Ensino da Língua Portuguesa, da Alfabetização e do Letramento. Considerações teórico-metodológicas para a prática pedagógica de Alfabetização e Letramento. Conteúdos Básicos: linguagem e sociedade; concepção de linguagem, de linguagem escrita, de alfabetização e de letramento; concepção de ensino e de aprendizagem; teorias sobre aquisição do conhecimento e sobre aquisição da leitura e escrita; concepção de variação lingüística; conceito de texto, de leitura e de escrita; padrões silábicos da língua; tipologia textual e funções da linguagem; processo de avaliação; história da escrita; análise crítica dos processos de alfabetização; noções básicas e fonética; características do sistema gráfico da língua portuguesa; procedimentos metodológicos; leitura e interpretação; produção e reescrita de textos; análise lingüística; atividades de sistematização para o domínio do código; análise crítica dos PCNs e dos RCNEI; análise crítica dos diferentes programas de alfabetização desenvolvidos no Brasil; análise crítica de materiais didáticos de alfabetização e ensino da língua portuguesa; o papel da escola como promotora de alfabetização e letramento; como alfabetizar letrando.

Indicações Bibliográficas

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.

BASTOS, L. K.; MATTOS, M. A. A de. **A produção escrita e a gramática**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1992.

BETTELHEIM, B.; ZELAN, K. **Psicanálise da alfabetização**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

BRAGGIO, S. L. B. **Leitura e alfabetização: da concepção mecanicista à sociopsicolingüística**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e lingüística**. São Paulo: Scipione, 1995.

CHARTIER, A. M. et al. **Ler e escrever: entrando no mundo da escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Unesp, 1997.

COLOMER, T.; AMPS, A. **Ensinar a ler, ensinar a compreender**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

COOK, G. J. Alfabetização e escolarização: uma equação imutável? In: COOK, G. J (org.) **A construção social da alfabetização**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1991.

FERREIRO, E. **Reflexões sobre a alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1992.

FRANCHI, E. P. **Pedagogia da alfabetização: da oralidade à escrita**. São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1982.

GERALDI, J. W. **Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação**. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

GRAFF, H. J. **Os labirintos da alfabetização: reflexões sobre o passado e o presente na alfabetização**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

JOLIBERT, J. et al. **Formando crianças leitoras**. Porto Alegre: Artes Médicas: 1994.

KAUFMAN, A. M.; RODRIGUES, M. H. **Escola, leitura e produção de textos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

KLEIN, L. R. **Alfabetização: quem tem medo de ensinar?** São Paulo: Cortez, 1996.

KATO, M. **O aprendizado da leitura**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

KLEIMAN, A. B. et al. **O ensino e a formação do professor: alfabetização de jovens e adultos**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

KRAMER, S. **Alfabetização, leitura e escrita: formação de professores em curso**. Rio de Janeiro: Escola de Professores, 1995.

LEMLE, M. **Guia teórico do alfabetizador**. São Paulo, Editora Ática, 1994.

MASSINI, C. G.; CAGLIARI, L. C. **Diante das letras: a escrita na alfabetização**. São Paulo: Mercado das Letras, 2001.

MORAIS, J. **A arte de ler**. São Paulo: Unesp, 1994. MOLLICA, M. C. **A influência da fala na alfabetização**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

MORTATTI, M. do R. L. **Os sentidos da alfabetização**. São Paulo: Editora Unesp: Comped, 2000.

OLSON, D. R. **O mundo no papel: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita**. São Paulo: Ática., 1997.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola.** São Paulo: Mercado das Letras, 1996.

ROJO, R. **Alfabetização e letramento.** São Paulo: Mercado das Letras, 1998.

SCLIAR, C. L. **Princípios do sistema alfabético do português do Brasil.** São Paulo: Contexto, 2003.

SMOLKA, A. L. B. **A criança na fase inicial da escrita: alfabetização como processo discursivo.** São Paulo: Unicamp, 1988.

SOARES, M. B. **Linguagem e escola.** São Paulo: Ática, 1988.

TFOUNI, L. V. **Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso.** São Paulo: Pontes Editores, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **Formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

METODOLOGIA DO ENSINO DE MATEMÁTICA

EMENTA: Concepções de ciência e de conhecimento matemático das Escolas Tradicional, Nova, Tecnicista. Construtivismo e Pedagogia Histórico-Crítica. Pressupostos teórico-metodológicos do ensino e aprendizagem de Matemática e/ou tendências em Educação Matemática. Conceitos matemáticos, linguagem matemática e suas representações. Cálculos e/ou algoritmos. Resolução de problemas. Etnomatemática. Modelagem matemática. Alfabetização tecnológica. História da matemática. Jogos e desafios. Pressupostos teórico-metodológicos da alfabetização matemática.

Indicações Bibliográficas

ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

ALVES, G. A. **A produção da escola pública contemporânea**. Campinas, 1998. Tese (Doutorado).

ALVES, J. **Educação matemática & exclusão social**. Brasília: Plano, 2002.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2004.

BARRETO, E. S. de S. (org.) **Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras**. Campinas: Autores Associados/Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BICUDO, M. A. V. (org.) **Educação matemática**. São Paulo: Moraes, s.d.

BICUDO, M. A. V. (org.) **Pesquisa em educação matemática: concepções e perspectivas**, São Paulo: Unesp, 1999.

BICUDO, M. A. V. **A história da matemática: questões historiográficas e políticas e reflexos na educação matemática**. São Paulo: UNESP, 1999.

BRANDÃO, C. R. **LDB passo a passo: lei de diretrizes e bases da educação nacional (Lei n 9394/96), comentada e interpretada artigo por artigo**. São Paulo: Avercamp, 2003.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRITO, M. R. F. de. (org.) **Psicologia da educação matemática: teoria e pesquisa**. Florianópolis: Insular, 2001.

CAMBI, F. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

CAMPOS, T. M. M.; NUNES, T. **Tendências atuais do ensino e aprendizagem da matemática**. Brasília: UnB, 1994.

CANDAU, V. M. (org.) **Didática, currículo e saberes escolares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CANDAU, V. M. **A Didática em questão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

CARAÇA, B. J. **Conceitos fundamentais da matemática**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1984.

CARVALHO, D. L. de. **Metodologia do ensino da matemática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

CHEVALLARD, Y. **Estudar matemáticas: o elo perdido entre o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

COMENIUS. **Didática magna**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CONDORCET, M. J. N. C. **Matemáticas y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

D'AMBROSIO, U. **A história da matemática: questões historiográficas e políticas e reflexos na educação matemática**. São Paulo: UNESP, 1999.

D'AMBROSIO, U. **A era da consciência**. São Paulo: Peirópolis, 1997.

D'AMBROSIO, U. **Da realidade à ação: reflexões sobre educação e matemática**. Campinas: Summus, 1986.

D'AMBRÓSIO, U. **Educação matemática: da teoria à prática**. Campinas: Papyrus, 1996.

D'AMBROSIO, U. **Educação para uma sociedade em transição**. Campinas: Papyrus, 1999.

D'AMBROSIO, U. **Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

D'AMBROSIO, U. **História da matemática e educação**. Caderno CEDES, Campinas, n. 40, p. 7-17, 1996.

DAVIS, P. J.; HERSH, R. **A experiência matemática**. Rio de Janeiro: Alves, 1989.

DUARTE, N. (org.). **Sobre o construtivismo, construtivismo piagetiano: considere razões críticas à concepção de sujeito e objeto**. Campinas: Autores Associados, 2000.

DUARTE, N. **A individualidade para - si: contribuições a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo**. Campinas: Autores Associados, 1999.

DUARTE, N. **Vigotski e o "aprender a aprender": crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana**. Campinas: Autores Associados, s.d.

FIORENTINI, D. **Rumos da pesquisa brasileira em educação matemática: o caso**

da produção científica em cursos de pós-graduação. Campinas, 1994. Universidade Estadual de Campinas. Tese (Doutorado).

FIORENTINI, D.; MIORIN, M. A. **Por trás da porta, que matemática acontece?** Campinas: Unicamp, 2001.

FRANCHI, A. **Considerações sobre a teoria dos campos conceituais.** Educação matemática: uma introdução. São Paulo: EDUC, 1999.

GENTILI, P. (org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação.** ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GIARDINETTO, J. R. B. **Matemática escolar e matemática da vida cotidiana.** Campinas: Autores Associados, 1999.

GOLDDDFARB, A. M. A. **História da ciência.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

GUEVARA, A. J. de H.; HÖEFFEL, J. L.; VIANA, R.M.; D'AMBRÓSIO, U. **Conhecimento, cidadania e meio ambiente.** Petrópolis: Vozes, 1998. v. 2.

HALMENSCHLAGER, V. L. da S. **Etnomatemática: uma experiência educacional.** São Paulo: Summus, 2001.

HOGBEN, L. **Maravilhas da matemática: influência e função da matemática nos conhecimentos humanos.** 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1970.

KLEIN, L. R. **Uma leitura de Piaget sob a perspectiva histórica.** 1996. Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

KLEIN, L. R. **Alfabetização: quem tem medo de ensinar?** São Paulo: Cortez, 1997.

KLINE, M. **O fracasso da matemática moderna.** São Paulo: Ibrasa, 1976.

KRULIK, S.; REYS, R. E. (org.) **A resolução de problemas na matemática escolar.** São Paulo: Atual, 1997.

LIBÂNEO, J. C. **Didática.** São Paulo: Cortez, 2000.

LIMA, E. L. et al. **A matemática do ensino médio.** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 1998.

LINS, R. C. I.; GIMENEZ, J. **Perspectiva em aritmética e álgebra para o século XXI.** Campinas: Papirus/SBEM, 1997.

LOPES, E. M. T.(org.) **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LORENZATO, S.; FIORENTINI, D. **Iniciação à investigação em educação matemática.** Campinas: CEMPEM/COPEMA, 1999.

LUNGARZO, C. **O que é matemática?** São Paulo: Brasiliense, 1989.

LURIA, A. R. **Curso de psicologia geral**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1993 . v.1.

LURIA, A. R. **Pensamento e linguagem**: as últimas conferências de Luria. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

MACHADO, N. J. **Epistemologia e didática**: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente. São Paulo: Cortez, 1999.

MACHADO, N. J. **Matemática e realidade**. São Paulo: Cortez, 1987.

MACHADO, S. D. A. et al. **Educação matemática**: uma introdução. São Paulo: EDUC, 1999.

MARX, K. Cartas: Marx a P. V. Annenkov. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, s. d. v. 3.

MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia alemã** (Feuerbach). 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MICOTTI, M. C. de O. **O ensino e as propostas pedagógicas. Pesquisa em educação matemática**: concepções & perspectivas. São Paulo: UNESP, 1999.

MIGUEL, A. **Três estudos sobre história e educação matemática**. Campinas, 1993. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas.

MIORIN, M. A. **Introdução à história da educação matemática**. São Paulo: Atual, 1998.

MOYSÉS, L. **Aplicações de Vygotsky à educação matemática**. Campinas: Papirus, 1997.

OTTE, M. **O formal, o social e o subjetivo**: uma introdução à filosofia e à didática da matemática. São Paulo: UNESP, 1999.

PAIS, L. C. **Didática da matemática**: uma análise da influência francesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

PEREIRA, C. P. da. **A matemática no Brasil**: uma história do seu desenvolvimento. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

PEREIRA, O. **O que é teoria**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PIAGET, J. **Epistemologia genética**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PILETTI, N. **Psicologia educacional**. São Paulo: Ática, 1997.

PIRES, C. M. C. **Currículos de matemática**: da organização linear à idéia de rede. São Paulo: FTD, 2000.

POLYA, G. **A arte de resolver problemas**. Rio de Janeiro: Interciência, 1995.

POZO, J. I. (org.) **A solução de problemas**: aprender a resolver, resolver para aprender. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 1997.

SCHAFF, A. **A sociedade informática**. São Paulo: UNESP /Brasiliense, 1990.

SCHEFFER, N. F. Modelagem matemática: uma abordagem para ensino-aprendizagem da matemática. **Educação Matemática em Revista**. Porto Alegre, v. 1. p. 11-15, jun. 1999.

SCHLIEMANN, A.; CARRAHER, D. **A compreensão de conceitos aritméticos**: ensino e pesquisa. Campinas: Papyrus, 1998.

SILVA, C .P. da. **A matemática no Brasil**: uma história de seu desenvolvimento. 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

SKOVSMOSE, O. **Educação matemática crítica**: a questão da democracia. Campinas: Papyrus, 2001.

TAHAN, M. **Didática da matemática**. São Paulo: Saraiva, 1962. v. 2.

VALENTE, W. R. **Uma história da matemática no Brasil**. São Paulo: Annablume-FAPESP, 1999.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Avaliação da aprendizagem**: práticas de mudança: por uma práxis transformadora. São Paulo: Libertad, 1998.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2002.

VASCONCELOS, M. L. M. C. **Disciplina, escola e contemporaneidade**. São Paulo: Mackenzie, 2001.

VÁSQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VERGANI, T. **Educação etnomatemática**: o que é? Lisboa: Pandora, 2000.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

WACHOWICZ, L. A. **O método dialético na didática**. Campinas: Papyrus, 1995.

METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA

EMENTA: História e memória social. As finalidades do ensino de História na sociedade brasileira contemporânea. A transposição didática da história e a construção da compreensão e explicação histórica. Relação entre a construção da noção de tempo e espaço e leitura do mundo pela criança. O trabalho com as fontes históricas. Objetivos e conteúdos programáticos de história dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Planejamento, seleção e avaliação em história. Análise crítica do material didático.

Indicações Bibliográficas

BURKE, P. **A escola dos annales 1929-1989:** a revolução francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1997.

CAMARGO, D. M. P. de.; ZAMBONI, Ernesta. A Criança, novos tempos, novos espaços: a história e a geografia na escola. **Em Aberto**, Brasília, v.7, n. 37, p. 25-30, jan./mar. 1988.

CARDOSO, C. F. S. **Uma introdução à história.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

CITRON, S. **Ensinar a história hoje:** a memória perdida e encontrada. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

HOSBAWN, E. A história de baixo para cima. In: HOSBAWN, E. **Sobre história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOSBAWN, E. **A outra história -algumas reflexões.** In: KRANTZ, F. A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. p. 18-33.

HUNT, Lynn. Apresentação: história, cultura e texto. In: HUNT, L. **A nova história cultural.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LE GOFF, J. **História e memória.** São Paulo: Unicamp, 1992.

McLAREN, P. **A vida nas escolas:** uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

NADAI, E. A escola pública contemporânea: os currículos oficiais de história e o ensino temático. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.6, n.11, p.99-116, set.1985/fev.1986.

NILDECOFF, M. T. **A Escola e a compreensão da realidade.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

PENTEADO, H. D. **Metodologia de ensino de história e geografia.** São Paulo: Cortez, 1991.

SCHMIDT, M. A. O uso escolar do documento histórico. **Caderno de História: Ensino e Metodologia**, Curitiba, n. 2. 1997.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

METODOLOGIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA

EMENTA: Concepções de Geografia -a Geografia como Ciência. Compreensão do espaço produzido pela sociedade (espaço relacional). Aspectos teóricos-metodológicos de ensino da geografia. Objetivos e finalidades do Ensino da Geografia na Proposta Curricular do Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, atendendo as especificidades do Estado do Paraná (quilombolas, indígenas, campo e ilhas). Relação entre conteúdos, método e avaliação. Os conteúdos básicos de Geografia na Educação Infantil e Anos Iniciais. Diferentes tendências da Geografia. Bibliografia e concepção de Geografia como ciência. Análise crítica e elaboração de recursos didáticos para Educação Infantil e Anos Iniciais. Análise crítica dos livros didáticos dos Anos Iniciais.

Indicações Bibliográficas

ALMEIDA, R.; PASSINI, E. **O espaço geográfico, ensino e representação**. São Paulo: Contexto, 1991.

ALMEIDA, R. D. de. **Do desenho ao mapa**. São Paulo: Contexto, 2003.

ARCHELA, R. S.; GOMES, M. F. V. B. **Geografia para o ensino médio: manual de aulas práticas**. Londrina: UEL, 1999.

ANDRADE, M. C. de. **Uma geografia para o século XXI**. Campinas: Papyrus, 1994.

ANDRADE, M. C. de. **Geografia ciência da sociedade**. São Paulo: Atlas, 1987.

CARLOS, A. F. A. (org.). **A geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999.

CARLOS, A. F. A. (org.) **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARVALHO, M. I. **Fim de século : a escola e a geografia**. Ijuí : Unijuí, 1998.

CASTRO, I. et al (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção do conhecimento**. Campinas: Papyrus, 1998.

CASTROGIOVANNI, A. C. (org.). **Geografia em sala de aula, práticas e reflexões**. Porto Alegre: Ed. UFRS, 1999.

CASTROGIOVANNI, A. C. **Ensino de geografia práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

- CHRISTOFOLETTI, A. (org.). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1982.
- CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CUNHA, M. I. da. **O bom professor e sua prática**. Campinas: Papirus, 1995.
- EDWARDS, V. **Os sujeitos no universo da escola**. São Paulo: Ática, 1997.
- FORQUIN, J. C. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- FOUREZ, G. **A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências**. São Paulo: Unesp, 1995.
- FRIGOTTO, G. Trabalho: educação e tecnologia: treinamento polivalente ou formação politécnica? **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 14, p. 17-28, jan./jun. 1985.
- FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- GADOTTI, M. **Pedagogia da terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- GIANSANTI, R.; OLIVA, J. **Temas da geografia do Brasil**. São Paulo: Atual, 1999.
- GUIMARÃES, R. et al. **Geografia: pesquisa e ação**. São Paulo: Moderna, 2000.
- GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1999.
- GOMES, P. C. da C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- GOODSON, Y. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. Niterói: EDUFF; São Paulo: Contexto, 2002.
- KOZEL, S.; FILIZOLA, R. **Didática da geografia: memórias da terra -o espaço vivido**. São Paulo: FTD, 1996.
- LACOSTE, Y. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 1988.
- MORAES, A. C. R. **Geografia : pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MORAES, A . C. R. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MORAES, A . C. R. **Ideologias geográficas**. São Paulo: Hucitec, 1991.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (org.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

MOREIRA, R. **O círculo e a espiral** (a crise paradigmática do mundo moderno). Rio de Janeiro: Coautor, 1993.

NIDELCOFF, M. T. **A escola e a compreensão da realidade**: ensaios sobre a metodologia das ciências sociais. São Paulo: Brasiliense, 1986.

OLIVEIRA, A. U. **Para onde vai o ensino da geografia?** São Paulo: Contexto, 1989.

OLIVEIRA, A. U. (org.). **Reformas no mundo da educação**: parâmetros curriculares e geografia. São Paulo: Contexto, 1999.

PASSINI, E. Y. **Alfabetização cartográfica e o livro didático**. Belo Horizonte: Lê, 1994.

PEREIRA, R. M. A. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna**. Florianópolis: UFSC, 1993.

QUAINI, M. **A construção da geografia humana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

RUA, J.; WASZKIAVICUS, F.A; TANNURI, M. R. P.; PÓVOA NETO, H. **Para ensinar geografia** : contribuição para o trabalho com 1o e 2o graus. Rio de Janeiro: Access, 1993.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço técnica e tempo razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo: o meio técnico científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.

SANTOS, M. **O espaço interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1986.

SILVA, A. C. da. **De quem é o pedaço?** espaço e cultura. São Paulo: Hucitec, 1986.

SILVA, A. **O espaço fora do lugar**. São Paulo: Hucitec, 1988.

VESENTINI, J. W. **Para uma geografia crítica na escola**. São Paulo: Ática, 1992.

STRAFORINI, R. **Ensinar geografia:** o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. São Paulo: Annablume, 2004.

SOUZA, J. G. de; KATUTA, Â. M. **Geografia conhecimentos cartográficos.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. de (org.) **Geografia em perspectiva.** São Paulo: Contexto, 2002.

VLACH, V. **Geografia em construção.** Belo Horizonte: Lê, 1991.

METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS

EMENTA: O Ensino de Ciências e a construção de uma cultura científica que possibilite ao cidadão comparar as diferentes explicações sobre o mundo. A energia para a vida e a inserção do homem no contexto do universo. Aprendizagem integrada de ciências como possibilidade para a compreensão das relações ciências, sociedade, tecnologia e cidadania. A construção dos conceitos científicos. O pensamento racional e o pensamento intuitivo na aprendizagem de ciências. O papel dos professores, das famílias e das comunidades na aprendizagem formal e informal de ciências.

Indicações Bibliográficas

ASTOLFI, J. P . **A Didática das ciências**. Campinas: Papirus, 1990.

DELIZOICOV, D. **Metodologia do ensino de ciências**. São Paulo: Cortez, 1990.

GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2005.

HARLAN, J. D.; RIVKIN, M. S. **Ciências na educação infantil: uma abordagem integrada**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

TRINDADE, D. F.; TRINDADE, L. dos S. P. **Educação e ciências**. São Paulo: Madras, 2004.

METODOLOGIA DO ENSINO DA ARTE

EMENTA: O papel da arte na formação humana, como conhecimento, como trabalho, como expressão. Estudos das diferentes concepções de arte. Conhecimento, trabalho e expressão, sua relação com o ensino. Estudo das tendências pedagógicas - Escola Tradicional, Nova e Tecnicista - com ênfase nos marcos históricos e culturais do ensino da arte no Brasil. Conhecimento teórico e prático dos elementos formais e de composição das artes visuais, da música, da dança e do teatro e sua contribuição na formação dos sentidos humanos desde a Educação Infantil e Anos Iniciais. Abordagens metodológicas para o ensino de artes. A atividade artística na escola: fazer e apreciar a produção artística. As atividades artísticas como instrumental para a Educação Infantil e Anos Iniciais.

Indicações Bibliográficas - Artes Visuais

ALMEIDA, A. B. de. **A educação estético-visual no ensino escolar**. [s.l.]: Livros Horizonte, 1980.

APARICI, R.; GARCÍA MATILLA, A. **Lectura de imágenes**. Madrid: Ediciones de la Torre, 1998.

ARNHEIN, R. **Arte e percepção visual**. São Paulo: Pioneira / USP, 1986.

ARRUDA, J. **Projeto educação para o séc. XXI**. S. Paulo: Moderna, 2002.

BARBOSA, A. M. T. **Arte - educação no Brasil: das origens ao modernismo**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BARBOSA, A. M. T. **A imagem no ensino da arte**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

BERGER, John. **Modos de ver**. Lisboa: Edições 70, 1972.

BLIKISTEIN, I. **Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade**. São Paulo: Cultrix, 1991.

BOSI, A. **Reflexões sobre a arte**. São Paulo: Ática, 1985.

BRASIL. Lei n 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília n 248, p.2783-27841, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros curriculares nacionais (1 a 4 Série): Arte**. Brasília, 1997. v. 6.

CHEVALIER, J. **Dicionário de símbolos mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números**. 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

CORDI, C. et al. **Para filosofar**. São Paulo: Scipione, 1999.

COSTA, C. **Questões de arte: o belo, a percepção estética e o fazer artístico**. 2. ed. reform. São Paulo: Moderna, 2004.

COSTELLA, A. F. **Para apreciar a arte: roteiro didático**. São Paulo: SENAC/Mantiqueira, 1997.

CUMMING, R. **Para entender a arte**. São Paulo: Ática, 1996.

CURITIBA. Secretaria Municipal da Educação. **Currículo básico: uma contribuição para a escola pública brasileira**. Curitiba, 1998.

DERDYK, E. **Formas de pensar o desenho**. São Paulo: Scipione, 1989.

DONDIS, D. A. **La sintaxis de la imagen: introducion al alfabeto visual**. Barcelona: Gustavo Gili, 1976.

FEITOSA, C. **Explicando a filosofia com a arte**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

FUSARI, M. F. D. R.; FERRAZ, M. H. C. D. T. **Arte na educação escolar**. São Paulo: Cortez, 1992.

FUSARI, M. F. D. R. **Metodologia do ensino de arte**. São Paulo: Cortez, 1993.

GARCEZ, L. **Explicando a arte brasileira**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

GOMBRICH, E. H. **A História da arte**. 16. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1999.

HERNÁNDEZ, F. **Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

KUENZER, A. Z. **Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo**. São Paulo: Cortez, 1985.

KUENZER, A. Z. **Ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997.

MICLETHWAIT, L. **Para a criança brincar com arte: o prazer de explorar belas pinturas**. São Paulo: Ática, 1997.

OSTROWER, F. **Universos da arte**. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

OLIVEIRA, J. **Explicando a arte: uma iniciação para entender e apreciar as artes visuais**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino de Primeiro Grau. **Currículo básico para a escola pública do Paraná**. Curitiba, 1990.

PARSONS, M. J. **Compreender a arte**. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

PORCHER, L. (org.). **Educação artística: luxo ou necessidade?** São Paulo: Summus, 1982.

SCHLICHTA, C. A. B. D.; TAVARES, I. M.; TROJAN, R. M. **Educação artística.** Curitiba: Módulo, 1996.

SCHLICHTA, C. A. B. D. **Conteúdo, metodologia e avaliação do ensino de artes.** Curitiba: UFPR/ NEAD, 2002.

STRICKLAND, C. **Arte comentada: da pré-história ao pós-moderno.** Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

TAILOR, J. C. **Aprender a mirar: una introducion a las artes visuales.** Buenos Aires: Ediciones La Isla, 1985.

VIGOSTKI, L. S. **La imaginación y el arte em la infancia.** México: Ediciones Hispanicas, 1987.

WOODFORD, S. **A arte de ver a arte: introdução à história da arte da universidade de Cambridge.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Indicações Bibliográficas - Música

ALFAYA, M.; PAREJO, E. **Musicalizar: uma proposta para vivência dos elementos musicais.** São Paulo: Musimed, 1987.

BENNET, R. **Uma breve história da música.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto.** Parâmetros curriculares nacionais: 1a a 4a Série: Arte. Brasília, 1997. v. 6

CANDE, R de. **História universal da música.** São Paulo: Martins Fontes, 1994. v.1 e 2

CUNHA, S. R. V. da. (org.). **Cor, som e movimento: a expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança.** Porto Alegre: Mediação, 1999.

CURITIBA. Secretaria Municipal da Educação. **Currículo básico: uma contribuição para a escola pública brasileira.** Curitiba, 1988.

FUCKS, R. **O discurso do silêncio.** Rio de Janeiro: Enelivros, 1991.

GAINZA, V. H. **La iniciación de los niños.** Buenos Aires: Ricordi Americana, 1964.

GAINZA, V. H. **Fundamentos, materiales y técnicas de la educación Musical.** Buenos Aires: Ricordi Americana, 1977.

HOWARD, W. **A música e a criança.** São Paulo: Summus, 1984.

JEANDOT, N. **Explorando o universo da música.** São Paulo: Scipione, 1990.

JELLEN, L. **O mundo maravilhoso da música.** São Paulo: Melhoramentos, 1997.

KATER, C.; LOBÃO, P. **Musicalização através da canção popular brasileira:** propostas de atividades criativas para o uso na escola. São Paulo: Atravez, 2001. v. 1.

MENUHINE, Y.; CURTIS, W. **A música do homem.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, Lisboa: Dinalivro, 1997.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino de Primeiro Grau. **Currículo básico para a escola pública do Paraná.** Curitiba, 1990.

PINHAIS. Secretaria Municipal de Educação. **Proposta curricular.** Pinhais, 2000.

POGUE, D.; SPECK, S. **Música clássica.** Rio de Janeiro: Campus, 1998.

PORCHER, L. (org). **Educação artística:** luxo ou necessidade? São Paulo: Summus, 1977.

SADIE, S. **Dicionário Grove de música.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo básico para a escola pública municipal de São José dos Pinhais.** São José dos Pinhais, 1995.

SOLTI, G. **O mundo maravilhoso da música.** São Paulo: Melhoramentos, 1997.

SCHLICHTA, C. A. B. D.; TAVARES, I. M.; TROJAN, R. M. **Educação artística.** Curitiba: Módulo, 1996.

SCHLICHTA, C. A. B. D. **Conteúdo, metodologia e avaliação do ensino de artes.** Curso de Pedagogia. Curitiba: UFPR/ NEAD, 2002.

SHAFER, M. **O ouvido pensante.** São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1991.

SNYDERS, G. **A escola pode ensinar as alegrias da música?** São Paulo: Cortez, 1992.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia da arte.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

YEHUDI, M.; DAVIS, C. W. **A música do homem.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

Indicações Bibliográficas - Teatro

AMARAL, A. M. **Teatro de formas animadas.** São Paulo: USP, 1993.

AMARAL, A. M. **O ator e seus duplos, máscaras, bonecos, objetos.** São Paulo: Senac, 2002.

BERTHOL, M. **História mundial do teatro.** São Paulo: Perspectiva, 2000.

BIASOLI, C. L. A. **A formação do professor de arte: do ensaio à encenação.** Campinas: Papyrus, 1999.

BOAL, A. **200 exercícios e jogos para o ator e o não-ator com vontade de dizer algo através do teatro.** 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

BORBA, E.; SAVASSE, N. **A arte secreta do ator: dicionário de antropologia teatral.** São Paulo: Unicamp, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros curriculares nacionais: (1a a 4a série); Arte.** Brasília, 1997. v. 6.

BRANDÃO, J. **Teatro grego: origem e evolução.** São Paulo: Ars Poética, 1992.

CAMARGO, R. G. **A sonoplastia no teatro.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Artes Cênicas, 1986.

CARVALHO, Ê. J. C. **História e formação do ator.** São Paulo: Ática, 1989.

CARVALHO, E. J. **O que é ator.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

COURTNEY, R. **Jogo, teatro & pensamento.** 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1980.

CUNHA, S. R. V. da. (org.). **Cor, som e movimento: a expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança.** Porto Alegre: Mediação, 1999.

CURITIBA. Secretaria Municipal da Educação. **Currículo básico: uma contribuição para a escola pública brasileira.** Curitiba, 1988.

GASSNER, J. **Mestres do teatro.** 3. ed. São Paulo: Perspectiva/ USP, 1974. v. 1.

JAPIASSU, R. **Metodologia do ensino de teatro.** São Paulo: Papyrus, 2001.

KOUDELA, I. D. **Jogos teatrais.** 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

MACHADO, M. C. **A aventura do teatro.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

MACHADO, M. **Teatro IV.** 6. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1998.

MACHADO, N. J. **Ensaio transversais: cidadania e educação.** São Paulo: Escrituras, 1997.

MAGALDI, S. **Iniciação do teatro.** São Paulo: Buriti, 1965.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino de Primeiro Grau. **Currículo básico para a escola pública do Paraná.** Curitiba, 1990.

PINHAIS. Secretaria Municipal de Educação. **Proposta curricular.** Pinhais, 2000.

PORCHER, L. (org.). **Educação artística: luxo ou necessidade?** São Paulo: Summus, 1977.

REVERBEL, O. **Um caminho do teatro na escola**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

ROUBINE, J. J. **A linguagem da encenação teatral**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SANTOS, V. L. B. dos. **Brincadeira e conhecimento: do faz-de-conta à representação**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo básico para a escola pública municipal de São José dos Pinhais**. São José dos Pinhais, 1995.

SPOLIN, V. **Improvisação para o teatro**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Indicações Bibliográficas - Dança

BOUCIER, P. **História da dança no ocidente**. São Paulo: Blume, 1981.

BRIKMAN, L. **Linguagem do movimento corporal**. São Paulo: Summus, 1989. CAMINADA, E. **História da dança: evolução cultural**. Rio de Janeiro: Sprit, 1999.

CORTÊS, G. P. **Dança Brasil: festas populares**. Belo Horizonte: Leitura, 2000.

CUNHA, S. R. V. da. (org.). **Cor, som e movimento: a expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

FERREIRA, S. (org.). **O ensino das artes: construindo caminhos**. Campinas: Papyrus, 2001.

FUX, M. **Dança, experiência de vida**. São Paulo: Summus, 1983.

GARAUDY, R. **Dançar a vida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

GELB, M. **O aprendizado do corpo**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

HASELBACH, B. **Dança, improvisação e movimento: expressão corporal na educação física**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1989.

LABAN, R. V. **Domínio do movimento**. São Paulo: Summus, 1978.

LAIRD, W. **As danças de salão**. Porto: Civilização, 1994.

MENDES, M. G. **A dança**. São Paulo: Ática, 1985. OSSOMA, P. A. **A educação pela dança**. São Paulo: Summus, 1988.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo básico para a escola pública municipal de São José dos Pinhais**. São José dos Pinhais, 1995.

METODOLOGIA DO ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

EMENTA: O movimento humano e sua relação com o desenvolvimento dos domínios motor, cognitivo e afetivo - social do ser humano. Desenvolvimento motor e aprendizagem motora. A Educação Física como componente curricular. A cultura corporal de movimentos: ação e reflexão. A criança e a cultura corporal de movimentos: o resgate do lúdico e a expressão da criatividade.

Indicações Bibliográficas

ALMEIDA, P. N. de. **Educação lúdica:** técnicas e jogos pedagógicos. São Paulo: Loyola, 1987.

BORGES, C. J. **Educação física para a pré-escola.** Rio de Janeiro: Sprint, 1987.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da educação física.** São Paulo: Cortez, 1992.

COSTA, V. L. M. **Prática da educação física no primeiro grau:** modelo de reprodução ou perspectiva de transformação? São Paulo: IBRASA, 1987.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação física na escola:** implicações para a prática pedagógica. São Paulo: Guanabara Koogan, 2005.

DIEM, L. **Brincadeiras e esportes no jardim de infância.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

FREIRE, J. B.; SCAGLIA, A. J. **Educação como prática corporal.** São Paulo: Scipione, 2003.

GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C. **Compreendendo o desenvolvimento motor:** bebês, crianças, adolescentes e adultos. São Paulo: Phorte, 2001.

GUERRA, M. **Recreação e lazer.** Porto Alegre: Sagra, 1982.

GUISELINI, M. A. **Educação física na pré-escola.** Brasília: SEED/MEC, 1982.

MAGILL, R. A. **Aprendizagem motora:** conceitos e aplicações. São Paulo: Edgard Blücher, 1984.

MEDINA, J. P. S. **Educação física cuida do corpo e “mente”:** bases para a renovação e transformação da educação física. Campinas: Papyrus, 1989.

TANI, G.; MANOEL, E. de J.; KOKUBUN, E.; PROENÇA, J. E. de. **Educação física escolar:** fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo: USP, 1988.

PRÁTICA DE FORMAÇÃO (ESTÁGIO SUPERVISIONADO)

EMENTA: Sentidos e significados do trabalho docente. Pluralidade cultural, as diversidades, as desigualdades e a educação. Condicionantes da infância e da família no Brasil e a organização da educação. A ação docente, as práticas pedagógicas e a formulação da didática na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa.

Indicações Bibliográficas

ALMEIDA, J. S. de. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 93, 1995.

CANDAU, V. M. **O bom professor e sua prática.** Campinas: Papyrus, 1995.

CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DAVIS, C.; ESPÓSITO, Y. L. **Papel e função do erro na avaliação escolar.** São Paulo: Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 74, p. 71-75, 1990.

ENGUITA, M. F. **A ambigüidade da docência:** entre o profissionalismo e a proletarização. Revista Teoria e Educação, Porto Alegre. n. 4, p.41-60, 1991.

FAZENDA, I. **Um desafio para a didática:** experiências, vivências, pesquisas. São Paulo: Loyla, 1991.

FREITAS, H. C. L de. **O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios.** Campinas: Papyrus, 1996.

FRIGOTTO, G. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional.** In: FAZENDA, I. Metodologia da pesquisa educacional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FRIGOTTO, G. **Educação e crise no trabalho:** perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.

GARCIA, C. M. **A formação de professores:** novas expectativas baseadas na investigação sobre o pensamento do professor. In: NÓVOA, A. (coord.). Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

HOFFMAN, J. **Avaliação:** mito e desafio: uma perspectiva construtivista. Educação e Realidade, 1993.

FREITAS, H. B. I. **Formação de professores:** um desafio. Goiânia: UCG, 1996.

KUENZER, A. Z. **A escola desnuda:** reflexões sobre a possibilidade de construir o ensino médio para os que vivem do trabalho. In: ZIBAS, D. M. L.; AGUIAR, M. A. de

S.; BUENO, M. S. S. (org.). O ensino médio e a reforma da educação básica. Brasília: Plano Editora, 2002.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

LUCKESI, C. C. **Avaliação educacional: para além do autoritarismo**. São Paulo: Cortez, 1986.

LUDKE M.; MEDIANO, Z. (coord.). **A avaliação na escola de 1º grau: uma análise sociológica**. Campinas: Papirus, 1992.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MEDIANO, Z. **Avaliação da aprendizagem na escola de 1º grau**. Educação e seleção. Campinas: Papirus, 2002.

PICONEZ, S. C. B. (org.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas: Papirus, 1994.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática?** São Paulo: Cortez, 1994.

SOUZA, S. M. Z. L. **Avaliação da aprendizagem: teoria, legislação e prática no cotidiano da escola de 1º grau**. In: CANHOLATO, M. C. (org.) A construção do projeto de ensino e a avaliação. São Paulo: FTE, 1990.

VASCONCELOS, C. dos J. **Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar**. São Paulo: Libertad, 1995.

AVALIAÇÃO ESCOLAR

Pensar a avaliação na proposta do Curso de Formação de Docentes – Normal, em nível médio, cuja organização curricular toma como princípios o trabalho, a cultura, a ciência e a tecnologia, é um desafio. Ao mesmo tempo apresenta-se como uma possibilidade de mudança dos processos avaliativos norteados por teorias pedagógicas não críticas. É um desafio porque exige fundamentalmente a compreensão teórica dos princípios curriculares que embasam a proposta do curso, e, sobretudo, outra prática pedagógica. Prática aqui entendida não como ação cotidiana, mecânica e repetitiva, porém como práxis.

Por outro lado, ter o trabalho como princípio educativo e como princípio pedagógico na Proposta de Organização Curricular do Curso de Formação de Docentes – Normal, em nível médio, significa assumir que o trabalho, tanto na sua forma ontológica, quanto histórica, é produção humana e elemento de mediação da relação homem-homem e homem-natureza. Além disto, é o princípio do trabalho e da tecnologia, entendida como construção histórico-social, integrados ao da ciência e da cultura, que nesta proposta contextualiza as ações metodológicas que perpassam a prática do professor, em relação ao desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem e, portanto, do processo de avaliação da aprendizagem dos alunos.

Nesta perspectiva, é importante assinalar que a avaliação da aprendizagem se reveste de outro sentido, quando integrada aos pressupostos da proposta pedagógica que considera o aluno como sujeito histórico, capaz de estabelecer relações entre o conhecimento apreendido e o mundo do trabalho, a qual se distancia de uma avaliação concebida numa matriz teórica tradicional e positivista.

A partir deste conjunto de idéias, o pano de fundo para rearticularmos as ações de caráter teórico-metodológicos válidas para a avaliação escolar é o de nos questionarmos: Que avaliação pratica a escola? Que concepções norteiam esta prática? Que avaliação deve nortear as ações da escola numa perspectiva histórico-social e dialética?

Para tanto, há que se situar inicialmente a sociedade na qual está inserida a escola, para que possamos compreender e contextualizar melhor as suas práticas avaliativas e, assim, estabelecer relações com estas mesmas práticas. É fato que vivemos numa sociedade capitalista e, por assim ser, a escola não é alheia a ela, haja vista que as suas práticas pedagógicas e o processo de avaliação da

aprendizagem se expressam pelas determinações de adaptação à estrutura organizativa desta sociedade, considerando que “capitalista é aquela sociedade cujo objetivo fundamental é produzir para acumular, concentrar e centralizar capital. Não são, portanto, as necessidades humanas, individuais ou coletivas, a prioridade e nem as pessoas” (FRIGOTTO, 1996).

Portanto, as ações que se revestem deste caráter se explicitam quando o professor considera o aluno como “indivíduo” que pode e deve, com o seu próprio esforço, buscar as suas alternativas de aprendizagem, de vida, de empregabilidade, visando sempre o mercado de trabalho.

No âmbito desta compreensão, as ações pedagógicas orientadas por esta concepção de mundo e de homem, e a prática da avaliação escolar se configuram uma dimensão marcadamente autoritária, de controle, tal como exige esta sociedade. A avaliação vista neste enfoque passa a ser um instrumento disciplinador, classificatório e de ensino e avaliação escolar já aqui assinalada anteriormente, ou seja, aquele discriminatório.

No entanto, se nos remetermos à perspectiva que considera o aluno não como um indivíduo, mas como “sujeito histórico”, capaz de estabelecer relações entre os modos como o homem produz a sua existência e o mundo do trabalho através do conhecimento, certamente a prática do professor será outra diversa e distante de ser utilizada como instrumento disciplinador, classificatório, discriminatório e excludente.

Assumir esta postura diferenciada confere outro sentido ao processo de avaliação escolar, com seus profissionais assumindo um posicionamento pedagógico diferente, o qual orienta as suas ações a partir de uma perspectiva crítica de educação, e assim desvelando para o aluno a sua condição de sujeito histórico, capaz de atuar a favor da transformação da sociedade capitalista, podendo-se afirmar que “a escola que persegue uma pedagogia com base nesses princípios não é somente uma escola ativa, é também viva e criadora. A escola viva e criadora não pretende desenvolver competências como mecanismos de adaptação à realidade dada...” (RAMOS, 2004).

Neste sentido, a escola deve ser propositiva, em relação à concepção assumida em seu Projeto Político Pedagógico, incentivando nos alunos a capacidade de pensar criticamente a realidade e, a partir dela, construir explicações possíveis, estabelecer relações que lhes dê a condição de atuar política e produtivamente de modo a transformar a realidade.

Pode-se concluir reafirmando que caminhar nesta perspectiva significa abandonar ações e práticas avaliativas revestidas de caráter autoritário e discriminatório ainda presentes no cotidiano da escola, para assumir uma avaliação formativa, inclusiva, isto é, que não legitime o autoritarismo e, integrada às práticas pedagógicas, priorize a especificidade dos processos formativos dos alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DA PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

AGUIAR, M. A. **Institutos superiores de educação na nova LDB**. In: BRZEZINSKI, I. (org.). LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 1997. p. 159-172.

ALVES, N. (org.) **Formação de professores: pensar e fazer**. São Paulo: Cortez, 1996.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Resolução CEB nº 2, de 19 de Abril de 1999**. Institui diretrizes Curriculares para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 970/99/Curso normal superior e da habilitação para magistério em educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental nos cursos de pedagogia**, aprovado em 09/11/1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1**: Dispõe sobre os institutos superiores de educação. 30/09/1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2**: dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes, 26 de junho de 1997. Diário Oficial da União, Brasília, 15 jul., 1997.

BRZEZINSKI, I. **A formação e a carreira de profissionais da educação na LDB 9.394/96**: possibilidades e perplexidades. In: BRZEZINSKI, I. (org.). LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 1997. p. 141-158

CODO, W. (coord.). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes; Brasília: Confederação dos Trabalhadores em Educação Universidade de Brasília, 1999.

FERNANDES, F. **A transição prolongada**. São Paulo: Cortez, 1990.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 1984.

FRIGOTTO, G. **Educação e formação humana**: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILLI, P.; SILVA, T. da. Neoliberalismo, qualidade total e educação. Visões Críticas. Petrópolis: Vozes, 1995.

FRIGOTTO, G. **A formação e a profissionalização do educador**: novos desafios. In: GENTILI, P.; SILVA, T. T. da. Escola S.A: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996.

GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2002.

GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

KUENZER, A. Z. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, 1986.

LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo humano**. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítica-social dos conteúdos**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1987.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Temas de Ciências Humanas, São Paulo, n. 4, 1978.

LUKÁCS, G. **Historia y consciência de clase**. Madrid: Edições Grijalbo, 1975.

LURIA, A. R. **Curso de pedagogia geral**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. v. 4.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, 1996.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

MARX, K. **Manuscritos econômicos – 1844**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista – 1848**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

NOGUEIRA, M. A. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. São Paulo: Cortez, 1990.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta para o estágio supervisionado**. Curitiba, 1989.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** São Paulo: Cortez, 1994.

PIMENTA, S. G. (org.). **Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal**. São Paulo: Cortez, 1997.

RAMOS, M. **O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura**. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (org.) **Ensino médio integrado: ciência, cultura e trabalho**. Brasília: MEC/SEMTEC, 2004.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. Campinas: Autores Associados, 1980.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 1992.

SAVIANI, D. **O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias**. In FERRETI, C. J. (org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994.

SAVIANI, D. **Os saberes implicados na formação do educador**. In: SILVA JÚNIOR, C. A.; BICUDO M. A. V. *Formação do educador: dever do Estado, tarefa da universidade*. São Paulo: UNESP, 1996.

SAVIANI, D. **A pedagogia histórico-crítica e a prática escolar**. In: GASPARIN, J. L. *Didática para a pedagogia histórico-crítica*. Campinas: Autores Associados, 2002.

SAVIANI, D. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. São Paulo: Cortez, 1987.

SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1989.

SILVA, I. L. F. **Reforma ou contra-reforma no sistema de ensino do estado do Paraná?** Uma análise da meta da igualdade social nas políticas educacionais dos anos 90. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1998. Dissertação (Mestrado).

SILVA, I. L. F.; HIDALGO, A. .M. (org.). **Educação e estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e do Paraná na década de 90**. Londrina: UEL, 2001.

SILVA, T. T. da (org.) **Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

BIOLOGIA

MACROCAMPO	Aprofundamento da aprendizagem Atividade - Biologia
TURNO	Intermediário
Nível de Escolaridade	Médio
Número de alunos	25
CONTEÚDO	Organização dos seres vivos Mecanismos biológicos Biodiversidade Manipulação genética
OBJETIVO	<p>Cada estudante deve se sentir mobilizados/seduzidos pelas atividades, para superação das <i>concepções alternativas</i> dos estudantes engajados no processo de aprendizagem, levando hipóteses, questionando-as e construindo o conhecimento. Portanto, no desenvolvimento deste projeto pretende-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dar ao educando oportunidade diversas metodologias para a apropriação do conhecimento. • Implementar um projeto pedagógico na área de Biologia através da ludicidade; • Apresentar desafios estimulantes e intrigantes, porém com níveis que possam ser desenvolvidos pelos alunos; • Desenvolver a sensibilidade aos problemas e ao raciocínio lógico; • Propiciar uma forma agradável e, ao mesmo tempo, estimulante no ensino da Biologia; • Desenvolver novas formas de apropriação do conhecimento, a socialização entre os estudantes.
ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO	<p>Investigar elementos da prática pedagógica para o ensino da Biologia, baseados nos conteúdos básicos da disciplina: Classificação dos seres vivos - critérios taxonômicos e filogenéticos, Sistemas biológicos - anatomia, morfologia e fisiologia, Mecanismos de desenvolvimento embriológicos, Mecanismos celulares - biofísico e bioquímico, Teorias evolutivas, Transmissão de características hereditárias, Dinâmica dos ecossistemas - relações entre os seres vivos e interdependência com o ambiente e Organismos geneticamente modificados.</p> <p>Valorizar-se-á a abordagem problematizadora, a pesquisa, a leitura científica (a partir de revistas e textos científicos), as atividades em grupos, os recursos institucionais, através de atividades lúdicas como vídeos, jogos, brincadeiras, recursos de mídia.</p> <p>Procurando fazer um feedback entre a teoria aprendida em sala com as práticas elaboradas no programa.</p>
AValiação	A avaliação acontecerá tanto por meio de diagnóstico do processo ensino-aprendizagem quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica, seja ela no início da atividade como verificação do conhecimento prévio do aluno no decorrer do aprendizado ou ao final da atividade. Tendo sempre um caráter formador do conhecimento.

RESULTADOS ESPERADOS	PARA O ALUNO	Espera-se que o aluno desenvolva a capacidade de utilizar-se de instrumentos que promovam a imaginação, a exploração, a curiosidade e o interesse . Ao término do projeto espera-se que os alunos sejam capazes de aprimorar conceitos da Biologia de uma forma mais abrangente e significativa. Que realmente tenham aprendido os conteúdos referentes à disciplina, não apenas de forma mecanizada e memorizada, mas de uma forma real e natural, incorporando os saberes científicos.
	PARA A ESCOLA	Desenvolvendo atividades em que o aluno esteja engajado e participante, garantindo assim a sua permanência e inclusão a um ensino de qualidade.
	PARA A COMUNIDADE	Tenha a garantia de um ensino de qualidade e diferenciado com ênfase no conteúdo mas de uma forma diferenciada, ocasionando assim a permanência do educando no ambiente escolar.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO: DIRETRIZES CURRICULARES DE BIOLOGIA . Curitiba: SEED, 2008. http://pt.scribd.com/doc www.unesp.br/prograd/PDFNE2002/atividadespraticas Lopes, Sonia Godoy B Carvalho Bio - Vol. 1 ,2 e 3- 2ª Ed. 2010 Amabis e Martho, José Mariano e Gilberto Rodrigues. Biologia , volume 1, 2 e 3. 2ª Edição – São Paulo, 2004. Ed. Moderna	
PARECER DO NRE		

Educação Financeira Com Ênfase no Consumo Consciente

CROCAMPO	Aprofundamento da Aprendizagem Atividade - Matemática
TURNO	Intermediário – 17h às 19h
Nível de escolaridade	Médio
Número de alunos	25
CONTEÚDO	<p>Esta proposta trabalhará com os conteúdos estruturantes: Tratamento da Informação, Números e Álgebra, Funções. Conteúdos Básicos: Matemática Financeira, Proporcionalidade, Função Exponencial, Função Logarítmica, Progressões Aritméticas e Geométricas. Segundo as Diretrizes Curriculares de Matemática para as Séries Finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio do Estado do Paraná (2008) ressalta a importância, de que o aluno do Ensino Médio compreenda a Matemática Financeira aplicada aos diversos ramos da atividade humana e sua influência nas decisões de ordem pessoal e social. Tal importância relaciona-se ao trato com dívidas, com crediários, à interpretação de descontos, à compreensão dos reajustes salariais, à escolha de aplicações financeiras, entre outras. Aprender Matemática é mais do que manejar fórmulas, saber fazer contas ou marcar x nas respostas: é interpretar, criar significados, construir seus próprios instrumentos para resolver problemas, estar preparado para perceber estes mesmos problemas, desenvolver o raciocínio lógico, a capacidade de conceber, projetar e transcender o imediatamente sensível. Pretendemos trabalhar de forma contextualizada levando os alunos a desenvolver o consumo consciente, seja através da análise financeira do custo de cada compra, como também o impacto ambiental referente ao ato de consumo.</p>
OBJETIVO	<p>OBJETIVOS GERAIS: Estimular o consumo consciente, proporcionando situações para refletir sobre a real necessidade de adquirir determinados produtos; incentivar a utilização das ferramentas da matemática financeira de forma contextualizada para a tomada de decisões sobre a organização das finanças.</p> <p>Objetivos específicos: 1) Propiciar condições para o desenvolvimento e utilização do conhecimento matemático sobre proporcionalidade; 2) Oportunizar a conceituação de termos utilizados na Matemática Financeira; 3) Despertar o interesse pela utilização de calculadoras e planilhas eletrônicas para resolver problemas; 4) Utilizar ferramentas da Matemática Financeira em situações contextualizadas.</p>
ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO	Será proposto aos educandos o desenvolvimento de atividades cotidianas que levem a utilização da matemática financeira. A partir dessas atividades serão extraídos

	<p>problemas geradores, que derivarão em outros de acordo com a curiosidade e interesse dos alunos, favorecendo a contextualização e dando significado ao aprendizado. Dentre as atividades a serem desenvolvidas destacamos: visitas a diversos segmentos comerciais da cidade de Carlópolis- PR, onde serão simuladas a compras de bens de consumo, com diversas formas de pagamentos. As coletas de dado dessas simulações servirão de problemas geradores, possibilitando aos educandos a tomada de decisão em situações reais do seu dia-a-dia. Essas Atividades serão desenvolvidas articulando as tendências metodológicas, partindo da Modelagem Matemática, alicerçada na História da Matemática, buscando soluções na Resolução de Problemas, por meio das Mídias Tecnológicas e finalizando com a Investigação Matemática, com a finalidade de promover uma aprendizagem significativa. Para desenvolver a matemática financeira, serão trabalhadas as proporções, as progressões aritméticas e geométricas e os logaritmos. Esse trabalho se dará na medida em que os problemas o exigirem, pois desta maneira acreditamos que terá mais significado para o educando, facilitando a articulação desses conhecimentos com os conhecimentos da matemática financeira. Esta metodologia já foi testada em 2008 como projeto de extensão universitária em parceria com a Universidade Estadual do Norte Pioneiro (UENP), a título de implementação na escola do projeto PDE 2008/2009, desenvolvido pelo Professor Adenilson Bento Ferreira com orientação da professora Dra. Marlene Perez, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), onde a orientadora aprovou a metodologia e recomenda a implantação da proposta não somente no Colégio Estadual Carolina Lupion – E.M., como também em outras escolas. Já trabalhamos com esta proposta em 2010, através do programa Viva Escola, e o resultado foi muito positivo.</p>
<p>AVALIAÇÃO</p>	<p>A avaliação se dará no decorrer de todo o projeto, porém não serão atribuídos valores numéricos, mas sim, será verificado se os alunos estão se adaptando a proposta, se os objetivos já mencionados estão sendo alcançados.</p> <p>Os critérios de avaliação a serem considerados são os seguintes:</p> <p>Capacidade de o aluno expressar-se com clareza, Sistematização do conhecimento de forma adequada; Capacidade de utilizar-se de conhecimentos adquiridos; A articulação dos conceitos teóricos com a prática; Compreensão dos conteúdos trabalhados na produção coletiva e individual de trabalhos.</p> <p>Quanto aos instrumentos de avaliação será priorizado a resolução de problemas concretos e a capacidade de articulação para trabalhar em equipes.</p>

RESULTADOS ESPERADOS	<p>PARA O ALUNO Formar cidadãos autônomos que tenham consciência sobre o ato de consumo, bem como, favorecer o desenvolvimento do raciocínio matemático tanto financeiro como geral, possibilitando que os educandos continuem seu aprendizado de maneira independente.</p> <p>PARA A ESCOLA Fortalecer o vínculo com os alunos, melhorando a aprendizagem em geral, possibilitando melhora nos índices de educação e maior participação da comunidade na escola.</p> <p>PARA A COMUNIDADE Os alunos são os principais vetores de transformação social, pois eles podem ajudar a mudar suas famílias. E principalmente em nossa cidade onde os pais possuem pouca escolaridade, a Educação Financeira dada aos nossos alunos também será de grande valia para seus familiares e conseqüentemente para toda comunidade.</p>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	<p>Blog Hayamax. Hp12c: a Calculadora Financeira mais usada no mundo. Disponível em: <http://www.hayamax.com.br/blog/eletronicos/hp12c-a-calculadora-financeira-mais-usada-no-mundo/> Acesso em: 06 de abr.2010.</p> <p>CARVALHO, Valéria. Educação Matemática: Matemática e Educação para o Consumo. Dissertação de Mestrado, UNICAMP-FE, Campinas, 1999. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000199214>. Acesso em: 02 jun.2008.</p> <p>HALWEIL, Brian; NIERENBERG, Danielle. Rumos para uma Economia Menos Consumista. In. Estado do Mundo, 2004: estado do consumo e o consumo sustentável / Worldwatch Institute ; apresentação Enrique Iglesias ; tradução Henry Mallett e Célia Mallett. - Salvador, BA : Uma Ed., 2004. Disponível em: <http://www.worldwatch.org.br/em2004_eiglesias.htm>. Acesso em 20 jun.2008.</p> <p>NUNES, Terezinha. É hora de ensinar proporção. Nova Escola On Line, São Paulo, edição 161, abr. 2003. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/edicoes/0161/aberto/mt_244561.shtml>. Acesso em 31 jul.2008.</p> <p>PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO: DIRETRIZES CURRICULARES DE MATEMÁTICA PARA A SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E PARA O ENSINO MÉDIO. Curitiba: SEED, 2008.</p> <p>PITOMBEIRA, João Bosco. Telecurso 2000 Matemática 2º grau. Editora Globo SP.</p> <p>ROCHA, Juliana. Endividamento cresce 47% em 26 meses.</p>

	<p>Folha de São Paulo, São Paulo, 22 jun. 2008. Dinheiro1, p. b1.</p> <p>Saiba como reduzir sua dívida. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=NonWApixTA>. Acesso em: 04 de abr 2010.</p> <p>SILVA, Cláudio Xavier da; BARRETO FILHO, Benigno. Matemática aula por aula – 3ª série do ensino médio. 2. ed. renov. São Paulo: FTD, 2005.</p> <p>Web HP-12C emulador. Disponível em: <http://www.epx.com.br/ctb/hp12c.php>. Acesso em: 04 de abr 2010.</p>
PARECER DO NRE	

HORA TREINAMENTO

MACROCAMPO	Esporte Voleibol
TURNO	Intermediário
CONTEÚDO	<p>História do Voleibol</p> <p>Regras:</p> <p>O campo</p> <p>A equipe</p> <p>Equipamento</p> <p>Estrutura</p> <p>O jogo</p> <p>Líbero</p> <p>Pontos</p> <p>Fundamentos</p> <p>Saque</p> <p>Passe</p> <p>Manchete</p> <p>Levantamento</p> <p>Ataque</p> <p>Bloqueio</p> <p>Defesa</p>
OBJETIVO	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar o aprimoramento técnico, tático, físico e psicológico dos participantes para atingir o nível de rendimento adequado; • Integrar os estudantes através de programas que visam ao desenvolvimento pessoal e crescimento esportivo do estudante atleta; • Buscar a participação ativa da comunidade em geral para a implementação dos programas de treinamento em voleibol e para a participação em eventos esportivos; • Favorecer, aos estudantes, o alcance dos padrões exigidos para integrar futuras seleções a nível estadual e nacional; • Propiciar, aos estudantes um campo de estudo que contemple diferentes abordagens relacionadas ao voleibol de alto rendimento; • Favorecer o desenvolvimento de hábitos de atividades físicas continuadas e proporcionar, aos professores envolvidos, a oportunidade de aquisição e aplicação de conhecimentos relacionados ao treinamento de voleibol de alto rendimento.
	<p>Dentro das metodologias de trabalho a serem empregadas serão considerados como aspectos técnicos do voleibol: os fundamentos do jogo, as situações decorrentes da utilização desses fundamentos e os exercícios elaborados para a aprendizagem e o treinamento dos fundamentos e das situações. Cabendo ressaltar, que os fundamentos representam o conjunto de movimentos e gestos do voleibol, sendo sua correta execução uma condição</p>

**ENCAMINHAMENTO
METODOLÓGICO**

primordial para que o aluno possa praticar o desporto.

Cada fundamento será abordado separadamente e em seguida junto com os outros, dando-se ao aluno condições de atingir gradativamente os objetivos determinados pelo professor. Para que haja a possibilidade de o praticante executar corretamente um ou mais fundamentos é necessário uma evolução gradativa das dificuldades apresentadas, passando por fases que podem ser identificadas como: fase de aprendizagem; fase de fixação e fase de aperfeiçoamento.

Na fase de aprendizagem das habilidades motoras (fundamentos) não existe um único método a ser seguido visto que diferentes pesquisas sobre os diversos métodos de ensino são contraditórias, serão adotados então, os seguintes princípios: (a) quando o fundamento for considerado uma tarefa motora simples será então, utilizado o método global; o método global é aquele em que o aprendiz executa o movimento na sua forma total, sem divisão em fases; (b) quando o fundamento for considerado uma tarefa motora complexa será utilizado o método do todo repetitivo; tal método consiste de o aprendiz vivenciar inicialmente o movimento na sua totalidade sendo, posteriormente, o movimento dividido em partes onde cada uma delas será executada em conjunto com as partes anteriores. Nesta fase, independente do grau de complexidade do fundamento, deve haver uma preocupação com a assimilação do gesto motor. Os exercícios a serem utilizados devem ser simples, com correções graduais, eliminando-se os erros mais graves para depois se refinar o movimento.

Na fase de fixação, uma vez consolidada a aprendizagem, o aluno deverá possuir a bagagem motora necessária para a realização dos gestos específicos do voleibol. O fundamento será trabalhado mediante exercícios que solicitem de seu praticante a realização do gesto global de forma dinâmica e fluente.

Na fase do aperfeiçoamento o objetivo principal será dar ao aluno a oportunidade de aplicar os fundamentos, já aprendidos e fixados, em situações reais de jogo. Em função disto os exercícios apresentarão maior grau de complexidade, exigindo do executante um desenvolvimento mais elaborado. Suas ações não serão mais individuais e sim terão um caráter coletivo.

Os exercícios serão apresentados através de descrição específica e de demonstração teórica (quando necessário), abrangendo várias maneiras de execução, desde formas individualizadas até formações em grupo. A ordem estabelecida para a apresentação dos

	fundamentos seguirá uma sequência lógica de aprendizagem, que vai do mais simples para o mais complexo, oportunizando ao aluno a repetição dos fundamentos já aprendidos quando da aprendizagem de um novo fundamento.
AVALIAÇÃO	Após sua implementação a avaliação dos resultados do projeto será priorizada para o processo de aprendizagem e interação dos alunos-atletas mensurados no desempenho de treinos, jogos e competições assim como na rotina escolar.
RESULTADOS ESPERADOS	<p>PARA O ALUNO – Espera-se que o aluno valorize o trabalho coletivo, pautado no compromisso, na solidariedade e no respeito. Sabendo diferenciar o jogo com o companheiro e o jogo contra o adversário. E que possam ter um melhor desempenho nos jogos escolares.</p> <p>PARA A ESCOLA – Que a escola através da proposta da Hora Treinamento possibilite aos alunos um aprofundamento na teoria e na prática do Voleibol.</p> <p>PARA A COMUNIDADE – Ter uma educação de melhor qualidade, e que os alunos possam ser realmente agentes transformadores em nossa sociedade.</p>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	<p>PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. SUPERINTENDENCIA DA EDUCAÇÃO: DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO FÍSICA Curitiba: SEED, 2008.</p> <p>Livro Didático da Educação Física</p>
PARECER DO NRE	

PLANO DE AÇÃO

PROGRAMA BRIGADA ESCOLAR – DEFESA CIVIL NA ESCOLA

JUSTIFICATIVA

A elaboração deste Plano de Ação visa dar cumprimento à implementação do Programa Brigada Escolar – Defesa Civil na Escola do Colégio Estadual Carolina Lupion Ensino Médio e Normal, tendo em vista proteger toda comunidade escolar em situação de risco, adquirindo conhecimento neste âmbito, criando uma cultura de segurança e interiorizando procedimentos e comportamentos necessários às medidas de prevenção.

OBJETIVO GERAL

Proteger e garantir a toda Comunidade Escolar de qualquer situação de risco que venha ocorrer nesta Instituição de Ensino, como também conscientizando e capacitando toda a Comunidade Escolar para o enfrentamento das situações emergenciais pautados em normas de segurança nacionais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover a conscientização da Comunidade Escolar para ações preventivas e de enfrentamento a eventos danosos, naturais ou causados pelo homem.
- Elaborar e conhecer os procedimentos necessários do Plano de Abandono.
- Treinar a comunidade escolar no mínimo 2 por ano a execução dos exercícios práticos do Plano de Abandono.
- Integrar o trabalho entre os profissionais : do Corpo de Bombeiro, da Defesa Civil Estadual, da Polícia Militar e o Núcleo Regional da Educação.
- Ajustar a edificação do Colégio Estadual Carolina Lupion – Ensino Médio e Normal de acordo com às normas recentes de prevenção contra incêndio, pânico e desastres naturais.

ESTRATÉGIAS

A Direção da Instituição Escolar terá a incumbência de indicar os funcionários para compor o Grupo da Brigada Escolar, este Grupo atuará nas situações de risco, bem como propor seguintes ações:

- Fazer simulação do Plano de Abandono com toda a Comunidade Escolar, no mínimo uma por semestre.

Organograma do Plano de Abandono

